

ANO VI•1989•ISSN 0102-9479

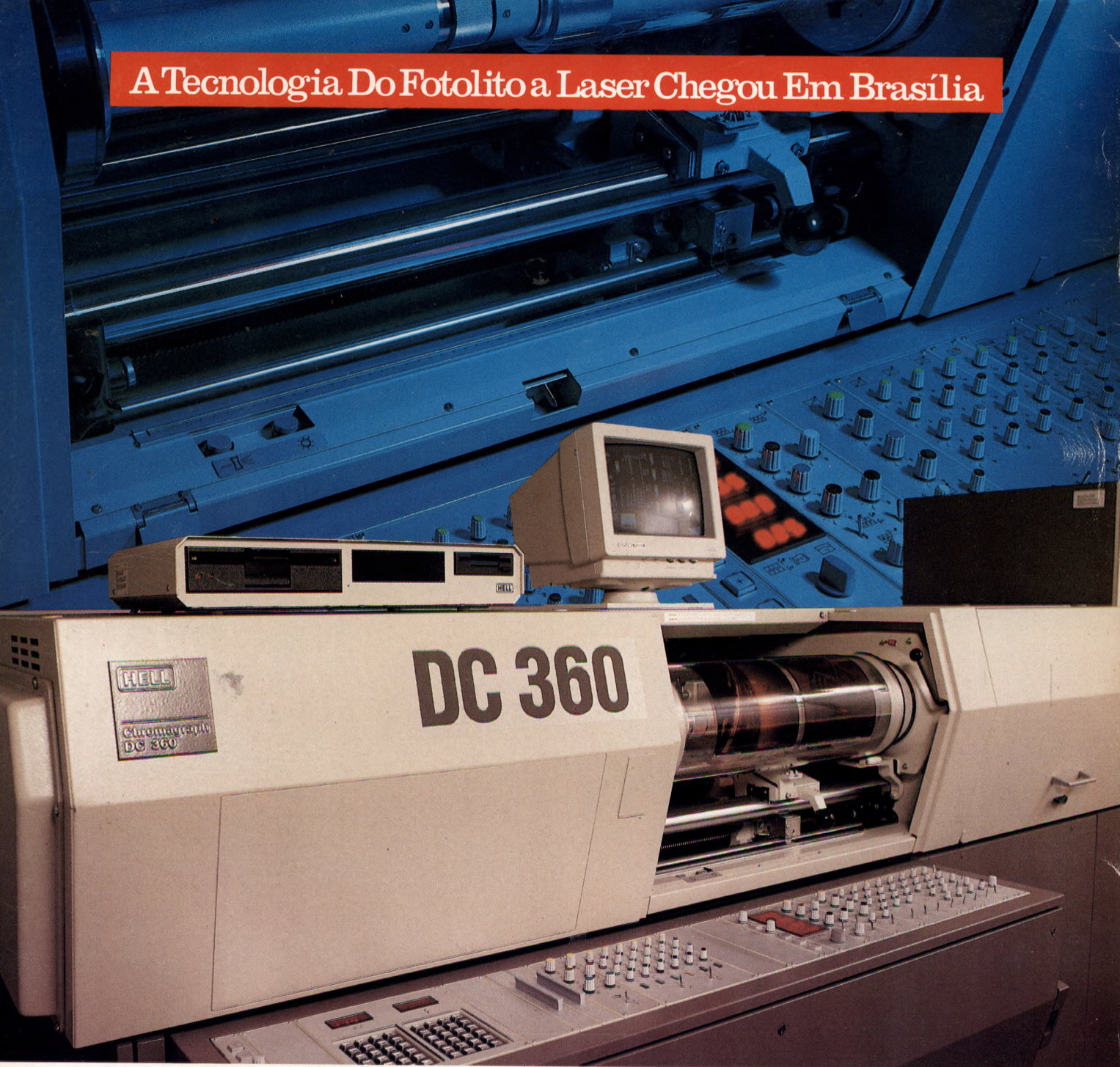
Humanidades

22



retratos da
ÁFRICA

A Tecnologia Do Fotolito a Laser Chegou Em Brasília



Se você está entre os que sofrem de stress de fechamento de malote, o último ônibus já saiu, não tenho portador, ou do tipo: Marlene (ufa!), avisa ao chefe que não deu pra pegar o vôo, sossegue.

Agora você tem scanner de última geração, em Brasília, para fazer os seus fotolitos com a mais perfeita sele-

ção de cores. Tudo aqui mesmo, sem corre-corre. E com a competência de gente do ramo, a mesma equipe que durante 12 anos atendeu o mercado do DF através da Policor. Aliás, no Distrito Federal a Policor virou Lasercor.

Marque os prazos com os seus clientes e fique tranquilo. O tempo do stresslito acabou.

LASERCOR

T E C N O L O G I A E M F O T O L I T O

SIG Quadra 03 — Bloco C — Nº 09 — 2º Andar — Fones: (061) 225-4442 e 224-2681 — Telex: (61) 4698 — Brasília-DF

A última conquista

“Soldados! Não batalheis pela escravidão! Lutais pela Liberdade!”, clamava Charles Chaplin em “O Grande Ditador”. Essa exaltação encerra um inominável paradoxo – é preciso lutar para ser livre.

A liberdade é objeto de conquista.

É um Graal!

E deve ser assim, pois a liberdade não conquistada coteja-se a uma Constituição outorgada.

A luta está no homem que deve e *tem* que obter a liberdade almejada, para viabilizar a conquista da Paz. Paz sim, posto que são objetivos indissolúveis. A Paz e a Liberdade têm sido, para a Humanidade, a linha do horizonte. Como é longo o nosso existir! Como é longa nossa busca! Como é longa nossa espera!

O paradoxo é misterioso e sedutor. Que grande sensualidade tem a certeza de que ser *livre* é ter-se a consciência de qual *é* a nossa prisão!

Com a “quilha” da razão, abriremos caminho, avançaremos sabendo que o conceito absoluto de liberdade é destituído de respaldo na realidade física. O viver em sociedade nos impede de realizar conceitos absolutos. Não somos livres para morrer, assim como não somos livres para nascer.

Somos livres, sim, *para* odiar e *para* amar. Somos livres *para* fazer ou *para* sentir. Ser absolutamente livre, em seu sentido lato, é estar... morto!

Enquanto habitarmos um mundo em que a cada dois segundos morre uma criança; enquanto habitaremos um planeta que gasta um trilhão de dólares por ano em armamentos; enquanto não aprendermos a perder, estaremos apenas nos exercitando, ensaiando, para sermos livres.

A Segunda Guerra Mundial – assim como tantas outras – foi feita para acabar com todas as guerras. Em vez disso, convivemos, desde o seu término, com 150 outras guerras e com 20 milhões de mortos. Somos livres?

Com o avanço da ciência, aprendemos que viemos do espaço. Fomos do ponto de vista da matéria, construídos dentro das estrelas. Em uma época já remota da criação, onde somente existia hidrogênio e hélio. As estrelas foram, lentamente, “cunhando” os outros átomos e “contaminando” a Galáxia com seus “restos mortais”. Viemos deles. Somos estrelas redivivas! Somos filhos dos céus. Reconhecer essa origem é, de certa forma, a liberdade suprema – que pode ultrapassar até mesmo a libertação da morte.

Ao identificarmo-nos como filhos das estrelas, tornamo-nos cidadãos do *Cosmo*.

Os céus nos chamam. Precisamos retornar à casa. Retornemos às estrelas, mas o façamos em Paz.

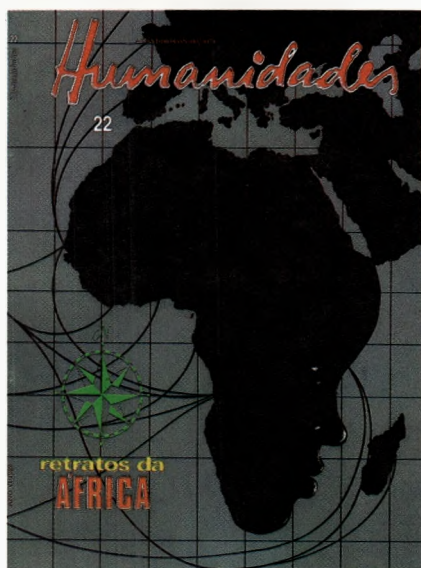
Retornar à casa é um ato de libertação. Retornar em Paz é um ato *deificante*.

Que a última lágrima de dor esteja rolando, por alguma face infantil.

Que um último tiro de canhão seja um réquiem a toda uma era.

A Idade das Trevas ainda não terminou. Oxalá este último tiro seja ouvido, por todos nós, em breve... muito em breve...

Capa: Nanche Las-Casas



Airton Lugarinho de Lima Câmara

Editor

A revista *HUMANIDADES* é uma publicação da Editora Universidade de Brasília.

Editor Executivo: Ailton Lugarinho de Lima Camara

Conselho Editorial: Dêrcio Garcia Munhoz, Douglas Marques de Sá, João da Rocha Hirson e José Carlos Córdova Coutinho.

Autores: Antônio L. Furtado, Francisco de Macedo, Jayme do Nascimento Teixeira, Junito de Sousa Brandão, Luiz Costa Lima, Marcelo Sidrião Salgado, Maria Célia Machado, Nahman Armony, Oswaldo Macedo, Rafael Sanzio A. dos Anjos, Regina Horta Duarte, Richard Bucher, Sérgio Mulyaert, Walter Neves.

Painel: Armando Bezerra, Hildo Honório do Couto, Luciano Oliveira, Luz Maria M. Pires Silva, Paulo Di Tommazo Lugarinho.

Versiones: Mark R. Ridd e Sara Almaraz.

Edição de Texto e Revisão: Elizabeth Assunção R. Brito.

Edição de Arte, Diagramação e Arte Final: Luis Eduardo Resende e Nanche Las-Casas.

Ilustrações: Evandro Salles, Fernando Lopes, Francisco Regis, Luis Augusto J. Andrade (Girafa), Luis Eduardo Resende (Resa), Luiz Fernando Las-Casas (Nanche), Luis Fernando Pimentel Mendes (Oscar), Mario Maciel, Renata Azambuja, Renato Palet.

Fotografia: Juca Martins (Agência F4).

Marketing e Comercialização: Deuza Ribeiro

Secretaria Gráfica: Elmano Rodrigues Pinheiro

Promoção, Vendas e Assinaturas: Alexandre Lima

Apoio Administrativo: Elias Romcy Pereira

Cadastro de Assinaturas: Rosa Maria Dantas de Oliveira e Gilmar Castelo Branco.

Preço: NCz\$ 30,00 (exemplar avulso)

NCz\$ 100,00 (assinatura quatro números)

Endereço: Revista *HUMANIDADES* — Editora Universidade de Brasília, Campus Universitário — Asa Norte — Prédio Múltiplo Uso, sala 208

Caixa Postal 153.001

70919 — Brasília - DF.

Telefones: (061) 274-5352 (direto) e 274-0022 ramal 2576

Telex (61) 1083 UNBS-BR

Composição: Edison Oliveira Silva — Editora Universidade de Brasília.

Fotocomposição: Escopo Editora — Brasília.

Fotolitos: Lasercore DF

Impressão: Escopo Editora.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Editora Universidade de Brasília: Antonio Agenor Briquet de Lemos (Diretor)

Universidade de Brasília: Antonio Ibañez Ruiz - Reitor

Com o número 22 de *Humanidades* conclui-se a “era Cristovam” na UnB e na sua Editora. Foram 13 edições seguidas. Sem interrupção. Em meio às longas greves, à burocracia engenhosamente infernal, à escassez de pessoal e de patrocínio financeiro, etc. Sem abrir mão do nível e da independência editoriais e sem sacrificar o padrão gráfico. Enfim, acreditamos na concepção e no papel de *Humanidades* — a revista séria que dá prazer, como dissemos numa das primeiras campanhas de divulgação. Para quem participou no início ou assistiu de perto, cada 57 números que saiu do prelo foi um milagre, uma impossibilidade lógica que aconteceu. Graças a Silvia Távora que deu forma e substância, testando a nova revista. A Ailton Lugarinho que dá sequência aos trabalhos. A Alexandre Lima que criou e gerenciou a infra-estrutura. E a tantos outros que colaboraram com profissionalismo. Mas, principalmente, graças a Cristovam. Pai intelectual e principal fiador do projeto. Entre os marcos da gestão Cristovam Buarque na UnB, de 1985 a 1989, coube à Editora e sua *Humanidades* um lugar especial. Fizeram parte da estratégia e do êxito da transformação da universidade e da derrota do marasmo. Exemplificaram, como outros projetos neste período, a coragem e liderança que projetaram a UnB, nacional e internacionalmente, como universidade pública e viável, voltada para o futuro do Brasil. Com muita satisfação, registramos aqui alguns avanços que esta gestão viabilizou. Primeiramente, resgatamos a Editora para a própria universidade, buscando retomar os rumos idealizados pelos seus fundadores. Antes reservada para uns poucos. Devolvemos a Editora à UnB por intermédio de conselhos editoriais legítimos, representativos e autônomos, onde nem o reitor poderia determinar o que seria editado. Os frutos não demoraram a aparecer. Abrimos para áreas novas e relevantes do saber: antropologia, cinema, ciências da Terra etc. Enforcamos Brasília, a Amazônia e a América Latina, assim como, a própria UnB. Buscamos o pensamento novo; as ideias em fase de elaboração, sem desprezar o clássico, o universal: Aristóteles, Diógenes, Bobbio, Garcia Lorca.

Humanidades privilegiou ensaios sobre temas da atualidade em ciência, cultura, arte, política, publicando autores novos e consagrados, e transformando-se, em pouco tempo, na principal publicação do gênero do País. Hoje a revista tem linha editorial consolidada e conta com apoio financeiro expressivo e diferenciado. Tiragem crescente, produção regularizada e distribuição nacional.

Passamos a publicar centenas de artigos, ensaios e livros que mofavam nas gavetas dos professores ou aguardavam um pouco de esperança e incentivo para serem escritos. Os *Textos Universitários* servem de laboratório para a criação de material didático para uso na sala de aula, e, uma vez aperfeiçoados, para distribuição nacional, na forma de livros. Apoiamos as revistas especializadas dos departamentos e viabilizamos inúmeras publicações de menor porte, assessorando professores, estudantes, cursos e órgãos de pesquisa, extensão e apoio.

Em segundo lugar, investimos na consolidação da Editora, para que pudesse resistir melhor aos altos e baixos do interesse das administrações e da disponibilidade de recursos externos. Profissionalizamos, informatizamos, compramos equipamentos essenciais, criamos estrutura organizacional e espaço físico adequados e autonomia administrativa e financeira. Investimos na divulgação, no visual e na qualidade editorial dos livros. Lançamos o *Correio do Livro* para levar nossas obras diretamente aos leitores; 60 mil de cada vez, atendendo aos que não tinham acesso a elas nas livrarias. Colocamos as publicações da Editora a serviço da comunidade universitária, oferecendo descontos substanciais e facilitando o pagamento. Lançamos mais de duzentos títulos, entre novos e reedições; imprimimos 550 mil exemplares e vendemos 580 mil. A partir de 1986, os balanços da Editora foram superavitários.

Distribuímos dezenas de milhares de livros às bibliotecas universitárias e públicas. Colaboramos com a formação de acervos sobre o Brasil em instituições de diversos países do mundo. Foi com o trabalho dedicado e competente de dezenas de pessoas, anônimas e, geralmente mal remuneradas, que a Editora UnB passou a cumprir seu papel e mostrar o que é possível realizar numa universidade pública no Brasil de hoje. Mas isto graças à visão, à tómosia e à liderança de Cristovam Buarque, primeiro reitor eleito pela comunidade da UnB.

Thimoty M. Mulholland

Ex-diretor da Editora UnB.

apoio financeiro da
Fundação Banco do Brasil.



Sumário

7 A ESCATOLOGIA LIBERTÁRIA: Kropotkin e a revolução
Regina Horta Duarte

**12 A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTOGRAFIA
CONDUZIDA PARA UMA ÁFRICA DESMISTIFICADA**
Rafael Sanzio A. dos Anjos

33 O PROBLEMA DAS LÍNGUAS NA GUINÉ-BISSAU
Francisco de Macêdo

39 HISTÓRIA DO VOTO EM BRASÍLIA
Marcelo Sidrião Salgado

49 NOVAS CARTAS PALESTINAS
Sérgio Muylaert

57 O GOLPE DA REVOLUÇÃO
Jayme do Nascimento Teixeira

64 HUMOR
Oscar

**65 DÚVIDAS DA CIÊNCIA: Psicanálise: Teoria ou mito? Metáfora
ou conceito?**
Nahman Armony

72 O MITO INSALUBRE
Oswaldo Macedo

76 A EVOLUÇÃO HUMANA ATRAVÉS DOS CROMOSSOMOS
Walter A. Neves

80 CONSUMO DE DROGAS E DIREITOS HUMANOS
Richard Bucher

88 DEMÔNIO: UMA ETIMOLOGIA
Junito de Sousa Brandão

90 UMA FONTE DA HISTÓRIA DO GRAAL
Antônio L. Furtado

98 VILLA-LOBOS E O DILEMA DA CULTURA BRASILEIRA
Maria Célia Machado

107 A TEORIA E O CRÍTICO SENSÍVEL
Luiz Costa Lima

111 INFORME FAE

113 PAINEL

EM BUSCA



"Eu só imito quem gosto". Luiz Ramalho, ator. Carlitos é uma de suas mais brilhantes imitações.

DO OUROCARD.

COM O LANÇAMENTO DO OUROCARD, O BANCO DO BRASIL MUDAVA A HISTÓRIA DOS CARTÕES DE CRÉDITO NO PAÍS.

PELA PRIMEIRA VEZ UM SÓ CARTÃO SERVIA COMO CARTÃO DE CRÉDITO E DE GARANTIA DE CHEQUE, DAVA ACESSO AOS TERMINAIS ELETRÔNICOS, E PERMITIA SAQUE EM DINHEIRO, TANTO NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL COMO NOS ESTABELECIMENTOS LIGADOS AO CAIXA-OURO. DAÍ, OUTROS CARTÕES TAMBÉM COMEÇARAM A BUSCAR MAIS FACILIDADES.

COMO O OUROCARD, ELES RESOLVEM OS SEUS PROBLEMAS E TAMBÉM SÃO ÓTIMOS CARTÕES. ELES SÓ NÃO SÃO DO BANCO DO BRASIL.

OU SEJA: NEM TUDO QUE RELUZ É OUROCARD. VÁ EM BUSCA DO SEU.



**QUEM TEM
VALE OURO.**

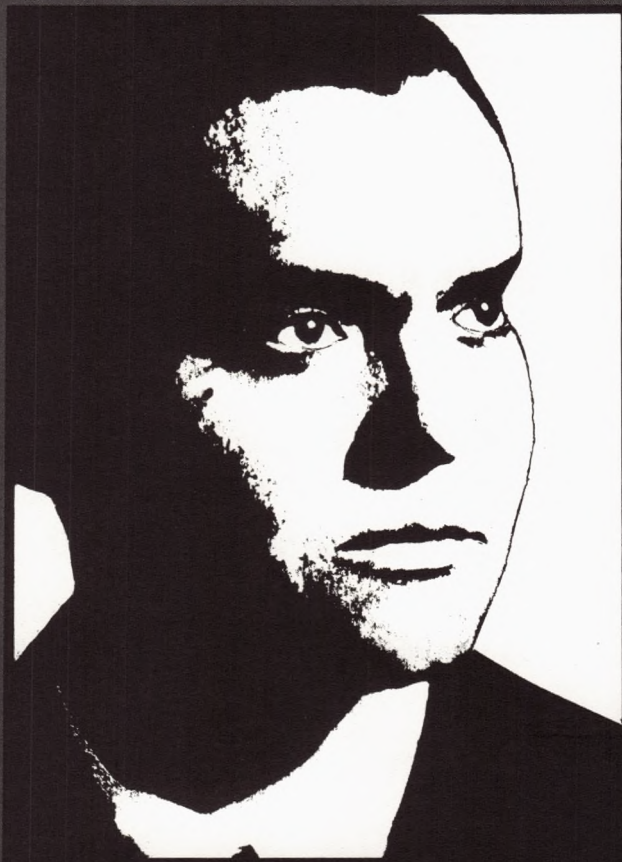


BANCO DO BRASIL

A

Editora Universidade de Brasília e a Livraria Martins
Fontes Editora oferecem ao leitor brasileiro a primeira
edição bilíngüe da OBRA POÉTICA COMPLETA de um
dos maiores poetas contemporâneos,
FEDERICO GARCIA LORCA.

F · E · D · E · R · I · C · O
GARCIA LORCA
OBRA POÉTICA COMPLETA



MARTINS FONTES
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O poeta e dramaturgo de trágico destino legou-nos uma obra que
ultrapassou as fronteiras do tempo e de sua tão querida Espanha por seu valor intrínseco.
Este artesão da palavra produziu, em tão breve período de tempo e de forma tão intensa,
a POESIA com os traços universais que caracterizam os grandes poetas.
Desenhos do próprio Lorca ilustram e completam a beleza desta edição, traduzida por Willian Agel de Melo.

Obra Poética Completa: Livro de poemas – Poema do “cante jondo” – Primeiras canções –
Canções – Seis poemas galegos – Romanceiro gitano – Poeta em Nova York –
Pranto por Ignacio Sánchez Mejías – Divã do Tamarit – Poemas esparsos – Cantares populares.

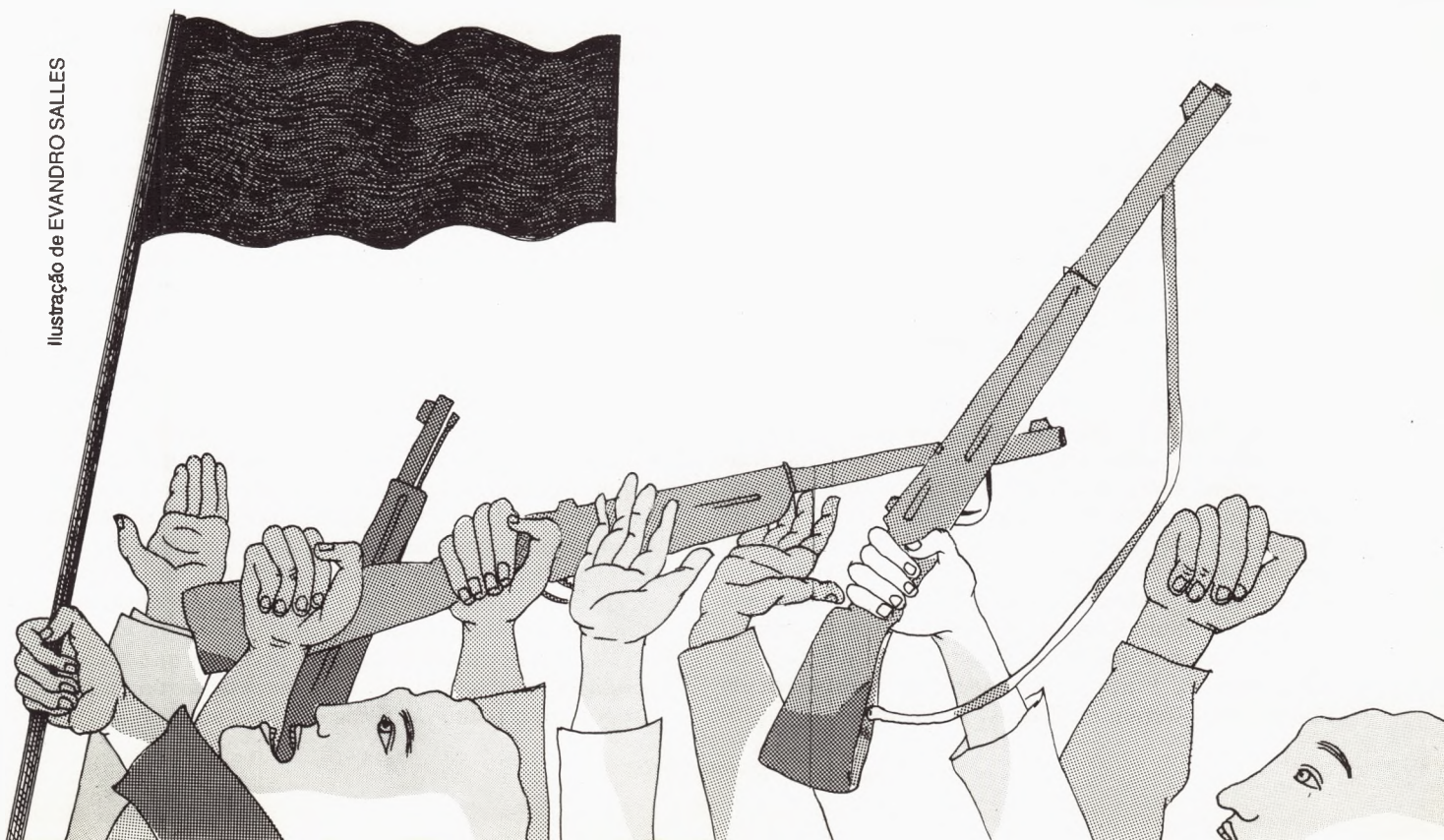
A ESCATOLOGIA *Libertária*

Kropotkin e a Revolução

A **Grande Revolução**, obra do anarquista russo P. Kropotkin (1842-1921), resultou de uma pesquisa realizada durante mais de vinte anos. Entusiasmado com as agitações sociais que ocorriam na Rússia no início do século, Kropotkin buscava, em seus estudos sobre a Revolução Francesa, respostas para as indagações dos homens de sua época. A sua principal proposta era recuperar a ação das massas populares no processo revolucionário. A partir dessa perspectiva, construiu uma visão original que recupera uma face oculta da história da Revolução Francesa.

Regina Horta Duarte

Ilustração de EVANDRO SALLES



Durante mais de vinte anos, o anarquista russo Kropotkin dedicou-se a uma extensa pesquisa sobre a Revolução Francesa. Como resultado deste longo trabalho, publicou, em março de 1909, o livro *A Grande Revolução*. A data é significativa: a Rússia fervilhava naquela época e Kropotkin buscava, certamente, respostas para as questões dos homens de seu tempo. Em especial, para os anarquistas.

Neste sentido, sua obra é, como assinala Furet ao comentar a historiografia sobre o tema revolucionário do século XIX, uma história de identidade.¹ Logo no prefácio, ao expor seus principais objetivos, critica a inexistência de estudos que se detenham sobre os aspectos econômicos e sociais da França do séc. XVIII. O anarquista russo reagia contra a historiografia positivista, que se perdia nas descrições dos fatos políticos, num desenrolar infundável de nomes e datas. Kropotkin se dispõe a construir uma análise mais crítica e a recuperar uma face oculta da Revolução: a decisiva ação das massas populares.

Nessa reconstituição, através de uma nova ótica, o príncipe libertário investiga as origens do movimento anarquista. Dentre as inúmeras correntes que se entrecruzavam durante a Revolução, ele identifica algumas intimamente ligadas à essência da natureza humana, “que reaparecerão, fatalmente, nos sucessos históricos do futuro”.² Os “embriões” das idéias anarquistas são apontados. Para Kropotkin já são perfeitamente claros os princípios comunistas libertários, como o federalismo, o governo direto e a organização do trabalho pelos próprios trabalhadores.

Mas não foi apenas uma busca de origens que levou o autor ao estudo da Revolução Francesa. Nota-se também a procura de respostas às questões que os militantes anarquistas se colocavam acerca do processo de lutas que culminaria na revolução que julgaram definitiva – a revolução anárquica.

Imbuídos de idéias fortemente escatológicas, os libertários da época procuravam em tudo os sinais de uma nova era, da destruição do velho mundo, corrompido e injusto, e da construção, pelo homem, de uma nova sociedade. Dividindo a trajetória da humanidade em idades, domesticava-se a história e dava-se-lhe uma direção.³ Este sentido, escrito de antemão, realizar-se-ia, fatalmente, mais dia menos dia. A ação dos militantes inseria-se dentro desse processo evolutivo e inevitável.

Kropotkin era adepto da vertente anarquista comunista libertária. Esta corrente teve sua origem nas discussões travadas pela Federação Jurassiana, fundada pelos anarquistas em 1871, na Suíça, como centro da oposição libertária ao Conselho Geral da AIT, dominado pelos marxistas.⁴ Nos primeiros anos predominaram as concepções anarco-coletivistas, e a influência de Bakunin sobre a Federação Jurassiana foi grande. Num segundo momento, que se iniciou em 1876 com a morte de Bakunin e a chegada de Kropotkin na Europa, as tendências anárquicas da Federação sofreram mudanças. Nesse mesmo ano, foi

dissolvido o Conselho Geral da AIT, o que separou, definitivamente, anarquistas e marxistas.

Na Federação Jurassiana, o coletivismo perdia sua influência e esboçavam-se as idéias que caracterizariam o comunismo anárquico. Em primeiro lugar, defendia-se o princípio de distribuição dos produtos numa sociedade libertária segundo as necessidades individuais, e não segundo o trabalho de cada um.

Outro aspecto essencial era a preocupação com o processo revolucionário e a elaboração de uma estratégia de luta peculiar. Os membros daquela Federação haviam participado ou assistido com interesse (como é o caso de Kropotkin, que estava na Rússia na ocasião) aos eventos da Comuna de Paris. A partir desta experiência, passaram a enfatizar a necessidade da propaganda e da difusão das idéias libertárias entre todas as camadas da população.

Se até 1870 acreditava-se na iminência da revolução, a derrota da Comuna levou os militantes a uma reavaliação da situação. O texto de um importante membro da Federação, Elisée Reclus, fala da reviravolta das massas durante o decorrer do movimento rebelde: a caminho da luta, os revoltosos eram seguidos “com tocantes saudações”. Entretanto, depois de vencidos, foram recebidos com gritos, maldições e palavras ferozes pela mesma multidão.⁵

Essa reação é atribuída por Reclus à ignorância das massas populares e, desta conclusão nasce a valorização à divulgação das idéias anarquistas. A familiaridade com estes princípios não só conduziria à revolta contra todo o autoritarismo e a injustiça, mas também garantiria o sucesso de uma nova organização baseada nos princípios libertários. Iniciava-se uma nova fase no processo de luta que levaria à revolução. E agora, o caminho era o verdadeiro, já que fora iluminado pelo saber científico, inquestionável e definitivo:

“Evolucionista em tudo, igualmente em tudo somos revolucionários (...) É já tempo de empregar unicamente forças conscientes; os evolucionistas, chegando enfim ao perfeito conhecimento que pretendem realizar na próxima revolução, têm outra coisa a fazer, mais do que amotinar descontentes (...) O período do puro instinto passou: as revoluções já não se farão ao acaso, por que as evoluções são cada vez mais refletidas e conscientes”. (grifos nossos).⁶

O processo evolutivo estava pois, em sua fase definitiva. O que tinha impedido a vitória dos princípios libertários nas lutas passadas, a ignorância, estava sendo combatida: O homem evoluía rapidamente, adquiria conhecimentos das leis que regem o universo. A revolução era vista como inevitável, pois havia agora, com as conquistas trazidas pelos conhecimentos científicos, “uma tensão irresistível da vontade social: nem as derrotas, nem as zombarias conseguem afugentar os investigadores”.⁷

É dentro desta estratégia que podemos situar a importância que a Revolução Francesa assumiu para Kropotkin, a ponto de dedicar tantos anos ao seu es-

tudo. Ele a considerava como uma etapa histórica, resultado de uma longa evolução. Após a Revolução, iniciara-se uma ascensão diversa da primeira, pois “alcançaria uma altura muito superior à que tinha antes da tormenta”.⁸

O estudo da Revolução Francesa trouxe, para Kropotkin, a certeza de que “ela foi o manancial de todas as concepções comunistas, anarquistas e socialistas de nossa época”.⁹ A humanidade marcharia de etapa em etapa, e as transformações seriam marcadas por grandes rupturas. A Revolução Francesa significou o fim de uma fase e o início de outra. Inaugurou as bases “do programa da evolução que havia de realizar-se em todo o decorrer do século XIX”. Os homens do séc. XIX se esforçavam, segundo o autor, para por em prática grandes idéias que não se efetivaram. Os acontecimentos na França deixaram, como herança, um programa que deveria se concretizar na próxima grande revolução.

Declarava Kropotkin que, se antes de sua obra “todos nós conhecíamos mal a nossa mãe, (...) a reconhecemos hoje entre aqueles descamisados, e entendemos o que eles podem ensinar-nos.”¹⁰(grifos nossos)

“A Grande Revolução” fazia parte da numerosa lista de livros de propaganda anarquista tão valorizada e difundida pelos comunistas libertários. A ignorância era o grande obstáculo a uma nova fase de combates e os militantes esforçavam-se por eliminar esta dificuldade:

“Não basta produzir-se um movimento de idéias nas classes instruídas, seja qual for a sua profundidade, não basta produzirem-se tumultos no seio do povo, por maiores que sejam o seu número e sua extensão. É preciso que a ação revolucionária procedente do povo coincida com o movimento da idéia revolucionária dimanado das classes instruídas”.¹¹

Era preciso levar a “boa nova” a todos os homens...

A “Grande Revolução” é uma obra que busca identidade e justifi-

*Para Kropotkin já são
perfeitamente claros os
princípios comunistas
libertários, como o
federalismo, o governo direto
e a organização do trabalho
pelos próprios trabalhadores.*

cativa para a Revolução que os anarquistas pretendiam fazer. Ao longo de todo o livro, Kropotkin faz comparações entre a situação na França, logo antes do início do processo revolucionário, e o contexto da Rússia na época em que escrevia. Ao avaliar a França pré-revolucionária, Kropotkin conclui que “as condições eram exatamente como atualmente na Rússia”. A fome, a escassez de pão, as más colheitas: “como na Rússia! dir-se-á a cada página, quando se lêem os documentos e as obras que tratam da França camponesa baixo o Anti-go Regime”.¹²

Há um forte comprometimento desta obra, que se pretende objetiva e neutra, mas que acaba por dar um sentido à Revolução, fazendo projeções mecânicas do futuro sobre o passado e apresentando um único destino possível.¹³ Isto, entretanto, não impede que Kropotkin faça análises instigantes. E neste ponto, achamos que seria incorreto igualar “A Grande Revolução” à historiografia sobre a Revolução Francesa produzida no século XIX, tão criticada por F. Furet.

Apesar de pagar pesados tributos ao positivismo de sua época, Kropotkin consegue exceder seus próprios limites, realizando um estudo original e denso.

O autor salienta, logo de início, a importância de perceber a Revolução como sendo a luta de várias correntes de pensamento e ação. O que ele destaca é a *heterogeneidade* dos grupos que se batiam naqueles momentos.

Kropotkin, longe de se dispor a fazer uma história jacobina, deseja recuperar a história dos *outros* projetos que se engajaram no pro-

cesso revolucionário e foram vencidos (apenas temporariamente, profetiza o anarquista). O autor não busca, como fizeram os militantes marxistas, afinidades com os revolucionários jacobinos (apesar de ressaltar o radicalismo de Marat). Entretanto, estabelece analogias entre os “sans-culottes” e as correntes libertárias de sua época.

Ao analisar estes projetos específicos, Kropotkin resalta a dimensão dos movimentos camponeses e da massa urbana (principalmente, do povo de Paris). O autor critica o tratamento dado pela historiografia de seu tempo a estes movimentos. Esta, supervalorizava a ação jacobina no processo revolucionário em detrimento da ação das camadas populares: em geral, as insurreições do povo são apresentadas como incidentes, logo contornadas pela burguesia jacobina, à frente do processo.

Kropotkin, apesar de indicar a fome e as más colheitas como origem das revoltas populares, de forma a dar idéia de uma explosão inconsequente,¹⁴ faz interessantes análises sobre as formas de luta destas massas, que surgem no decorrer da Revolução. A constituição dos *distritos* e das *seções* de Paris são destacadas: eram organizações descentralizadas, autônomas, organizadas de baixo para cima, baseadas na ação direta e não na representatividade. Estas seções vigiavam as estradas, a venda do pão e de artigos de primeira necessidade, além de organizar o cultivo de terrenos vagos em Paris.¹⁵

Kropotkin destaca a decisiva atuação dos movimentos populares na obtenção das mudanças ocorridas. O grande inimigo da monarquia não era a burguesia, mas sim, o povo francês.

“É ainda a insurreição dos campos, alcançando também as cidades que constitui a verdadeira base da Revolução (...). Sem a sublevação dos camponeses (...) o derrubamento do despotismo real nunca se teria efetuado tão cabalmente”.¹⁶

Ressaltando o papel dos movimentos populares na radicalização do processo revolucionário, Kro-

potkin introduz a idéia de que os antagonismos entre o projeto dos revolucionários burgueses e das massas camponesas eram muito mais fortes e importantes que os conflitos entre a burguesia e a nobreza. A burguesia, por si só, não desejava romper completamente com a França monarquista. Kropotkin afirma que, se o discurso burguês pregava a liberdade, a igualdade e a fraternidade, é importante que o seu papel seja avaliado não apenas pelas suas teorias, mas, principalmente, pelas suas ações.¹⁷ Ao analisar a atuação burguesa no processo, Kropotkin desmistifica o caráter revolucionário e radical atribuído a esta classe: segundo ele, a manutenção de instituições como o estado e a propriedade constituía seu maior anseio.

A “noite do 4 de agosto” começou, segundo Kropotkin, pelo pânico gerado pelas revoltas camponesas e não pelo entusiasmo revolucionário. Assim mesmo, tudo foi feito de forma a deixar intocável a propriedade, ao mesmo tempo que se introduziam aparentes alterações. Logo depois, a burguesia toma medidas draconianas contra os camponeses, desarmando-os e dispersando os bandos.

É interessante como o autor nos mostra a ativa participação da burguesia na repressão aos movimentos que *excediam* seu projeto de revolução: em outubro de 1789, a Assembléia confere ao rei o veto *suspensivo*, através do qual ele poderia sustar os decretos por certo tempo; declara a lei marcial (contra a qual apenas Marat se posiciona, radicalmente, contra) e estabelece distinção entre cidadãos ativos (que pagavam contribuições) e passivos (privados de direitos políticos). Em 1793, no período de domínio da burguesia jacobina, constitui-se um governo forte, concentrado em Paris. As seções de Paris são destruídas, os órgãos populares despojados de suas atribuições. E para descrever a situação da França, Kropotkin usa o relato de Michelet, segundo o qual “as assembleias gerais das seções estavam mortas, e todo o poder havia passado aos

Apesar de pagar pesados tributos ao positivismo de sua época, Kropotkin consegue exceder seus próprios limites, realizando um estudo original e denso.

comitês revolucionários, e estes, não eram eleitos, mas compostos de funcionários nomeados pela autoridade”.¹⁸

Havia vários grupos em luta e a complexidade da Revolução ia muito além do conflito burguesia-nobreza. Mesmo o espectro da contra-revolução, superdimensionado por Kropotkin, não se limitava à ação da nobreza. A reação vinha muitas vezes da burguesia, atemorizada pela ameaça à propriedade e pela violência da ação popular. Aqui o próprio conceito de contra-revolução é trabalhado pelo autor: contra qual revolução? Contra a revolução desejada pela burguesia, dentro de seus limites, ou contra a revolução das explosões camponesas, de autonomia dos distritos, da radicalização no que se referia à questão da terra? A leitura da obra de Kropotkin nos mostra que não havia *uma* revolução, mas várias.

Kropotkin não nos apresenta uma burguesia revolucionária, mas comprometida com uma ordem a ser mantida; não nos mostra uma vanguarda jacobina liderando o processo, mas um grupo de burgueses assombrados pela capacidade de mobilização do povo francês na luta contra a opressão. As massas camponesas não aparecem como um bando de pessoas esfomeadas e legalmente submissas a alguns líderes burgueses, mas como a base impulsionadora da radicalização ocorrida durante o desenrolar dos fatos. Essa percepção é, sem dúvida, o grande destaque da obra desse anarquista.

A historiografia sobre a Revolução Francesa e os mitos criados em torno deste processo foram examinados detalhadamente por François

Furet, cuja obra redimensionou as reflexões sobre o tema. Como afirma esse autor, a Revolução Francesa foi descrita minuciosamente, explicada de inúmeras maneiras, mas poucas vezes foi *pensada*. Retomando Tocqueville, desmistifica a ilusão de ruptura profunda e mostra como existem semelhanças decisivas entre o Antigo Regime e o governo que *se diz* totalmente inovador.

Claude Lefort ressalta a contribuição de Furet para os estudos sobre a história da Revolução Francesa.¹⁹ Faz, entretanto, algumas ressalvas. Primeiramente, critica-o por apresentar uma visão linear da historiografia. Furet, segundo Lefort, não verifica a ruptura efetuada na concepção de história, no fim do século XIX. De um lado há obras de caráter singular: Michelet, Proudhon, Guizot e Thierry, que percebem a distância entre o que os autores da revolução diziam de si mesmos e o que faziam. Questionavam, além das aparências, a ocorrência de transformações significativas. Furet não valorizou a obra de um Michelet que, não deixando de “abarcara o todo da revolução, desfaz (...) a idéia de sua unidade. Ao mesmo tempo que a comemora, julga-a incomemorável”.²⁰ Lefort indaga se não foi a historiografia positivista do fim do século XIX que “selou, semimascarando-o, o mito das origens e da identidade nacional ou revolucionária”.²¹

A partir destas observações de Lefort, torna-se mais fácil situar a obra de Kropotkin. A influência do positivismo e das representações construídas em torno da Revolução é grande. Esse autor tinha, entretanto, grande contato com uma historiografia que questionava a idéia da unidade e não se comprometera com as concepções evolucionistas e deterministas, tão arraigadas entre os positivistas e marxistas (e entre os anarquistas também, é óbvio). A obra de Kropotkin é, certamente, um momento da historiografia que não pode ser totalmente situado, nem totalmente excluído, seja entre o conjunto de obras anterior à ruptura, citado por Lefort, seja entre a historiografia



que mistifica definitivamente a Revolução.

Outra restrição que Lefort faz ao texto de Furet é o não aprofundamento de uma questão essencial: por que o processo de continuidade entre o antigo e o novo regime serviu-se de uma revolução e não de um processo menos traumático?

A leitura de Kropotkin nos sugere respostas para a indagação levantada por Lefort. Não teria sido este "excesso" revolucionário produzido pela irrupção das massas, pela capacidade de autonomia e pela criatividade popular no desenrolar dos acontecimentos? Talvez este radicalismo rebelde tenha resultado da insistência indesejada, mas incontornável, de se colocar o novo a cada momento. Paralelamente a este movimento de luta pela renovação das instituições sociais, existiriam outros que, "travestindo" as antigas instituições, conferiram-lhes a aparência de inéditas.

O contato com a obra desse anarquista russo nos mostra que ele mistifica, sem dúvida, "A Grande Revolução". Entretanto, a cada página ele nos surpreende ao desmascará-la. □

Regina Horta Duarte, é licenciada em história pela Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu a tese de mestrado "A Imagem Rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo", na UNICAMP. Atualmente é professora assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais.

Notas

1. FURET, François. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, p. 14.
2. KROPOTKIN, P. *A Grande Revolução*. Salvador, Progresso, 1955, p. 6. Esta obra foi dividida em dois volumes. A dificuldade em encontrar o 2º volume da edição brasileira levou-nos a consultar a 2ª parte da edição argentina *História de La Revolución Francesa*. Desta forma, citaremos as duas edições, conforme o caso, para evitar confusões nas citações das páginas.
3. Sobre as questões da escatologia e das Idades Míticas veja-se LE GOFF, Jacques. *Idades Míticas; Escatologia*, In *Enciclopedia Einaudi*. Vol. 1. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, p. 311 à 337, 425 à 457.
4. As informações sobre o comunismo libertário foram encontradas em KROPOTKIN, P. *Em torno de uma Vida - Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1946, e LUIZETTO, Flávio. *Presença do anarquismo no Brasil: Um estudo dos episódios literário e educacional - 1900/1920*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1984, mimeo.
5. RECLUS, E. Citado por LUIZETTO, F. *op. cit.* p. 38.
6. RECLUS, R. *Evolução e Ideal Anarquista*. São Paulo, Estabelecimento Tipográfico de la Tribuna Española, 1904, p. 7 a 27.
7. *id. ib.*, p. 133.
8. KROPOTKIN, *História de la Revolución Francesa (...)* p. 479.
9. *id. ib.*, p. 482.
10. *id. ib.*, p. 482.
11. KROPOTKIN, P. *A Grande Revolução (...)* p. 11.
12. KROPOTKIN, P. *História de la Revolución Francesa (...)* p. 367.
13. Estas são críticas feitas à historiografia marxista feitas por FURET, F. *op. cit.* p. 33 e seguintes.
14. Thompson critica esta tendência, tão comum, de se considerar movimentos populares como "motins" ou "rebeliões de estômago". Ao analisar tais movimentos, este autor os redimensiona totalmente. THOMPSON, E. P. *A Economia "moral" de la Multitud en la Inglaterra del siglo XVI-II*. In: *Tradición Revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979, p. 62 a 134.

15. KROPOTKIN, P. *A Grande Revolução (...)*, p. 211 a 225.
16. *id.*, *ib.*, p. 58.
17. *id.*, *ib.*, p. 19.
18. MICHELET, citado por KROPOTKIN, P. *História de la Revolución Francesa (...)*, p. 445.
19. LEFORT, Claude. *Pensar a Revolução na Revolução Francesa*. In: *História: Questões e Debates*. Curitiba 6(10): 25-60, junho 1985.
20. *id.*, *ib.*, p. 36. As citações de Michelet feitas por Kropotkin em sua obra sobre a Revolução Francesa reforçam nesta constatação de que Michelet evidencia a idéia de uma transferência da autoridade real ao governo revolucionário.
21. *id.*, *ib.*, p. 38.

Resumen

La escatología libertadora - Kropotkin y la revolución

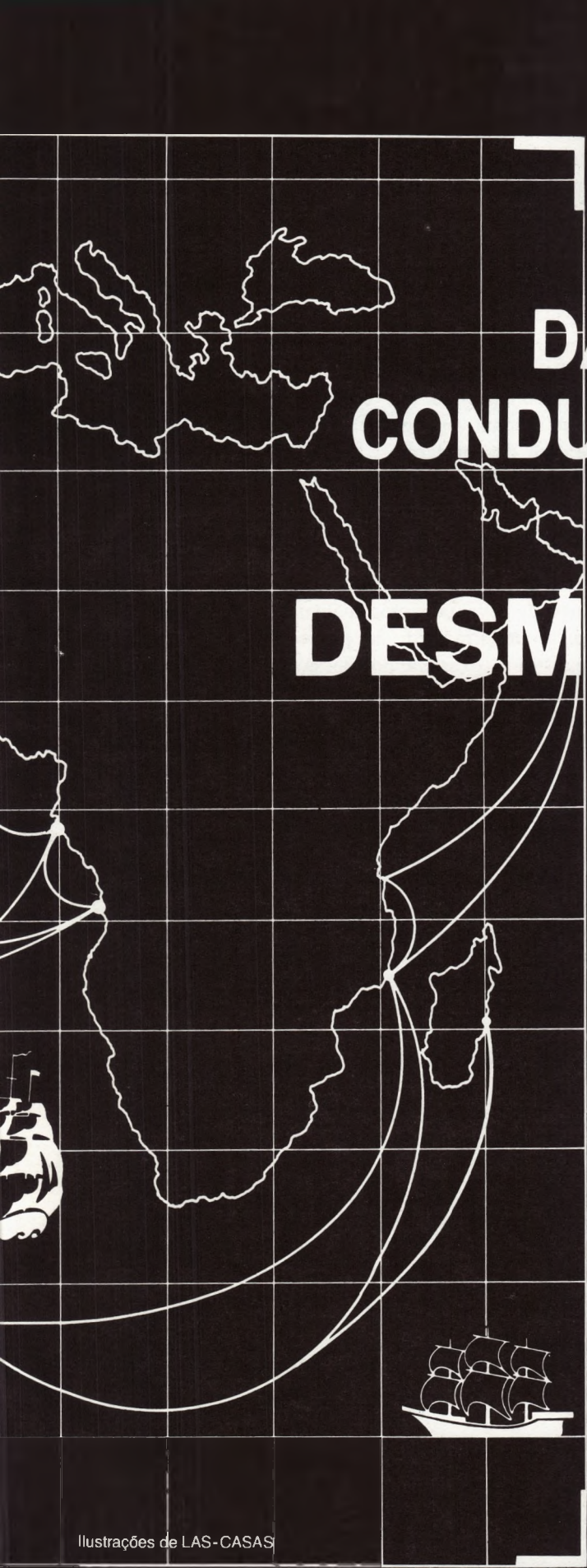
La gran revolución, obra del anarquista ruso P. Kropotkin (1842-1921), fue el resultado de una investigación realizada durante más de veinte años. Entusiasmado con las agitaciones sociales que ocurrían en Rusia a comienzos de siglo, Kropotkin buscaba, en sus estudios sobre la Revolución francesa, respuestas para las indagaciones de los hombres de su época. Su propuesta principal era recuperar la acción de las masas populares en el proceso revolucionario. A partir de esa perspectiva construye una visión original que rehabilita una fase oculta de la historia de la Revolución francesa.

Abstract

Libertarian Eschatology - Kropotkin and the Revolution

The Russian anarchist P. Kropotkin (1842-1921) wrote *The Great Revolution* after researching for more than twenty years. Encouraged by the social commotion simmering in Russia at the beginning of the century, Kropotkin sought answers to the speculations of men of his day in his studies on the French Revolution. His major proposal was to revalue the action of the masses in the revolutionary process. From this angle, he achieved original insights that reveal a hidden facet of the history of the French Revolution.





A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTOGRAFIA CONDUZIDA PARA UMA ÁFRICA DESMISTIFICADA

Rafael Sanzio A. dos Anjos

Os propósitos desse trabalho visam não só demonstrar a eficiência dos métodos gráficos como instrumentos tanto de pesquisa, como de comunicação mas, principalmente, juntar-se ao esforço de inúmeros pesquisadores que tentam contribuir para a discussão de uma política educacional no Brasil, onde a questão racial seja tratada com mais seriedade. E possibilita, também, uma melhor interpretação de alguns processos históricos e geopolíticos que contribuíram para a formação do povo brasileiro.



s símbolos e as composições gráficas usados pelos meios de comunicação social para transmitir conteúdos, sobretudo os voltados para educação, têm sido, demasiadamente, atrativos e segregadores. A imagem cartográfica, considerada também, expressão de uma linguagem, tem relevante papel no estímulo à observação e interpretação das relações que se manifestam no espaço geográfico. O continente africano, quase nunca considerado um território como entidade histórica, tem sido durante muito tempo, o mais mitificado e explorado. Preconceitos de toda espécie ocultam à sociedade a sua verdadeira historiografia. A semiologia gráfica tem fornecido princípios que servem para minorar a alienação na percepção de formas gráficas, de maneira que o processo de reconstituição e reprodução das relações sócio e físico-espaciais de um território, tem esta renovação na sua solução. A África aqui é o condutor principal dessa reflexão, que traz no seu bojo a importância dos mapas como instrumento tanto de pesquisa como de comunicação.

O PROJETO RETRATOS DA ÁFRICA¹

O centenário da sanção da Lei Áurea, pelo regime imperial brasileiro, ocorrido o ano passado, vem suscitando uma significativa revisão historiográfica e das idéias nos meios acadêmicos, especialmente nas áreas de ciências humanas e educação, e na ação político/cultural das entidades negras, que tentam resgatar sua identidade e construir sua memória.

O território africano, componente fundamental para uma compreensão mais apurada das questões que envolvem o papel do negro na sociedade brasileira, não pode deixar de ser entendido como um espaço produzido pelas relações sociais ao longo de sua evolução histórica, suas desigualdades, contradições e a apropriação que estas e outras sociedades fizeram, e ainda o fazem, dos recursos da natureza. Não podemos perder de vista que a África foi marcada por vários séculos de opressão, convivendo com gerações de exploradores, de traficantes de escravos, de mis-

sionários, de sábios de toda ordem, que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. Esta imagem, que foi sendo ampliada, não considerava os processos históricos como fatores modeladores da organização social e espacial, mesmo diante dos elementos da natureza. Neste contexto, não é de causar espanto o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à historiografia africana em todas as histórias da humanidade.

Reconhecendo que existe esse profundo vínculo entre o cenário geográfico e os eventos históricos que nele se desenrolaram e lhe sentiram a influência, o projeto: Retratos da África – “Uma Abordagem Cartográfica”, buscou desenvolver um diálogo mais amplo entre a geografia, a história e a antropologia da África, através da “linguagem gráfica” expressa em um conjunto de mapas temáticos, elaborados a partir do levantamento, análise e interpretação de dados secundários e de um processo sistemático de mapeamento, exercitando, dessa forma, a interdisciplinaridade e minorando a compartimentação do saber imposto pelos currículos tradicionais.

Com essa abordagem, o projeto tratou a compreensão do espaço africano como um espaço produzido pelos grupos humanos, que estão em contato permanente com dois tipos de forças: as históricas e as naturais. Neste sentido, a historiografia africana que tem sido, demasiadamente, mascarada, desfigurada e, sobretudo, mutilada, necessita passar por um processo de desmitificação mais sistemático, como meio fundamental para minorar a persistência da discriminação do negro em nossa sociedade.

A CARTOGRAFIA ADOTADA

A atividade de mapeamento, por mais simples e direta que seja, constitui várias transformações da realidade, no que diz respeito à escala (quantas vezes o território representado foi reduzido), projeção (transposição de superfícies que na realidade são curvas para o plano), seletividade da informação (um



mapa não representa todos os aspectos do espaço geográfico) e à simbologia (representação gráfica das manifestações físicas e culturais construídas no espaço geográfico). Estas transformações gráficas do espaço, que não se limitam somente aos aspectos visíveis da paisagem – entendida aqui como as manifestações construídas pela dinâmica da sociedade –, continuam sendo o eixo das preocupações estruturais da cartografia, sobretudo o sistema simbólico utilizado para comunicar a informação geográfica.

Apesar de ser a confecção dos mapas uma prática antiga e, altamente, especializada, o estudo dos mapas e de outras construções gráficas para o armazenamento de informação, por muito tempo, limitou-se a enunciar que as representações cartográficas são expressões de uma linguagem. A geografia, principalmente, não analisou durante muito tempo em que aspectos as representações gráficas refletiam o espaço real dinâmico e histórico, nem criaram regras para relacioná-lo com o sistema de simbologia que estava sendo usado. Atualmente as representações gráficas estão passando por uma importante renovação na sua solução, através das pesquisas na área da semiologia gráfica proposta inicialmente na França. O prof. Jacques Bertin, que dirigiu trabalhos nesta área, desenvolveu pesquisas que possibilitaram que as representações gráficas se tornassem um instrumento analítico e de tratamento de informação. Este, parte do princípio de que um mapa não se desenha simplesmente, mas ele é construído e reconstruído, regido pela linguagem visual, usufruindo do grande potencial de percepção do olho humano (a retina), procurando demonstrar que as representações gráficas fazem parte de um sistema de símbolos, organizados para armazenar e comunicar aspectos do espaço geográfico necessários e possíveis de serem mensurados.

Na atividade do mapeamento temático, uma vez definida a área e a finalidade da construção, passa-se ao problema seguinte, que é a caracterização das informações a partir dos componentes a serem representados, que poderão ter vários níveis de abordagem, a saber: quantitativo, ordenado, dinâmico e

qualitativo. As informações transmitidas podem se referir a uma localização precisa, a um percurso, ou, ainda, a uma superfície. Estas três maneiras de colocar a informação num documento cartográfico, representam os três modos de implantação da informação, ou seja: pontual, linear e zonal.² Segundo a natureza do fenômeno ou fato a ser representado e de acordo com a finalidade já definida do documento cartográfico, os recursos utilizados para representar os vários aspectos da construção, podem ser resumidos no estudo das chamadas “variáveis da retina” ou variáveis visuais, que melhor transcreverão tais componentes. As variáveis da retina serão constituídas a partir das variações percebidas pela retina, órgão sensível do olho humano, a saber: o tamanho, o valor, a granulação, a cor, a orientação e a forma.

A cartografia adotada no projeto foi utilizada como um instrumento gráfico de tratamento e reconstituição de informação, simplificando os mapas complexos, obedecendo a um processo de construção, até que fossem reveladas as relações existentes entre os elementos básicos que pudessem definir uma interpretação mais original da historiografia contemporânea da África. Assim, a imagem cartográfica tem um relevante papel no estímulo à observação e interpretação das relações e configurações do espaço africano, no passado e no presente, conduzindo a uma compreensão mais rápida e substancial. Não podemos perder de vista que a massificação e alienação da sociedade atual é um problema não somente de conteúdo, mas também de percepção das formas. Os símbolos e composições gráficas usados pelos meios de comunicação social para transmitir conteúdos, sobretudo os voltados para educação, têm sido, demasiadamente atrativos, impactantes e segregadores. Dessa forma, a metodologia utilizada na elaboração dos documentos cartográficos aqui apresentados, que tem a África como “pano de fundo”, levou em consideração os princípios da semiologia gráfica e contribuições de outras técnicas de representação gráfica, sem esquecer que o produto será mais eficaz na medida em que exigir um menor esforço mental para o entendimento da mensagem.



A ESTRUTURA TEMÁTICA

Enquanto as sociedades africanas foram se modificando ao longo dos tempos, criando novas e mais complexas formas de sobrevivência, produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo do trabalho, novos espaços foram sendo construídos. Dessa forma, o espaço africano confunde-se com o tempo como produto histórico, evidenciando-se a íntima relação do espaço geográfico com os eventos da História.

A estrutura temática do trabalho procurou obedecer a uma certa ordem cronológica, com o cuidado de questionar uma concepção linear e restritiva dos fenômenos e fatos da historiografia africana, estabelecendo um espectro temático no conjunto dos mapas que abordasse aspectos relevantes anteriores à pré-história africana, estendendo-se até as suas manifestações mais contemporâneas, conforme itens abaixo:

1. O quadro ambiental do passado e a pré-história – nesta parte do trabalho foram tratados temas fundamentais do passado geológico e geográfico na África como a deriva dos continentes, as glaciações do quaternário, a desertificação do Saara e os sinais de vida humana primitiva no continente;

2. O quadro ambiental recente e a história que antecede os “grandes descobrimentos” – nesta segunda

parte abordou-se temas para a compreensão das relações da base geográfica com os eventos históricos, tais como: a morfologia, o clima e a cobertura vegetal que se organizou após as glaciações, as grandes migrações humanas (línguas bantu), a organização cultural dos povos, os principais estados políticos e o comércio com outros territórios;

3. O tráfico negreiro e a colonização – aqui foram tratados os temas estruturais do nascimento e desenvolvimento do capitalismo no mundo, tais como: os aspectos econômicos que engendravam o comércio além mar, a questão demográfica e cultural do tráfico e o contexto geopolítico;

4. O imperialismo e a descolonização – nesta quarta parte foram abordados temas de um novo mo-

mento do capitalismo na África, iniciando com as incursões científicas para reconhecimento dos recursos naturais, o estado africano e as colônias estrangeiras no final do século XIX, a partilha da África no início do século XX, os momentos da independência política e o contexto geopolítico;

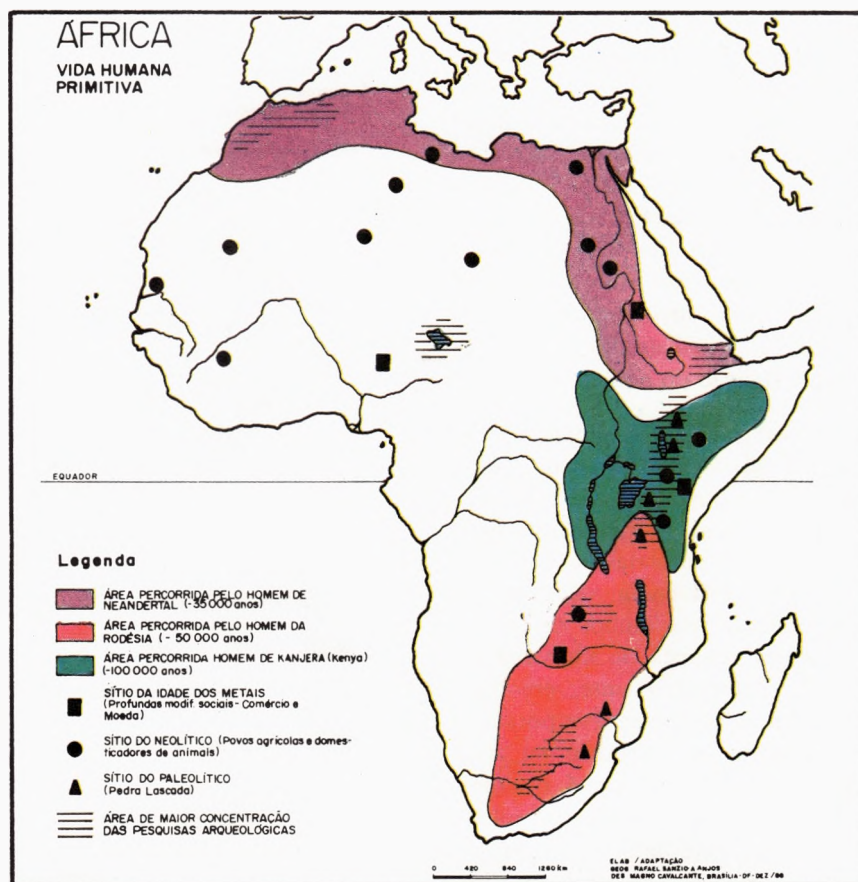
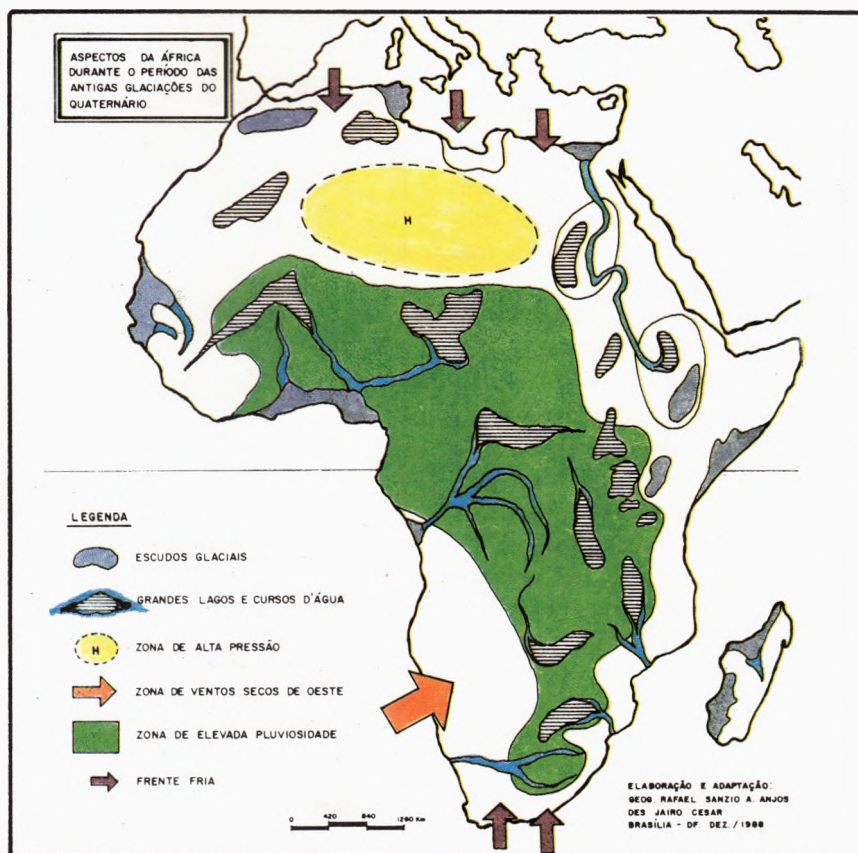
5. A África contemporânea – nesta quinta e última parte do projeto, tratou-se de temas que têm expressão nas três últimas décadas como a nova organização dos estados políticos, seus conflitos e tensões, a distribuição e ocupação da população, a geografia do militarismo que se organizou, a nova organização das religiões e das atividades econômicas no território.

Todos esses assuntos estão abordados de alguma forma no conjunto dos mapas, com a preocupação de manter um diálogo entre esses. A amplitude das questões que conformam o universo temático do trabalho e as escalas adotadas nas construções, fizeram com que os temas fossem tratados, na sua maioria, de maneira ampla, restringindo-se o seu nível de detalhe, mas atendendo aos propósitos principais do projeto, ou seja, trazer à luz uma África como entidade histórica, enfocando as questões fundamentais que a acometem hoje, assim como fenômenos que aí se revelaram, resultantes de um conjunto de forças impulsionadas pela história e pela geografia.



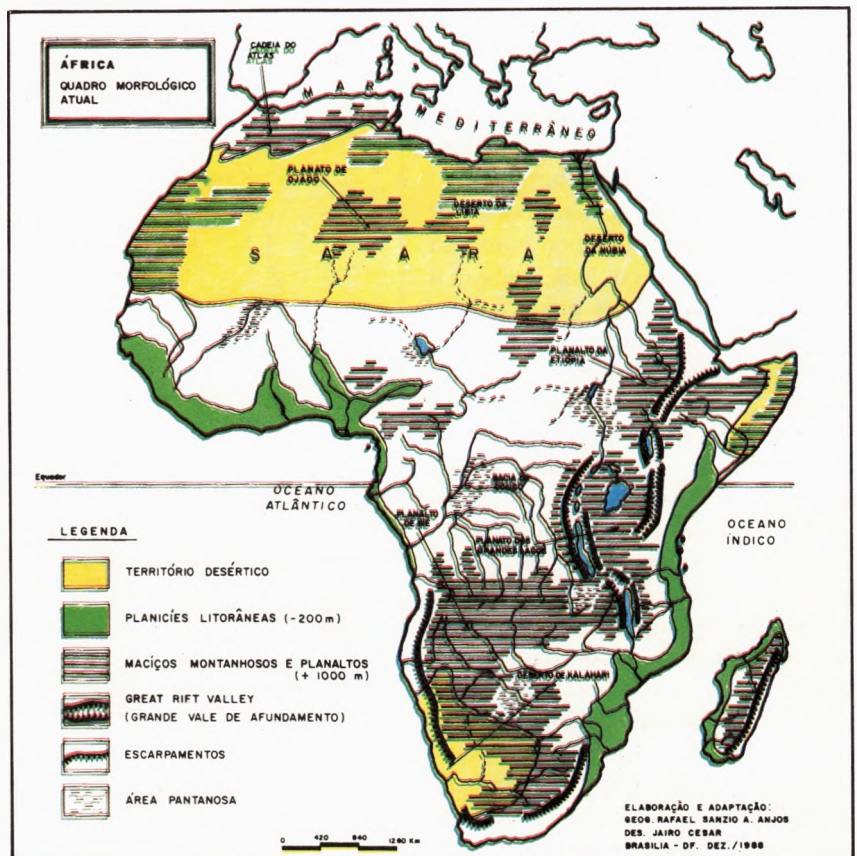
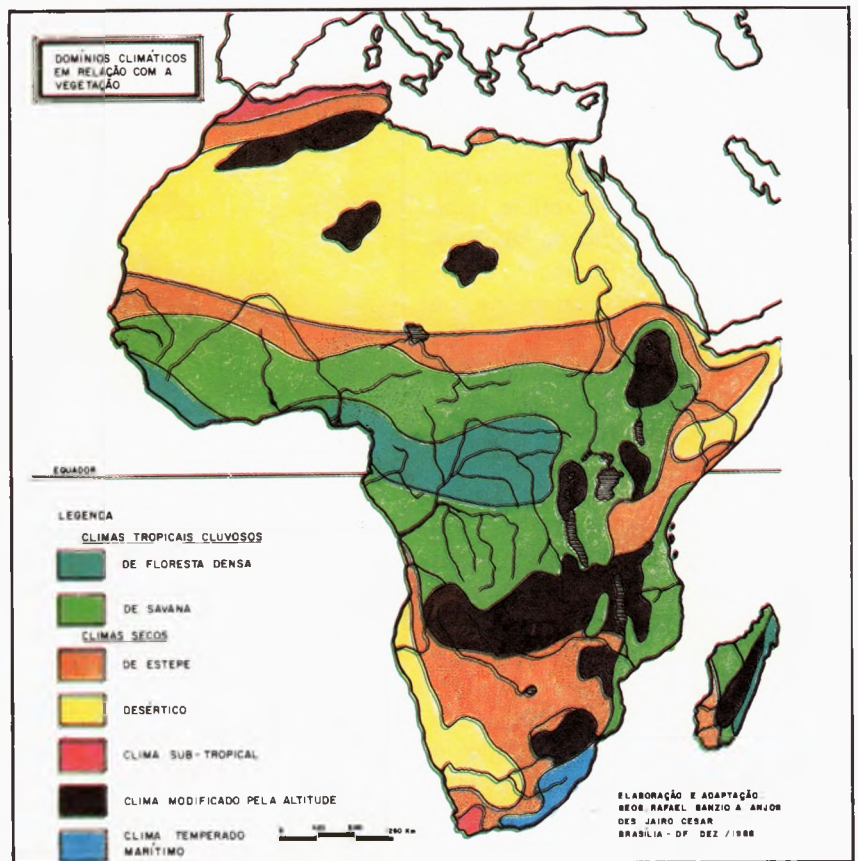
A distribuição dos oceanos e das terras emersas é uma consequência dos processos evolutivos que afetaram e ainda afetam a litosfera. No momento atual, tal distribuição reflete, simplesmente, um estágio da sua evolução no tempo geológico.³ A Terra durante a Era Quaternária ou Antropozóica (10 milhões de anos passados) – Era da aparição do homem primitivo – viveu longos e intensos períodos frios que vão determinar as glaciações, fenômeno causador de relevantes mudanças no clima, na morfologia e na vida animal e vegetal do globo. A África, neste momento da história geológica, se apresentava com condições ambientais bastante diferentes das atuais, principalmente nos recursos hídricos que ocupavam maiores áreas, proporcionando o desenvolvimento de um revestimento vegetal e vida animal em regiões atualmente desérticas.⁴

Uma série de pesquisas arqueológicas vêm apontando a África como o território do surgimento dos ancestrais do Homo Sapiens, de onde ter-se-iam espalhado pelo planeta. Os métodos científicos utilizados pela arqueologia têm o mérito de ser universais. Podem ser aplicados tanto na África como na América, Europa ou Ásia, embora a maneira de aplicá-los possa ter variações de um lugar para outro. Esta hipótese de aparecimento do homem se mostra coerente, principalmente por que é na África que se encontram os fósseis da mais antiga espécie humana.⁵ A região no entorno do lago Turkana no Grande Vale de Afundamento na África Oriental (Great Rift Valley) apresenta fortes argumentos e uma abundância de indícios para a primazia de ter sido o berço da humanidade.⁶ Os sítios arqueológicos da pré-história na África, apresentam-se pouco numerosos e se encontram distribuídos de forma bastante dispersa. Ainda que se descubram,



a cada ano, novos sítios, grande parte da África terá dificuldade de revelar as evidências fósseis do aparecimento do homem, uma vez que em muitas regiões não existiram condições ambientais favoráveis à fossilização de restos animais. Observando os vestígios fósseis do Neolítico,⁷ estes distribuem-se por toda a extensão do atual deserto de Saara, fato que também comprova a existência de outras condições ambientais nesta região. As sociedades do Neolítico, caracterizadas como povos agricultores e domesticadores de animais, portanto, sedentarizados, viveram no momento de retirada do gelo das terras atingidas pelas glaciações (final do período Holoceno). Este fenômeno da retirada do gelo vai desencadear mudanças climáticas gradativas que implicarão na rarefação das precipitações e conseqüente extinção dos mananciais, imprimindo em muitas regiões a desertificação (o caso do Saara), forçando, dessa forma, as sociedades a migrarem para o norte e nas direções leste e sul do continente, regiões de clima mais favorável ao habitat.⁸ Dessa forma, os paleoclimas são responsáveis pela existência do Saara, onde a presença de vestígios líticos e de fósseis de uma fauna do tipo equatorial, provam que em tempos remotos houve um clima úmido mais favorável à fixação do homem.

A notável originalidade da sucessão atual de faixas climáticas e da cobertura vegetal, ordenadas quase paralelas ao Equador, sofrem a influência decisiva da pluviosidade (em ambos os hemisférios, os regimes de chuva diminuem, progressivamente, em direção às altas latitudes). Por possuir a maior parte do território na zona intertropical, a África é o continente mais uniformemente quente do mundo. Este calor se faz acompanhar de seca, crescente em dire-

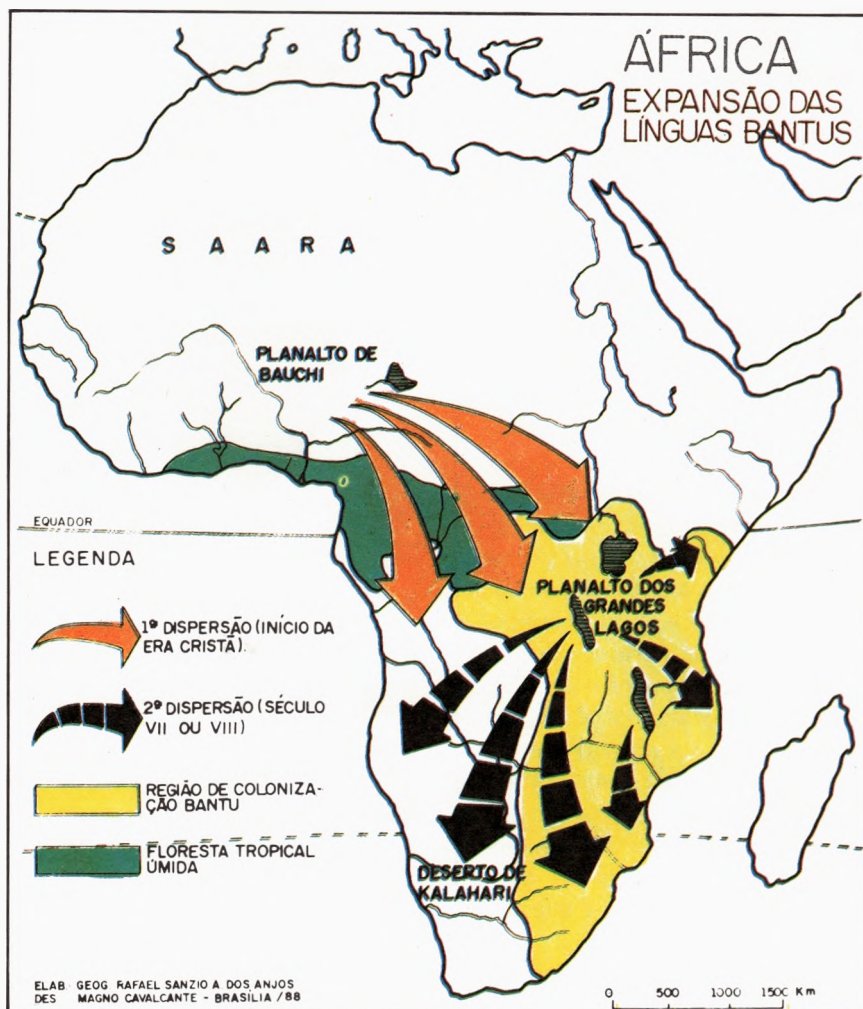


ção aos trópicos, ou de umidade, geralmente mais elevada nas baixas latitudes.

Protegido por dois oceanos, um imenso deserto e um litoral não muito hospitaleiro, a África permaneceu por séculos fora das rotas comerciais. O isolamento nunca foi completo, o Oceano Índico favoreceu o contato entre a África Central e o sul da Ásia, assim como o extremo norte da África sentiu as influências do mundo Mediterrâneo. Como diz Giordani (1985, p. 37) “o solo, a chuva, o calor, a falta de água, a floresta, a fauna desempenharam papel, às vezes, decisivo na história dos povos africanos, constituindo, não raro, sérios obstáculos à fixação humana”. A desertificação do Saara não impediu, de modo absoluto, a comunicação entre o Mediterrâneo e a África Tropical. Esse atuou como uma espécie de filtro natural, limitando a penetração de influências do mundo Mediterrâneo.

No ambiente de savana e floresta da África Austral, vai ocorrer um dos fenômenos mais importantes e fundamentais da historiografia africana. A expansão das línguas bantu. Ao que tudo indica, esta expansão demográfica, estaria, profundamente, ligada a uma notável melhoria do nível alimentar,⁹ à posse e uso da técnica do ferro e a uma capacidade de organização social e política. Os povos,¹⁰ caracterizados como bantus, apresentam uma diversidade de tipos físicos, mas os inúmeros dialetos que usam apresentam características comuns, que só podem ser explicadas pressupondo-se uma origem comum.¹¹ Segundo os estudiosos de linguística, o ponto de dispersão das línguas bantu, teria sido os planaltos da Nigéria e da República dos Camarões, no início da Era Cristã.

Por volta do século VII (ou VIII) os bantus se encontraram na região dos Grandes Lagos e a partir daí, se multiplicaram e se expandiram rapidamente. Pelo século X estão



na região do atual Zimbabwe, com infiltração até a desembocadura do rio Congo (no Zaire). Giordani (1985, p. 96) ao analisar esse fenômeno, diz que “a expansão bantu foi um processo notável de colonização, — no verdadeiro sentido da palavra — a exploração de terras totalmente desocupadas”.

É inegável a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade das sociedades africanas da época anterior aos descobrimentos. Esta necessidade, contudo, defronta-se com uma série de dificuldades, sobretudo, no que se refere à ausência de documentação escrita referente a este período e à terminologia usada para expor os acontecimentos e instituições.

Os estados abordados no mapa dos principais estados e formações

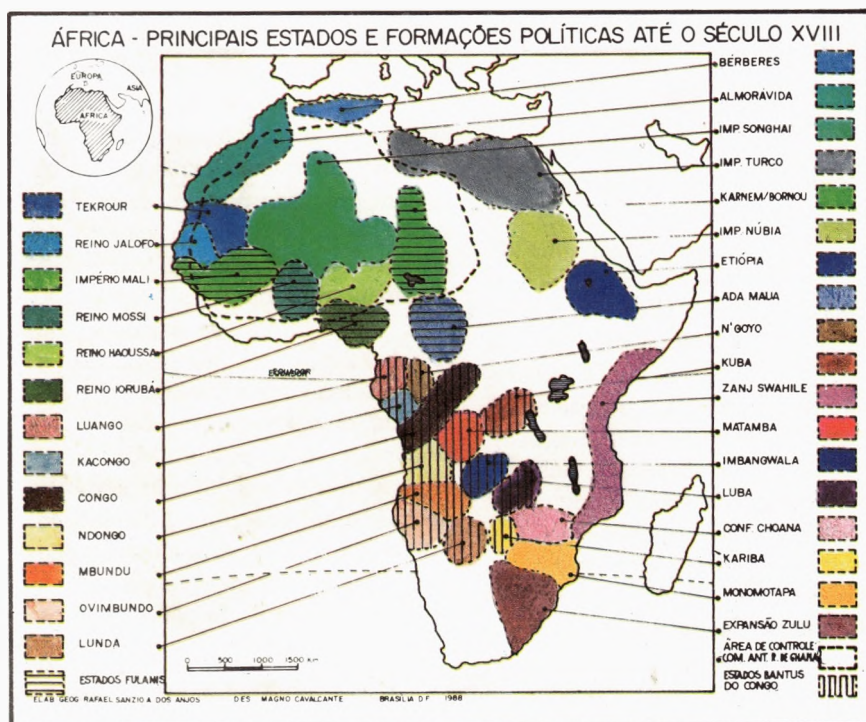
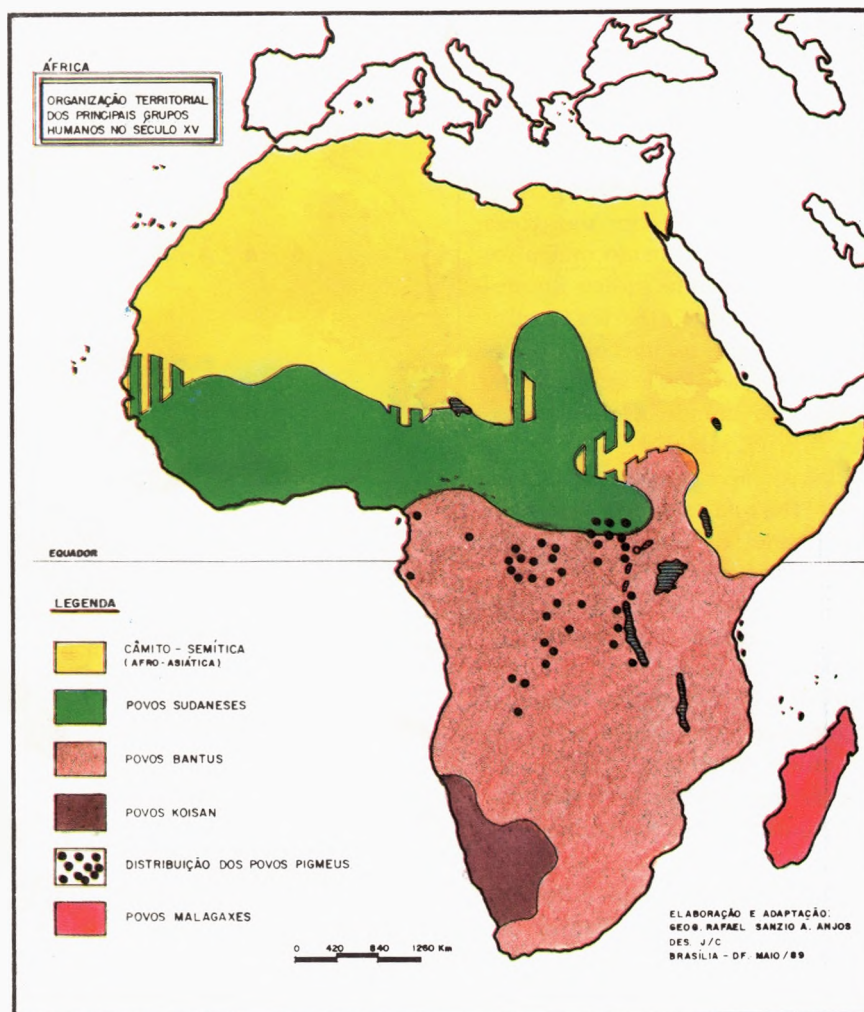
políticas da África até o século XVIII, podem parecer, à primeira vista, por demais pretensiosos em virtude da ampla complexidade das organizações políticas africanas, que, aparentemente, se propõe abarcar. Pretendemos, apenas, mostrar a distribuição espacial das formações políticas que figuram com mais evidência na historiografia africana, dentro dos limites oferecidos pelas fontes. O que chamamos aqui de reinos e impérios, são núcleos de domínio com limites ou fronteiras bastantes fluidos, que alcançam maior ou menor extensão territorial, segundo o nível de autoridade e dinamismo dos governantes. Estas expressões não designam, portanto, um estado político nos padrões ocidentais.

Das organizações políticas que figuram entre as mais antigas da

África Ocidental, destacamos os impérios de Ghana, Songhai e Malí, que em função dos seus próprios impulsos econômicos e culturais, vão criar condições para o desenvolvimento de outros estados vizinhos, que depois se tornaram rivais. A título de exemplo, lembramos o império de Ghana, que segundo Ki-Zerbo (1972, p. 133), é o primeiro império negro conhecido com precisão. Giordani (1985, p. 102) afirma que “durante a Idade Média e até a descoberta da América, o principal fornecedor de ouro e sal do mundo Mediterrâneo era Ghana”. O seu fortalecimento político e militar tem sua origem neste comércio, via rotas transaarianas, que incluía também, cobre e manufaturas do norte da África.

Sem alcançar o poderio de Ghana, Songhai e Malí, outras formações políticas desenvolveram-se por várias regiões africanas. O território da bacia do Congo, em seu sentido mais amplo,¹² esteve povoado por pigmeus (selva) e bosquimanos (savana), povos que desenvolveram uma economia mercantil a partir da conexão com os focos comerciais da costa oriental, testemunhada pela presença de objetos hindus e chineses do século VIII a X.¹³ No final do século XIV, uma série de reinos bantus tinha-se, formado, com diferentes níveis de integração entre si. O reino do Congo, foi um dos maiores estados constituídos no sul do Saara. Giordani (1985, p. 101) lembra que este reino teria sido fundado pelo incio do século XV por chefes guerreiros, bons caçadores e guerreiros.

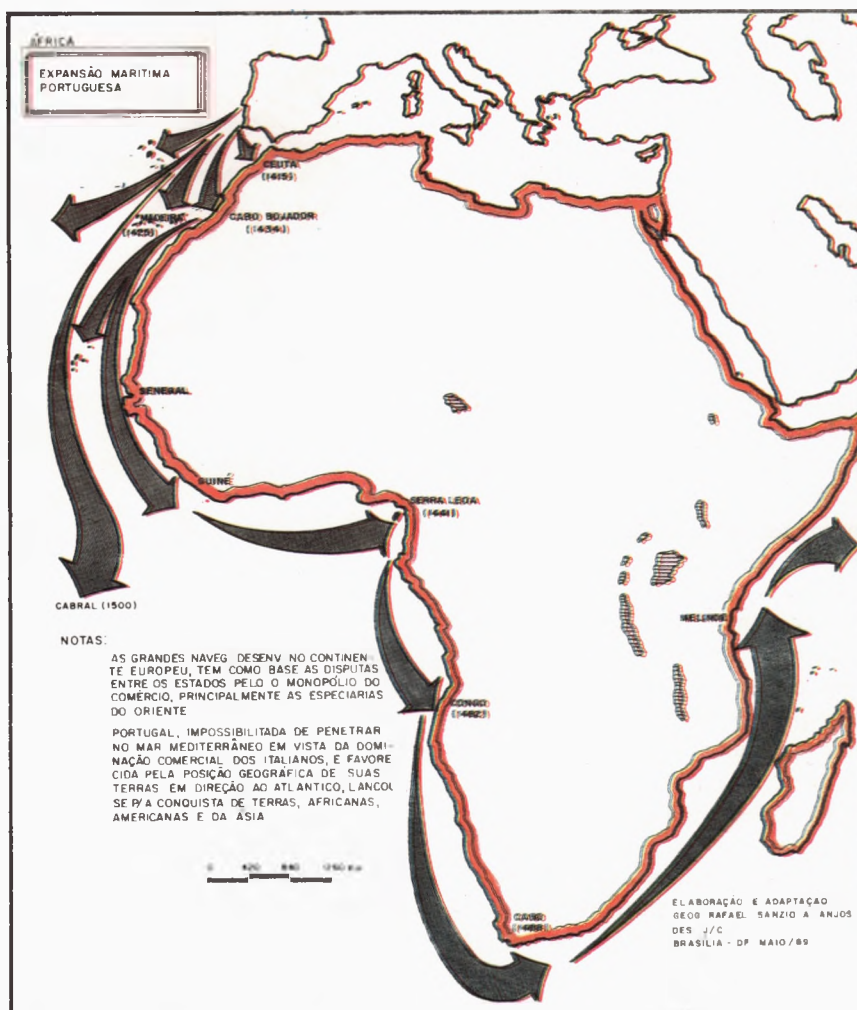
É oportuno repetir a observação, já feita por vários estudiosos, de que a África oferece uma oportunidade única para a reconstituição do modo de vida das mais primitivas sociedades, visto encontrarem-se lá, organizações sociais e políticas que conservam hábitos, técnicas e atividades que têm, por vezes, a sua origem num passado remoto.





ovos árabes, indianos, chineses e outros do oriente, há muito mantinham relações comerciais e miscigenavam-se com os povos africanos, onde as estruturas sociais mesclaram-se sem provocar rupturas violentas nas sociedades africanas. Os povos europeus não. O período das grandes navegações e descobrimentos coincide com o início do renascimento, onde a atividade mercantil vai abrir o caminho à revolução industrial e ao capitalismo. Adas (1981, p.112 e 113), ao abordar o problema da formação da imagem hostil dos trópicos, adverte para este novo período da história do homem, caracterizando uma nova fase de relações entre os homens e entre estes e a natureza. Em nenhum momento da história do homem tinha sido necessário uma acumulação tão rápida de riquezas para a emergência de uma nova classe e permitir o desenvolvimento de um novo sistema econômico e social.

A Europa, com seu território de dimensões reduzidas, pobreza mineral e uma população insuficiente para ocupar e produzir nas “novas” terras descobertas, nas quais os europeus haviam chegado nos séculos XV e XVI, vai encontrar nessas mesmas terras os fatores de produção que lhe são escassos. A exploração dos recursos naturais – principalmente os minerais preciosos da América e da África por mão-de-obra escrava, impulsionam o comércio a longa distância e fortalece o poder central do estado, passando a ser a base do capitalismo comercial e financeiro da Europa e além dela. Como diz Pietri (1988, p. 12) “o desenvolvimento das populações européias, que tornou possíveis as grandes concentrações urbanas, a consolidação nacional e depois o desdobramento da revolução industrial, se deve à ampliação mundial do mercado, mas também ao desaparecimento definitivo da fome que durante séculos dizimou



os europeus”.

O mercantilismo europeu, entretanto, tinha pressa, uma pressa que não permitia um relacionamento harmônico com as novas sociedades com as quais entravam em contato. Na medida em que os povos europeus visavam tirar do meio tropical tudo aquilo que ele pudessem oferecer ao mercado europeu, delineava-se uma missão civilizadora, que desde logo tratou de hostilizar a imagem dos trópicos, até o ponto de se firmar teorias que as realizações humanas são limitadas pelo clima tropical, desconsiderando os processos e as forças históricas como fatores estruturadores do comportamento humano, mesmo diante das influências dos elementos da natureza.¹⁴ Não era somente a terra e suas riquezas que interessavam aos povos europeus, mas

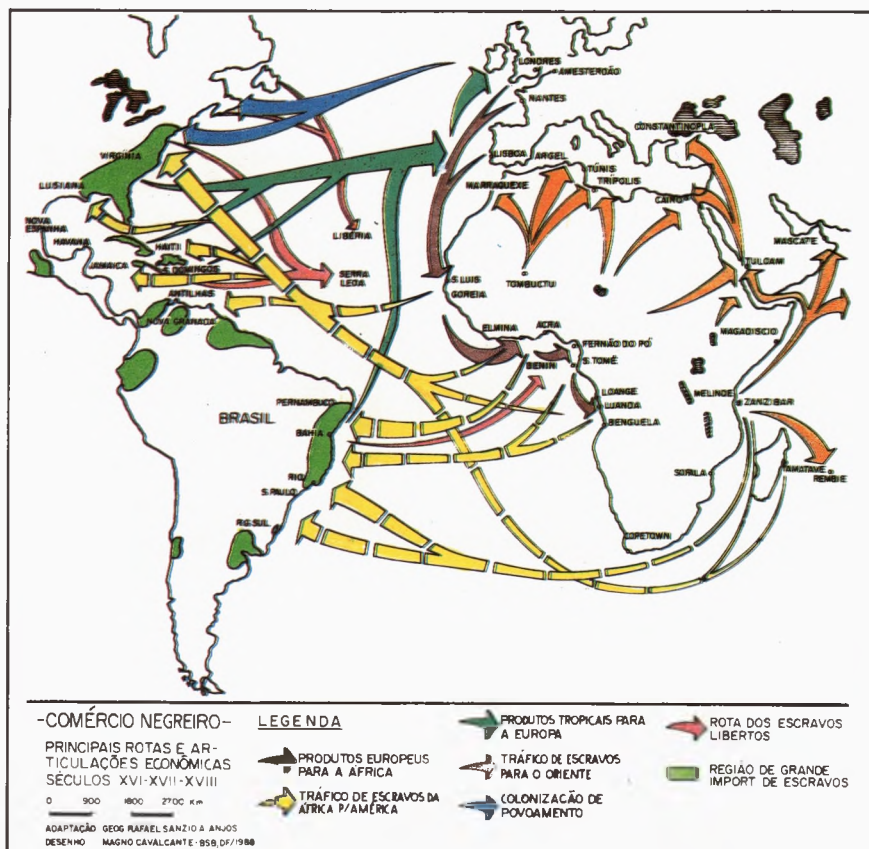
também, os homens, para o cultivo e a exploração das minas, eram necessários aos colonizadores. Como diz Prado Júnior (1961, p.22 e 23) “o colono europeu não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia de seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador”.

A barreira das condições ambientais e a resistência dos povos africanos à desestruturação de suas sociedades, vão impor gradientes no território atingido pela retirada de povos para serem escravizados. O tráfico de escravos da África para a América, foi durante mais de três séculos, uma das maiores e mais rendosas atividades dos nego-

cientes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Lutas sangrentas, violência, situações completamente novas de deslocamentos e adaptações, morte e crueldade, tudo isso concorreu para os efeitos multiplicadores do grande negócio que foi o tráfico de escravos, tais como o crescimento da indústria naval, da indústria bélica, da agricultura, da mineração, da atividade financeira, fechando o ciclo da acumulação primitiva de capital.

Reconhece-se hoje que dentre os principais fatores que fizeram com que os povos europeus se voltassem para a África e a transformassem no maior reservatório de mão-de-obra escrava, jamais imaginado pelo homem, foi a tradição dos povos africanos de bons agricultores, ferreiros e mineradores, características não existentes nos índios da América, que, além de fugirem para o interior, foram defendidos pelas missões civilizadoras.¹⁵ Outro fator que justificava para o europeu a substituição do índio pelo africano como escravo colonial, era que, trocando na África produtos manufaturados por homens cativos, e, na América, estes por mercadorias coloniais, as classes dominantes das metrópoles da Europa, apropriavam-se mais facilmente das riquezas aqui produzidas.

O tráfico negreiro importou, para diferentes locais da América, negros provenientes das mais diversas regiões da África. Segundo Maestri Filho (1984, p. 13) “o Brasil foi o país da América mais acabadamente escravista e o último a abolir a escravidão do continente”. O jogo de trocas comerciais estabelecido, imprimiu relações precisas entre clientes e fornecedores dos dois lados do Atlântico e, estrategicamente a distribuição dos



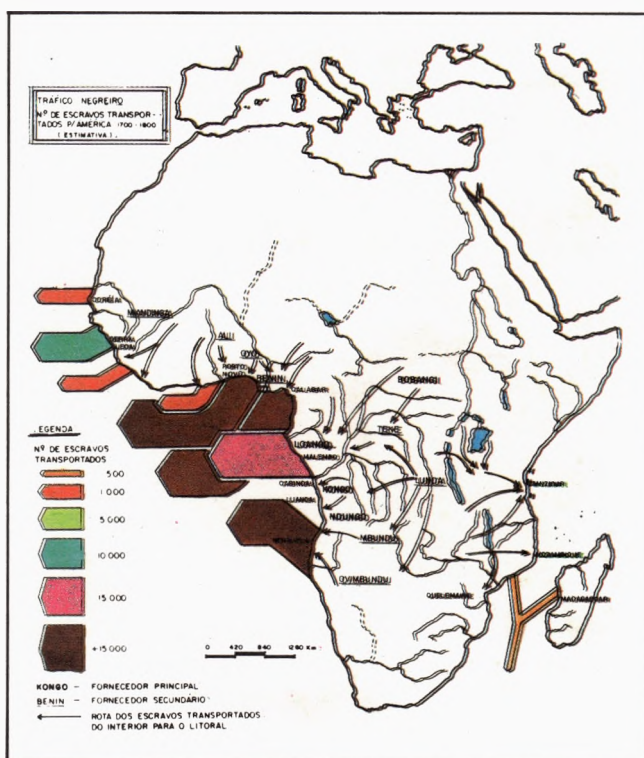
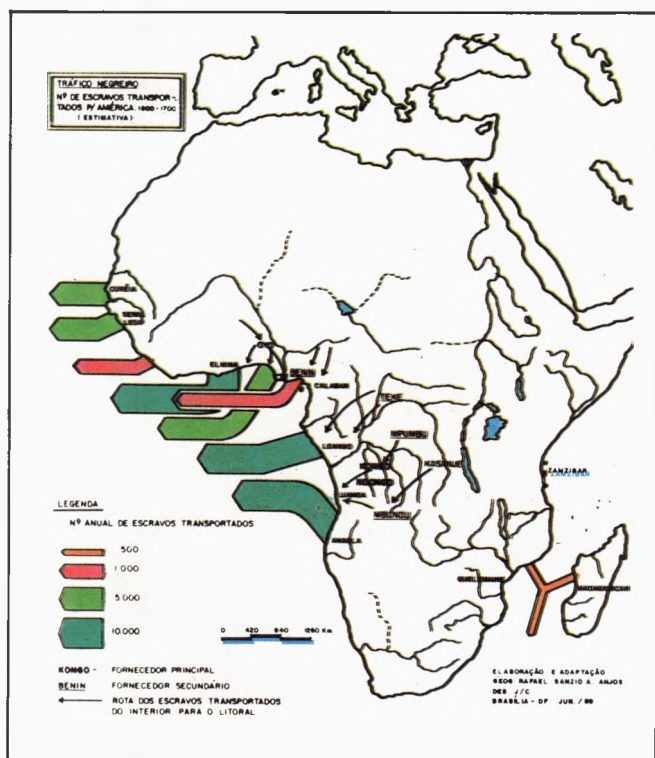
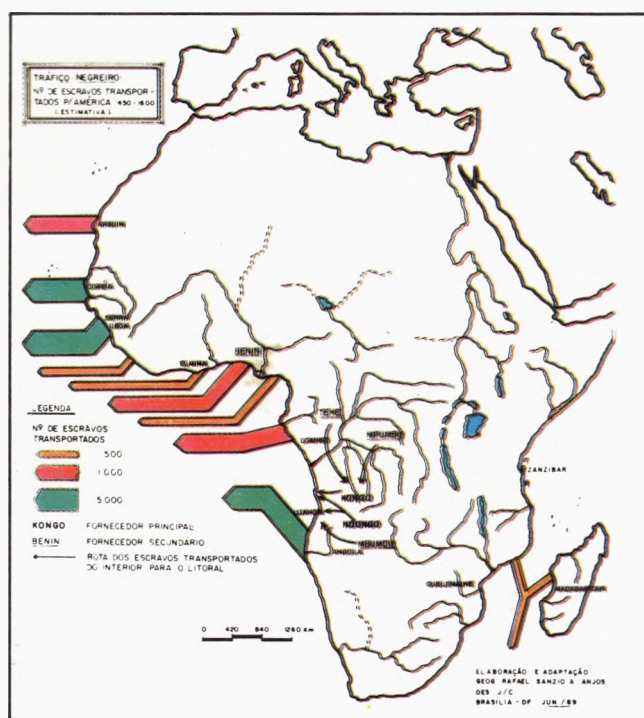
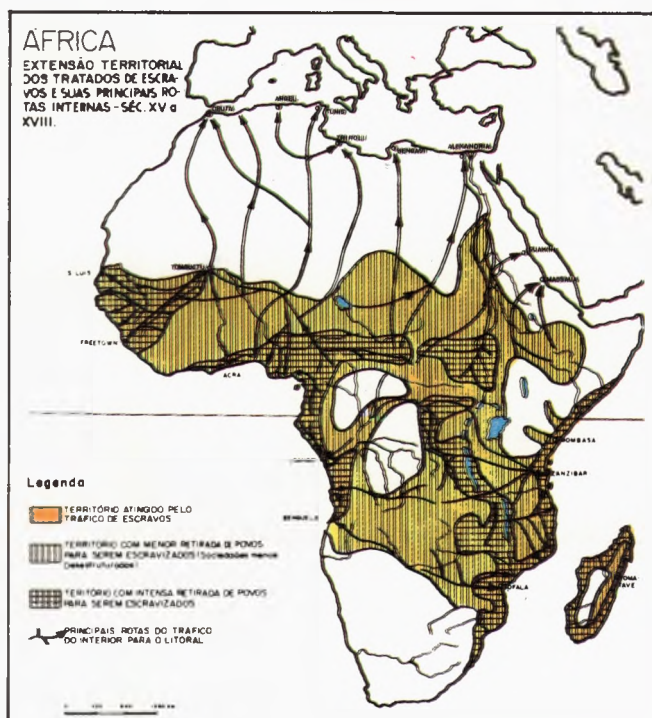
negros das diferentes “nações” africanas foi realizada, indiscriminadamente, no território brasileiro.

A escravidão no Brasil tem peculiaridades substanciais em relação às demais regiões da América. A manutenção da estrutura escravista por quase quatro séculos distribuída no território brasileiro e, a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificado, mostra como a sociedade escravista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se. Por outro lado, verifica-se, que a continuidade da importação de escravos conseguiu manter esse sistema por tantos séculos, através de mecanismos reguladores que substituíam o escravo morto ou inutilizado (média de vida de sete anos) por outro importado, sem que isso causasse desequilíbrios no custo das mercadorias por aquele produzidas.

Devemos ressaltar que foram as regiões geográficas do Brasil, de interesse econômico europeu, que detiveram o percentual mais signifi-

cativo de escravos entre a população total. Os mapas do tráfico de escravos para o Brasil – referências territoriais de origem na África –, os quais abordam os vários ciclos ao longo dos séculos de tráfico, nos permitem ter uma noção da dinâmica demográfica produzida com o desembarque sucessivo de africanos escravizados de várias regiões africanas para o Brasil.

Os africanos não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra escrava, eles marcaram, decisivamente, a nossa formação social pela herança cultural, que, ao longo dos séculos, foi preservada e recriada. Essa bagagem cultural, matriz mais importante da cultura popular brasileira, é freqüentemente relegada pela ideologia dominante a folclore. Os africanos e seus descendentes, também são os responsáveis pela adequação aos trópicos, da tecnologia pré-capitalista brasileira, como a mineração, medicina, nutrição e agricultura.¹⁶



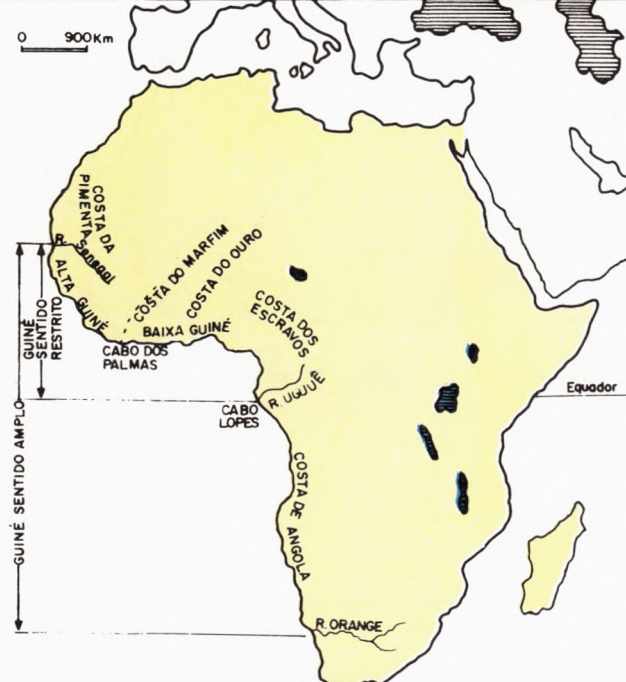
Além dessas contribuições, os negros criaram várias formas de resistências, através de lutas urbanas e rurais, destacando-se os quilombos, movimentos antagônicos e paralelos ao poder escravocrata colonial, onde os africanos e seus descendentes assumiam o papel do po-

vo, contra o ocupante estrangeiro explorador, o português.

Como resultado desse fenômeno, os africanos trazidos para o Brasil, sobretudo os que vieram para a Bahia, souberam conservar e transmitir a seus descendentes, costumes, hábitos alimentares e crenças reli-

giosas de tal maneira que reconstituíram no Brasil um "ambiente africano". Não podemos perder de vista também, que o Brasil é o segundo país do mundo em população de origem negra, superado apenas pelo país africano da Nigéria.

**TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL
CÍCLO DA GUINÉ - SÉCULO XVI
REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE ORIGEM NA ÁFRICA**



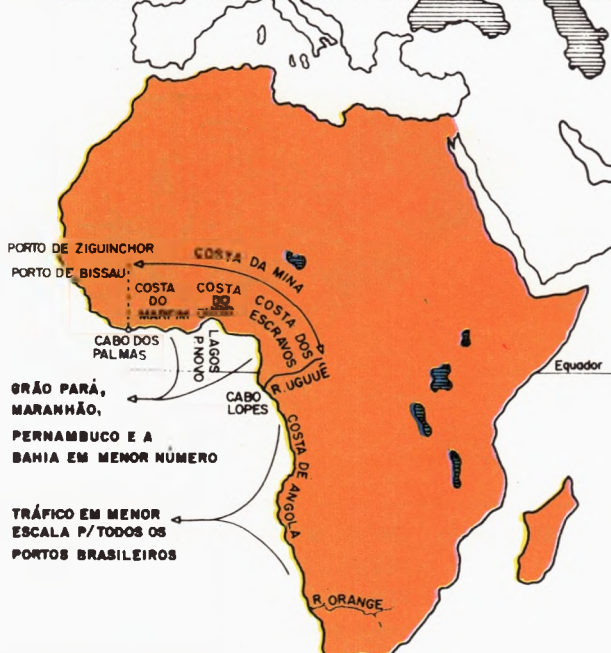
NOTA: AS "PEÇAS DA GUINÉ" (ESCRAVOS TRAZIDOS DA ALTA E BAIXA GUINÉ) VIERAM NESTE SÉCULO PRINCIPALMENTE PARA AS REGIÕES AÇUCAREIRAS DE PERNAMBUCO E BAHIA.

**TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL
CÍCLO DO CONGO E ANGOLA - SÉCULO XVII
REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE ORIGEM NA ÁFRICA**



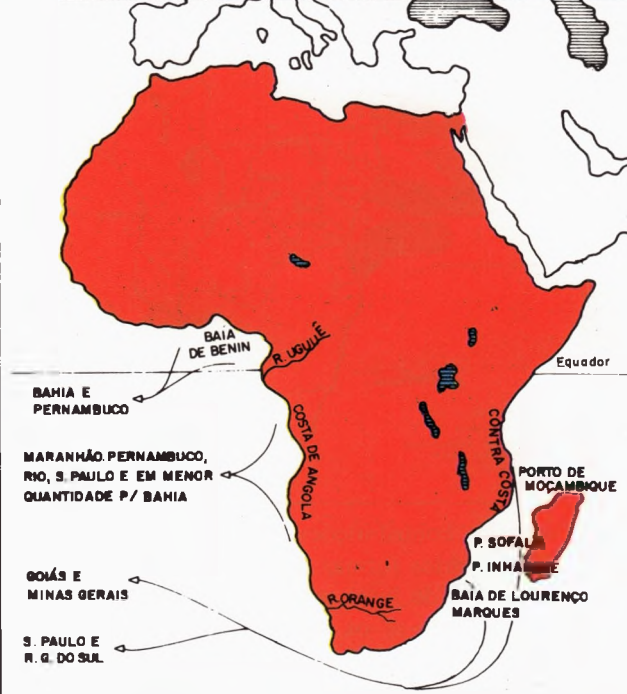
NOTA: OS ESCRAVOS TRAZIDOS DA "COSTA DE ANGOLA" ERAM TODOS BANTUS. EM 1687 COM A EPIDEMIA DA VARIOLA EM ANGOLA O TRÁFICO TRANSFERIU-SE TEMPORARIAMENTE PARA O GOLFO DA GUINÉ, REGIÃO QUE PASSOU A SER CONHECIDA POR "COSTA DA MINA".

**TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL
CÍCLO DA COSTA DA MINA - SÉCULO XVIII
REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE ORIGEM NA ÁFRICA**



NOTA: O FUMO ENROLADO DA BAHIA (3ª CLASSE MAIS DE ÓTIMO AROMA) ERA UM DOS PRINCIPAIS ARTIGOS DO COMÉRCIO DA COSTA DA MINA. OS NEGROS VINDOS DESTA COSTA ERAM SUDANESES ISLAMIZADOS OU NÃO. A MAIORIA DOS NEGROS IORUBAS DA COSTA DOS ESCRAVOS FORAM PARA A BAHIA COM A DENOMINAÇÃO DE NAGÓS.

**TRÁFICO DE ESCRAVOS PARA O BRASIL
ÚLTIMA FASE - SÉCULO XIX
REFERÊNCIAS TERRITORIAIS DE ORIGEM NA ÁFRICA**



NOTA: A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX SE CARACTERIZOU PELOS VÁRIOS TRATADOS VISANDO ABOLIR O TRÁFICO NEGREIRO, O QUE NO BRASIL SÓ OCORREU EFETIVAMENTE EM 1850.



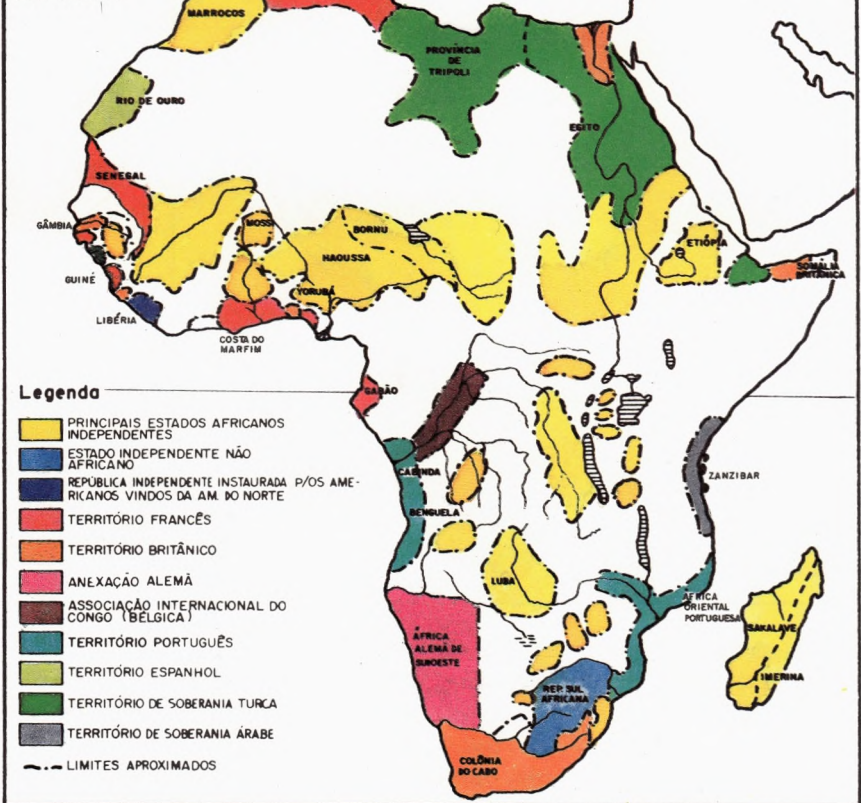
urante três séculos, XVI a XVIII, praticamente não houve oposição na Europa ao tráfico de escravos. A Inglaterra, que mais tarde lideraria o abolicionismo no mundo, já iniciava uma campanha contra o comércio de escravos, ainda que discretamente. A acumulação primitiva de capital podia considerar encerrado seu ciclo, pelo menos neste país, onde este processo estava adiantado. Daí para frente, a própria exploração dos trabalhadores nas fábricas iria assumir o papel principal na reprodução do capital. Os capitalistas, cujo faturamento dependia da existência de um mercado de consumo para os bens industrializados, começam a ganhar hegemonia no trato das políticas governamentais, e dentre tantas bandeiras liberais, acabaram também por levantar a que pregava o fim do tráfico e, posteriormente, da própria escravidão.

A política abolicionista inglesa, depois incorporada nos meados do século XIX pelos franceses, holandeses, belgas e alemães, servia para mascarar um projeto político mais ambicioso e mais complexo: o domínio territorial da África e da Ásia. O capitalismo já começara a por de lado a mão-de-obra escrava da África, negócio rendoso em que o interesse europeu esteve orientado até o século XIX, embora continuasse desejoso de produtos básicos tropicais, como o cobre, manganês, borracha, cacau, amendoim e outras matérias-primas, sem as quais o capitalismo industrial não poderia continuar se desenvolvendo. Na África, salvo algumas exceções (como a colônia do Cabo), os europeus não haviam se implantado



ÁFRICA

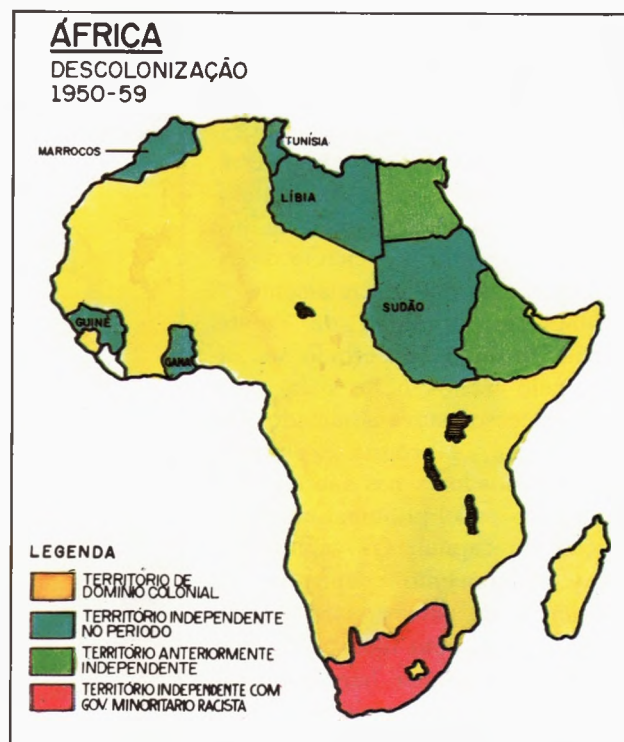
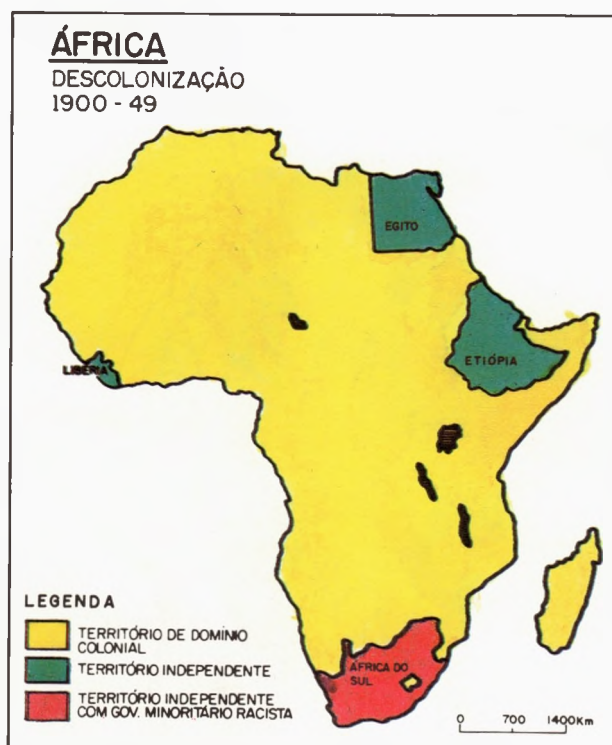
ESTADOS AFRICANOS
E COLÔNIAS ESTRANGEIRAS
NO FINAL DO SÉCULO
XIX (1885)



ÁFRICA

PARTILHA EUROPEIA
INÍCIO DO SÉCULO XX





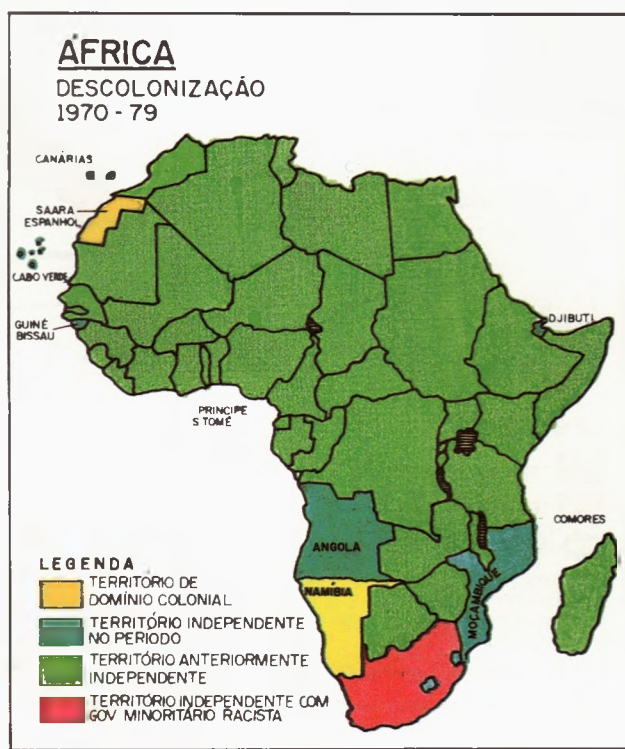
efetivamente em parte alguma do continente até o século XIX. Era, dessa forma, um território aberto aos novos conquistadores, todos antiescravistas de fachada, mas nem por isso menos destruidores das sociedades e da cultura africana. Canêdo (1986, p. 4 e 5) ao abordar o problema do desrespeito dos interventores europeus nas sociedades colonizadas, adverte que “a atitude dos povos europeus contribuiu para transformar a dominação colonial na África e na Ásia, num dos fenômenos históricos de maior efeito traumático, principalmente no campo psico-cultural”.

A necessidade econômica de ampliar o fornecimento de matérias-primas para atender às nações insatisfeitas da Europa, o aumento do prestígio nacional e a busca de solução para o problema do crescimento demográfico europeu, eram os fatores principais para o movimento de ocupação do território africano no século XIX. A invasão sobre a África foi precedida pelos interesses religiosos, com o envio de missionários, e também científi-

cos, permitindo a criação, em diversos países europeus, de sociedades geográficas para financiamento de expedição ao continente desconhecido, de penetração complicada, floresta densa e pouco favorável ao homem. Em 1844, Bismark, Ministro da Alemanha, país que chegou tardiamente para o desenvolvimento do capitalismo e, em consequência, chegara à África depois dos ingleses, portugueses, franceses, holandeses e belgas, promoveu uma conferência em Berlim, cujo principal objetivo era ajustar as diferenças internas do imperialismo para “dividir” o território africano. Burit (1987, p. 14), chama a atenção para o fato de que “foi a África, o continente que mais sofreu com a ação devastadora do imperialismo, dividindo sem que respeitasse a unidade lingüística e cultural de suas sociedades”.

A intenção de domínio territorial dos ingleses, franceses e portugueses na África, eram muito pretensiosas e estratégicas, evidenciando-se áreas de conflito. A Inglaterra, pretendia dominar uma faixa de terras contínuas do norte ao sul do

continente; a França, por sua vez, “queria” o norte da África, do Oceano Atlântico ao Mar Vermelho, ficando, no final da partilha, com uma área de dominação, perto de 20 vezes a superfície da França. Portugal, a mais pobre nação imperialista, pretendia na África Austral se comunicar com os oceanos Atlântico e Índico, ligando a faixa territorial de Angola a Moçambique (vide mapa da partilha europeia no início do século XX). Estes e outros territórios com vários pretendentes, foram “apaziguados” na conferência de Berlim, concentrando-se a partir daí, os esforços para a exploração e a dominação efetiva. Dessa forma, vão tomar corpo os grandes investimentos mineiros e agrícolas, sob a responsabilidade das companhias concessionárias. A livre iniciativa do grande capital passava a ser a tônica da dominação, representada pela intensificação do trabalho forçado em toda a África. Como diz Canêdo (1986, p. 14) “a partir de então, a África deixou, definitivamente, de ser fornecedora de escravos. E o africano ganhou o privilégio de ser explora-



do na sua própria terra”.

E a expansão do capitalismo através da colonização e posteriormente do imperialismo, trouxe profundas transformações para as sociedades africanas. A desestruturação da agricultura tradicional, a privatização da terra (não existente na maioria do território africano), assim como o trabalho assalariado e o processo de urbanização, foram fatores que criaram as condições para o surgimento de novos estratos sociais.

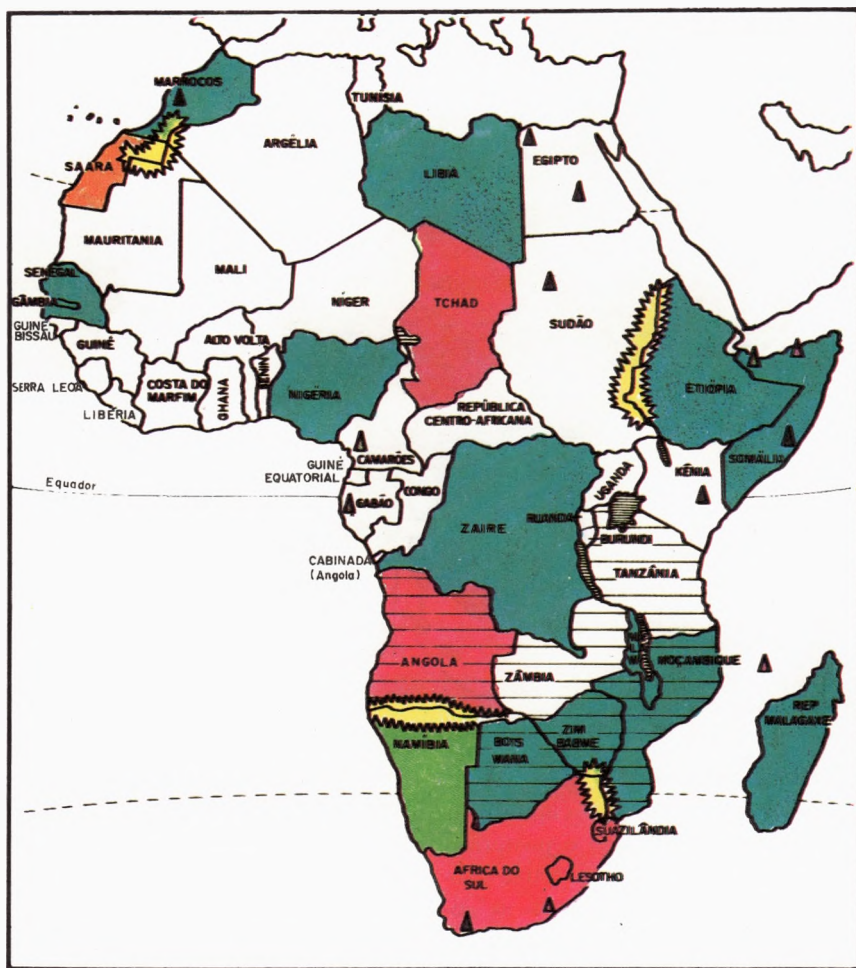
Critérios éticos introduzidos na África pelos europeus, criaram distinções entre dominadores e dominados. Estes mesmos critérios tornaram-se os argumentos básicos dos colonizados para contestar a dominação. As universidades criadas no território africano ajudaram a difundir um ensino que acabou revelando a importância e a maneira como se organizavam no passado as sociedades colonizadas, conduzindo a minoria privilegiada a se interrogar sobre a falta de liberdade, oportunidade, educação e saúde para a população dominada.¹⁷ Quando estas contradições vieram à

tona, o sentimento revolucionário, mesmo um pouco tarde, nasceu e os povos africanos recorreram ao nacionalismo, deixando surgir um novo elemento no cenário político: o estado nacional. Canêdo (1986, p. 30) ao abordar as transformações sociais nas sociedades colonizadas, chama a atenção para o fato de que “foi o colonizado urbano africano de certo nível social e cultural, que mais se ressentiu com os efeitos do traumatismo colonial, pois tinha condições de perceber, com consciência, o fenômeno colonial e os métodos de dominação do colonizador”.

Os estudiosos da descolonização colocam que as primeiras resistências à colonização foram processadas com maiores ou menores dificuldades, conforme o nível de organização política das diversas regiões. O progresso dos movimentos nacionalistas no território africano se dá após a Segunda Grande Guerra, principalmente na região do Magrebe, no norte da África, onde os movimentos nacionalistas estavam mais efetivos e coerentes, com o apoio dos países emergentes da

Ásia. Mas, é na década de 60 que os novos estados africanos obtêm expressão no cenário mundial. No ano de 1960, conhecido como “o ano da África”, dezessete países conseguiram sua independência política (vide mapas da descolonização).

A Segunda Grande Guerra além de provocar, de fato, a ruptura dos elos da colonização, evidenciou a divisão do mundo em dois blocos político-econômico-militares: o bloco socialista, liderado pela União Soviética, e o bloco dos países industrializados, liderado pelos Estados Unidos. Neste contexto foi formulada a “teoria dos três mundos”, segundo a qual o primeiro mundo seria formado pelas duas superpotências, o segundo seria os outros países industrializados, enquanto todos os demais formariam o terceiro mundo.¹⁸ O conceito de terceiro mundo, que não traz implícita uma especificação de quais possam ser os outros dois mundos, é, normalmente, usado para fazer referência aos países que se encontram marginalizados no sistema internacional.



ordenação da economia mundial construída nos últimos dois séculos, não mudou substancialmente. A exploração continua em maior ou menor grau, em quase todos os países do chamado "terceiro mundo", que não conseguiram consolidar sua soberania política com uma verdadeira independência econômica. Após quase trinta anos de independência política da maior parte dos países do continente, a África ainda tem como principais problemas aqueles herdados do colonialismo, onde as diferentes formas de organização dos estados não conseguiram alterar significativamente os seus aparelhos e permanecem atrelados ao jogo neocolonial. Muitos dos conflitos da herança colonial que ainda não foram rompidos, permanecem,

principalmente, pela insistência do "apartheid", nome que os brancos sul-africanos deram ao violento sistema de supremacia racial, e das lutas de autodeterminação de estados como a Namíbia, na África Austral, e do Saara, próximo à região do Maghreb (Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia).

As independências de Angola e Moçambique, e posteriormente do Zimbábue, ainda estão num processo de consolidação do poder, contestada pela presença de guerrilha e invasões sul-africanas em Angola, por pressões no território de Moçambique, e, no Zimbábue, devido ao processo de transição por que passa. No entanto, o conflito principal da África Austral está localizado na Namíbia, uma ex-colônia alemã que a África do Sul ocupou com armas militares durante a Pri-

meira Grande Guerra, e anexou, efetivamente, a partir da Segunda. Esse território, de ambiente desértico, adquiriu nova importância com a descoberta de ricas jazidas de minerais de interesse estratégico e militar. A Namíbia, com 90% de sua população negra, produz o que não consome e importa tudo o que precisa, especialmente alimentos.

A abundância de recursos minerais do território africano, é, sem dúvida, a questão estrutural dos conflitos políticos, uma vez que a África detém mais de 90% dos diamantes do mundo não comunista e 60% do ouro do mundo ocidental, dados que podem ter alteração pelas recentes notícias das reservas de ouro do Brasil. A África detém, ainda, 30% do alumínio do mundo e 35% do zinco do ocidente, além de considerável reserva de minério

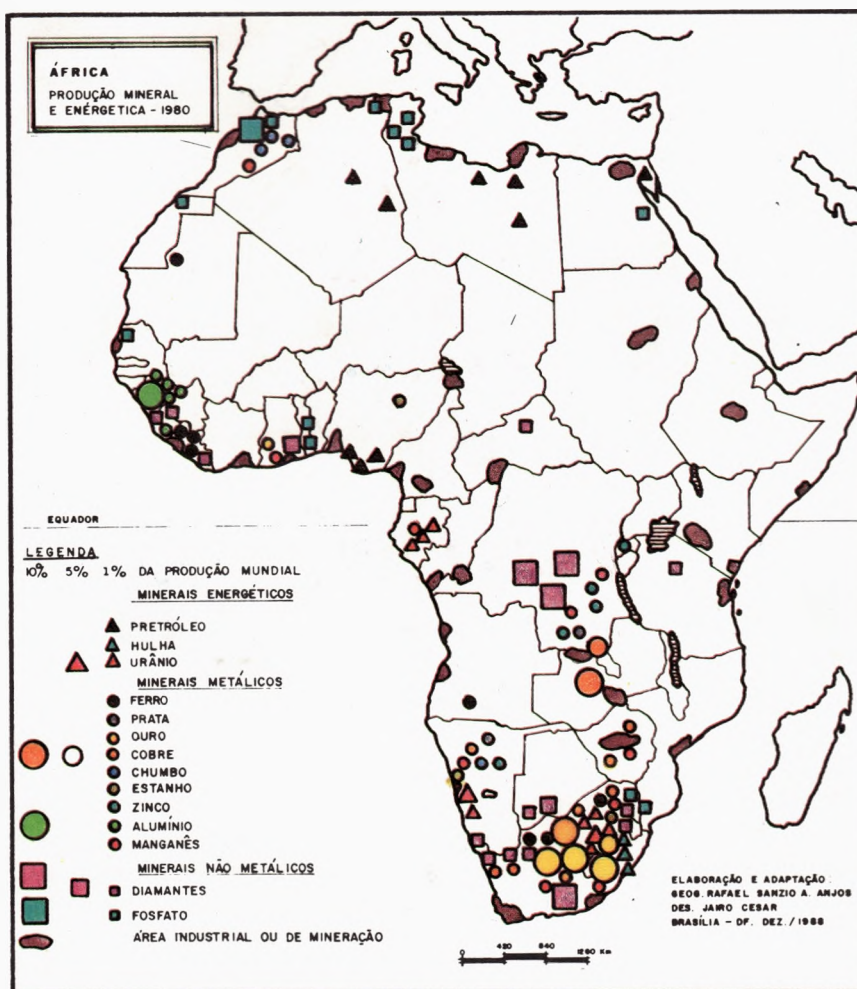
de ferro, urânio e carvão. Na Zâmbia e no Zaire, encontram-se as maiores reservas de cobre do mundo. O Marrocos possui perto de 50% dos depósitos de fosfato. A Nigéria e a Líbia são grandes exportadores mundiais de minérios também.

Observando o mapa da produção mineral e energética africana do início da década de 80, a produção margeia quase toda a faixa norte e ocidental do litoral, concentrando-se de maneira significativa, na África Austral, sobretudo na África do Sul e na Namíbia, configurando-se um quadro fundamental para compreendermos a resistência do "apartheid" e a persistência da África do Sul em ocupar, ilegalmente, a Namíbia.

Outro ponto de conflito da herança colonial é a batalha político-diplomática do povo do antigo Saara espanhol. O reconhecimento da República Árabe Saharaui Democrática, tem se configurado como um movimento de libertação de forte base social, vivendo em estado de guerra permanente com as forças conservadoras.¹⁹ A descoberta, na década de 70, de fosfato, ferro, petróleo, gás natural e urânio, junto com a riqueza pesqueira do litoral, tem dado um novo interesse econômico ao território. O conflito político com o Marrocos, que reivindica a soberania sobre o Saara, é a questão mais grave desta região da África do Norte.

A intervenção cubana em Angola, em 1975, ajudando a desarticular a invasão sul-africana e zaireense neste território, assim como a intervenção cubano-soviética, em 1977, na Etiópia contra a invasão da Somália fizeram com que a África não ficasse sob a influência, praticamente, exclusiva do ocidente. Configurando-se uma guerra fria na África, que se tornou palco das duas superpotências.

Dentre os principais entraves que dificultam a construção nos estados africanos de uma sociedade



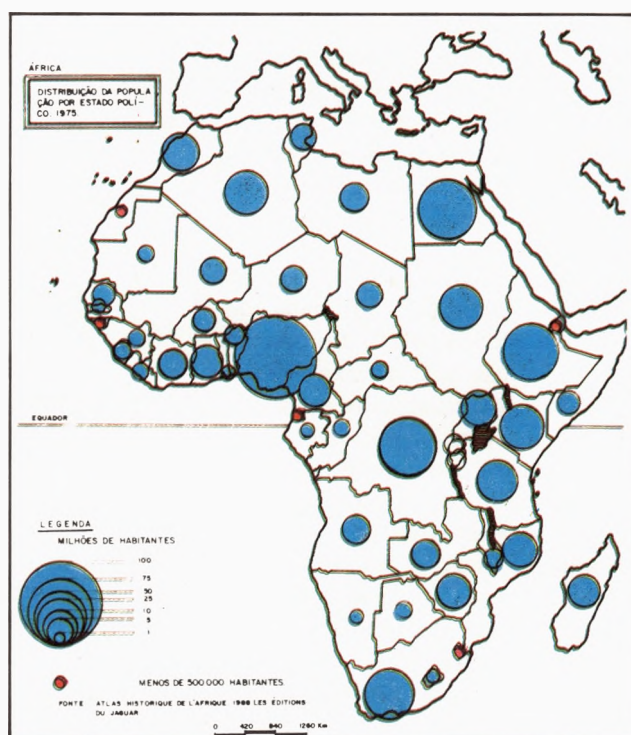
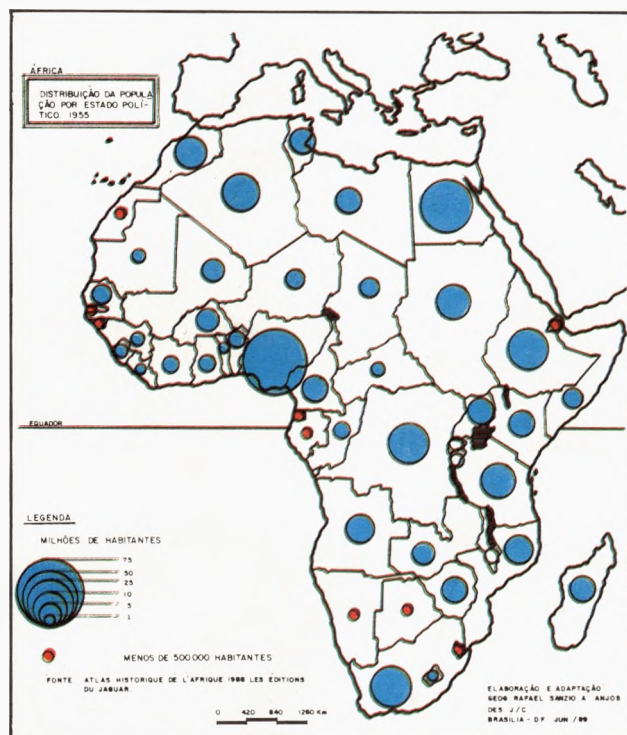
sob uma tensão política e exploração econômica minorada, está o sistema do "apartheid" da África do Sul, que expressa não só uma segregação racial institucionalizada, mas um mecanismo local de domínio e manutenção de formas de acumulação primitiva com repercussões em vários pontos do território africano. Os reforços que a luta contra o racismo tem recebido com as pressões internacionais e a ampliação da frente interna contra o regime, apontam dias contados para esse sistema.

Os conteúdos apresentados nos mapas desse trabalho não são imutáveis ou definitivos; esses não constituem transcrições gráficas de realidades históricas sócio ou físico-espaciais, mas uma interpretação dessas realidades. Cada mapa, portanto, abre a possibilidade a um

aprofundamento. Quando ocorre uma zona ou espaço vazio num mapa temático, não significa que nada não se passou, mas sim que, não estamos documentados a respeito.

Este artigo apresenta apenas 29 mapas temáticos, dos 40 elaborados no projeto, sendo a sua maioria composta de mapas históricos que fornecem uma interpretação visual de acontecimentos e processos históricos. Podemos distinguir duas grandes categorias de mapas históricos: os mapas "evolutivos", que apresentam um mesmo território em períodos diferentes e os mapas "dinâmicos", que indicam processos com deslocamentos representados graficamente por flexas, linhas contínuas ou pontilhadas e isocromáticas.

Os mapas evolutivos possuem



limitações. Assim, as modificações registradas neste tipo de documento cartográfico, podem ser mais aparentes do que real, pelo fato de estarmos melhor informados sobre o depois do que o antes. Alguns processos como o das migrações e das expansões territoriais, são mais fáceis de ser representados do que outros, como por exemplo, os das grandes modificações políticas no seio de um estado ou região. Os mapas dinâmicos geralmente são mais indicativos e não descritivos de uma informação.

Os mapas quantitativos, caracterizados pela representação gráfica de dados estatísticos no território, podem ser demonstrativos, numa primeira olhada (por exemplo, os mapas da distribuição da população

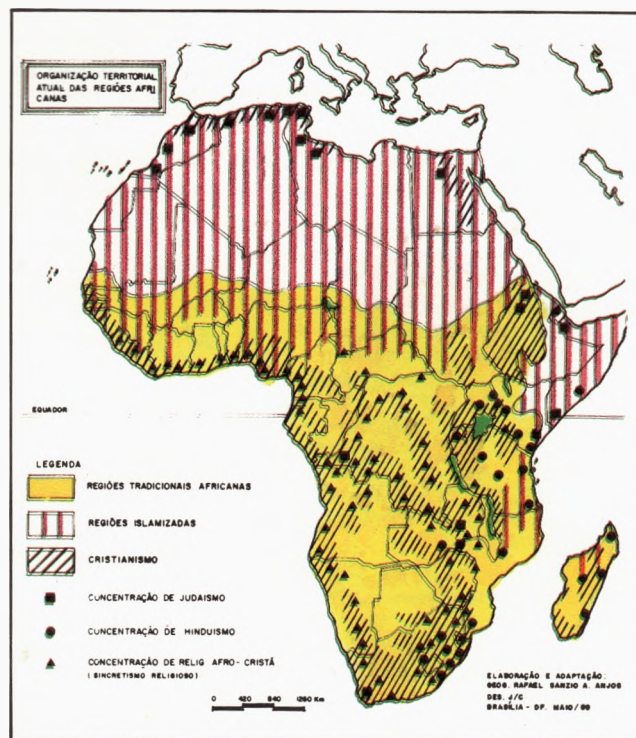
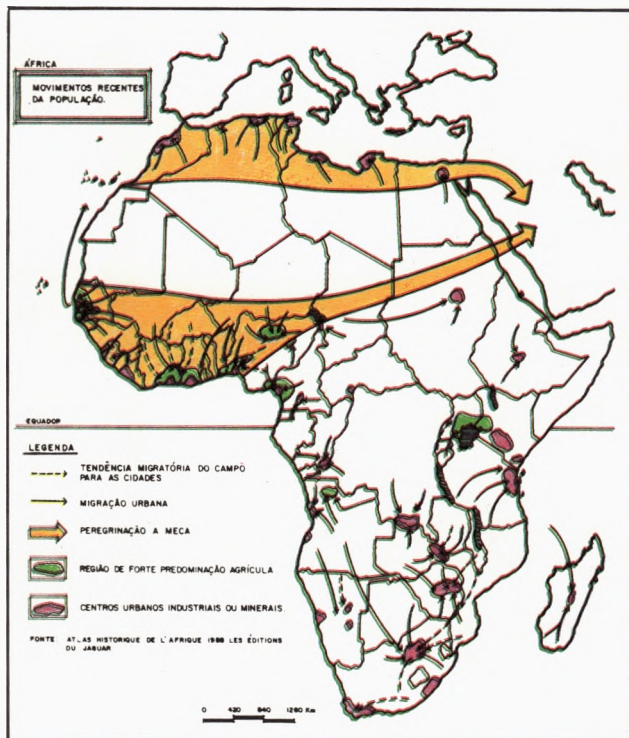
por estados políticos 1955 e 1975) ou com tratamento mais complexo da informação, que demandam uma maior atenção para interpretá-los. Este tipo de mapa se mostra limitado pelo seu caráter fragmentário e pela incerteza das estatísticas sobre as quais se fundamenta. As fontes estatísticas, geralmente, não anunciam explicitadamente seus critérios, se tornando difícil não correr risco de errar no tratamento e manuseio das fontes estatísticas para fins de mapeamento. □

Rafael Sanzio A. dos Anjos é geógrafo e professor do departamento de geografia da Universidade de Brasília.

Notas

1. O Projeto Retratos da África – “Uma Abordagem Cartográfica” é de autoria do Prof. Rafael Sanzio, em desenvolvimento desde dezembro/87 sob os auspícios do CNPq.
2. Ver Le Sann, J. G. Documento Cartográfico: Considerações Gerais. Revista Geografia e Ensino. Ano 1 – nº 3, Belo Horizonte – MG, 1983, p. 9.
3. Segundo A Teoria de Wegener (1912), conhecida também como Deriva Continental, os atuais continentes provêm de uma grande e única massa de terra emergida que foi se desagregando gradativamente ao longo do tempo geológico, até a configuração atual.
4. Pesquisas recentes sobre paleontologia na região do atual Saara africano, publicadas na revista inglesa Nature/novembro-87, comprovam a existência de savana no período Holoceno, entre 9.500 e 4.500 anos passados.
5. Ver revista Superinteressante nº 7 Ano 2 julho – 1988, p. 8, e o Grande Atlas Mundial – Editora Globo. 2ª edição. 1988, p. 124 e 125.





6. Ver o Grande Vale da África – Editora Cidade Cultural Ltda. 1984, p. 132 e 133.
7. Fase cultural da pré-história. A pré-história inicia com o aparecimento do homem na terra e termina com o aparecimento dos primeiros documentos escritos. Este é um conceito clássico, formal e linear bastante questionável.
8. Ver Giordani, M. C. História da África anterior aos descobrimentos – Idade Moderna I. Petrópolis. Vozes – 1985 p. 36.
9. A melhoria alimentar estaria ligada à introdução, na África, do inhame e da banana procedentes do sudeste asiático
10. O termo “povos”, aqui utilizado, constitui massas de migrantes sem território delimitado.
11. Ver Giordani, M. C. História da África anterior aos descobrimentos. 1985, pág. 95.
12. Inclui os atuais Zaire, Angola e Congo e também em seus extremos o Gabão e a Zâmbia.
13. Ver Guia do Terceiro Mundo. 86, p. 125.
14. Ver Adas, M. Estudos de Geografia – São Paulo. Editora Moderna. 1981, p. 114 e 115.
15. Ver Almanaque Abril 88, ano XIV, p. 170.
16. Ver Cadernos Cândido Mendes – Estudos Afro-Asiáticos. nºs 6-7. Rio de Janeiro – 1982, p. 216 e 217.
17. Ver Canêdo, L. B. “A Descolonização da Ásia e da África”, 1986, p. 10.
18. Ver Guia do Terceiro Mundo 86, p. 6 e 7.
19. Ver Saraiva, J. F. S. Formação da África Contemporânea. 1987, p. 50.

Bibliografia

- ADAS, M. *Estudos de Geografia*. 2ª ed. São Paulo, Moderna, 1981.
- ADE AJAY, J. F. et alii. *Atlas Historique de l'Afrique*. Paris, Jaguar, 1988.
- ALMANAQUE ABRIL. São Paulo, Abril Cultural, 1988.
- ANJOS, R. S. A. dos & SANTOS, J. C. G. dos. *Curso Básico de Cartografia Temática*. Salvador, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1984.
- ANTOSSIACK, Z. B. et alii. *Geografia do Militarismo*. Moscou, Edições Progresso, 1987.
- ARAUJO, S. M. P. & CARDOSO, J. A. O Gráfico Como Instrumento de Pesquisa: O Fichário-Imagem. in *Ciência e Cultura*. São Paulo, SBPC. 39(2): 138-148, 1987.
- BRUAUJEU-GARNIER, J. et alii. *Images Économiques du Monde*. Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1987.
- BERTIN, J. *Sémiologie Graphique. Les Diagrammes – Les Réseaux – Les Cartes*. Paris, Mouton/Gauthier-Villars, 1977. *La Graphique et le Traitement Graphique de l'Information*. Paris, Flammarion, 1967.
- BRUIT, H. H. O Imperialismo. *Coleção Discutindo a História*. Campinas, Atual/UNICAMP, 1987.
- CANÊDO, L. B. A Descolonização da Ásia e da África. 3ª ed. *Coleção Discutindo a História*. Campinas, Atual/UNICAMP, 1986.
- COLTRINARI, L. *As Mudanças Globais na África Durante o Quaternário*. Simpósio de Dakar – abril de 1986. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Quaternário. publicação avulsa nº 3, 1988.
- DA ÁFRICA PARA O MUNDO In *Superinteresses*. São Paulo, Abril Cultural ano 2, nº 7, 1988, p. 8.

- DACEY, F. M. Aspectos Lingüísticos dos mapas e Informação Geográfica. In *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, AGETEO. 8 (15): 5-16, 1978.
- DEBHNHAM, F. ' MAURE, F. V. *Grande Atlas Mundial*. 2. ed. Lisboa, Seleções do Reader's Digest/Globo, 1988.
- DOMINGUEZ, A. *A Formação da Terra*. Biblioteca Salvat de Grandes Temáticas. Rio de Janeiro, Salvat, 1979.
- ENGERMAN, S. et alii. Negros Brasileiros. Enquete Especial. In *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC. 8 (48), 1988.
- GEORGE, P. *A Geografia Social do Mundo*. Coleção Saber Atual. São Paulo, DIFEL, 1969.
- GEORGE, P. *Panorama do Mundo Atual*. 7 ed. São Paulo, DIFEL, 1979.
- GIORGANI, M. C. *História da África Anterior aos Descobrimientos. Idade Moderna I*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GROMIKO, A. A. et alii. *A África e os Problemas Globais da Atualidade*. Moscou, Edições Progresso, 1986. *As Religiões da África. Tradicionais e Sincréticas*. Moscou, Edições Progresso, 1987.
- GUIA DO TERCEIRO MUNDO. Rio de Janeiro, Editora do Terceiro Mundo, 1986.
- KI-ZERBO, J. – coord. *História Geral da África I. Metodologia e pré-História da África*. São Paulo, Ática/UNESCO, 1972.
- LE SANN, J. G. Documento Cartográfico: Considerações Gerais. In *Revista Geografia e Ensino*. Belo Horizonte, Depto. de Geografia/UFGM nº 3: 3-17, 1983.
- MACMILLAN SOCIAL STUDIES ATLAS. Nigéria, Macmillan, 1981.
- MAESTRI FILHO, M. J. *O Escravo Gaúcho. Resistência e Trabalho*. Coleção Tudo é História. São Paulo, Brasiliense nº 93, 1984. *O Escravidão Antigo*. 3ª ed. Cole-

- ção Discutindo a História. Campinas Atual/UNICAMP, 1986.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA. *Atlas Geográfico*. Estocolmo, Esselte Map Service. v. 2, 1983.
- MOKHTAR, G. – coord. *História Geral da África II. A África Antiga*. São Paulo, Ática/UNESCO, 1980.
- MOURA, C. *Quilombos-Resistência ao Escravismo*. Série Princípios São Paulo, Ática nº 106, 1987.
- PEREIRA, J. M. N. *Relações Brasil-África: Problemas e Perspectivas*. Estudos Afro-Asiáticos. Cadernos Cândido Mendes. Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos. nº 6-7, 1982, p. 212-224.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil-Contemporâneo-Colonial*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SALDANHA, P. H. Mistura de Raças – Mistura de Genes. In *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC. 9(50): 48-54. 1989.
- SALZANO, F. M. Em Busca das Raízes. In *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC. 5(25): 48-53, 1986.
- SANCHES, M. C. A Cartografia Como Técnica Auxiliar da Geografia. In *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro, AGETEO. 3(6): 31-46, 1973.
- SANTOS, M. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, HUCITEC, 1978.
- SANTOS, M. M. D. A Representação Gráfica da Informação Geográfica. In *Geografia*. Rio Claro, AGETEO. 12(23): 1-13, 1987.
- SARAIVA, J. F. S. *Formação da África Contemporânea*. Coleção Discutindo a História. Campinas, Atual/UNICAMP, 1987.
- SEYFERTH, G. A Estratégia de Branqueamento. In *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, SBPC. 5(25): 54-56, 1986.
- SÍK, E. *Histoire de L'Afrique Noire*. Tomo I., 4ª ed. Budapest, Académie des Sciences de Hongrie, 1968.
- SWIFT, J. O Saara. In *As Regiões Selvagens do Mundo*. Rio de Janeiro, Cidade Cultural/Time Life Books, 1984.
- VERGER, P. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos Entre o Golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos – dos séculos XVII à XIX*. 2ª ed. São Paulo, Curupio, 1987.
- VICHINSKI, M. P. *Sul da África: O Apartheid o Colonialismo a Agressão*. Moscou, Edições Progresso, 1987.
- WILLOCK, C. O Grande Vale da África. In *As Regiões Selvagens do Mundo*. Rio de Janeiro, Cidade Cultural/Time Life Books, 1984.

Resumen

La historiografía africana y la imagen cartográfica: búsqueda de un diálogo interdisciplinario

Los propósitos de este trabajo pretenden no sólo demostrar la eficiencia de los métodos gráficos como instrumentos tanto de investigación cuanto de comunicación, sino, principalmente, juntarse al esfuerzo de innumerables investigadores que intentan contribuir en la discusión de una política educacional en el Brasil. El problema racial debe ser tratado con más seriedad y debe posibilitar una mejor interpretación de los procesos históricos y geo-políticos que contribuyeron a la formación del pueblo brasileño.

Abstract

African Historiography and the Cartographic Image: in search of an interdisciplinary dialogue

The aim of this article is not only to demonstrate the efficiency of graphic methods as instruments of both research and communication, but above all to add to the endeavours of innumerable researchers who have attempted to contribute to the discussion of an educational policy for Brazil in which the issue of race is treated more seriously. It also aims to achieve a better interpretation of certain historical and geopolitical processes that have influenced the make-up of the Brazilian people.



O Problema das Línguas na Guiné Bissau

Francisco de Macêdo



Ilustração de GIRAFA

Uma das grandes questões cruciais dos países africanos recém-libertados é a existência de duas ou mais línguas: uma oficial e uma ou mais línguas nacionais, faladas pela população, mas que não possui uma manifestação “cultura”. A preocupação deste texto é tentar arrolar dados sobre este problema na Guiné-Bissau, apresentando suas dúvidas quanto a possíveis soluções do problema.

PRINCIPAIS LÍNGUAS NACIONAIS

A questão das línguas faladas na República da Guiné-Bissau constitui um problema enorme, particularmente para o Ministério da Educação, Cultura e Desportos, o órgão superior do estado responsável pela educação e formação dos cidadãos guineeses, em especial da juventude.

Na Guiné-Bissau, país com 36.126 km² e com cerca de 910 mil habitantes, falam-se várias línguas. Além do crioulo, a língua nacional, e do português, a língua oficial, são faladas muitas outras línguas próprias de cada etnia.

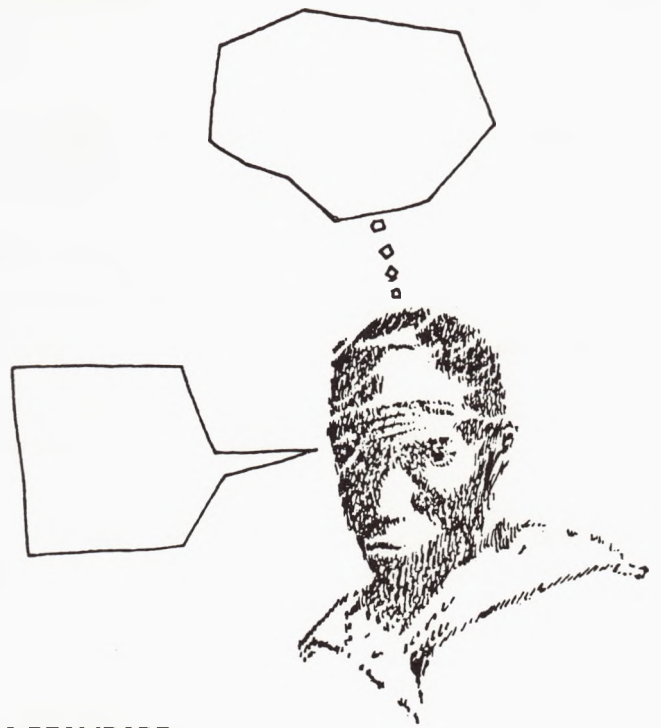
Do livro “Recenseamento Geral da População e Habitação”, de 16 de abril de 1979, no quadro apresentado na página 152 – “*Principais Línguas Nacionais por número de Línguas faladas*” – extraímos os dados de base para este estudo, acrescido dos conhecimentos que a experiência nos tem ensinado.

Em 1979, conforme o recenseamento, a população da Guiné-Bissau era de 789.124 habitantes. Sendo assim e tendo em conta a taxa anual de 1,8% no aumento da população, atualmente a Guiné-Bissau deve ter cerca de 910.200 habitantes.

No mesmo quadro acima referido, lemos que em

1979 havia 54,42% da população *falando uma só língua*. As percentagens de então dar-nos-iam para a população atual os seguintes resultados:

FALANDO UMA SÓ LÍNGUA:		
Português	0,03%	273
Crioulo	4,26%	38.745
Fula	16,60%	151.093
Balanta	14,54%	132.343
Mandinga	6,89%	62.712
Manjaco	4,94%	44.964
Papel	2,76%	25.121
Felupe	1,12%	10.194
Beafada	0,77%	7.008
Bijagó	0,58%	5.279
Mancanha	0,35%	3.186
Nalú	0,12%	1.092
Outra língua nacional n. e.	1,40%	12.742
Estrangeira	0,06%	546
Total falando uma só língua	54,42%	495.298



O PORTUGUÊS E O CRIOULO NA GUINÉ-BISSAU

Do referido quadro tiramos também os seguintes dados quanto ao português e ao crioulo:

a) Português		
Falando só português	0,03%	273
Falando português e crioulo	2,20%	20.024
Falando port. e outra l. nacional	0,02%	182
Falando port. e outras 2 línguas	8,02%	72.998
Port. e outra língua estrangeira	0,01%	91
Total	10,28%	93.568
b) Crioulo		
Falando só crioulo	4,26%	38.745
Falando port. e crioulo	2,20%	20.024
Falando crioulo e outra l. nac.	26,04%	237.016
Falando crioulo e outras 2 ling.(excluindo o port.)	3,84%	34.952
Falando 4 e mais línguas	3,09%	28.125
Total	39,46%	358.862

Supondo que a população na Guiné-Bissau atualmente é de 910.200 habitantes, devíamos ter:

a falar português	93.568	10,28%
a falar crioulo	358.862	39,46%

A REALIDADE

Na República da Guiné-Bissau, de acordo com as estatísticas, pensamos que 10% da população compreende o português. Porém só uma percentagem muito menor, talvez 5 a 6%, o fala.

O português é de fato a língua oficial, embora não tenhamos conhecimento de qualquer decreto publicado pelo governo sobre o assunto. Também o português é a língua adaptada para o ensino, desde as primeiras classes. No entanto, o português é uma língua estrangeira para a maioria da população.

O que nos diz a experiência:

- O crioulo é a língua veicular mais viva no país e por isso é a língua nacional.
- A comunicação oral nos centros urbanos é feita, quase exclusivamente, em crioulo.
- Toda a população escolar, desde as primeiras classes à 11ª, fala apenas em crioulo, mesmo nos recintos escolares e nos intervalos das aulas. Quase todos os professores nacionais o falam também.
- Todas as canções dos principais artistas da canção guineense são escritas e cantadas em crioulo.
- Não existem obras escritas em crioulo, com exceção das canções que os próprios artistas escrevem e cantam e também de alguns poemas.
- Também não existem traduções de obras estrangeiras para crioulo, à exceção dos textos bíblicos lidos aos domingos no culto católico, os quatro Evangelhos e os atos dos Apóstolos do Novo Testamento.
- O crioulo de dia para dia está se enriquecendo com vocábulos portugueses, assim como o por-

tugês vai se enriquecendo com palavras de origem crioula.

- "O crioulo tem formas de sintaxe africanas com um vocabulário misto das mais variadas proveniências" (Teixeira da Mota).

Em síntese e a título comparativo, observamos o seguinte:

O crioulo	O português
- É a língua nacional da Guiné-Bissau e o melhor meio de comunicação para a maior parte da população (40%). - Não está ainda estruturado, nem quanto à gramática e construção sintática. - Não possui livros didáticos, nem livros escolares preparados para o ensino, nem tão pouco livros para estudo e para leitura. - É uma língua em que a maior parte dos vocábulos são de origem portuguesa, principalmente do português antigo, embora tenha muitos outros de origem africana. - Quase todas as canções são escritas e interpretadas pelos artistas/cantores em crioulo. - É uma língua que exprime uma cultura própria, posto que cada etnia exprima melhor essa cultura na sua própria língua (fula, balanta, manjaco, felupe, mandinga, papel etc).	- É uma língua falada na Guiné-Bissau talvez por 6% da população, embora seja compreendida por cerca de 10%. - É a língua oficial e a língua do ensino. Porém, é uma língua estrangeira para todos os efeitos. - É a língua em que, até agora, têm sido e continuam a ser impressos todos os manuais escolares para as diversas classes do sistema de ensino e formação no país. - É a língua em que são escritos e publicados todos os documentos saídos das autoridades oficiais e dos diversos ministérios. - É a língua da administração, usada para aplicar e defender os direitos dos cidadãos. - A radiodifusão nacional a utiliza também na leitura dos noticiários e nos relatos de futebol.

O PROBLEMA PARA O ENSINO

De ano para ano se vem notando uma elevada percentagem de desistências e de reprovação em todos os níveis de ensino. As estatísticas nos dizem:

- Que 37% das crianças com idade de 7 a 14 anos estão inscritas numa escola;
- Que 45% dos alunos do ensino básico elementar normal (as 4 primeiras classes) são repetentes;
- Que a percentagem de rendimento *minimum* (aproveitamento sem repetência) é de 4% e a de rendimento *maximum* (aproveitamento sem e com repetência) é de 17%;
- Que a percentagem de analfabetos é estimada em 84%;
- Que a taxa de escolarização é de cerca de 51%;

- Que no ensino secundário (Liceal) no ano escolar 1986/87, em 100% dos alunos inscritos: 42% abandonaram, 34% reprovaram e apenas 24% tiveram aprovação.

Ao estudar-se as causas deste fracasso, chegamos à conclusão de que tão baixo índice de aproveitamento é consequência não só da falta de instalações escolares, de livros, de materiais didáticos e do baixo nível dos professores, mas também, e sobretudo, da dificuldade da língua.

Todos reconhecem que o português é um sério problema para o ensino, em particular para os alunos das classes do ensino básico. Por outro lado, também não resta dúvida de que a língua ideal para a alfabetização e para as primeiras classes, em especial nas zonas rurais, é a língua materna. Porém, várias questões se colocam:

- Quantas e quais as línguas étnicas podem ser adaptadas para o ensino?
- Como elaborar manuais e preparar professores para o ensino em tais línguas?
- Como defender a unidade nacional, quando sabemos que a língua é um dos principais fatores para essa unidade?

Estas e muitas outras questões criam sérios problemas ao Ministério da Educação, Cultura e Desportos, que tem estudado o assunto a sério, mas sem ter ainda chegado a uma conclusão e, muito menos, tomado uma decisão.

Na nova estratégia para o desenvolvimento do setor educação estão previstas, entre outras ações, as seguintes:

- Uniformização da escolaridade de base de 6 classes, excluindo a distinção entre ensino básico elementar e ensino básico complementar;
- Introdução do sistema de fases:
 - 1ª fase: 1ª e 2ª classes (a ser dada em crioulo)
 - 2ª fase: 3ª e 4ª classes
 - 3ª fase: 5ª e 6ª classes
- Adoção de uma nova metodologia do ensino do português (língua oficial) como língua estrangeira/segunda...

De fato, nota-se que não há interesse pela língua portuguesa. Pensamos que esse pouco interesse da população em geral pelo português provém da falta de motivação e de comunicação de massa em língua portuguesa. Faltam programas na rádio, faltam livros com gravuras e motivos adaptados às crianças e à juventude e às realidades culturais da Guiné-Bissau... Tais ações, porém, exigem elevado financiamento, que o país não tem.

No ensino, o índice de reprovações na língua portuguesa é elevado e tende a aumentar cada vez mais. Qual a razão? Ao nosso ver, pensamos que está na falta de prática da língua e da falta de qualificação dos professores nesta matéria.

No ensino secundário (da 7ª à 11ª classe) a qualificação do pessoal docente em português era a seguinte:

com formação superior	1
com a 11ª classe e alguns com a formação do magistério primário	50
Total de prof. port.	51

DOIS DEPOIMENTOS IMPORTANTES SOBRE O PORTUGUÊS E O CRIOULO NA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Para concluir estes breves apontamentos sobre o problema das línguas na República da Guiné-Bissau, em particular do português e do crioulo, vamos transcrever o que nos deixou escrito Amílcar Cabral e Teixeira Mota.

a) Amílcar Cabral:

“O crioulo prejudica quem aprende o português, porque não sabe qual a ligação que existe entre o português e o crioulo. Mas se se conhecer a ligação que há, isso facilita aprender o português”.

“O português é uma das melhores coisas que os Tugus nos deixaram, porque a língua não é prova de nada, mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo”.

b) Teixeira da Mota:

“...o crioulo da Guiné-Bissau é uma língua que apresenta nas suas estruturas traços lexicais, fônicos e gramaticais em que se reconhece a origem portuguesa de uns e a origem africana de outros”.

“A língua portuguesa falada na República da Guiné-Bissau está, pois, se enriquecendo com abundantes termos regionais, de origem europeia ou africana nascidos com o crioulo...”.

“Acerca de um importante idioma de contato, o crioulo, tem sido manifestada, em diversos meios e por diversas pessoas, certa má vontade. Este falar tem, por vezes, sido combatido por se julgar que ele cria dificuldades ao progresso do português. Um exame mais cuidadoso da questão prova que se dá o contrário – ou melhor, que se passa uma coisa muito diferente... A difusão atual do crioulo é um triunfo do português. Porque o crioulo aqui está em evolução e cada vez mais se enche de palavras portuguesas.

Qual o motivo que explica a fácil expansão do crioulo?

Do que pude observar creio que ele reside no fato de o crioulo conservar certas formas de sintaxe africanas com um vocabulário misto das mais variadas proveniências”.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A LÍNGUA FRANCESA NA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

A língua portuguesa, como já referimos, é a língua oficial da República da Guiné-Bissau. É a língua do

ensino e começa a ser utilizada desde a 1ª classe e a ter quatro horários semanais desde a 5ª à 11ª classe, porque o governo sente a necessidade de os estudantes a aprenderem.

A língua francesa é dada, em opção com o inglês, da 7ª à 9ª classe, no curso geral dos liceus. No curso complementar (10ª e 11ª classes) faz parte das disciplinas dos IV e V grupos.

Situando-se geograficamente entre dois países de expressão francesa, o Senegal e a República da Guiné-Conacry, naturalmente, se faz sentir na Guiné-Bissau a influência da língua francesa. Porém, não se pode dizer que seja grande essa influência.

Em reuniões com delegações estrangeiras, sem dúvida que o francês foi, a princípio, mais usado que o português. Isso aconteceu, principalmente, nos primeiros anos após a independência. Hoje em dia, porém, se está notando que nas reuniões com delegações estrangeiras já se fala muito o português, pela simples razão de muitos dos *experts* que vêm à Guiné-Bissau falarem o Português.

A língua portuguesa falada na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Angola, em S. Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, tem merecido especial atenção por parte de muitos peritos de projetos que vêm trabalhar para a Guiné-Bissau, que é um dos países de expressão portuguesa que tem recebido grande apoio financeiro de países amigos e de Organismos Internacionais.

Mas, também é um fato, que a França foi a primeira nação estrangeira a criar na Guiné-Bissau um *centro cultural francês*, onde são ministrados cursos de língua francesa e onde funciona uma biblioteca, com muitos livros e revistas e que está aberta ao público durante os dias da semana. Proporciona ainda a projeção de filmes em francês, além de oferecer muitos livros, particularmente dicionários e enciclopédias.

E Portugal que tem feito? Sem dúvida que muita coisa também. Nestes últimos anos tem-se notado um grande esforço no sentido de criar atividades que ajudem a implantar e implementar cada vez mais a língua oficial e do ensino na Guiné-Bissau – o português. Foi criado um *centro cultural português*, já há bastante anos, que dispõe de inúmeros livros e jornais e onde são dados cursos de língua portuguesa. Têm vindo à Guiné-Bissau algumas missões especiais para estudos do melhor método do ensino da língua portuguesa. O Centro de Cultura da Língua Portuguesa (ICALP) já tem em execução um projeto sobre a *nova metodologia do ensino/aprendizagem da língua portuguesa*, que está dando os melhores resultados. O Governo da Guiné-Bissau tem insistido junto à Direção-Geral da Cooperação Internacional de Portugal para a vinda de professores qualificados de português, em particular, para os anos terminais do

ensino liceal. Também sabemos que está para breve a criação por Portugal da televisão na Guiné-Bissau.

Portanto, pensamos que Portugal, de fato, está avançando com muitas ações concretas para o desenvolvimento da língua portuguesa, ações que lhe são impostas por uma certa obrigação moral para com a República da Guiné-Bissau, que, depois da independência, adotou o português como língua oficial e língua do ensino. Porém, há que dar cada vez mais atenção a este assunto, pois, quanto a predominâncias de línguas estrangeiras no país, há muitos interesses.

CONCLUSÃO

Ao terminar estes breves apontamentos, vamos pôr algumas questões concretas, que julgamos muito pertinentes:

- a) Qual a língua a ser adotada no ensino? Português ou crioulo?
- b) Deve-se adotar só o crioulo na 1ª fase (1ª e 2ª classes)?
Deve-se adotar o crioulo e o português na 2ª fase (3ª e 4ª)?
Deve-se adotar só o português na 3ª fase (5ª e 6ª)?
- c) Pode-se adotar, indiferentemente, as duas línguas ao mesmo tempo e em todos os níveis de ensino?
- d) Como e quais os processos para resolver estes problemas, que tão forte impacto têm no ensino?
- e) Quem tem poder para sair deste impasse e para decidir?
Só o governo da Guiné-Bissau tem a palavra. □

Francisco de Macedo é professor de português e coordenador do ensino de línguas do Ministério de Educação, Cultura e Desportos da Guiné-Bissau.

Resumen

El problema lingüístico en Guinea-Bissau

Una de las cuestiones esenciales de los países africanos recién independizados, es la existencia de varias lenguas: la oficial y una o más lenguas nacionales habladas por la población, sin una manifestación culta. Este texto intenta inventariar datos sobre este problema en Guinea-Bissau y cuestionar las posibles soluciones del problema.

Abstract

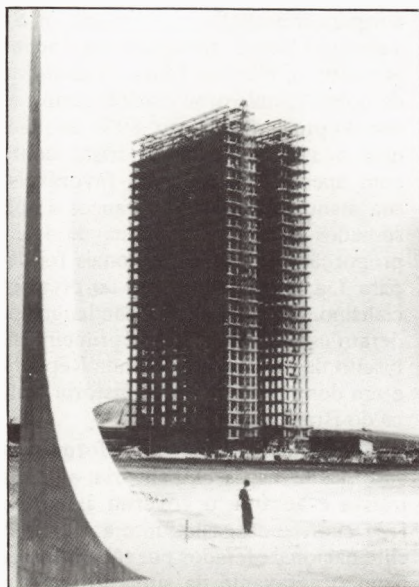
The Problem of the Languages of Guinea-Bissau

One of the most crucial issues in African countries that have recently gained independence is the existence of two or more national languages: one official and one or more indigenous languages, spoken by the population but which possess no "cultured" manifestations. This article aims to present data concerning the problem as it occurs in Guinea-Bissau and to raise doubts about possible solutions to the problem.

A HISTÓRIA DO VOTO EM BRASÍLIA

Marcelo Sidrião Salgado

Em um país onde o povo é acusado de ter memória curta, em uma cidade onde seus habitantes recebem o estereótipo de convivência com o poder, convém recordar um pouco da história eleitoral de Brasília, traspassando alguns episódios e nomes.



SECRETARIA DA CULTURA DO D.F.

ARQUIVO PÚBLICO

Humanidades

PRÓLOGO

Inaugurada em 21 de abril de 1960, Brasília era o símbolo maior de uma época onde empreendimento, coragem, esperança e orgulho representavam valores nacionais. O futuro estava logo ali, promissor para todos. No rádio se ouvia bossa-nova. A televisão e a geladeira, eram artigos de consumo que a cada dia, pouco a pouco, maior número de famílias poderiam adquirir. O garoto Pelé, já havia surgido para o mundo, mas os Beatles ainda não.

Logo após a instalação da nova capital, em junho, tramitava um projeto de lei na Câmara dos Deputados que regulava o direito de voto no Distrito Federal para as eleições presidenciais de 1960 e dava outras providências. O projeto primogênito de autoria do deputado Acioli Filho, tratava de outorgar

ções legislativas. A proposição teve sua sorte selada na comissão de Constituição e Justiça, onde o líder da UDN, deputado Adauto Lúcio Cardoso, sensibilizou para tanto, colegas do PSD. Adauto, virando-se para o sergipano Lourival Batista, disse:³ “Não se pode comparar Sergipe, com suas lutas, com Brasília. O que é Brasília? Imaginem, Brasília teria o mesmo número de deputados que agora tem o bravo Sergipe”. Considerada inoportuna, a viabilidade da proposição fora transferida para a próxima legislatura. A possível autonomia política e administrativa de Brasília tornou-se então atrelada à história contemporânea do Brasil. A partir da Constituição de 1967 em seu capítulo VI, coube ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei relativos ao DF. A nomeação do prefeito era de competência do Presidente da República.

nária, segmentos da classe média, notadamente empresários e católicos moderados, tornaram-se, demasiadamente, nervosos em relação ao fantasma comunista que pairava. Estes cidadãos bem intencionados, tremiam ao imaginar a possibilidade de o País, virtualmente, transformar-se em uma outra Cuba. As cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais palcos deste drama político, econômico e existencial. O desafio de Goulart ao princípio da disciplina militar, especialmente à Marinha, foi o estopim determinante de sua derrocada. Muito antes da revolta da semana santa, provocada pelo marinheiro José Anselmo, o então General Castelo Branco, dissera aos conspiradores civis que a demissão do Ministro da Marinha, almirante Mota, seria o sinal para a deposição de Jango.

Os militares entraram em ação,⁴ o general Mourão Filho mobilizara suas tropas em Juiz de Fora. Posteriormente em São Paulo, o general Kruehl também aderiu à revolta na tarde de 31 de março. Jango realizara fuga rumo a Porto Alegre e na noite de 1 de abril o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República. Não havia base para este ato unilateral, segundo a Constituição vigente, conquanto oferecesse uma solução lógica da crise ora ditada pela pressão da rebelião militar. Os líderes congressistas adversários de Jango, não estavam dispostos a esperar que ele saísse do País (com isso violando o Artigo 66, que exigia aprovação do Congresso para qualquer viagem do presidente ao exterior). Ao declarar vago o cargo, o presidente do Senado, seguindo a prática constitucional empossou como presidente interino, Ranieri Mazzili, o presidente da Câmara dos Deputados. Chegando em Porto Alegre, Goulart encontrou o governador Leonel Brizola exigindo -lhe resistência. Jango recusou a possibilidade de derramamento de sangue e guerra civil, e, sem mais nenhuma alternativa, exilou-se no Uruguai. Logo em seguida, o cunhado Brizola faria o mesmo.

A estruturação da nova ordem político-administrativa que se instalava no País iniciou-se com a edição pelo Alto Comando Revolucionário (general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademacker e brigadeiro Correia de Melo), do Ato Institucional nº 1. Segundo o jornalista Castelo Branco,⁵ no início não haveria um ato nº 1, mas apenas um ato. O novo presidente, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito, indiretamente, pelo

A renúncia espetacular do Presidente eleito Jânio Quadros, levaria o eleitor brasiliense a pronunciar-se publicamente pela segunda vez.

o direito de voto para os cargos de presidente e vice, àqueles funcionários da União que haviam sido mandados servir em Brasília mediante ato de autoridade competente. Estes, deveriam estar inscritos em qualquer circunscrição do País. Levada a plenário, a proposição fora rejeitada nos termos do intrincado regimento interno da Câmara. O destino do projeto número 1.935 foi a publicação no Diário do Congresso Nacional e arquivo. Mesmo assim, o eleitor candango fora salvo pelo gongo: o voto em trânsito foi permitido em todo o território nacional.

No dia 3 de outubro, o novo Distrito Federal, obteve em termos relativos, o maior índice nacional de comparecimento com 93%;¹ seguido do Amapá, 92%; Guanabara, 91%; e Rio Grande do Sul, 90%. Nos estados do Piauí, 54%; Bahia, 62% e Maranhão 62%, registraram-se os menores escores de comparecimento eleitoral. A preferência do eleitorado em Brasília, convergiu para o candidato derrotado no pleito: o marechal Henrique Lott.²

Um outro projeto de lei, assinado pelo Deputado Nelson Omegna do PTB, de junho de 1962, marcava data de eleições para deputados e senadores pelo Distrito Federal, simultaneamente às eleições estaduais que ocorreriam no final do mesmo ano, pois a Constituição de 1946 previa que o Distrito Federal teria Câmara eleita pelo povo, com fun-

PRIMEIRO ATO

A renúncia espetacular do presidente eleito Jânio da Silva Quadros, levaria o eleitor brasiliense a pronunciar-se politicamente pela segunda vez. Em janeiro de 1963, Brasília disse não ao sistema parlamentarista de governo, que havia sido organizado e imposto à Nação por forças políticas que se opunham à investidura do vice-presidente João Goulart, já em 1961. No curto período de experiência parlamentarista, a cidade abrigara três chefes de gabinete: os Srs. Tancredo Neves, Brochado da Rocha e, por último, Hermes Lima. O eleitorado da nova capital votou maciçamente a favor do presidencialismo: 89%; enquanto que o regime parlamentarista contou com apenas 7% de votos favoráveis à sua manutenção. Votos brancos e nulos somados atingiram a marca de 4%. A proporção em termos nacionais foi de 5 para 1 a favor do retorno ao presidencialismo. Os brasileiros e candangos puderam assim, participar do primeiro plebiscito da história da segunda República e um dos raros em toda a história política do Brasil.

Objetivando realizar reformas de base nas áreas fiscal, bancária, administrativa e agrária, o governo Jango sofreu enorme desgaste junto a setores da elite nacional afetados por tais reformas. Com o agravante da situação inflacio-



IPASE
SOIB
13

Congresso e no dia 15 de abril de 1964 assumiu o cargo. Entre suas intenções estava a promessa de realização de eleições presidenciais em 1965. A transmissão de poder e posse do virtual presidente eleito por via direta, estaria marcada para 31 de janeiro de 1966.

Por várias razões internas ou exógenas ao meio militar, tal intento não foi levado a cabo. Entraram em ação os militares da *linha dura*, sucessivos atos institucionais foram editados, que entre várias disposições destacaram-se: a extinção dos partidos políticos e a criação do bipartidarismo (ARENA-MDB); poder de declaração de estado de sítio pelo presidente, e poder de intervenção em estados e municípios; eleições indiretas para o cargo de governador e o estabelecimento de normas para a confecção de nova Carta Constitucional, que foi outorgada em 24 de janeiro de 1967.

Eleito, indiretamente, pelo Congresso Nacional, o marechal Costa e Silva tomou posse em 31 de janeiro de 1967. A partir de 1968 seu governo foi marcado pelo rigor com que reprimia as agitações políticas e estudantis, assim como pela implantação do Ato Institucional nº 5 e o fechamento do Congresso, em 13 de dezembro de 1968.

Em 31 de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva apresentaria à Nação um novo texto Constitucional, cuja redação fora confiada ao então vice-presidente Pedro Aleixo, quando foi acometido de uma "crise circulatória, com manifestações neurológicas". Impedido de continuar no cargo, foi afastado e uma nova junta militar assumiu o poder.

O Alto Comando das Forças Armadas escolheu como presidente o general Emílio Médice, e vice, o alm. Augusto Rademacker. Em 30 de outubro do mesmo ano, tomaram posse, referendados pelo inoperante Congresso. No mesmo dia entrou em vigor a emenda Constitucional nº 1 de 1969, que entre as principais inovações apresentava:⁶ ampliação do mandato do presidente para cinco anos; pena de morte para os casos de guerra revolucionária e subversiva; o número de deputados federais proporcional ao número de eleitores; ampliação do direito do executivo de legislar por decreto-lei.

Ainda não completara 10 anos, Brasília uma cidade infante, como raras capitais do mundo, apresentava, em tão pouco tempo, saldo tão dramático de experiências políticas.⁷ No período após 1964, houveram duas eleições para a renovação do Congresso: em 1966 (um terço do Senado e toda a Câmara baixa)

FIGURA 1
ELEIÇÕES OCORRIDAS EM BRASÍLIA - DF

	1960	1963	1974	1978	1982	1986
População	140 mil	220 mil	777 mil	1067 mil	1327 mil	1615 mil
Eleitores Aptos						
A Votar (A)	24 mil	34 mil	65 mil	94 mil	137 mil	728 mil
Eleitores Dispensados						
De Votar (B)	—	—	100 mil	330 mil	407 mil	—
Comparecimento	93%	100%(C)	72%	57%	65%	94%
Abstenção	7%	—	28%	43%	35%	6%

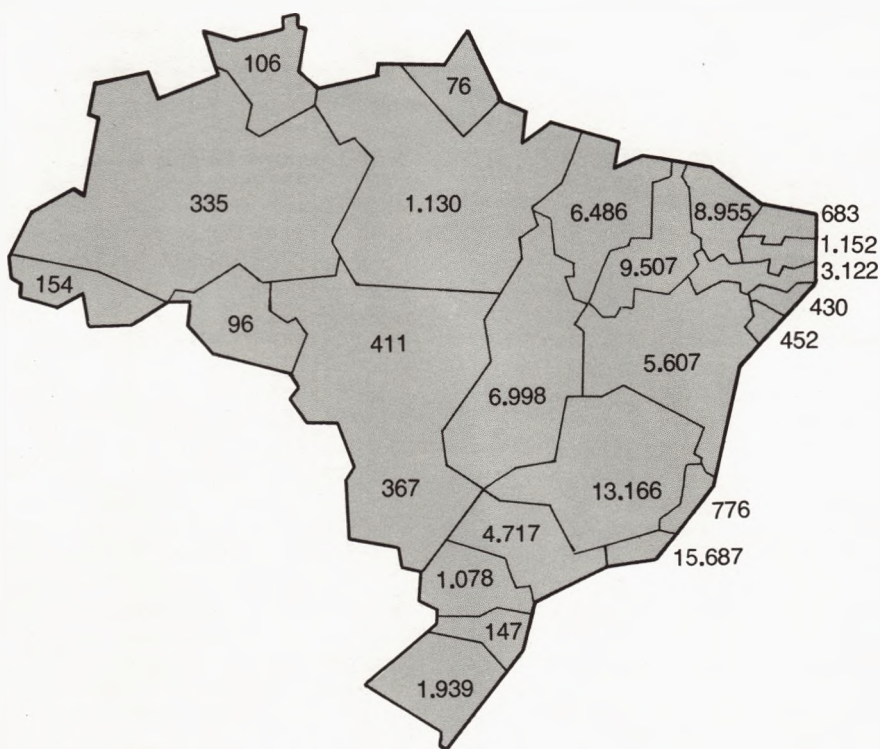
Fonte: Compilado do Anuário Estatístico do Distrito Federal, Correio Braziliense, IBGE, Jornal de Brasília, TRE e TSE.

A) Até 1982, eleitores aptos com domicílio eleitoral nos estados ou territórios de origem.

B) Nas eleições de 1974, 1978 e 1982, estão incluídos os votantes que alistaram-se no DF ao completar 18 anos.

C) Em 1963 foi permitido o voto em trânsito, votaram em Brasília 48.637 eleitores.

FIGURA 2
PARA ONDE VÃO OS VOTOS DE BRASÍLIA



Fonte: Jornal José, 28 de Outubro de 1978, p. 12.

e em 1970 (dois terços do Senado e a totalidade da Câmara baixa). Nesta época Brasília era uma cidade cassada e seus eleitores, verdadeiros exilados das urnas. O futebol era a agonia, a alegria e a anestesia do povo.

A Lei 6091, artigo, 17, de agosto de 1974, veio permitir um reencontro atípico do eleitor brasileiro com as urnas: os paulistas residentes em Brasília e com título eleitoral de São Paulo, votaram exclusiva e vinculadamente em candidatos ao Senado e Câmara Federal do estado de São Paulo; os amazonenses da mesma forma em relação aos candidatos do estado de Amazonas; os cearenses idem e assim por diante. Logo em seguida, os votos obtidos no Distrito Federal eram exportados para os respectivos estados de origem e lá, incorporados ao montante sob a supervisão do Tribunal Regional Eleitoral. "Registrou-se um passo adiante, mas capenga".⁸

Em 1977, já no governo do presidente Ernesto Geisel, sob a alegação de *Reformas Constitucionais* o Congresso foi fechado novamente, entrando em vigor o *pacote de abril* que implementava uma nova legislação eleitoral. O pacote determinava que todos os governadores dos estados e um terço dos senadores, seriam escolhidos, indiretamente, no ano subsequente. Mais um casuismo eleitoral pois a ARENA dominava a cena política na maior parte das cidades do meio rural. Os referidos cargos políticos seriam preenchidos por eleições através dos respectivos colégios eleitorais dos estados. Este ato garantia tranquilidade e maioria do governo no Congresso, pois a oposição, desde 1974, já demonstrava sinais de vitalidade. Geisel mantinha maior afinidade com o Congresso que Médice, mas os militares estavam tensos com os novos tempos,⁹ o Congresso fora reaberto em 15 de abril e o presidente estava ávido para praticar as novas combinações das regras do jogo.

No carnaval de 1978, a três quilômetros do Palácio do Planalto, de um bar da Asa Norte em Brasília, saía um irreverente bloco momino sob a alcunha de *Pacotão*, tradição que ainda se mantém. Em novembro do mesmo ano, o eleitorado brasileiro retornou às urnas demonstrando protesto e desinteresse: bateu o recorde nacional de abstenção eleitoral com 43%. Durante os anos 70, muitos residentes em Brasília, eleitores em potencial, requereram junto ao Tribunal Regional Eleitoral do DF, a transferência de seus títulos para a capital do País. Agindo dessa forma, estes brasileiros estavam agindo, deliberadamente, em direção à dispensa do exercício da cidadania (Fig. 1). Por outro lado,

poderíamos entender esta atitude, por mais paradoxal que pareça, como tentativa de militância em favor da representação política no DF.

Nos artigos ou resenhas que tratam das eleições ocorridas no Brasil na década de 70, ora abordando o fenômeno nacionalmente com as expressivas e crescentes vitórias do MDB na oposição, ora enfocando as disputas no plano regional, *nada*¹⁰ foi encontrado em relação aos esdrúxulos acontecimentos a que Brasília estava submetida. Nem mesmo Skidmore,¹¹ em seu fascinante tratado brasilianista, refere-se ao assunto. É bem verdade que a quantidade de votos exportados para os estados era insuficiente para alterar o resultado dos pleitos significativamente. Mesmo assim alguns cabos eleitorais chegavam a caçar os votos destes emigrados. Não seria uma heresia estatística suspeitar (Fig. 2) que os cariocas, mineiros, piauienses, cearenses e goianos, formavam e formam as maiores colônias de povoadores da cidade, que teve Dom Bosco como

de refluxo. O melhor, então, para Golbery era fazer o que fez: deixar o governo, cuidar da saúde e brincar com os netos. Em sua chácara, não muito distante do Palácio do Planalto, estaria mais confortável para atuar em *off*. Bons ventos sopravam e a Câmara dos Deputados voltava a incorporar membros que, anteriormente, tiveram seus direitos políticos e mandatos cassados. A Lei 6091 sofrera pequena modificação, possibilitando que nas eleições de 1982, o brasileiro tivesse seu direito de voto ampliado: os virtuais eleitores poderiam votar também em candidatos ao governo e assembleia legislativa de seus respectivos estados de origem. Ironicamente,¹³ o índice de abstenção foi de 35%. Havia 407 mil títulos eleitorais registrados no DF. Seus donos, estavam desobrigados ao comparecimento eleitoral.

A nível nacional, as oposições recebiam 59% dos votos populares. Conseguiram fazer maioria simples na Câmara baixa, mas no Senado o PDS mantinha maioria. No colégio eleitoral¹⁴ que ele-

No carnaval de 1978, a três quilômetros do Palácio do Planalto, saía um irreverente bloco momino sob a alcunha de Pacotão, tradição que ainda se mantém.

seu primeiro visionário. No pleito de 1978, mais da metade do eleitorado do DF, 55 mil, residia no Plano Piloto. Em seguida vinham os votantes das cidades satélites de Taguatinga, com 19 mil, e Gama, 9 mil.

Embora os cientistas políticos e sociólogos tenham silenciado sobre o assunto, a imprensa local,¹² entretanto, registrava a indignação dos candangos diante da legislação eleitoral vigente. As festividades cívicas em Brasília eram vividas com frieza, e os altos índices de abstenção e desinteresse foram interpretados como protesto surdo da população, exigindo representação política. Assim como as famosas áreas de segurança nacional e algumas estâncias hidrominerais, Brasília era a própria cara do País em permanente estado de anomia eleitoral.

ANOS 80: TOBOGÃ DE EMOÇÕES

Já na década de 80, com o advento da abertura política e em meio ao governo do general João Figueiredo, renunciava em 1981, o chefe do Gabinete Civil e grande arquiteto dos governos militares. A influência do general Golbery do Couto e Silva entrara em fase

geria o sucessor de Figueiredo, o PDS teria uma maioria de 356 votos, sobre um total de 330 das oposições reunidas. A oposição, no entanto, conquistara o governo de nove estados, inclusive São Paulo (PMDB), Rio de Janeiro (PDT) e Minas Gerais (PMDB). Os eleitos nestes estados, respectivamente, foram: Franco Montoro, Leonel Brizola e Tancredo Neves. O PDS, que já fora ARENA, e esta, que já fora a combinação UDN-PSD: era dono dos nove estados nordestinos.

Alguna coisa no seio da sociedade e na cabeça de muitos políticos começava a mudar. Em março de 1983 iniciou-se a tramitação no Congresso de uma emenda Constitucional que propunha eleições diretas para presidente da República em 1985. O autor da emenda, um desconhecido deputado por Mato Grosso, chamava-se Dante de Oliveira. Estava plantada a semente da campanha que inflamou o País: *Diretas Já*. Pouco a pouco, aquela emenda foi ganhando corpo e apoio de segmentos da sociedade. Em abril, o Cardeal Arns, de São Paulo, e Dom Ivo Lorscheider, da CNBB, dão seus beneplácitos. Em junho, a 200 km de Brasília, o PMDB lançou uma campanha nacional iniciada

com o comício de Goiânia, na presença de 5 mil pessoas.

Com o passar do tempo, muitas outras personalidades da política e do *show business* brasileiro aderiram: Luiz Inácio Lula da Silva, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães, os governadores da oposição, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Elba Ramalho, Osmar Santos e a musa Fafá de Belém, eram presenças constantes. Os comícios eram um sucesso e as redes de televisão e jornais, perceberam, paulatinamente, o *marketing* daqueles eventos culturais.

Na reta final da campanha, no início de abril de 1984, 500 mil pessoas se acotovavam no comício da Cinelândia, no Rio de Janeiro. No dia 16, foi a vez de São Paulo, onde mais de um milhão de pessoas conseguiam entupir, literalmente, a Praça da Sé. Um espírito cívico emocionava o País, as pessoas passaram a usar novamente os tons verde e amarelo em suas roupas.

Com a aproximação do dia da votação da emenda, o general Figueiredo impôs medidas de emergência em Brasília. O general, de linha dura, Newton Cruz, era o personagem responsável pela execução das medidas. No dia da votação em 25 de abril, os carros de Brasília faziam um *buzinaço* em frente ao Congresso. O general e seus comandados, impotentes, tentavam impedir aquela manifestação popular.

A emenda não atingiu os dois terços necessários para a sua aprovação. Era preciso alcançar 320 votos, chegou a receber 298. Destes, 55 pertenciam a deputados do PDS. Apesar da forte pressão exercida pelo Palácio do Planalto e lideranças do partido. O resultado da votação causou um pesar nas esperanças populares. O *day after* foi melancólico. Alguns achavam que a batalha estava perdida, outros, a guerra. Mas a corrida à presidência já havia se iniciado. No PDS havia três principais candidatos ao cargo: Aureliano Chaves, o vice de Figueiredo; Mário Andreazza, Ministro do Interior; e Paulo Salim Maluf, ex-governador de São Paulo e deputado federal mais votado nas eleições de 1982. Maluf tinha um charme especial: arregimentava adeptos quer através da doação de ambulâncias, quer através de sua habilidade para gravar nomes e fisionomias. Em agosto Maluf foi escolhido pela convenção do partido e consegue o que a oposição não havia feito em 20 anos: dividir a situação. Os anti-malufistas do PDS, criaram então o Partido da Frente Liberal (PFL). O PMDB nesta época parecia estar mais unificado, e o candidato oposicionista de consenso era Tancredo Neves, ex-ministro de Getúlio

Vargas e João Goulart. O PFL e o PMDB juntos, lançam a chapa: Tancredo, para presidente, e José Sarney, ex-presidente do PDS, para vice.

Após uma série de manobras políticas de ambas as facções e o azeitamento do nome de Tancredo¹⁵ junto à classe militar, a 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu Tancredo e Sarney por 480 votos de um total de 686. Maluf recebera 180 votos. Houve nove ausências¹⁶ e 17 abstenções. Fora do plenário, uma multidão se postava em frente ao Congresso Nacional. Viam-se faixas e bandeiras de todos os partidos, a cada voto transmitido, a multidão vibrava. O verde, o amarelo e, especialmente, o vermelho, eram as cores predominantes naquela manhã. Os vencedores receberiam o País em crescente situação de melhoria econômica,¹⁷ após a cruel recessão que acontecera entre 1981-1983. A balança comercial passara de um *superávit* de US\$ 1,6 bilhão, em 1981, para US\$ 13,1 bilhões naquele ano. Somente em 1984 as exportações voltaram a subir, chegando a US\$ 27 bilhões. O desempenho comercial do Brasil explicava-se por sua capacidade de cortar importações. As reservas cambiais no fim de 1984 eram de US\$ 12 bilhões. O governo civil que tomara posse em 15 de março de 1985, não teria necessidade de fazer acordos com o Fundo Monetário Internacional. Pelo menos em breve. Havia um rombo, entretanto, no *déficit* do setor público.

Tancredo Neves, aos 74 anos, cumpria uma agenda exaustiva, há meses vinha lutando contra uma doença intestinal. Na véspera de sua posse foi internado no Hospital de Base de Brasília. A Nação, surpreendida, fora dormir sonhando com um presidente investido na missão de um "messias" e acordara com a notícia de que o vice tomara posse. A chocante situação de Sarney foi acentuada com a recusa de Figueiredo em não participar da cerimônia de transmissão do poder. O presidente em retirada ainda estava profundamente desapontado com Sarney, a quem considerava um traidor por haver desertado o PDS. Figueiredo não sabia que, na política brasileira, traição é uma questão de tempo. Após uma longa agonia e várias operações, por coincidência forçada ou acaso, Tancredo morreu no dia de Tiradentes e aniversário de Brasília, 21 de abril de 1985. A capital do País fazia bodas de prata em clima de velório.

Em maio de 1985, foi promulgada pelo Congresso a emenda Constitucional nº 25 que alterava dispositivos da Constituição vigente e estabelecia outras normas Constitucionais de caráter tran-

sitório. Nos artigos 39 e 41, a Emenda tratava da representação política no DF. Em junho, um projeto de lei de responsabilidade do senador Mauro Borges, de Goiás dispoñdo sobre a representação política e organização partidária em Brasília-DF, iniciou tramitação no efervescente Congresso Nacional. A proposição alterava a legislação eleitoral e a lei orgânica dos partidos políticos, regulando o número de deputados e senadores que o DF teria na Assembléia Nacional Constituinte, que já havia sido convocada, formalmente, por Sarney. Após cumprir os complicados trâmites, finalmente em outubro de 1985, o projeto fora sancionado e transformado em Norma Jurídica nº 7376/85.¹⁸

A campanha eleitoral de 1986, tornou Brasília uma cidade cortejada por muitos candidatos pleiteando espaço político. O cidadão do DF, durante alguns meses, conviveu com a propaganda eleitoral de um cartel de 68 candidatos ao Senado e 171 à Câmara dos Deputados, abrigados por 22 legendas partidárias. Contando com 728 mil eleitores, o comparecimento foi de 94% e novamente o comportamento eleitoral do eleitor candango fora surpreendente e revelador: O Plano Piloto, maior colégio eleitoral e que abranje as áreas mais privilegiadas do DF – Asa Sul, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte – apresentou um perfil, nitidamente, favorável aos candidatos de esquerda, configurando em expressivas votações dos partidos PT, PDT e PCB. O maior índice de abstenção, 9%, e de votos brancos ficou com o Paranoá, zona eleitoral extremamente carente. Com relação ao voto nulo, que foi propalado em pichações, a zona eleitoral da Vila Paranoá apresentou 13% enquanto que o Plano Piloto contribuiu com 6%.¹⁹ Os candidatos ao Senado, sustentados pelo poder econômico, foram rechaçados pelo eleitorado. Estes obtiveram votações relativamente significativas apenas em áreas de baixa renda.

Os eleitos pelo DF ao Senado foram: Maurício Correa (PDT) advogado, ex-presidente da OAB-DF; Meira Filho (PMDB), radialista; Pompeu de Souza (PMDB), jornalista e professor fundador da Universidade de Brasília. Para a Câmara dos Deputados, os vitoriosos foram: Valmir Campello (PFL), ex-administrador de cidade satélite; Maria de Lourdes Abadia (PFL), ex-administradora de cidade satélite; Augusto Carvalho (PCB), ex-líder do sindicato dos bancários-DF; Márcia Kubitschek (PMDB) filha de Juscelino; Geraldo Campos (PMDB), ex-líder dos servidores públicos federais-DF; Francisco

Carneiro (PMDB), empresário; Jofran Frejat (PFL), médico e ex-secretário de governo; e Sigmaringa Seixas (PMDB), advogado, fundador do Comitê Brasileiro pela Anistia-DF.

Os resultados de Brasília mostraram uma incoerência: candidatos com maior número de votos individualmente não foram eleitos por falta de quociente eleitoral de suas agremiações partidárias. Os candidatos a deputado federal Chico Vigilante pelo PT, com 15.918 votos, e José de Castro do PMC, com 12.900 votos: ambos obtiveram mais votos que o candidato do PMDB, Sigmaringa Seixas, com 11.476 votos. Também para o Senado, o segundo candidato mais votado, o economista e professor universitário Lauro Campos, não conseguiu eleger-se, pois a soma dos votos do PMDB ao Senado, em sub-legenda, foi maior que o montante dos votos do candidato do PT.

No Distrito Federal, o voto corporativista, que também é uma forma de manifestação ideológica, foi notado: bancários votaram em bancário, funcionários públicos votaram em funcionário público, alunos e professores, em intelectual. Estas classes conseguiram eleger representantes. Somente os evangélicos e empresários no ramo de automóveis não lograram êxito.

Se observarmos os resultados a nível nacional, com a ampla vitória do PMDB e compararmos com os resultados em Brasília, onde PDT, PCB e PT obtiveram expressivas votações, percebemos que o DF apresentou um perfil nitidamente oposicionista.²⁰ É também notória a formação de *currais eleitorais*.²¹ Este fenômeno, muito comum no Nordeste, aparentemente seria um contraste muito forte com as linhas modernistas da arquitetura de Brasília. O fato é que muitos candidatos já haviam participado da administração de cidades satélites, assim como de secretarias de governo do DF; o que caracterizava uma relação muito próxima do candidato com aquele eleitorado. Valmir Campello, em Taguatinga, e Maria Abadia, em Ceilândia, aí, tiveram seus redutos eleitorais e foram, respectivamente, os deputados mais votados no DF.

Em pesquisa de opinião pública anterior ao pleito, um jornal da cidade,²² já mostrava um elevado grau de politização do brasiliense: do total de 161 entrevistados, 72% afirmavam que o voto é uma arma para fazer valer o direito do cidadão; 86% se mostravam a favor da reforma agrária; 70% diziam que os brasileiros não sabem votar; e 80% declararam que os políticos são

demagogos. Uma outra pesquisa,²³ ratificou o estereótipo de que a imagem do político brasileiro é realmente muito negativa. As pesquisas de OP são recentes no Brasil; na década de 70, estiveram muito relacionadas à audiência de telenovelas; nos anos 80, vêm sendo utilizadas também para verificar as intenções de voto do eleitorado. Esta tecnologia foi importada dos USA, que desde os anos 40,²⁴ realizam "surveys".

Numa tarde cinzenta, em 27 de novembro de 1986, de forma inédita e com enorme repercussão nacional, ocorre em Brasília manifestação de protesto envolvendo cerca de 10 mil pessoas contra as novas medidas econômicas adotadas pelo governo: O Plano Cruzado II. O evento que ficou conhecido pelo nome de *badernaço de Brasília*, deixou um

profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes, sindicalistas ligados à CUT, CGT e PT, donas-de-casa e até crianças. Também presentes tropas do exército em conflito aberto com a população. Policiais fardados ou em trajes civis e cães, também fizeram-se presentes. Os repórteres tinham ao longo da Esplanada dos Ministérios um campo farto de notícias quentes. Brasília, em plena juventude, aos 26 anos, nunca vivera dia parecido e fora, finalmente, deflorada.

O Ministro da Justiça, posteriormente, em cadeia de rádio e televisão, bradava perguntando à sociedade a quem interessaria aquela ruidosa manifestação? Os atores sociais escolheram o estoicismo, o ceticismo, a escatologia e o cinismo como resposta. Caía o pano de



ARQUIVO PÚBLICO

SECRETARIA DA CULTURA DO D.F.

saldo de 32 pessoas detidas, 51 veículos queimados e quase uma centena de atendimentos hospitalares.²⁵

O eleitorado brasileiro dias antes havia manifestado nas urnas, a popularidade do governo, forjada pelo Plano Cruzado I. O PMDB elegeu 22 governadores nos 23 estados então existentes, mais que isso, fez maioria absoluta na Assembleia Constituinte. Na moralidade emotiva da sociedade brasileira, a ação do governo civil de José de Ribamar Sarney, em reimplantar a ortodoxia econômica, foi entendida como um ato de traição. A sociedade em sua viuvez, orfã de si mesmo e ainda ouvindo os últimos acordes do réquiem de Tancredo, era agora divorciada de seu mais recente parceiro.

No caso de Brasília, a ressaca pós-eleitoral contou com grande número de

fundo e o charme da Nova República, alguns saíam de cena, outros subiam ao tablado sob as luzes ofuscantes dos refletores e da fama. No ano seguinte, em meados de 1987, um grupo de rock brasileiro com o nome *Plebe Rude* lançava o disco intitulado *O Concreto já Rachou* que obteve enorme sucesso. A Assembleia Constituinte já havia começado seus trabalhos com muita polêmica.

Durante o ano de 1988 a polêmica sobre os temas mais decisivos continuou: índios, empresários, latifundiários, trabalhadores, militares, "barnabés", cientistas, enfim, todos os segmentos da sociedade se dirigiam a Brasília com o intuito de reivindicar dos constituintes a garantia de seus direitos na nova Carta que estava sendo costurada. Estes interessados realizavam passeatas, lotavam as galerias de plenário e chamavam para

si as mais diversas formas de atenção. Do duelo entre o novo e o antigo²⁶ o País estava sendo passado a limpo. Sob a batuta de Ulysses Guimarães, os constituintes decidiam, no conchavo e no voto, as questões que se lhes apresentavam.

Em junho de 1988, a fusão de emendas apresentadas pelos senadores Pompeu de Souza e Maurício Correa e pelos deputados Augusto Carvalho e Sigma-ri-nga Seixas da bancada do Distrito Federal, propondo eleições diretas para o governo do Distrito Federal em novembro, simultâneas às eleições municipais,²⁷ fora rejeitada pelo plenário da Constituinte. A proposição fusionada não atingiu o limite de 280 sufrágios para a sua aprovação, faltando-lhe 24 votos. Foram também registrados 81 votos contra e 27 abstenções. O Capítulo V, seção I, artigo 32, parágrafo 2º que reza sobre a eleição do governador, vice-governador e deputados distritais, afirma que esta coincidirá com as eleições de governadores e deputados dos estados. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias em seu artigo 16 diz que: "Até que se efetive o disposto no artigo 32, parágrafo 2º, da Constituição, caberá ao presidente da República, com aprovação do Senado Federal, indicar o governador e vice-governador do Distrito Federal. O mesmo artigo em seu parágrafo 1º afirma: a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, até que se instale, será exercida pelo Senado Federal. Ou seja: a eleição direta do governador do Distrito Federal, do vice-governador e dos deputados distritais acontecerá em 15 de novembro de 1990 e a posse está marcada para janeiro de 1991. Mais uma vez Brasília fica para a próxima Legislatura. Coincidência histórica? Sapiência dos constituintes? Ou obra da engenharia política? Quem viver verá.

A questão relativa à forma de governo que deveria ser adotada no País e o tempo de mandato de Sarney, mobilizou a atenção e grande espaço na mídia. Enquanto estas questões eram discutidas na Constituinte, uma política econômica *feijão com arroz*, carcomia os salários dos trabalhadores e da classe média. A vitória do mandato de 5 anos para o presidente e a escolha do presidencialismo como forma de governo, foram fatores determinantes para que um outro partido político emergisse do processo Constituinte. Foi criado o "partido dos tucanos", o PSDB, que passou a abrigar dissidentes do PMDB e PFL em sua maioria.

Nas eleições municipais de 15 de novembro, o PT, em São Paulo, Vitória e

Porto Alegre, o PDT no Rio de Janeiro e Curitiba, e o PSDB em Belo Horizonte, saíram vitoriosos. Os partidos de oposição ganharam muitas outras importantes prefeituras ao longo do País. As forças conservadoras sofreram a mais acachapante derrota eleitoral na história do Brasil. No rádio, o maior sucesso era a voz de um cantor aidético, seu disco: *Ideologia*. Na televisão, às 20:30, o País parava para assistir à novela Vale Tudo.

PERSPECTIVAS PARA 1989: PARTINDO DE BRASÍLIA-DF

Ao longo da tumultuada história do voto em Brasília-DF percebemos que a *atitude e o comportamento* eleitoral do candango, tem se mostrado de forma bastante peculiar em cada pleito. Acreditamos que fatores sócio-econômicos (renda, escolaridade, volume de informação, proximidade com o poder etc) favoreçam uma percepção crítica em relação aos problemas da localidade e do País. São muitas as respostas que tentam explicar o abstencionismo eleitoral. No Brasil ele é típico em populações com baixo nível de instrução, em pessoas com idade muito avançada ou muito jovens, e o sexo feminino em regiões rurais. Em outros países existem exceções a estas regras: os peronistas, na Argentina, e os radicais italianos em eleições passadas, assim agiram como forma de protesto. O eleitorado americano também é um caso a parte, pois desde as eleições presidenciais nos anos 70, vem apresentando taxas de abstenção que giram em torno de 50%. Em países que atravessam períodos de estruturação institucional, altas taxas de abstencionismo eleitoral, são virtuais signos de deslegitimação dos governos e de suas pretensas bases democráticas. Os sistemas eleitorais e as normas que regulam o direito do voto, são fatores imprescindíveis que nos levam à compreensão deste fenômeno. À luz destes elementos podemos melhor entender as relações, visivelmente, discrepantes entre comparecimento e abstenção ocorridas em Brasília ao longo de sua história eleitoral.

Uma eleição é uma festa cívica, onde todos aqueles que preencherem determinados requisitos estão convidados a participar, quer como eleitor quer como candidato. Se alguns eleitores resolvem não participar desta festa, poderemos atribuir a esta ausência, variáveis individuais ou psicológicas também. Um elei-

tor poderá estar acometido do que poderíamos chamar de *crônica tristeza cívica* se este resolve abster-se, deliberadamente. Se a prática do voto é um dos elementos imprescindíveis para a legitimação e afirmação das instituições democráticas, como então reverter a visão de mundo do eleitor melancólico?

A organização duradoura de mecanismos de motivação, percepção, emoção e cognição em relação aos diversos aspectos de um pleito eleitoral, são sintomas que sugerem explicar a ativação do motor que leva um indivíduo a enfrentar uma fila e depositar o seu voto na urna. O eleitor também é seletivo, geralmente o comparecimento eleitoral é maior em eleições majoritárias ou as mais importantes. A discussão em torno da obrigatoriedade do voto, em um País como o Brasil, é absolutamente prematura nos dias atuais.

Os inúmeros elementos já citados ao longo do texto, nos sugerem afirmar que o brasileiro apresenta uma atitude político-eleitoral diferenciada, uma percepção criteriosa de nossa realidade contemporânea, ao contrário do que a mídia nacional deixa transparecer. Porque então a capital do País possui uma aura, um estereótipo negativo aos olhos da opinião pública nacional? As respostas são muitas e seria necessário uma investigação mais criteriosa, mesmo assim, nos atrevemos a levantar alguns pontos:

- a) O setor de serviços, ao contrário do que se pensa, emprega a maior parte da população economicamente ativa no DF, especialmente na periferia. O funcionalismo público federal ocupa o segundo lugar – IBGE, 1986. Os salários dos funcionários públicos federais são, em média, superiores aos salários dos “barnabés” estaduais. Existe um ócio considerável em Brasília, mas longe de ser unânime.
- b) Brasília causa uma certa estranheza, um mal-estar, em muitos que a visitam, sua arquitetura é monumental, sua proposta urbanística é radical. O governo gasta grandes somas para manter este engenho, tornado recentemente, patrimônio da humanidade. O pagador de impostos, quer visitando a cidade, quer através do vídeo, talvez realize um choque moral em seu íntimo, percebendo que aquela realidade suntuosa não condiz com a miséria que impera nas mais diversas regiões do País. Somente em 1990, com a reforma tributária, o DF passará a ter alguma autonomia econômica. O DF está longe de ser um

paraíso tropical, as opções de lazer são reduzidas, e muitas são as favelas encravadas no próprio Plano Piloto, os cartões postais não mostram, é claro. O fluxo migratório advindo do Nordeste, Goiás e Minas Gerais é muito elevado. Não se sabe bem porque, mas os números de divórcios e suicídios são muito significativos. Embora haja crise econômica, também há demanda nos consultórios de psicólogos e psiquiatras. Estes últimos aspectos são comuns, no entanto, em qualquer centro urbano.

- c) Os projetos sociais, culturais e econômicos que o País deveria empreender nas três últimas décadas foram, em grande parte, desvirtuados. A revolução militar fracassou em seus objetivos, é bom frisar que a sociedade civil também compactou com o golpe. Pessoas, fatos e algum objeto material deveriam vestir a carapuça. Brasília infante, sem tradição e como sede do poder não haveria como ter escapado de ter sido escolhida como cidade símbolo do autoritarismo, corrupção, impunidade etc. Sartre, foi mais uma vez genial ao afirmar que o inferno são os outros: a corte na verdade localiza-se no Rio de Janeiro onde a família real portuguesa conserva descendentes em estado onírico na expectativa do retorno da monarquia em 1993, quando a Constituição será revista; a corte também localiza-se em São Paulo onde os *barões* do café e suas casas na Avenida Paulista foram substituídas por “managers” de bancos e multinacionais. Brasília, com os vícios de nepotismo, é periferia.

O Anuário Estatístico do Distrito Federal²⁸ aponta que no censo de 1980, o DF contava com 1.200 mil habitantes, destes, 32% eram nativos do DF, 31% haviam imigrado dos estados nordestinos e 23% advindos do Sudeste. Dados recentes do Anuário Estatístico do Distrito Federal mostram também projeções que indicam que a população do DF no final de 1989 estará em torno de 1.800 mil habitantes, dos quais apenas 51 mil habitam em zona considerada rural. O DF tem uma área 5.814 km² encravados no cerrado goiano, ficando óbvio, então, que a especulação imobiliária não é somente urbana, mas também na zona rural que geograficamente não é tão minúscula. O DF também possui, atualmente, um contingente eleitoral maior que os estados de Sergipe, Acre, Rondônia e Tocantins. Maior também que nos futuros estados de Roraima e Amapá.

Em novembro de 1989, o País viverá um momento cívico sonhado, porém, deliberadamente, retardatário. A eleição que se aproxima contará com um colégio eleitoral em torno de 80 milhões de votantes. As prévias eleitorais exercem a função de orientar a posição de eleitores indecisos ou cautelosos. É bom lembrar que em democracias modernas, a parcela da população hesitante e menos informada tem decidido eleições em caso de empates técnicos estatísticos, no que diz respeito à intenção de voto. O surgimento de um fato novo, a eficiência da campanha na mídia, e o poder econômico, são fatores determinantes de sucesso eleitoral, nunca os únicos.

A sabedoria popular costuma dizer que: de barriga de mulher e do fundo da urna, quando abre, há sempre surpresas. A origem latina da palavra voto, *votum*, revela uma promessa solene, logo, uma relação temporal entre o votante e o votado. O espírito da opinião pública é muito sensível, vacilante, moralista e, até mesmo, infiel. É um ente que se move como um pêndulo. Aos aventureiros que querem lançar mão da coroa, a sorte está lançada. □

Marcelo Sidrião faz mestrado em Psicologia Social na Universidade de Brasília, pesquisando a atitude eleitoral no Distrito Federal. É membro da International Society of Political Psychology.

Notas

1. Tribunal Superior Eleitoral (1966). Dados Estatísticos, eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1980. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional.
2. Ademar de Barros ficara em terceiro lugar no cômputo geral. Jânio Quadros eleito com 6 milhões de votos, surgia para a imprensa internacional, como a divindade Romana Janus: com duas faces (1960, 11 de out.). *Jornal do Brasil*, p. 1.
3. "Brasília: questão de projeto". (1978, 17 de out.). *Correio Braziliense*, p. 5. A Constituição de 1891, já previa a construção de uma nova Capital Federal, o projeto porém era freqüentemente revogado como utópico.
4. SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 355-70.
5. CASTELO BRANCO, C. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. Introdução. Castello comenta mais adiante, que Juscelino teria todas as condições para ter sido novamente eleito.
6. SILVA, F. A. e BASTOS, A. P. *História do Brasil*. São Paulo, Moderna, 1976.
7. CASTELLO BRANCO, C. (1977). p. 18.
8. CHAGAS, C. (1974, 16 de novembro). "Eleições no DF: como pensam os jornalistas". *Correio Braziliense* p. 3.
9. WESSON, R e FLEISCHER, D. V. *Brazil in transit*. New York, Praeger Publishers, 1983, p. 75.
10. LAMOUNIER, B. *Voto de desconfiança. Eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis, Vozes, 1980.
11. LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. *Os Partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
12. NERY, S. *As derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
13. REIS, F. W. *Os Partidos e o regime, a lógica do processo eleitoral Brasileiro*. São Paulo, Símbolo, 1978.
14. SAMPAIO, N. S., FIGUEIREDO, W. e NAVARRO, Brito. *As eleições Nacionais de 1978*. Brasília, Fundação Milton Campos, 1979.
15. SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Poderia-se argumentar que de fato, não havia eleições no DF. Discordamos deste ponto de vista. O que não havia era democracia participativa, representação política e campanha.
16. "Abstenção em Brasília é de 45%". (1978, 16 de nov.). *Correio Braziliense*, p. 1. (os resultados oficiais do TRE indicaram 43% de abstenção). "Abstenção em Brasília é vista como protesto". (1978, 17 de nov.). *Jornal de Brasília*, p. 19.
17. Eleições em Brasília. (1974, 15 de nov.). *Correio Braziliense*. Caderno 2. p. 1.
18. "O voto em Brasília". (1974, 3 de set.). *Jornal de Brasília*, p. 13.
19. "Candidatos iniciam caça aos votos em Brasília". (1982, 10 de jul.). *Jornal do Brasil*, p. 2.
20. "Tráfico de títulos é praticado em todo o DF". (1982, 16 de nov.). *Jornal de Brasília*, primeira página.
21. "Voto só foi decidido na última hora". (1982, 16 de nov.). *Jornal de Brasília*, primeira página.
22. SKIDMORE, T. op. cit. 1988, p. 452-58.
23. Ver DIMENSTEIN, G. et al. *O complot que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro, Ed: JB, 1985, p. 28-36.
24. O PT não comparece ao pleito, alegando que a eleição indireta era uma traição em relação aos anseios populares, depositados em Praça Pública durante as Diretas Já.
25. SKIDMORE, T. Op. Cit. 1988, p. 487-89.
26. Câmara dos Deputados. *Sinopse*. São em número de 19 os projetos de lei e emendas constitucionais que versam sobre o assunto. Muitas destas proposições tramitaram nos anos 70 e início da década 80. Em uma época onde o decurso de prazo era uma habitual do Poder Executivo. A sentença última destes projetos era única: o arquivo.
27. "Votações e Abstenções". *Correio Braziliense*, p. 5, 1986, 03 de novembro.
28. FLEISCHER, D. "A vocação política de Brasília". *Correio Braziliense*, p. 5, 1986, 18 de novembro. O autor considera que foi uma tradição herdada do antigo DF, a cidade do Rio de Janeiro.

21. Ver SCHIMIDT, M. "Os currais de Brasília são visíveis", 1986, 27 de novembro.
22. "O que passa na cabeça do eleitor". *Correio Braziliense*, p. 18, 1986, 4 de novembro.
23. RODRIGUES, A., LOBEL, S. A., JABLONSK, B., MONNERAT, M., CORGA, D., DIAMICO, K. Imagem do político Brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 4, 1, p. 2-11, 1988. Esta pesquisa fora realizada no Rio de Janeiro, durante a campanha dos candidatos ao cargo de governador, de 1986.
24. Ver SEARS, D. Political Psychology. *Annual review of Psychology*, 38, p. 229-55, 1988. Ver Também: HYMAN, H. H. "Surveys in the Study of Political Psychology" in KNUTSON, J. N. *Handbook of Political Psychology*. San Francisco, Jossey - Bass Publishers, 1973.
25. "Protesto vira pancadaria". *Isto É*, São Paulo: Abril, 519, 22-25, 1986, 3 de dezembro.
26. COELHO, J. G. L. "Duelo entre o novo e o antigo". *Humanidades*, 19, p. 6-12, 1988. Neste artigo o autor argumenta que o duelo é anterior ao processo constituinte e que o texto final teria que ser imperfeito, inacabado, contraditório e surpreendente.
27. "PT e PDT imbatíveis". *Correio Braziliense*, p. 6, 1988, 27 de nov. Neste enquete o PT foi considerado o partido perfeito, seguido por PMDB, 9%, e PDT, 8%. Com relação ao voto para governador, Maurício Correia com 26% foi o preferido dos 459 eleitores do DF que participaram da pesquisa.
28. Anuário Estatístico do Distrito Federal. Governo do DF, IBGE, CODEPLAN, 1987.

Resumen

Historia del voto en Brasilia

En un país donde se acusa al pueblo de tener una memoria corta, en una ciudad donde sus habitantes reciben el estereotipo de que conviven con el poder, es necesario recordar un poco la historia electoral de Brasilia transcribiendo algunos episodios y nombres. Marcelo Sidrião Salgado hizo la Maestría en Sociología Social en la Universidad de Brasilia investigando sobre la actitud electoral en el Distrito Federal. Es miembro de la "International Society of Political Psychology".

Abstract

A History of Voting in Brasilia

In a country where the populace is accused of having a short memory, in a city whose inhabitants are stereotyped as being cheek by jowl with the corridors of power, it is worth retrieving a little of Brasilia's electoral history, recalling a number of episodes and names. Marcelo Sidrião Salgado is reading for a masters degree in Social Psychology at University of Brasilia, researching electoral attitudes in the Federal District. He is a member of the International Society of Political Psychology.



novas cartas palestinas

Sérgio Muylaert

Fundamental é ter-se em conta milhares de criaturas, confinadas nos campos de refugiados, entre rolos de arame, olhares exaustos boiando nas intermináveis distâncias de espera. Nas areias da Samária, nas florestas de cedro, ao norte de Ramallah, sob o ar montanhoso e o céu limpo dos arredores de Nablus, alguma expectativa adventícia parece reinar. O silêncio é grave em cada rosto e as criancinhas não parecem saber que uma boca é própria para sorrir.

Fotos de JUCA MARTINS/F4

Humanidades



OS CAMINHOS DA PAZ

Surpresas não causariam a notícia sobre a entrega clandestina de armas por israelenses a grupos contra-revolucionários que visam derubar o governo da Nicarágua. Conhecido como o escândalo “Irãgate”, o caso envolveu destacados nomes da política e negócios norte-americanos, em 1981, segundo edição do “Jerusalém Post”, de 28.11.86.

Um dos exemplos de abnegados pacifistas, no entanto, que buscam soluções negociadas e sem capitulação das partes, é o “Centro pela Paz no Oriente Médio”, que agrupa influentes personalidades; com sede em Tel Aviv, dedica-se às questões mais candentes que perduram entre palestinos e israelenses.

A Editora Yehuda – Lucács traz excelente contribuição ao publicar uma série de documentos sobre o período 1967-1983. A propagação de ondas de protestos inflamados, dentro e fora das zonas rebeladas, não cobre outras manifestações, de proporções mais amplas no seio das organizações judaicas internacionais, inclusive na Europa e EUA.

Organizações de trabalhadores de considerável conteúdo democrático pregam o fim às discriminações contra árabes e palestinos e procuram reforçar a confiança na unidade da luta contra o modelo que impõe a formação do complexo industrial-militar, o qual leva Israel a ser um país fornecedor de armas a regimes racistas ou colonialistas.

Estas últimas entidades revelam um crescimento expressivo; lançam palavras de ordem essenciais nas greves sucessivas de protesto contra o expansionismo judeu no Oriente Médio. Encaram a questão da paz na região a partir do reconhecimento do estado palestino soberano, pelos israelenses. Denunciam, por isto, as restrições a trabalhadores ocorridas durante o governo de coalizão nacional com o bloco do Likud e

o fechamento de comitês operários eleitos, fábricas têxteis e metalúrgicas, as demissões de professores e do pessoal de outros serviços.

O surgimento e a ampliação de uma consciência forte e genuína em favor da paz, certamente, influenciavam nos rumos dos governantes e das entidades internacionais envolvidas.

UMA ESPERA MILENÁRIA

Algum tempo faz, um especialista em Oriente Médio, o ex-prefeito da cidade de Jerusalém, admitiu, publicamente, o estado de guerra civil na região. Ele confirma, inclusive, a existência de pelo menos dois grandes grupos árabes lutando pela criação do estado nacional palestino. À espera de que as tropas israelenses dêem o toque de retirada, cinco milhões de pessoas, diretamente envolvidas, aguardam uma solução justa para o destino de suas existências. Hoje, não há quem discorde de que o fundamental à pacificação das relações entre os dois povos é o direito que tem o palestino de viver, com independência e soberania, a sua cidadania plena.

As violações israelenses, desde 1967, vêm sendo, repetidamente, condenadas em organismos internacionais com intenções sérias e eficazes à solução justa para o problema. Honrando as tradições pacifistas e democráticas do povo, como, aliás, primou ao longo da história, o Brasil daria contribuição inestimável se viesse a adotar, de imediato, o reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina – OLP, como legítima representante deste movimento que tem, como causa, valores comuns aos que estão inscritos na Constituição Federal promulgada em 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte. Valores, estes, ressaltados no capítulo dos princípios fundamentais: cidadania, independência nacional, prevalência dos direitos humanos, cidadania, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A compreensão do direito significa rejeitar a imobilidade como qualquer forma de opressão, além de contribuir na construção de bases materiais capazes de possibilitar novas formas e novos conteúdos de organização social e de desenvolvimento; no plano internacional, significa, também, o aparecimento de sujeitos plenos, em lugar de colonizados e dependentes, por isto, não-cidadãos. O Direito Internacional Público, no século XX, trouxe avanços que não podem ser desprezados, muito menos esquecidos, incorporando-se ao patrimônio da raça humana.

As guerras de libertação nacional e as lutas contra o apartheid e o racismo são juridicamente equipara-

das, de modo a se regular a situação do “combatente pela liberdade”, quando questões como a “subjugação, dominação e exploração estrangeiras”, estão em jogo, segundo os documentos das Nações Unidas. Há 40 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, pouco menos de 0,5% de seres ainda permanecem sob dominação dos tipos colonial, ou, semicolonial. Muito embora, a emancipação política não seja suficiente, pois, tem um caráter formal. A soberania do estado depende de outro fator essencial ao desenvolvimento de qualquer povo: a descolonização das relações econômicas. Por este motivo, vem o povo palestino rebelando-se, com base no direito legítimo de levante contra o que entende ser-lhe contrário à sua soberania, ou seja, à soberania popular que a tudo precede.

Fundamental é ter-se em conta milhares de criaturas, confinadas nos campos de refugiados, entre rolos de arame, olhares exaustos boiando nas intermináveis distâncias da espera. Nas areias da Samária, nas florestas de cedro, ao norte de Ramallah, sob o ar montanhoso e o céu limpo dos arredores de Nablus, alguma expectativa adventícia parece reinar. O silêncio é grave em cada rosto e as criancinhas não parecem saber que uma boca é própria para sorrir.

O LONGO PESADELO

A Assembleia Geral das Nações Unidas concedeu, em 1947, uma área equivalente a do território do estado de Sergipe (21 mil km²) para os judeus, atendendo apelos das comunidades sionistas. Na recém criada nação independente, aqueles que não desejassem adquirir a nacionalidade israelense passariam à condição de refugiados.

Qualquer pessoa que, em virtude de fundado medo de sofrer perseguição por motivo de raça, nacionalidade, participação em determinado grupo social ou convicção política, se encontre fora do país do qual é nacional e está impossibilitado de retornar; ou, em virtude desse fundado medo, não deseja se entregar à proteção desse país, pela Convenção Internacional de 1951, é um refugiado.

O termo foi adotado no sentido político, pelo Alto Comissariado da ONU – UNHCR, logo a seguir. Outro protocolo especial, de 1967, proibiu o retorno forçado dessas pessoas passando-as para a proteção e custódia dos Centros de Assistência Internacional da ONU para os Refugiados-UNRWA.

Em cidades como Nazaré, Nablus, Ramallah, Hebron, Belém, ou na grande Jerusalém, a coesão social e o equilíbrio político se fragilizam, dia-a-dia. Qualquer sinal de vida, nestas localidades, possui o primitivismo da paisagem bíblica e tem por marca a opressão.

OS FALASHAS E MOISÉS

Vivem no mesmo cenário, outros personagens, considerados, por certos setores extremistas, indignos de pisarem a terra de Israel: os judeus etíopes, conhecidos como falashas. Retirados de suas terras, na Etiópia, quando a seca atingiu altíssimos níveis de devastação, foram eles levados a determinadas regiões para ali se adaptarem. Estima-se que os sete mil etíopes, aproximadamente, teriam custado quase seiscentos milhões de dólares a Israel. Na província de Gondar, teriam morrido cerca de dois mil por falta de condições materiais.

A “operação Moisés” visava, entre outros objetivos, reduzir o desequilíbrio populacional com a saída de dezesseis mil judeus, dura e aquele período, como revelou o “Jerusalém Post”, em 04 de janeiro de 1985. Além do mais, os persistentes pedidos que os colonos israelenses das zonas ocupadas faziam para que o governo substituisse, de algum modo, a mão-de-obra árabe e palestina – considerada por muitos como perigosa e indesejável – preferindo a de risco supostamente menor.

UMA HISTÓRIA DE AMOR

A judia polonesa, radicada nos EUA, Hanna K., advogada, decide mudar-se para perto de Jerusalém; é chamada para defender um prisioneiro político de origem palestina, acusado de haver invadido, clandestinamente, o território estrangeiro; Barki é submetido à Corte Militar. Os antepassados dele teriam residido na aldeia de Kfar-Roumain (?), segundo o argumento, e os bens da família haviam sido confiscados quando a localidade se tornou zona de colonização dos novos ocupantes.

Esta é a narrativa de Costa Gavras, o cineasta grego que mesclou realidade e ficção, na genial linguagem de sua arte. A inspiração

poderia ter sido algum episódio, em qualquer das frentes, dentre as centenas de aldeias bombardeadas, de onde as populações vieram a ser deportadas para os campos de refugiados, ou simplesmente, desapareceram, como em Ansar, Xeque – Srou, Bourj Shemali, Tair Debba, Toura, Kfar Fila, Der Yassi, quem sabe?

O QUE JEREMIAS VIU

Sabedoria ou profecia? Nos foi legada pelas sagradas escrituras mais do que esta aflição ancestral, a crença em que, nas cidades da região montanhosa, nas cidades da planície e nas cidades do sul, na terra de Benjamim, nos contornos de Jerusalém e nas cidades de Judá, ainda passarão os rebanhos pelas mãos de quem os conte. A predição é de Jeremias quando, encarcerado no pátio da guarda, recebeu do Senhor esta mensagem.

O profeta anunciaria outras promessas, antes, de paz e de prosperidade: ainda neste lugar, que está deserto, sem homens e sem animais, e em todas as suas cidades, haverá morada de pastores que farão repousar aos seus rebanhos (33.12).

No lugar das milenares edificações há conjuntos residenciais e agrovilas. Mas, apesar dos esforços construtivos, em meio ao cenário da guerra, relíquias da cultura palestina se assemelham a monstruosas ruínas e o Yom – Al – Ard surge no enlace do livro santo.

A LEI NÃO É TUDO

Um governo nacional não possuirá muitas condições de credibilidade se comprometido por violações a direitos humanos. Há fatos relevantes que têm servido a reparações frequentes, no campo ético, moral e político em favor da paz, que levaram o Conselho e a Assembleia Geral das Nações Unidas a se pronunciar. Desde 1975, reconheceram o sionismo como “forma de racismo e de discriminação e, desde 1980, a retirada total e incondicional de Israel dos territórios ocupados vem sendo recomendada”.

É curioso que as leis, nos territórios oficiais de Israel diferem daquelas aplicadas, nas áreas não oficiais. Boa parte do modelo jurídico foi transmitida aos súditos pelo império britânico. Hoje, vem sendo empregada esta divisão de sistemas legais que permite o funcionamento dos tribunais árabes para julgar questões relativas a não judeus. Quando a matéria é de natureza política, os acusados são submetidos à Corte Militar, formada exclusivamente por israelenses. Sobre esta peculiaridade vale lembrar o pensador e jurista francês, Donnadieu de Vabres, para quem, o direito positivo, subitamente, cessa de responder aos costumes e ao progresso científico.

O MUSEÓLOGO ABDELAZIZ

Entre as oliveiras viçosas e os cedros gigantescos que simbolizam as belezas da terra, despontam artistas, músicos de renome, poetas e intelectuais; cada qual a sua maneira, presta o seu testemunho sobre as coisas do povo, tal como o povo as conhece e estima, sem exceção.

Em meio a toda essa gente, há o velho memorialista, contador de casos, gravador de fatos e lutas, aos quais se agarra, quase que obstinadamente, como se agarrasse a própria vida. Todos os eventos, datas históricas, festas e lembranças sombrias, ganham para ele um tom especial de preservar essas tradições.

Franzino e sereno, Abdelaziz é um autêntico conferente da história. Humildade unida à polidez dos gestos cristalizam no homem sedento de novos descortínios uma personalidade marcante.





Próximo aos oitenta anos, não se mostra, jamais, abatido pelas adversas caminhadas e desfruta do carinho e do respeito absolutos. Como um cigano que lesse a mão da sorte e o destino de seu povo, detém uma memória invejável e geografia, psicologia e história são os assuntos que mais o atraem. Nunca abandona o tema da resistência do povo contra o que considera a selvageria do agressor, como pacifista irrenunciável que se considera.

Para ele, a razão maior dos palestinos lutarem estaria na forte raiz cultural se sobrepondo aos constantes massacres e tentativas de extermínio de que se tornaram vítimas. Um aspecto importante desta luta está em fazer com que outros povos levem em conta o direito legítimo e intransferível do povo palestino, tanto quanto os deles próprios, a um estado nacional independente, onde possam chamar sua terra natal.

As atrocidades contra pessoas indefesas, para ele não têm o menor sentido. Ele entende como estações que devem ser extintas. São crimes de lesa-humanidade. Por pretendem uma vida digna e fraterna, vários parentes seus e amigos são alvos da violência, inclusive, no interior de suas próprias casas.

Um garoto, de seus quinze anos, assistia à conversa e começa a descrever o que haviam passado – ele e os colegas – quando demitidos por militares israelenses. Depois de

serem pisoteados e sofrerem espancamentos diante de velhos e mulheres, iam sendo levados com as cabeças cobertas a lugares desconhecidos, como permite a lei do lugar. Os suspeitos de conspiração, quando detidos, são enfiados em sacos, amarrados e, às vezes, ficam durante dias, onde urinam e defecam.

O desabafo do menino faz o avô retomar o fôlego numa sucessão de perguntas irrespondíveis: – O que acontecerá a estas novas gerações? – Quando se dará o fim das agressões e da intolerância colonialistas que a nada conduzem senão à tragica devastação? Sem dúvida, questões que encinam uma sombria realidade clamando urgentes soluções. Abdelaziz lembra que é preciso fazer algo antes que seja demasiado tardio e o veneno do ódio se espalhe, misturado ao sangue dos ofendidos, antes que o estopim da guerra civil seja detonado.

O museólogo em sua calma proverbial acende a brasa do cigarro e dá uma forte tragada. Na sala, termina o tradicional café árabe, bem quente. Uma gota de silêncio parece marcar, por instantes, o compasso, da própria eternidade.

A TERRA DE RAMALLAH

Cada lugar tem as suas próprias belezas. Em Ramallah, trabalhadores, estudantes, religiosos assistem, diariamente, à ronda ostensiva das patrulhas. Admitem muitos que a

intolerância já faz parte da paisagem árida e indefinida. Os excessos que os mantenedores da ordem cometem com regular frequência reacendem o pânico e a revolta. O clima psicológico resulta insustentável.

O mesmo é possível dizer sobre Nablus. O fervor político, antes contido pelo ex-prefeito e líder da comunidade, veio gerar ondas permanentes de distúrbios. O intransigente defensor da negociação propunha – como representante da causa palestina – que a supervisão da área fosse feita por alguma entidade internacional acreditada. No princípio do ano de 1986, o controvertido assassinato calou para sempre aquela voz fazendo nascer, em seu lugar, outra densa cortina de novos ressentimentos.

Consumado o fato, a lembrança vaga, em meio ao turbilhão de noticiários cotidianos e confusos. Enquanto que a Justiça, sem respostas satisfatórias, prossegue as lentas investigações. Ninguém parece se importar com os rumores de um flagelo ainda maior. Talvez, no futuro, o nome do ex-prefeito de Nablus venha constar na extensa galeria de heróis, numa terra exaurida.

ENTRE GOETHE E SPINOZA

Por haverem participado do levante do “gueto de Varsóvia”, onde os prisioneiros protestavam

contra os maus tratos do nazismo, judeus e poloneses dos campos de concentração foram chamados de terroristas e bandidos pelo general alemão dos SS, J. Stroop. Quando o general Moshe Dayan se referiu aos palestinos, após a vitória de Israel na guerra dos seis dias, usou expressões rigorosamente idênticas.

Curiosas semelhanças entre o militarismo e o racismo, como os preconceitos e o ódio, deitam sementes daninhas em seus espaços. Estas influências, bem as analisa Paulo de Tarso, são deformações mórbidas de sentimentos nacionais. No livro “Do Colonialismo de Israel à Libertação da Palestina”, ele contrapõe o militar nazista ao poeta Goethe e o reverso do comandante judeu seria o formidável filósofo Spinoza que desde sempre sugeria: “Se pretendermos ser homens, não apenas pela conformação anatômica, é indispensável um mínimo de coerência”.

A VOZ DO COMANDANTE

Ganhou fama o caso de um comandante israelense: recomendado que foi a obedecer as normas da 4ª Convenção de Genebra pela Suprema Corte de Israel, diante das denúncias sobre os excessos praticados por seus soldados contra prisioneiros, retrucou sumariamente: — Nunca ouvi falar de nenhuma Corte Suprema.

Quem sabe se uma Corte de Di-



reito Internacional, onde também façam parte os vencidos — como havia sido proposto por Hans Kelsen — evitaria esse tipo de conflito? Imaginava que por este caminho as nações não tropeçariam com certas dificuldades, pelas quais teriam que passar.

Rui Barbosa, na Corte de Arbitragem, em Haia, bateu-se pela proclamação da igualdade entre os Estados Soberanos; diante do poderio alemão, dizia o jurista patricio que era “o último freio à ambição e ao orgulho entre os povos”.

O ANTIGO JOGO

As duas primeiras décadas do século XX, trazem lembranças de novos laços de interesses nas relações internacionais. A Alemanha, na Turquia; o Reino Unido, que dominava o Egito desde 1881, conquistou o Iraque; a França tomou a Síria e o Líbano. A Rússia czarista ficou com Constantinopla e o estreito de Bósforo. Da mesma forma, aos britânicos coube a Palestina.

Em novembro de 1917, com a declaração de Balfour — em alusão ao ministro A. J. Balfour — surge a proposta de um lar nacional para os judeus. Outra divisão territorial, então: em 1920 parte do Líbano e Palestina cabem à Síria. Os franceses retomam a Síria e o Líbano, no ano seguinte, pela conferência de San Remo. O Iraque, em poder dos ingleses, o mesmo acontecendo à Palestina. A Liga das Nações homologa a partilha e o Oriente Médio cai em poder das potências europeias.

Nova comissão britânica é constituída em 1937. O surgimento de mais dois estados na região é previsto: o estado independente judeu e um estado nacional palestino. Sob o controle do governo de sua majestade permaneceria a zona intermediária. Imediatamente, representantes da comunidade judaica o aceitam. De outra parte, a resposta surpreenderia, tal foi na sentença de Salomão sobre as duas mulheres que brigavam entre si; ambas diziam ser a mãe de um bebê. Na disputa, Salomão ordenou que um súdito cortasse a criança ao meio. Uma das litigantes permaneceu passivamente, enquanto a outra, aos prantos, suplicou, ao rei que poupasse aquele recém-nascido, entregando-o à sua rival. O sábio juiz não hesitou em lhe fazer a entrega do filho, como de direito. Teria a lição da parábola produzido frutos à concórdia?

PENÚLTIMA CARTA E UM POEMA

Eu não gostaria de escrever mais esta carta. Se ao menos fosse ela inspirada em sentimentos, que não os de dor, mas de alegria, em proveito de todos, eu poderia contar, então, dos momentos com pessoas felizes, de suas danças, das brincadeiras e risos, da música exótica, da arte e da magia, do trabalho em paz, do que homens e mulheres professam quando possuidores de algum sonho mais elevado para lutarem por ele, sem as amarras que os dividem.

Por pensar na concretude do impossível, a carta cede, às vezes, lugar ao poema:

NESTA ALDEIA

(a Fadwa Tuqan)

No chão, no saibro, no sangue dos milênios,
Na encosta bruta dos abutres,
Na estrada limpa, na gruta vazia,
Nos casebres, o impensável da miséria rasa,
No império do nada, na febre do desterro
Nos cárceres,
No cheiro podre do lodo ressecado,
No genocídio das metralhas, metralhas,
Nos rombos das paredes, pa-redes,
Nas vestes de crianças, ttrapos, miúdas sandálias,
Sopra a ventania.

Por que as flores são eternas,
Em Ramallah?
E os desta aldeia
Da Samária,
Estarão em Nablus
Ou em Mehjora?

ÁÍ VEM O YOM-AL-ARD

Israel celebra outro aniversário. Desde quando foi reconhecido pela ONU, em 1947, ao seu redor um milhão e meio de pessoas, das vizinhas localidades, vivem a sobresaltos. Fumaça da boa nova? Algum prenúncio de mudança? Um

novo estado soberano que servisse de solo pátrio e de terra natal é o que esperam estas povoações e os seus descendentes, aliás, em quantidades nada desprezíveis, inclusive, no Brasil. Tudo, porém, ainda parece fazer parte da grande mancha da incerteza.

De 1967, para cá, as terras de árabes e de palestinos foram sendo ocupadas por colonos judeus. Esta solução não haveria de ser a mais sensata e oportuna dentre as intenções de judaização da Galiléia. Motivos jurídicos têm sido declarados pelos novos ocupantes com relação a estes bens; desde a necessidade de utilidade pública até razões de segurança, o que impele ao uso da força. Sem alternativas, as pessoas que sobrevivem aos bombardeios, abandonam os pertences. Hábitos e tradições nas antigas aldeias, nas lavouras e casas são, agora, conforme a cultura e religiosidade judaica.

Contra esta usurpação dos meios que não lhes permitem alcançar a soberania plena e disporem das suas propriedades é que surge o Yom-Al-Ard: o dia da terra, celebrado de forma ruidosa e como protesto. O mês de dezembro passou a ter também outra conotação depois que o *intifada* ganhou expressão de protesto organizado e generalizado.

Tratados, acordos internacionais e resoluções podem contribuir para a solução do conflito? As questões são bem mais profundas e as respostas têm sido divagantes e paliativas. A evacuação dos territórios árabes e palestinos, com a retirada total das forças oficiais israelenses, bem como, a concreta negociação para que se constitua o estado nacional palestino, são questões de princípios de autodeterminação, conforme está contido na Carta das Nações Unidas, de 1945 e reafirmado na “Coferência de Bandung” (Indonésia), em 1955; nos dois Pactos sobre Direitos Humanos, de 1966, e na “Declaração sobre a Outorga de Independência aos Paí-

ses e Povos Coloniais”, de 1960, ou, ainda, na Declaração sobre Princípios do Direito Internacional”, de 1970. Decisões estas que dependem da inteligência para que a paz seja aceita como norma de convivência internacional e não a guerra; a diplomacia e as negociações eficazes, não a força.

Oxalá, o grito inaudível da terra, venha, de pronto, assinalar o aparecimento desta nova bandeira entre as nações livres e soberanas e, no calendário dos povos, a solidariedade faça dele o trigo, o mel e a paz justa e duradoura. □

Sérgio Muylaert é advogado, tem curso de especialização em Direito Agrário; foi relator da Comissão de Direitos Humanos, na VIII Conferência da Associação Americana de Juristas, em 1987. Ex-membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF, atual Procurador Geral da Universidade de Brasília e integrante do Núcleo de Estudos pela Paz e Direitos Humanos da UnB.

Resumen

Nuevas cartas palestinas

Es fundamental no olvidarse de millares de criaturas que viven confinadas en centros de refugiados, entre rollos de alambre y miradas exhaustas que abarcan las interminables distancias de la espera. En las arenas de Samaria, en los bosques de cedro del norte de Ramallah, bajo el aire montañoso y el cielo limpio de los alrededores de Nablus parece reinar una inesperada expectativa. El silencio es lapidario en cada rostro y los niños no han podido aprender que la boca también sirve para sonreír.

Abstract

Further Palestinian Letters

It is fundamental to keep in the forefront of one's thoughts the thousands of creatures interned behind coils of barbed wire in the refugee camps, their weary stares adrift in the interminable distances of the protracted wait. In the sands of Samaria, in the cedar woods north of Ramallah, in the crisp mountain air and under the clear skies on the outskirts of Nablus, an expectation of advent seems to hang in the breeze. The silence is graven in every sullen face and the children seem unaware that mouths were made for smiling.

As luas minguante,
nova e crescente
preparam a beleza
da lua cheia.

O diamante conserva
na raridade o seu valor.

O trovão intimida
porque não brada todas as noites.

Os golpes são asquerosos
porque as verdadeiras revoluções
são muito mais raras do que
luas cheias, diamantes e trovões.

(Tishilo Mistrec, poeta de Zuqui-Zuqui)



O GOLPE DA REVOLUÇÃO

Jayme do Nascimento Teixeira

Ilustração de PALET

**Não é muito clara a fronteira
entre a ficção e a realidade.
É nossa intenção que esta dúvida
permaneça mais forte,
após a leitura deste conto.**

A DOCTRINAÇÃO

Trisélites acabara de voltar do estrangeiro. Quatro anos de brilhante estágio na Escola de Defesa para o Progresso foram suficientes para transmutar de forma radical os enfoques do capitão sobre os problemas de seu país. Tanto no que remete à política interna do pequeno Zuqui-Zuqui, como ao gerenciamento de suas relações internacionais, o influente oficial, às doutrinas alienígenas convertido, questionava, combatia, contestava: afinal, como Zuqui-Zuqui estacionara tanto tempo à margem da modernidade, alienado das prestigiosas conquistas tecnológicas que faziam a vida muito mais colorida? Afastada do furor internacionalista, como conseguira, a nação, manter-se inteira?

Tempos antes, ao fazer jus à bolsa de estudos na Escola de Defesa para o Progresso, Trisélites jamais imaginaria a brutal transformação em suas concepções geopolíticas advindas dos conhecimentos que adquirira no Poderoso-País-Amigo.

A VIDA EM ZUQUI-ZUQUI

Tefeu era exemplo típico de um cidadão de Zuqui-Zuqui. Hábil artesão, de couro entendia tudo e de couro tudo fazia. Sapatos, cintos, bolsas, chapéus, selas, botas, casacos, manufaturados com sua técnica aprimorada pelos anos, o mantinham na justa medida de uma vida simples e boa. A oficina em sua própria casa: uma coisa só. Tefeu não precisava sair, nem andar muito: todos os seus produtos eram absorvidos pelos armazéns do vilarejo que vendiam por ali mesmo a produção, de forma que jamais se viu excesso de botas ou selas e ninguém carecia de bolsas ou casacos. Aliás, toda a comunidade local vivia do trabalho de suas próprias mãos: do proprietário da roça de milho ao criador de cabras; do chefe religioso (um pastor que fazia o milagre de produzir, no calor tropical, um vinho de ótima qualidade) ao prefeito, excelente marceneiro. Mas não era só ali: em todo o país era assim. Até em Porto Principal, a capital, a vida corria mansa, sem estorvos: o pequeno comércio do indispensável, a calma de um povo que não tinha pressa.

A DECISÃO QUE VEIO DE FORA

O capitão não se conformava. Um incômodo viver daquela maneira... Zuqui-Zuqui se esquecera de que fazia parte do planeta?!

Rebelde em seu país, o amestrado internacionalista vislumbrou – com a eficaz assistência de seus graduados mentores da Escola de Defesa – o alcance do que poderia conseguir. E acabou convencido de que tudo dependia dele. Lançaria mão de seu carisma pessoal aliado aos eficientíssimos métodos de persuasão e liderança em que fora treinado. Claro que somente tais providências não bastariam, mas se aplicadas conjuntamente com as técnicas de desestabilização de regimes e de sublevação de massas, além do apoio econômico e estratégico que lhe seria garantido pelo Poderoso-País-Amigo, Trisélites arregimentou a certeza de que conseguiria transformar a nação.

A SALVADORA

A revolução, embora sangrenta, durou pouco, dois dias e meio. Com os incidentes do interior, três dias, no máximo. Do palácio do governo, a Emissora Nacional de Radiodifusão, único veículo de massa no país, transmitia as notícias oficiais e a população, apaziguada, aguardava, na escuta, os desdobramentos do acontecido. E não foi sem interesse que o povo de Zuqui-Zuqui acompanhou, pelos alto-falantes, estrategicamente espalhados pela Emissora Nacional, o discurso de posse do capitão Trisémites, chefe incontestado das forças vitoriosas. Tefeu ouviu bem quando o capitão afirmou que a *Revolução Salvadora* implantaria um eficiente programa de desenvolvimento que, ao queimar etapas, proporcionaria um rápido e efetivo crescimento do produto nacional bruto, atualmente, algo em torno de um e meio bilhões de spolens. (Uma vergonha o país onde as coisas aconteciam de forma tão lerda e não oficial!). Para isso sofisticada tecnologia seria importada, o que – o novo comando tinha certeza – favoreceria o combate aos rudimentares meios da produção nacional, bem como, proporcionaria o efetivo ingresso do país no século vinte.

E para a materialização do sonho dourado, Trisémites conclamava o povo enaltecendo os inequívocos valores do trabalho: que cada um cumprisse seu verdadeiro papel social, ou seja, que todos os cidadãos trabalhassem com diligência, denodo e afinco. Desserviço ao regime e à nação seria a perda de tempo com questões políticas. Mesmo porque o governo, que ora se instalava, qual afinada orquestra, seria composto por elite de reconhecido mérito na condução harmônica das diferenças e das dificuldades da política.

O GOZO DO DITADOR

Nunca se viu tanta pompa em Zuqui-Zuqui, como na semana das comemorações do décimo aniversário da Salvadora. Do palanque oficial, o marechal Trisémites externava semblante de satisfeito deslumbramento. A guarda presidencial, por ele criada, e treinada por especialistas do Poderoso-País-Amigo, desfilou com garbo e entusiasmo, arrancando do marechal e comitiva palmas comovidas. A força aeroterrestre, mostrou seis recém-adquiridos tanques e atualizadíssimos mísseis, enquanto jatos em formação sobrevoavam a festa em enorme e organizado Z. A polícia de choque, com cintilantes viaturas e mecanizados aparatos contra manifestações, aglomerações e distúrbios, também se fez elegante e poderosa. A delegação esportiva (que foi às Olimpíadas e *quase* ganhou uma medalha de bronze) foi muito aplaudida e deu passagem aos alunos da escola de elite de Porto Principal: mil e seiscentas crianças, filhas dos expertos e espertos estrangeiros que lá estavam na *ádua e resignada* tarefa de fornecer o *know-how* indispensável para o vertiginoso crescimento da nação. A claque do governo, com o fito de inspirar legitimidade ao regime, desfilou com disciplina e beleza. No final da grande marcha, uma faixa carregada pelos diretores da escola de elite: MARECHAL TRISÉMITES, O LIBERTADOR DE ZUQUI-ZUQUI. No clímax do clima de artificial unanimidade, o orgulhoso e feliz ditador sorria e acenava.

E era justa a alegria do marechal, pois que só saía do palácio em dias como aquele. Ou quando ia visitar as brilhantes e assépticas multifábricas. Mas era mesmo na sede do governo que gostava de ficar, saboreando os números e as estatísticas do fabuloso progresso que conseguira deflagrar: a construção de imodesta rede de estradas de rodagem e algumas centenas

de quilômetros de ferrovias para agilizar a circulação das mercadorias, sofisticadamente, produzidas pelas multiempresas. O crescimento das comunicações, a poderosa teia-de-aranha eletrônica e a catalogação dos cidadãos de Zuqui-Zuqui com nome, idade, naturalidade, profissão, renda, ideologia etc. No país, era a primeira vez que um governo dispunha, com tanta presteza e *segurança*, de tão valioso acervo. E isso tudo sem falar do brutal esforço de implantação da energia nuclear, bem como do significativo acréscimo na produção de energia fóssil e hidrelétrica para fazer o novo país funcionar.

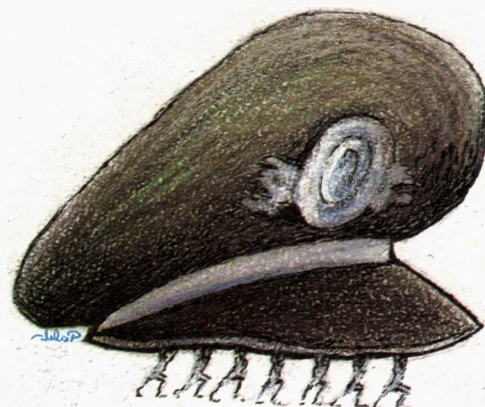
EXPLORADORES E APAZIGUADOS

O Partido único criara um sem número de leis que nada permitiria a capitais que não fossem controlados pelo Poderoso-País-Amigo e suas multiempresas. A interdependência da economia de Zuqui-Zuqui era exemplar: sob a oficial aparência de importador de moeda estrangeira, na verdade, o pequeno país a exportava por via da manipulada remuneração de empréstimos externos, pelas fraudulentas remessas de lucros, por pagamento de *royalties*, fretes, seguros, comissões e comissões. Isso sem falar na importação de bens, absolutamente, desnecessários e de qualificadíssimos técnicos para assessorar o governo e gerir as multifábricas, as informações, as ferrovias, as comunicações, as escolas especiais e os computadores.

Em Porto Principal, já se falava o idioma do Poderoso-País-Amigo com pouco sotaque e os nacionais, que puderam se adaptar, viviam a pressa própria da civilização que importaram. Mas não tinham do que reclamar, deslumbrados. O milagre do progresso já se fazia sentir não só no aumento da velocidade dos acontecimentos (a calma subdesenvolvida de outrora...) mas, principalmente, no gozo de seus produtos diretos: o uso de carros e de eletrodomésticos e a facilidade que isso trazia; os três moderníssimos supercinemas que coloriam as emplumadas e felizes ideologias do Poderoso-País-Amigo; a uniformização *jeans*, indicador seguro da uniformização das mentes voltadas para o consumo na perfeita associação dos exploradores de fora com os apaziguados de dentro.

MISÉRIA SE ESCONDE?

Porto Principal crescia, entretanto, não só nas maravilhas: suas periferias acumulavam, a cada dia, mais e mais retirantes dos campos e vilarejos, bem como, moradores da capital que, rejeitados pelo especialíssimo mercado de trabalho, eram expulsos da cidade. E o desequilíbrio proliferava também país adentro. A produção em série, ao penetrar no interior, foi tirando o mercado de produtores rurais e artesãos. O criador de cabras não encontrava mais clientela para seu leite superior, duramente golpeado pelo colorido leite em pó instantâneo e vitaminado. Os pequenos produtores não tinham mais como colocar seus produtos a preço digno, uma vez que já eram raros os pequenos armazéns e cada vez mais cresciam os trustes de supermercados que aviltavam o preço na hora de comprar a produção da população, vendendo a essa mesma população a sua produção em embalagens coloridas e extraordinariamente mais cara. Os produtores de couro, borracha e cerâmica se viram impedidos de prosseguir em suas atividades, devido à maciça substituição desses materiais por subprodutos da indústria do petróleo. Os plantadores de algodão perderam a guerra para as maravilhosas fibras sintéticas e até os medicamentos da flora, tradicionalíssimos e de comprovada eficácia,



estavam se encolhendo frente à avalanche de remédios dos multilaboratórios. Tefeu, sofrendo na pele o alto custo social da apregoada modernização, não podia mais competir sua bota de couro bem tratado, feita à mão, com o baixo custo monetário da bota de plástico. Os retirantes, em busca de trabalho e comida, afloravam ao poluído pólo industrial de Porto Principal. Despreparados nada conseguiam. A prostituição e a violência começavam a abraçar a cidade e a infestar o país.

AUTOCONFIANÇA

Em sua retórica, Trisémites, o absoluto dono da verdade absoluta, invoca a soberana contemporaneidade de Zuqui-Zuqui enquanto arruina a vida de seus cidadãos. Cavalgando sua avassalante megalomania, dissimula sua congênita insegurança instalando o terror da obediência pelo medo, postulando o permitido escasso e arbitrando o proibido copioso.

Submetido apenas a senhores externos, mas isento de qualquer controle interno, o vil ditador se permite os mais exóticos caprichos, e pelo uso da força bruta mantém o monopólio da força. Estimula os cartéis e centraliza, em suas mãos de aço, a intolerância e o despudor de um regime de infinitos olhos a observar a tudo e a todos. Vigia; controla; fiscaliza; mantém-se alerta à possibilidade (ínfima, segundo ele) de desestabilização de seu poder.

POR CONSEQÜÊNCIA DO EMBUSTE

A Cadeia Nacional de Comunicações faz alarde dos últimos índices do Ministério da Prospectiva e do Planejamento: antes do décimo primeiro aniversário da Salvador, o PIB do país terá crescido vinte vezes! E o povo, que em toda a história de Zuqui-Zuqui jamais conhecera a miséria, repudia, indignado, mais uma impostura de números, a caricatura do progresso.

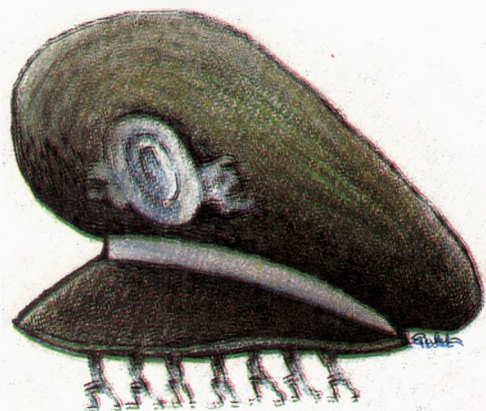
Antes, o intencionalmente esotérico jargão da economia alcançava camuflar a verdade, mas, agora, o déspota e seus tecnocratas de aluguel já não conseguem maquiar a realidade indistigável. E pela primeira vez, todos em Zuqui-Zuqui – estômagos ociosos, vidas à mingua – proclamam a nudez do rei.

Ah! QUE SAUDADES DO ZUQUI-ZUQUI DE OUTRORA

O chefe da nação, submisso subchefe de outros chefes, autor-instrumento do desequilíbrio *one-way*, tenta evitar, com sanguinária repressão, a oposição crescente. Mas, a tradicional solidariedade entre os filhos de Zuqui-Zuqui já vinha, há tempos, patrocinando a organização popular.

A Salvador, ao erradicar a velha ordem o fez em benefício de meia-dúzia de afortunados egoístas. Os mesmos que, quanto mais trágica se tornava a miséria no país, mais gananciosos iam ficando e, como tal, usavam de todos os ardis para ampliar suas já obesas cotas de privilégios.

No entanto, o povo, amadurecido no sofrimento imposto, percebia claramente a situação. Daí, da solidariedade à resistência; da resistência à ação, que elabora sua estratégia mirando dois objetivos: o planejamento para o embate pressentido e a elaboração de programas alternativos para a gestão do país.



Humanidades

TIRANO NENHUM É PERFEITO

Trisémites estava enganado. As chances de perpetuação da arbitrariedade não eram tão grandes quanto as do escore de sua avaliação. Apesar da vertiginosa escalada da violência policial e dos sem-conta e devassadores olhos do aparelho de estado, a resistência se fazia cada vez mais atuante. Definitivamente o suor e o infortúnio do povo não bancariam mais o regalo dos privilegiados.

Com os primeiros insurreitos, o marechal, assustado, manda a força aeroterrestre contra a multidão. Estava na hora de por um ponto final naquilo!, acreditava Trisémites, carcomido pelo seu unilateral senso de irrealidade.

O INÍCIO DE OUTRA HISTÓRIA

Grassam luta intestinas entre os protegidos do rei; as incalculáveis fortunas acumuladas via desgraça do povo, já não provêem fundos para a defesa do tirano quando a força aeroterrestre pára de atirar contra a população.

Os membros da alta tecnocracia – antes, os orgulhosos salvadores da pátria – esperam a madrugada e fogem pela porta dos fundos. Já o Poderoso-País-Amigo, debilitado pelo grande número de querelas internacionais em que se metera e das quais não dava conta, abandona seu títiro, entregando-o por inteiro às afiadas garras de sua própria sorte.

Até que a guarda presidencial cerca o palácio do governo para proteger o ditador solitário. Mas a dor que a nação carregava empurra o povo que cerca a guarda presidencial: começava aí a genuína revolução. □

Jayme do Nascimento Teixeira é jornalista e escritor, foi empresário e professor do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro. Autor de "Te Conto" (1986) e de "Histórias de Joões e Outras Histórias" a ser lançado em breve. Atualmente, é professor das Faculdades Integradas da Católica de Brasília e consultor técnico do Instituto de Pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso.

Resumen

El golpe de la revolución

No es muy clara la frontera entre la ficción y la realidad. Nuestra intención es que esta duda permanezca todavía más fuerte después de la lectura de este cuento.

Abstract

The Revolution's Coup

The frontier between fiction and reality is none too distinct. After reading this short story, we trust it will grow more blurred.

CARAÇA. UMA PÁGINA INTEIRA DA NOSSA HISTÓRIA ESCRITA PELA VALE.

De uma das serras das Gerais, surgiu em 1774 o Colégio do Caraça.

Em 1968, um incêndio quase apagaria um pedaço da nossa história. Parte da ala destinada aos seminaristas foi destruída, queimando milhares de livros raros de mais de quatro séculos.

Seria mais uma página virada da nossa história, se não fosse a dedicação dos padres vicentinos em sensibilizar a opinião pública, para transformar o Conjunto Arquitetônico do

Caraça em centro de peregrinação religiosa, científica e cultural.

Em 1982, a Companhia Vale do Rio Doce decidiu custear as obras de recuperação do Caraça, dentro da sua política de apoio cultural ao Estado de Minas Gerais e a todos os movimentos de preservação da nossa cultura.

O trabalho de restauração foi demorado, pois era necessário pesquisar o material utilizado na época da construção, como os tijolos moldados num tipo de barro, a madeira nobre do piso

e do teto, além das pedras e mobiliários.

Toda essa pesquisa passou pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, órgão da Secretaria Estadual de Cultura.

Manter o Caraça vivo representava, também, manter viva uma área ecológica de mais de 11 mil hectares do Parque Nacional do Caraça. Uma preocupação constante na história da CVRD.

Agora, 21 anos depois do incêndio, a Companhia Vale do Rio Doce entrega 1.050m² restaurados. São 19 apartamentos, duas copas, cinco salas de estar,

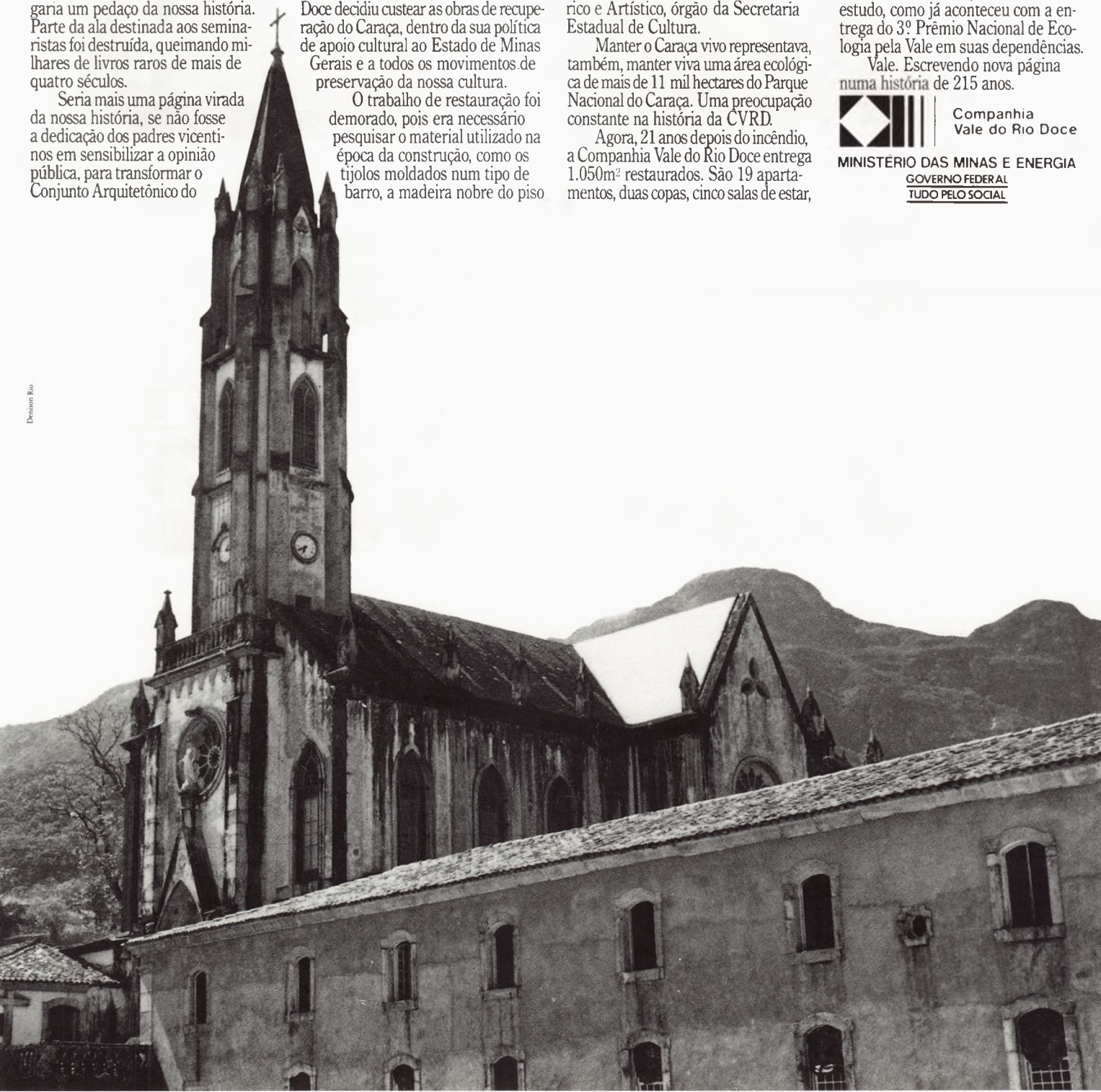
rouparia e depósito. Enfim, o Conjunto Arquitetônico do Caraça poderá acolher atividades turísticas, culturais e de estudo, como já aconteceu com a entrega do 3º Prêmio Nacional de Ecologia pela Vale em suas dependências.

Vale. Escrevendo nova página numa história de 215 anos.



Companhia
Vale do Rio Doce

MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
GOVERNO FEDERAL
TUDO PELO SOCIAL



Oscar

PRESIDENTE!
JÁ GANHOU! JÁ GANHOU!



MINHA
PRIMEIRA
MEDIDA
SERÁ...



...ROMPER
COM O
F.M.I.!



A SEGUNDA
SERÁ EXTINGUIR
O S.N.I.!



A TERCEIRA
....



TEM
CERTEZA
QUE PRETENDE
ASSUMIR?!?



Oscar

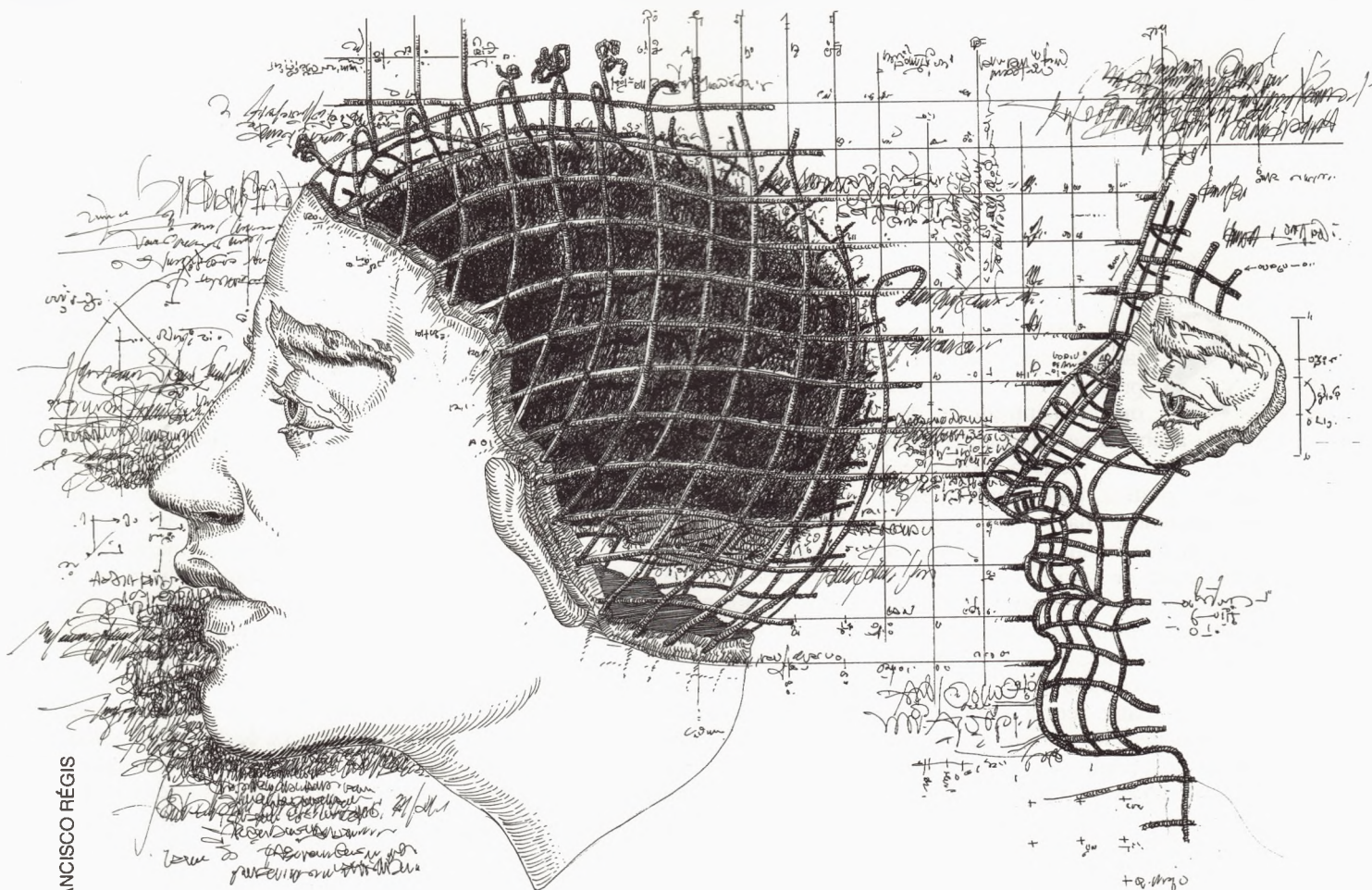


Ilustração de FRANCISCO RÉGIS

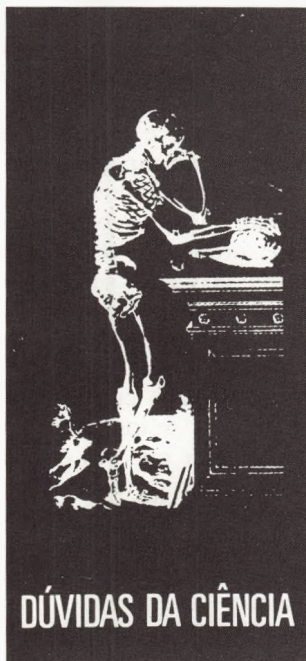
PSICANÁLISE

Teoria ou Mito? Metáfora ou Conceito?

Humanidades número 20, publicou, nesta seção, matéria abordando a discussão se a psicanálise seria uma ciência ou não.

Tema bastante relevante que retomamos neste número.

Esta é uma segunda visão, mostrada por um importante e conceituado médico psicanalista brasileiro.



Nahman Armony

São problemáticas as relações entre teoria e prática psicanalíticas; ou, para introduzir, desde já, a abordagem principal deste artigo, entre a palavra teórica e a palavra prática. Esta é uma questão atormentadora para muitos psicanalistas que conheço, e matéria de publicação de vários autores preocupados com o assunto (veja-se Sullivan, Bion, Baranger, Liberman, entre outros). A mim sempre pareceu excessiva e inquietante a distância entre teoria e prática e, por isso mesmo, venho-me interessando por teoria do conhecimento. Minhas leituras e reflexões, mais ou menos dispersas, puderam encontrar uma melhor organização a partir do estudo de filosofia que estou realizando com Estrella Bohadana. No seu artigo “Espaço, tempo e linguagem”¹ encontrei os subsídios que me permitiram integrar melhor três momentos decisivos de meu percurso pelas terras da epistemologia; refiro-me aos textos de Darcy Ribeiro,² Roger Laporte³ e Raimundo Panikkar.⁴

Em 1978, li o romance “Maria” de Darcy Ribeiro.² Nesta obra ele relata os mitos ancestrais de uma tribo hipotética, “Mairum”. Minha surpresa foi encontrar o homem branco e o homem negro incluídos no mito. Pude assim ter uma clara visão da maleabilidade do mito que, diferentemente da teoria científica, imediatamente, inclui os acontecimentos inéditos, assimilando-os de pronto em sua textura. Isto respondeu, parcialmente, à minha inquietação em relação a uma teoria científica rígida – formada por conceitos e essências – e que, em minha opinião, perturba a apreensão do inesperado-singular das sessões terapêuticas. A teoria psicanalítica deveria ser suficiente-

mente maleável para abranger o particular de cada relação. Daí a pensar a teoria como mito psicanalítico foi um passo; mesmo porque respeitadas figuras, a começar pelo próprio Freud, já haviam, mais ou menos timidamente, realizado esta aproximação. Veja-se, por exemplo, a “conferência 32” de Freud⁵ onde declara: “A teoria dos instintos é, por assim dizer, nossa mitologia. Os instintos são entidades míticas, magníficos em sua imprecisão”. Também em “Além do Princípio do Prazer”⁶ Freud recorre a um mito para explicar o caráter conservador da pulsão sexual. Se estamos trabalhando com mito não podemos falar em conceito. À maleabilidade do mito deverá corresponder uma flexibilidade da palavra. Já em Freud, a despeito de seu desejo de fazer da psicanálise uma ciência em sua acepção clássica, encontramos uma palavra que não se fixa em um único significado. Laplanche e Pontalis, em seu paciente esquadramento histórico-crítico dos termos psicanalíticos, confirmam a impressão de flexibilidade de pelo menos alguns dos conceitos freudianos. No verbete “ego”, por exemplo, falam de um uso ambíguo deste termo por Freud “jogando até com a ambigüidade da utilização desta palavra, o que mostra que não exclui do seu campo qualquer das significações atribuídas aos termos “ego” ou “eu” (“ich”).⁷ Também Jacques-Alain Miller é favorável a um uso plástico dos termos psicanalíticos: “Podemos dizer que o próprio comportamento de um sujeito é uma demonstração de suas fantasias, e ao mesmo tempo usar o termo para nos referirmos a esse ponto limite que eu evocava ainda há pouco. Poderíamos usar palavras diferentes, alegando que semelhante va-

riedade de sentido resulta enganosa. No entanto, é justamente esse equívoco e essa plasticidade do termo que permitem atravessar com ele todo o campo analítico”.⁸ Evidentemente um conceito flexível não é mais conceito. Como então chamá-lo? Passei a usar palavra noção. Até que chegou-me às mãos um artigo cujo título “Nietzsche: a metáfora e/ou o conceito”, de Roger Laporte, e me atraiu.³ Vou citar alguns de seus trechos: “Em seu livro Sarah Kofman assinala que fazer recair o acento positivo sobre os pré-socráticos é, de um só golpe, privilegiar a metáfora e depreciar o conceito, operação estratégica que permite contestar a metafísica, isto é, toda pretensão a um conhecimento verdadeiro, próprio, conceitual da essência das coisas”. Em outro trecho cita Nietzsche: “a metáfora é uma atividade artística criadora de formas”. E novamente Laporte: “Se se contentasse em afirmar a superioridade da metáfora sobre o conceito, introduzir-se-ia um jogo de balança que permitiria ao conceito de retomar em breve a vantagem, mas a operação nietzscheana é mais sutil e eficaz, pois que consiste em indicar que o próprio conceito é um produto da atividade metafórica, um produto que rejeita a sua produção: o conceito não se torna conceito senão “esquecendo” sua origem metafórica”.

Ao ler este artigo ocorreu-me substituir “noção” por “metáfora”, mantendo a coerência com a natureza maleável do mito, e com o inesperado-singular que é o pão da psicanálise. O risco de uma excessiva liberdade metafórica ficaria conjurado se, a partir da última frase citada (“o conceito não se torna conceito senão “esquecendo” sua origem metafórica”), considerássemos a possibilidade do conceito

“lembrar-se” de sua origem metafórica; teríamos então um conceito-metáfora ou uma metáfora-conceito, de regulação imanente; seria uma palavra elástica porém, ancorada numa referência estável.

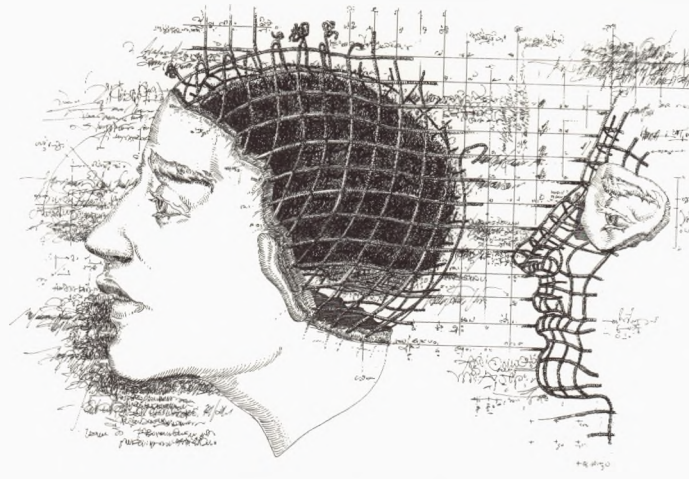
Conceitos-metáforas são palavras constituintes da teoria-mito. E quanto às palavras faladas no consultório? Poderiam ser as mesmas metáforas-conceitos?

Desde meu mais remoto contato com a psicanálise, ainda na exclusiva posição de analisando, eu estranhava a transposição pura e simples dos conceitos para o linguajar diário do consultório. Naqueles idos tempos, voavam, profusamente, pelo espaço analítico, oriundos da boca do terapeuta, seios, pênis e outros objetos fantásticos, freqüentemente colidindo com o crânio do pobre analisando indefeso. Eu sentia falta de uma palavra viva, de uma palavra que me atingisse no meu sentimento, que chegasse ao real de meu inconsciente. Esta palavra, dizia eu na década de 60, deveria ser uma palavra carnuda, uma palavra pejada de sangue, nervos, vida. À fala intelectualizada, pomposa, estereotipada, esterilizada do analista-padrão daqueles tempos eu opunha uma palavra poética, viva, plena, expressiva.⁹ Foi esta palavra que, de certa forma, reencontrei em Raimundo Panikkar.⁴ Este autor fala de uma “palavra real” a qual diferencia de “designações” ou “termos”; estes são usados pela ciência e podem ser substituídos por signos. Os termos são *usados*, enquanto as palavras são *faladas*. Usamos termos para designar objetos; falamos palavras com pessoas. “Nós entendemos uma palavra quando reagimos à sua fascinação, e ela, por sua vez, manifesta (põe em nossas mãos), põe à nossa

disposição o que diz. A palavra é palavra quando fala”.⁴ Diferentemente das palavras “os termos não são flexíveis; são exatos, precisos, unívocos”.⁴ Termos (ou conceitos) são convenientes para a ciência, mas nada além disto: “O império da ciência moderna sobre quase todas as formas do saber, incluindo as chamadas “ciências” do espírito, tem habituado e “educado” o homem para o uso praticamente exclusivo do *é*, e dos seus interesses. A ciência tem despersonalizado tudo. Tem reduzido tudo ao modo impessoal da chamada “3ª pessoa”, devido a uma ilegítima extrapolação”.⁴ E mais adiante: “A transformação de palavras em termos permitiu ao Homem obter uma nítida visão do mundo da objetividade, e isto é, extraordinariamente, positivo. O aspecto negativo surge quando o Homem cai na tentação psico-sociológica de considerar o mundo objetivo como o único importante e verdadeiramente real e (ou) na tentação filosófica de assumir aquela objetividade unívoca como a única realidade precisa e cognoscível; a visão científica obscurece a compreensão humana”.⁴ Panikkar faz, portanto, uma crítica ampla e generalizada à invasão do modo científico de pensamento, da palavra conceitual, em todas as áreas do humano (“A ciência tem despersonalizado tudo”). Podemos porém, discriminar, neste todo, uma invasão na área teórica (“extrapolação da ciência moderna para as chamadas “ciências” do espírito”) e o que poderíamos interpretar como uma extensão indevida à prática das relações humanas (“a visão científica obscurece a compreensão humana”).

Quando Panikkar escreve “uma palavra real inclui tanto aquele que fala como o falado e o ouvinte”,

podemos pensar neste “falado” tanto como a palavra-conteúdo de uma teoria-mito como a palavra dita numa relação humana. Na frase “o ouvinte condiciona as nossas palavras, tanto ou mais do que o assunto de que falamos”, o conteúdo (assunto) tem, claramente, sua importância diminuída em face da relação humana; o pêndulo tende para a prática. Sua frase final “a palavra, viva e integral não é só portadora da verdade (e da falsidade), mas também do amor (e do ódio)” pode ser interpretada como uma tentativa de integração da teoria (verdade/falsidade) com a prática (amor/ódio). Estaríamos, assim, ultrapassando a dicotomia episteme-doxa inaugurada por Platão e retomando Homero para quem sentir e pensar realizavam-se em um único ato. Seria porém, uma retomada em um nível de maior complexidade; o ideal de uma única e mesma palavra para a teoria e a prática é irrealizável, dada a direção tomada e a complexidade adquirida pela cultura ocidental; mas, seria necessário um corte tão radical como o realizado por Platão? Aqui as idéias de Bohadana¹ indicam uma direção. Esta autora distingue a palavra do aedo¹⁰ da palavra platônica usando as noções de continente/conteúdo. Estas noções se aproximam das saussurianas de significante/significado¹¹, delas se diferenciando, como veremos adiante, por uma decisiva característica. A palavra (ou signo linguístico), diz-nos Saussure,¹¹ é uma entidade psíquica constituída pela combinação do significante e do significado. Significante refere-se a uma imagem acústica, entendida não somente como o som da palavra, mas também como a representação sensível que temos deste som. Significado refere-se ao con-



ceito que a palavra porta e tem, portanto, um estatuto mais abstrato que o significante. A palavra, para Saussure, realiza-se no plano do significado, isto é, realiza-se quando transmitida e percebida como conceito; neste caso a imagem acústica e suas representações sensíveis são secundárias, servindo apenas como veículo do conceito. Bohadana, ao estudar o canto do aedo,¹ resgata o valor da imagem; a palavra do aedo realiza-se pelas múltiplas imagens que ele, sucessivamente, cria no contato com o seu ouvinte. O mito, contado pelo aedo, serve de veículo para uma comunhão afetiva entre o poeta e seus ouvintes. Mais importante do que o conteúdo do mito, são as sensações despertadas. O aedo presentifica o mito e para presentificá-lo vale-se de imagens, da face continente da palavra. As categorias saussurianas de significante/significado são insuficientes para compreender a palavra do poeta pois, significado aparece como conceito; e o conceito imobiliza a imagem no campo do significado. Desta maneira não haveria liberdade no uso das imagens. Como o poeta usa desta liberdade, foi preciso encontrar outro algoritmo. Bohadana propõe, então, as noções de continente/conteúdo¹ onde o conteúdo, diferentemente do significado, abriga mais e além de conceitos, possibilitando uma maior liberdade no uso das imagens. No algoritmo saussuriano a palavra realiza-se pelo conteúdo, privilegiando o conceito, mantendo assim o profundo corte platônico entre teoria e prática, entre pensamento e sensação. Na concepção de Bohadana a palavra do aedo realiza-se pelo continente, privilegiando a prática. O conteúdo (mito) funciona

não como um aprisionador de imagens, mas como balizador e limite para elas. As noções de continente/conteúdo possibilitam justamente re-unir o sentir e o pensar e assim situar convenientemente Homero e o canto do aedo. Se pudermos entender a atividade psicanalítica através destas mesmas noções estaremos ultrapassando a dicotomia platônica e retomando Homero já em um nível de maior complexidade, justamente como havíamos proposto. Para isto será necessário considerar a psicanálise como uma teoria-mito composta de metáforas-conceitos, sendo estas a face conteúdo das palavras reais. Explicando melhor:

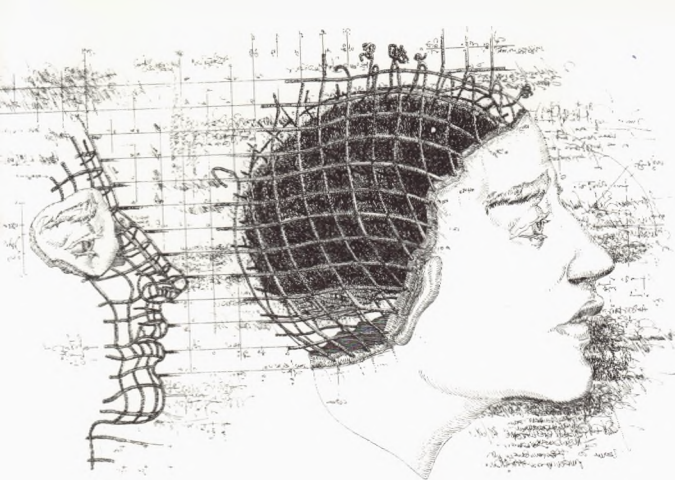
A metáfora-conceito, na prática, desdobra-se em múltiplas imagens criadas no calor do acontecer singular de cada instante da relação.

Estas imagens mantêm-se ligadas ao conceito-metáfora de origem; o conceito-metáfora seria uma espécie de objeto-matriz, situado no plano-conteúdo, que, a cada vez, quando arremessado no plano-continente, estilhaça-se em incontáveis e diferentes fragmentos, as imagens; estes fragmentos coexistem com o objetivo-matriz original e, ao retornarem para o plano do conteúdo, modificam-no, por acréscimo ou alteração. Há assim uma constante interação entre continente e conteúdo, integrando teoria e prática. Mantém-se a unidade pensar/sentir homérica, embora de forma mais complexa e sofisticada.

As imagens seriam, então, prolongamentos da metáfora-conceito e esta, matriz das imagens. A palavra real abarcaria tanto a metáfora-conceito quanto os seus prolongamentos estabelecendo uma circularidade

de unificadora. A palavra real teria assim duas faces: uma face-conteúdo, voltada para a teoria (conceitos-metáforas) e outra face-continente voltada para a prática (imagens) re-unindo o que Platão dividiu. Seria então impossível conceber-se a metáfora-conceito sem os seus prolongamentos, e as imagens sem a sua matriz. Ambas seriam aspectos de uma única realidade, consubstanciada na palavra real; palavra real esta que se realiza pelo continente e não pelo conteúdo.

Deixaremos, por enquanto, este assunto em suspenso para retomá-lo mais adiante; faremos, entretanto, uma incursão pela filosofia. Nossa civilização ocidental ergueu-se sobre as bases filosóficas lançadas por Platão (sem esquecer o monoteísmo da religião judaica). Platão, ao postular um mundo de idéias anterior à percepção, desvaloriza o contato humano com as coisas do mundo como meio de conhecimento verdadeiro. O conhecimento se dá através da "reminiscência" destas idéias. Este mundo de essências possui uma clareza solar incompatível com a sensação. Lá reinam as idéias modelares, verdadeiras e imutáveis, eternas e definitivas. Estas idéias são os conceitos, base da episteme, do conhecimento verdadeiro, da ciência. Saussure, ao valorizar excessivamente o conceito, acaba por reforçar a concepção platônica. Torna-se parte de uma linha de pensamento que, partindo de Platão, passa por Descartes, Newton, pelos iluministas, por Saussure e muitos outros, chegando à psicanálise clássica. Nesta nossa disciplina o cartesianismo manifesta-se pelas separações: corpo/mente, sujeito que observa/objeto que é observado, sujeito que



conhece/objeto que é conhecido, intelecto/emoção, saúde/doença; pela crença na essência (ou verdade); pela idéia de cura, que supõe e disfarça a idéia de um funcionamento psíquico perfeito; pelo uso do método analítico como oposto à apreensão de uma globalidade; pela idéia da mente como máquina pulsional ou desejante. Embora o cartesianismo venha perdendo força, ainda é bastante atuante em nossa área de trabalho; a palavra ainda é usada em sua vertente conceitual-científica. Ela se realiza através de um conteúdo fixo, a “teoria verdadeira”, teoria esta que é um referente fora da relação terapeuta-cliente. Esta externalidade poupa o terapeuta das emoções e inseguranças que surgem dentro da relação. Procura-se o lugar da palavra na teoria já conhecida e não na relação que se está desenvolvendo. Com isto o terapeuta pretende ser “objetivo”, mas tudo que consegue é se alienar das verdades mutantes da relação, dos seus sucessivos velamentos-desvelamentos. Este “resfriamento da palavra”¹² origina-se na construção platônica, cuja consequência é o domínio do conteúdo sobre o continente, do conceito sobre a metáfora, vindo a desembocar em uma palavra científica, uma palavra que facilita a intelectualização da relação analítica, deixando de fora as emoções e as sensações. Precisamos substituir então, a palavra intelectualizada por uma palavra espessa, uma palavra que penetre no acontecer e se deixe por ela penetrar; uma palavra que forme uma unidade indissolúvel com o acontecer para que este possa ser pensado/vivido com todos os recursos humanos inclusive com o recurso da emoção. Desta maneira colo-

car-nos-emos dentro do acontecer de um modo integral, sem a mutilação que a palavra intelectual impõe. Existe, sem dúvida, o risco da emoção desbordante que nos cegaria para o outro; porém, mais facilmente estaremos cegos para o cliente se nos cercarmos de palavras-conceitos despidas de emoção. Poderemos então, estar, em contato com a verdade platônica; porém, jamais com o outro, a não ser remotamente, através de um desvio que passa pela teoria e que retorna, limitado e empobrecido, para o cliente. Isto não significa o abandono da teoria. Já vimos que a palavra real integra teoria e prática em uma unidade. E que a situação exemplar desta integração, estudada por Bohadana,¹ é o canto do aedo. Irei agora me repetir com a intenção de melhor consolidar as idéias. Quando o aedo canta o seu mito, faz uso de uma palavra poética, uma palavra que envolve poeta e ouvinte em uma mesma emoção. O mito é contado não como uma memória morta, mas como uma narrativa animada, com frescor e vida, presentificadora de emoções e sensações. O aedo não pretende contar uma história que se situa no passado, mas sim, viver com o ouvinte, no aqui e agora, uma comunhão afetiva. Para isto, o aedo se vale flexivelmente, do mito. O mito não tem uma fixidez. Funciona como balizamento, como ponto de referência maleável, como limite dentro do qual as imagens podem livremente se suceder de acordo com os sucessos do momento. Estas imagens dependem da criatividade do aedo, da resposta do ouvinte e dos limites que os mitos impõem. A flexibilidade não pode ser levada além de um certo ponto, sob pena

de ruptura de comunicação. Esta situação exemplar adequa-se, como já vimos, à prática psicanalítica. O analista, semelhantemente ao aedo, usa uma palavra poética que se realiza pela imagem, pelo continente, afinado que está com a sucessão singular dos eventos no aqui e agora da sessão analítica. Diferentemente do aedo, o analista está predestinado mais a ouvir que a falar. Mas esta mudança de direção não altera a afinidade existente. Ouvir e falar são o mesmo ato com sinais contrários. Aedo e analista trabalham com imagens, com a face continente das palavras, sempre balizadas pelo conteúdo. Apoiado em Panikkar,⁴ denominei a palavra da análise de palavra real, uma palavra complexa, composta de uma metáfora-conceito e de seus prolongamentos, representativos desta metáfora-conceito no plano do continente. Na sua face continente as palavras reais formam-se na vigência da singularidade absoluta de uma relação dual. A palavra real é parte constituinte e constituidora dos mútuos reconhecimentos e melindrosos ajustamentos que a cada momento ocorrem na relação psicanalítica. Diferencia-se, radicalmente, da palavra-conceito que se realiza pelo conteúdo, pois, nessa perspectiva o analista procura o lugar da palavra na teoria, intelectualizando a relação, burocratizando-a, quebrando o diálogo afetivo desvelador, imobilizando o processo analítico. Na palavra real o conteúdo compõe-se, não de conceitos, mas de metáforas-conceitos que funcionam, não como verdades, mas como referências moduladoras das imagens, como pólos atrativos delas no sentido de não permitirem o escape de um limite,

desbordamento que levaria à perda do objetivo terapêutico. As próprias metáforas-conceitos podem ser concebidas como bastões de referência flexíveis, elásticos que podem ser distendidos em várias direções, mas que têm um ponto de ruptura além do qual perder-se-ia a finalidade terapêutica. Estas metáforas-conceitos, partes do conteúdo teórico-mitológico, deverão se deixar sempre influenciar pelo continente. O analista não deve se perder na atração exercida pelos conceitos em suas infinitas possibilidades de construção intelectual e substituição simbólica pois, isto o afastaria da realidade do acontecer.¹³ Neste sentido o continente é regulador e renovador do conteúdo. Ao mesmo tempo o conteúdo funciona como limite para o continente, impedindo-o de ultrapassar a função terapêutica, sem, porém, perturbar a livre formação de imagens/palavras reais propiciadoras de um entendimento profundo entre os componentes da dídada. Em resumo: se tivermos uma palavra real poderemos alcançar uma dinâmica onde as imagens não ultrapassem a capacidade de distensão dos conceitos-metáforas, mantendo-se pois, como terapêuticas, e os conceitos-metáforas se regulem pela referência constante às imagens que se criam no aqui e agora da sessão analítica mantendo-se, pois, ligadas à realidade viva.

A teoria psicanalítica seria melhor utilizada se vista como um mito composto de palavras reais, realizando-se pelo continente.

Nahman Armony, é médico psicanalista, didata da Sociedade de Psicaná-

lise Iracy Doyle, presidente do Círculo Brasileiro de Psicanálise-seção Rio de Janeiro e professor da Universidade Santa Úrsula; publicou vários artigos psicanalíticos em revistas do Brasil e do exterior. □

Notas

1. BOHADANA, E. "Espaço, tempo e linguagem". Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, (no prelo), 1987.
2. RIBEIRO, D. "Maira". Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.
3. LAPORTE, R. "Nietzsche: la métaphore et/ou le concept". *Critique*, nº 313, juin, 1973.
4. PANIKKAR, R. "Reflexões interculturais sobre a Filosofia de Linguagem". *Presença Filosófica*, vol. 5, nº 2, abril/junho, 1979.
5. Esta afirmação pode ser encontrada na pág. 119 do vol. XXII da Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud na conferência intitulada "Ansiedade e vida instintual".
6. "À parte disso, a ciência tem tão pouco a nos dizer sobre a origem da sexualidade, que podemos comparar o problema a uma escuridão em que nem mesmo o raio da luz de uma hipótese penetrou. Em outra região, inteiramente diferente, é verdade, defrontamo-nos realmente com tal hipótese, mas é de tipo tão fantástico, mais mito do que explicação científica, que não me atreveria a apresentá-la aqui se ela não atendesse precisamente àquela condição cujo preenchimento desejamos, porque faz remontar à origem de um instinto a uma necessidade de restaurar um estado anterior de coisas. Freud reproduz o mito através das palavras de Aristóteles no "Banquete" de Platão: "A natureza humana original não era semelhante à atual, mas diferente. Em primeiro lugar, os sexos eram originalmente três, e não dois, como são agora; havia o homem e a mulher, e a união dos dois (...). Tudo nesses homens era duplo: tinham quatro mãos e quatro pés, dois rostos, duas partes pudendas, e assim por diante. Finalmente, Zeus decidiu cortá-los em dois... Depois de feita a divisão, as duas partes do homem, cada uma desejando sua outra metade, reuniram-se e lançaram os braços uma em torno da outra, ansiosos por fundir-se". "Seguiremos a sugestão que nos foi oferecida pelo poeta-filósofo e aventurar-nos-emos pela hipótese de que a substância viva, por ocasião de sua animação, foi dividida em pequenas partículas, que desde então se esforçaram por reunir-se através dos instintos sexuais?" págs. 78/79. FREUD, S. "Além do princípio do Prazer". Edição Standard Brasileira, vol. XVIII, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1920.
7. LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. "Vocabulário de Psicanálise". Lisboa, Portugal, Moraes Editores, 1967, p. 173.
8. MILLER, J. A. "Percurso de Lacan: uma introdução". Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987, p. 105.
9. Estas idéias encontram expressão em uma palestra por mim realizada no II Simpósio Brasileiro de Musicoterapia no dia 1.2.85, publicada no *Tempo Psicanalítico*, vol. IX, nº 1, 1986, sob o título de "Utilização de técnicas expressivas em terapia".
10. Aedo é uma palavra que designa o poeta de tradição oral da Grécia Arcaica que recitava ou contava suas composições religiosas e épicas, acompanhando-se à lira.
11. SAUSSURE, F. "Curso de lingüística geral", São Paulo, Brasil, Editora Cultrix, 1972.
12. Tomei emprestada a palavra "resfriamento" de uma expressão que Davi Bogomoletz usa em seu artigo "Crítica da razão fria" (inédito) onde fala de um "resfriamento criminoso da razão humana".
13. Freud, em 1915, refere-se a esta possibilidade na seção VII de "O Inconsciente" (vol. XIV da Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud, Imago Editora, 1974). Ao estudar o pensamento do esquizofrênico considera que este ao desinvestir a apresentação inconsciente de objeto (coisa) tenta recuperá-lo hiperinvestindo na apresentação desse objeto no sistema Pcs. (palavra). Pode-se então "tentar uma caracterização da modalidade de pensamento do esquizofrênico, dizendo que ele trata as coisas concretas como se fossem abstratas" (pág. 233). Freud aponta para o perigo de, nas nossas construções abstratas, percorremos este mesmo caminho: "Quando pensamos em abstrações, há o perigo de que possamos negligenciar as relações de palavras com as apresentações inconscientes da coisa, devendo-se externar que a expressão e o conteúdo do nosso filosofar começam então a adquirir uma semelhança desagradável com a modalidade de operação dos esquizofrênicos." (pág. 232/3).

Este texto faz parte do livro "Psicanálise: da interpretação à violência compartilhada, publicada pela Editora Universidade Santa Úrsula da Universidade de Santa Úrsula, em 1989.

Resumen

Sicoanálisis: ¿teoría o mito? ¿metáfora o concepto?

El nº 20 de *Humanidades* publicó, en esta misma sección, un trabajo cuestionando si el sicoanálisis es o no es una ciencia. Tema relevante que retomamos presentando la visión de un importante y conceptuado sicoanalista brasileño.

Abstract

Psychoanalysis: Theory or Myth? Metaphor or Concept?

In issue nº 20, *Humanidades* published an article in this section about the discussion as to whether or not psychoanalysis is a science. In this issue we return to this very relevant subject. This is a second look at the issue by an important and renowned Brazilian doctor psychoanalyst.

SEMENTE



O futuro depende muito do que a gente faz no presente.

O MITO INSALUBRE

O mundo torna-se escravo de suas próprias conquistas. Conforme desenvolve-se a tecnologia à disposição dos homens, mais íntima fica a ligação entre eles e seu produto. Isto ocorre diante do pagamento de um preço. Um preço que torna-se muito caro para uns poucos trabalhadores anônimos que pagam o conforto e o progresso, com suas próprias saúdes.

Oswaldo Macedo

Arrimado nas idéias, nos princípios, nos fins e, também, ou principalmente, nas tabelas e nos engenhos de Blaise Pascal – 1642 –, de Gottfried Leibniz – 1673 –, de Charles Babbage – 1835 – e de Herman Hollerith – 1890, foi possível, em 1946, acontecer na Universidade de Pensilvânia, o primeiro computador – “Electronic Numeral Integrator and Calculator” – o ENIAC – revelado ao mundo por J. Presper Eckert e John Mauchly.

As bases teóricas e os conceitos de “máquinas pensantes”, cometimentos de priscas eras, até os contemporâneos do ábaco, foram de importância fundamental para a revolução tecnológica – inovação sócio-econômica com raízes remotas – também conhecida como revolução industrial...

E os computadores chegaram aureolados de promissores, milagreiros e supervalorizados em méritos e virtudes.

Desde 1946, a tecnologia dos computadores vem evoluindo de maneira desvairada, cada dia enriquecendo e diversificando, mais e mais, seus meios e fins. Onipresente, a informática é parte de nós, encharcada das idéias dos séculos XVI e XVII, no que se refere ao trabalho dos homens e das máquinas, trazendo para os nossos dias a *canonização* e o *culto* da máquina como um ente... de razão.

– “O trabalho informático não erra!”

– “O trabalho informático é intelectual!”

– “Finalmente o homem se liberta do trabalho físico!”

O computador passou a ser considerado o expoente maior do *moderno*, onde o moderno é havido como o racional e o que aconteceu antes, é o arcaico, o desprezível, o irracional, o resto. Mas a evolução da atividade da informática eletrônica definiu, pela *praxis*, uma realidade diferente da apregoada pelos bandeirantes, pioneiros e beneficiários da última pedra filosofal.

Laboraram um erro...

O trabalho realizado pelos analistas, programadores, operadores, digitadores, fitotecários etc, tão valorizado pelas sociedades atuais, não é predominantemente intelectual, nem ameno, nem infalível. Exige esforço muscular – *claro*, que de poucos *dynes* – mas extenuante, por repetitivo e longo. Estressante e insalubre pela natureza da atividade requerida, agravada pelas condições adversas do ambiente físico, do local onde o trabalho é exercido – fonte sub-reptícia de morbidade.

O refinamento tecnológico *dita* e *exige* as tarefas, a produtividade e os horários, sem solução de continuidade, pois cada atividade leva, imediatamente, e em tempo determinado, à tarefa seguinte; e toda a sequência de atividades obrigatórias é reunida num *plano único*, para atender aos objetivos dos *softwares*. As equipes, confinadas ao ambiente de trabalho, funcionam como linha-de-montagem.

É do conhecimento de todos que o trabalho em cadeia, em série, é morbígeno. O homem “não é feito” para esse gênero de operação – dramaticamente demonstrado por um certo Charles Chaplin, em “Tempos Modernos”!...

E o engenho tecnológico, *hardware*, é também um feitor, um capataz eletrônico. Fiscaliza tudo! Como o “Grande Irmão” – Orwell: “1984”.

O local do trabalho, o espaço físico ocupado pelo centro de processamento de dados, é projetado e executado para que as máquinas funcionem à perfeição. É adequado à máquina e hostil ao trabalhador. Até os

níveis térmicos assistem aos requisitos... das máquinas.

O centro de processamento de dados é distanciado e isolado do público externo. Pisos, tetos, paredes e acessos atendem a táticas específicas para camuflagem. Portas e janelas, semelhantes às ameias, são frestas dissimuladas, funcionando eletronicamente.

– *Um bunker!*

Os trabalhadores dos centros são identificados por uniformes, aventais, jalecos. Passam por um processo de desfiguração pessoal e *cada um* recebe a informação limitada ao estritamente necessário à *sua* tarefa.

Identificam-se, mas não se sabem...

Os centros de processamentos de dados funcionam, como as instituições totais, *dissecadas* por Michel Foucault, sob uma rigorosa sequência de controle. Lembram asilos, presídios, manicômios, UTIs.

A organização do trabalho informático tem como objetivo aumentar a produtividade, controlando, supervisionando e impondo jornada e ritmo ao trabalho.

É um *replay* piorado do taylorismo, de má memória e piores feitos.

A informática exumou doenças profissionais de séculos!

Dentre as patologias ocupacionais que podem afetar o trabalhador informático avulta, pela frequência e pela gravidade, a “Tenossinovite” – a “síndrome dos digitadores” – doença ocupacional descrita pela primeira vez em 1818 em trabalhadores que fabricavam redes de pesca “com as mãos e os fios molhados” para ajustar os nós das malhas, rendeiros manuais – *Netmaker’s Twitch* – e, mais ou menos, um século depois sob o nome de câimbra dos escrivães – *Writer’s Cramp* – foi citada afecção semelhante que acometia notários e copistas que ganhavam *por rasa*, por linha.

Com menos ênfase, são mencionados distúrbios análogos em trabalhadores que, no Chile e no Panamá, confeccionavam chapéus, *jóias artesanais*, com as mãos imersas em água-corrente, tecendo fibras nobres.

Os sintomas mínimos das afecções acima citadas, inclusive a Tenossinovite, lembram os distúrbios iniciais da Síndrome de Parkinson.

A Tenossinovite, a síndrome dos digitadores, depois de instalada, torna-se difícil interromper todas as suas manifestações.

Inicialmente, caracteriza-se por dormência nas mãos, reações inflamatórias dos tendões musculares das mãos, dos punhos e dos antebraços. *Dores intensas, inchaço, rubor e incapacidade funcional* específica para digitar. Os elementos músculo-tendinosos extensores são os primeiros e os mais intensamente afetados. Tremor.

Tais sintomas podem-se irradiar para os ombros e

segmento cervical, da coluna.

A baixa temperatura do local de trabalho associada à fadiga da manipulação exigida – movimentos rápidos e repetitivos, sem pausa, – em rigorosa e permanente atenção, além da fixação psicológica que advém dos prazos rígidos impostos pelas próprias máquinas – *hardware* – *olheiros eletrônicos*, tudo são condições geradoras e agravadoras da síndrome dos digitadores.

A falência da dinâmica coordenada dos dedos e das mãos, às vezes, é parte do cortejo sintomatológico.

A síndrome dos digitadores é, de início, sub-reptícia. Os sintomas mínimos, iniciais, são exóticos, em descompasso com as queixas do paciente. Lembram simulação, histerismo, *psicada*. Mas a incapacidade laborativa logo se instala, inexoravelmente, e tem início o desnorreamento médico-assistencial com licenças aleatórias, o jogo-de-empurra dos médicos, descartando o paciente para readaptações destituídas de razões médicas.

A psiquiatria é o destino certo destes pacientes sem destino.

A Organização Mundial do Trabalho reconhece a Tenossinovite dos digitadores como doença profissional – *disease occupation* – e, como medida preventiva, profilática, recomenda para o digitador, como padrão, a jornada de trabalho de 04 horas e 14 minutos, com pausa de 10 minutos a cada 50 minutos de trabalho.

Estabelecendo, ainda, que a média de *toques* deve ser entre 8.000 e 10.000 toques/hora.

O índice desta patologia, entre nós, é elevado.

A síndrome dos digitadores foi reconhecida no Brasil como doença profissional em 1986.

Os índices de infelizmente no Brasil (acidentes de trabalho) e de doenças profissionais *decrecem* sempre, dado que os médicos acham dispensável a emissão do CAT – Comunicado de Acidente de Trabalho – e a notificação, portanto...

No Brasil, a jornada de trabalho dos digitadores é de 06 a 08 horas ininterruptas, acrescidas de 02 horas-extras no fim do turno. Ao término do ano fiscal, face às modificações das normas tributárias ou econômico-financeiras, a jornada de trabalho dos digitadores pode até dobrar.

Entre nós, a média de toques exigida é de 18.000 toques/hora.

O itinerário do trabalhador informático acometido pela síndrome dos digitadores, depois de andanças infrutíferas pelos ambulatorios, buscando uma readaptação, é ser *canibalizado* num *espaço* da medicina social (?) que alberga os sobejos de homens com sua capacidade funcional deteriorada, num estado de penúria psicossomática.

Referenda-se o sucateamento de mão-de-obra informática, ao invés de se adotarem medidas preventivas que não poderão prescindir de modificações na estrutura do trabalho e na regulamentação da profissão, consoante aos padrões internacionais, por idôneos. □

Oswaldo Macedo é doutor em medicina e assessor científico da Funtevê (MEC)

Bibliografia

- PASCAL, B. "On His Calculating Machine", in Smith, D. E. "A Source Book in Mathematics", Dover, 1959, p. 167.
LEIBNIZ, G. H. "On His Calculating Machine".
BABBAGE, C.: "La Machine Analítica", in Manacorda.
TAYLOR, F. W. "Princípios de Administração Científica", Ed. Atlas.
FOUCAULT, M. "Vigiar e Punir".
GOFFMAN, E. "Manicômios, Prisões e Conventos", Perspectivas S. Paulo, 1974.
STELMACH, George E. e WORRINGHAM, Charles J. "The control of bimanual aiming movements in Parkinson's Disease" – "Journal of Neurology, Neurosurgery and Psychiatry". 1988, p. 51: 223-231.
COHEN, L. "Interaction Between limbs during bimanual voluntary activity".
—— – "Brain 1970". p. 93: 259-72.
—— – "Synchronous bimanual movements performed by homologous and-homologous muscles. Perceptual and Motor Skill". 1971; p. 32: 639-44.
KELSO, J. A. S., SOUTHARD, D. L., GOODMAN, D. "On the coordination of two handed movements". J. Exp. Psychol. (Hum Percept) 1979, p. 5-229-38.
MARTENIUK, R. G., MACKENZIE, C. L., BABA, D. M. "Bimanual movement control: Information processing and interaction effects". "Q. J. Exp. Psychol". 1984, 36A, p. 336-65.

Resumen

El mito insalubre

El mundo se vuelve esclavo de sus propias conquistas. Mientras más se desarrolla la tecnología más cercana queda la relación entre los hombres y su producto. Pero esto tiene un precio muy caro para un grupo de trabajadores anónimos que pagan con su propia salud la comodidad y el progreso.

Abstract

The Insalubrious Myth

The world is enslaved by its own accomplishments. The more the technology at man's disposal advances, the closer he is bound to its products. There is a price to be paid for this proximity. A price that weighs heavily on a few anonymous workers who pay for the comfort and progress of others with their own health.

A Evolução Humana através dos Cromossomos

Walter Neves

Com a publicação deste texto, completa-se a trilogia que iniciamos no número passado de Humanidades sobre evolução humana.

Esta análise de contribuição prestada pelas novas técnicas de bandamento dos cromossomos, nos leva a formar uma idéia mais concreta de como é possível estudar e relacionar o homem atual com seus "parentes" em uma escala evolutiva.

A partir da década de 60 muitos pesquisadores passaram a abordar a questão da evolução humana estudando o presente. Os trabalhos bioquímicos, liderados por Vicent Sarich são um pequeno exemplo dessa estratégia. Uma outra, que tem sido, sistematicamente, explorada pelos biólogos é o exame da composição cariotípica do homem e dos demais primatas.

Até o início da década de 70 só era possível comparar a composição cromossômica das diversas espécies de primatas através da contagem do número de cromossomos no núcleo das células, de sua morfologia (posição relativa do centrômero) e de suas características métricas (índice comprimento do braço longo/comprimento do braço curto).

Com o desenvolvimento das técnicas de bandamento, que permitem caracterizar os diversos cromossomos pela sucessão de regiões com colorações diferenciais, houve um grande avanço no sentido de melhor identificar cada cromossomo de um indivíduo. Aprimorada a identificação dos cromossomos, foi possível também efetuar comparações da sua distribuição entre as diversas espécies do reino animal.

As técnicas de bandamento evidenciam regiões ou sítios dos cromossomos que apresentam afinidades por corantes específicos (giemsa, quinacrina etc). As regiões que são evidenciadas por esses corantes são denominadas de bandas Q, G, R, T E C e as não coradas, denominadas de interbandas. Na verdade, não se conhece bem o significado biológico das bandas, mas qualquer que seja ele, essas faixas devem evidenciar níveis de organização estrutural intermediárias entre o filamento de DNA e o cromossomo em si.

Até o início da década de 80, as técnicas de bandamento eram aplicadas a cromossomos metafásicos (grau máximo de espiralização), o que permitia revelar, no caso do

homem, um patrimônio de cerca de 500 bandas, no máximo, somando todos os cromossomos. A partir de então, novas técnicas citológicas de sincronização passaram a ser empregadas, permitindo que a coloração fosse efetuada durante a prófase tardia, quando ainda os filamentos de DNA apresentam um alto grau de desespiralização.

Dessa forma, tem sido possível evidenciar cerca de 1000 bandas no cariótipo humano. Esse aumento de marcadores possibilitou discriminar, ainda melhor, certos trechos cromossômicos, permitindo uma visualização completa da evolução cromossômica.

O princípio básico que está por trás dessas pesquisas é o seguinte: os cromossomos carregam em sua estrutura os genes, que são compostos por moléculas de DNA. Quando uma nova espécie é formada ela deve herdar de sua ancestral o seu patrimônio genético e, portanto, seus cromossomos. No entanto, com o processo de especiação é de se esperar que esses cromossomos herdados tenham sofrido, pelo menos, algumas modificações. É seguindo o padrão de manutenção do material hereditário e suas modificações que se pode reconstituir o caminho de diferenciação entre os diversos grupos animais.

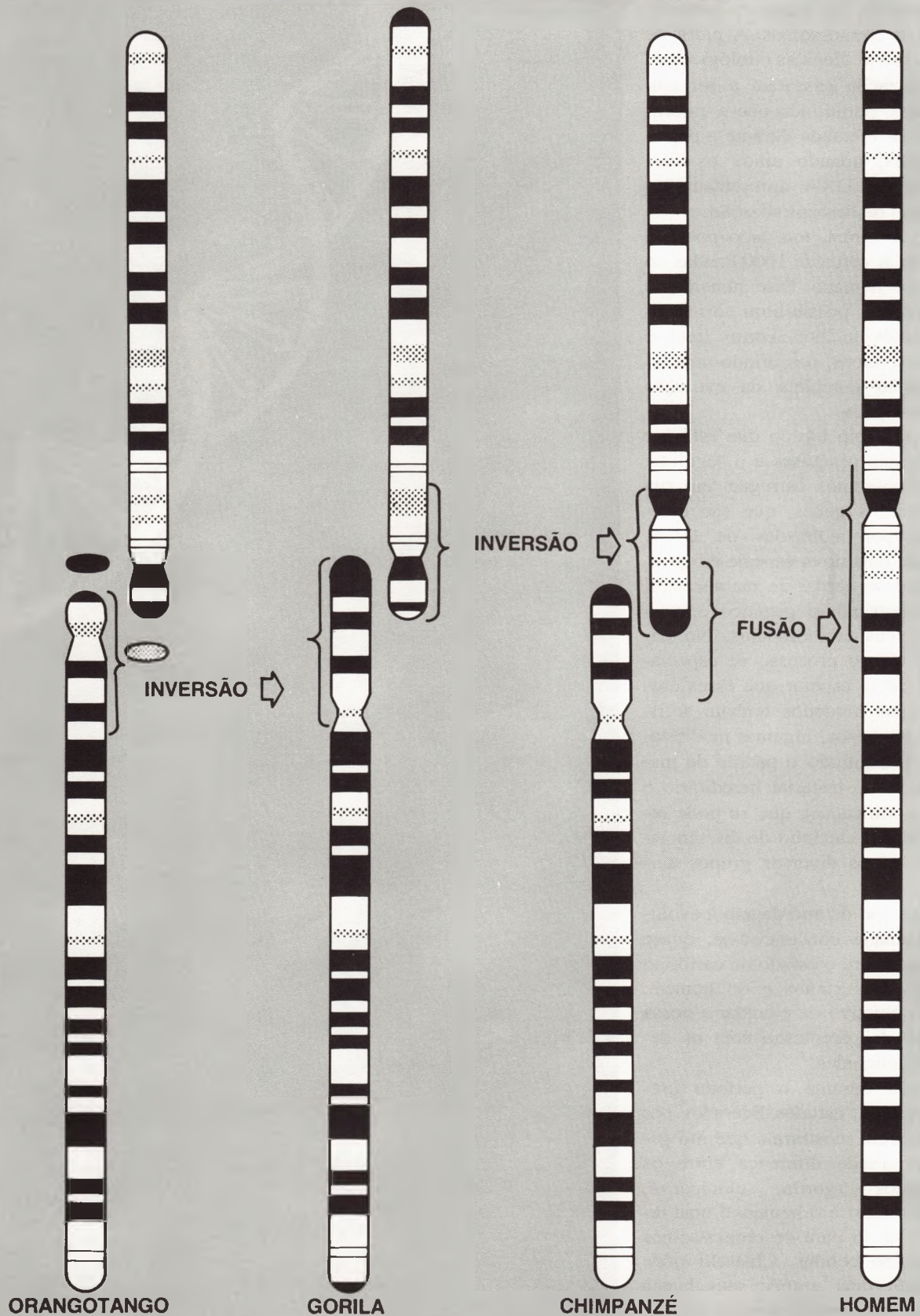
Esse tipo de abordagem à evolução humana concentrou-se, quase sempre, sobre o estudo do cariótipo dos grandes símios e do homem, com o objetivo de elucidar a nossa relação de parentesco com os demais hominídeos.

Ainda durante o período pré-bandamento, estudos liderados por B. Chiarelli mostraram que, no geral, a grande diferença entre os pongídeos (gorila, chimpanzé, orangotango) e o homem é uma redução de 48 para 46 cromossomos no núcleo celular. Chiarelli pôde constatar uma grande semelhança morfológica entre o cariótipo do chimpanzé, do gorila e do homem.



EVOLUÇÃO DO CROMOSSOMO Nº 2 DO HOMEM

(SEQÜÊNCIA DAS PRINCIPAIS MUTAÇÕES)



A redução do número de cromossomos foi explicada por ele como o resultado de uma fusão de dois cromossomos, independentes nos pongídeos e unidos nos hominídeos.

Com o desenvolvimento das técnicas convencionais de bandamento, chegou-se à 1979, com o esforço de cientistas franceses, liderados por B. Dutrillaux, a uma árvore filogenética completa da ordem dos primatas, composta pela observação sistemática das bandas R, Q, T, C e G. O mesmo grupo recompôs a história evolutiva de cada cromossomo humano. A essa altura a hipótese de fusão cêntrica apresentada por Chiarelli, ainda nos anos 60 já estava totalmente confirmada. O cromossomo 2 do homem é o resultado da fusão de dois cromossomos telocêntricos de seus ancestrais, cuja homologia pode ser confirmada pela sucessão dos diversos tipos de bandas.

Restava, entretanto, um problema crucial a ser resolvido: a relação evolutiva exata entre o homem e os demais hominídeos. Esse ponto causou muita disputa entre os diversos grupos, porque a similaridade cromossômica entre elas é tão grande que o padrão de bandas, até então obtido, não permitia uma idéia clara sobre esta relação.

Alguns acreditavam que o chimpanzé e o gorila haviam repartido um ancestral comum que não repartiram com o homem, sendo, portanto, mais próximos entre si. Outros advogavam a idéia de que o homem e o chimpanzé haviam repartido um ancestral comum, não compartilhado pelo gorila e, portanto, mais próximos entre si. Poucos achavam que o gorila era mais próximo do homem, evolutivamente, que o chimpanzé.

Foi somente com o desenvolvimento das técnicas de bandagem de alta resolução que o problema foi finalmente resolvido. Contando, agora, com novos marcadores, é possível mostrar que:

1. O gorila se diferenciou primeiramente, tendo deixado de lado um ancestral comum, repartido entre o chimpanzé e o homem. Portanto, as duas últimas espécies são mais aparentadas entre si do que com a primeira.

2. Entre as três espécies, o homem parece ter retido o patrimônio cariotípico mais próximo do ancestral comum entre as três espécies. Portanto, cromossomicamente, é o mais primitivo de todos e o ancestral comum entre pongídeos africanos e hominídeos deve ter sido muito mais similar aos segundos do que aos primeiros.

3. Há uma homologia de 100% entre as três espécies, se considerarmos os sítios corados. Portanto, não houve nenhuma agregação de material cromossômico novo em quaisquer das três espécies.

Essas conclusões, publicadas por J. Yunis e O. Prakash em 1982, na Revista Science, trouxeram à tona questões que, de certa forma, estavam sendo evitadas e nas quais a própria bioquímica já havia esbarado. A primeira refere-se à classificação desses animais em espécies diferentes e até mesmo famílias diferentes. Uma homologia de 100% das regiões eucromáticas do cariótipo não justificaria a reclassificação desses animais na mesma família, gênero ou até mesmo espécie? As implicações éticas dessa questão não são muito difíceis de serem imaginadas...

A segunda refere-se ao mito de que o ancestral hominídeo deveria ser algo muito próximo, morfológica e comportamentalmente, a um pongídeo africano. Pelos resultados apresentados por Yunis e Prakash a situação se inverte e os pongídeos africanos é que devem ser vistos como o extremo (atual) da evolução dos primatas. Teria a postura quase quadrúpede dos pongídeos africanos se diferenciado a partir de um primata bípede ou quase bípede? □

Walter A. Neves é bioantropólogo, pesquisador associado ao programa de biologia humana do museu paraense Emílio Goeldi; possui inúmeros trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1982 vem se dedicando à divulgação científica na área de evolução humana. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa no Brasil, Chile e Argentina.

Resumen

La evolución humana a través de los cromosomas

Con la publicación de este texto se completa la trilogía sobre la evolución humana que iniciamos en el número anterior de *Humanidades*. El análisis de la contribución prestada con las nuevas técnicas de "bandamento" de los cromosomas nos ayuda a formarnos una idea más concreta sobre la posibilidad de estudiar y relacionar al hombre actual con sus "parientes" en una escala evolutiva.

Abstract

Human Evolution Traced through Chromosomes

This article rounds off the trilogy on human evolution begun in the previous issue of *HUMANIDADES*.

It analyzes the contribution made by new techniques for banding chromosomes and enables us to form a more concrete idea of how it is possible to study modern man and link him to his "relatives" on an evolutionary scale.

Ilustração de RESA



CONSUMO DE DROGAS

E DIREITOS HUMANOS

Richard Bucher

Faz-se referência à Declaração dos Direitos do Homem de 1848, instrumento ético mais do que jurídico que fundamenta os direitos à vida, à liberdade e à segurança de cada um, mas que não dispõe de mecanismos de sanção para aplicar os princípios nela contidos. O consumo de drogas, flagelo epidêmico do ocidente, coloca questões semelhantes que envolvem os direitos humanos. A presença das drogas na sociedade suscita numerosas contradições que não se deixam eliminar pela mera repressão. Compara-se o direito de usar drogas com o direito ao suicídio, duas formas de atentado contra a vida, que as leis pretendem proteger.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem tem quarenta anos. Ela foi proclamada como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, incluindo os objetivos presumíveis de cada cidadão – sem discriminação alguma – cuja realização deve ser garantida pelos governos, desde que se situem dentro da lei. Esta declaração é um texto idealista, elaborado no entusiasmo do pós-guerra e da reconstrução das nações dizimadas pela Segunda Guerra Mundial, após a derrota das forças e idéias fascistas e nazistas; ele representa menos um instrumento jurídico do que um protocolo de intenções, destinado a guiar as nações dos governos em prol dos direitos daqueles que, no caso da democracia, elegeram os integrantes dos poderes legislativos e executivos.

Parece-nos importante situar esta Declaração quanto ao seu ponto de origem histórico, bem como quanto ao desenvolvimento de sua aplicação nas diversas sociedades. Mesmo limitando-nos às sociedades ocidentais, fica claro que esta aplicação deixa muito a desejar, no tocante aos princípios éticos que inspiram o exercício da democracia. Estes princípios representam em si um ideal que em poucos países – ou em país nenhum – encontra uma realização na íntegra. Pelo contrário, mesmo nas nações do “primeiro mundo”, transformadas em cidades ideológicas do capitalismo, os valores do exercício democrático e,

juntamente, aqueles dos direitos humanos, com frequência são violados, pisoteados e espezinhados, de sorte que poucos governantes podem vangloriar-se de os ter respeitado em todas as circunstâncias do exercício do poder.

Quer isto dizer que, de tão idealizado, a sua aplicação plena se torna impossível, a exemplo, talvez, de toda lei? Há diferenças, no entanto, visto que a legislação de um país – ou seja, a sua constituição – criou mecanismos adequados de sanção, no caso de sua transgressão, sanções devidamente codificadas em seus aparelhos jurídicos. A nossa Declaração, ao contrário, sendo uma “carta magna” de boas intenções sem valor de lei, isto é, não passível de sanção legal, não ultrapassa o nível de recomendações piedosas, sendo, por conseguinte, aplicada de maneira altamente desigual e sempre em dependência dos valores dos governantes de um determinado país.

Isto vale dizer que a sua aplicação depende de posições subjetivas, podendo ser fiscalizada (pela população em geral ou por instituições internacionais, como “Amnesty Internacional”, p. ex.), mas não submetida a sanções. Em suma, ela corresponde não a um instrumento legal ou de poder, mas a um instrumento ético, que facilmente se deixa colocar de escanteio pelos governantes, mas que continua vigente enquanto baliza, reconhecida internacionalmente, destinada a nortear os destinos da humanidade acima do exercício momentâneo do

poder em tal regime político, em tal região geográfica.

Visto sob este ângulo, é possível tirar-se duas conclusões. Primeiro, sendo um documento histórico, a Declaração dos Direitos do Homem pode e deve ser revisada, periodicamente, para adaptar-se às mudanças ocorridas nas sociedades signatárias da Declaração. As formas de convivência e de organização destas sociedades estando sujeitas a evoluções contínuas, novos problemas e novos desafios surgem no tocante às questões dos direitos humanos, no sentido mais amplo – problemas estes que não somente merecem ser avaliados em permanência, mas que exigem também novas propostas de resolução elaboradas, se possível, em consenso pelos responsáveis políticos e jurídicos da comunidade internacional.

Sendo assim, significa que novos parâmetros éticos devem ser criados, em propostas que denunciem com clareza os efeitos perversos e desumanos de sistemas sociais que continuam a basear-se, na prática, na desigualdade e na exploração de uns pelos outros. Isto diz respeito, em particular, ao impacto nivelador do avanço científico-tecnológico e da expansão prodigiosa dos meios de comunicação, o que nem sempre se reverte em benefício das massas populacionais, visto que o “progresso” se coloca sempre mais ao serviço das potências hegemônicas, transformadas, assim, em superpotências. Estas, vestidas com frequência do manto da democracia, sacrificam os temas idealizados



na Declaração de 1948, pregando um consumismo cego e depredativo, lucrativo a curto prazo para alguns e funesto a médio e longo prazo para todos.

Uma nova Declaração, pois, deveria resgatar os ideais da primeira, através de resoluções mais contundentes e mais eficazes, para não se limitar a enunciar belas intenções que, a nível do funcionamento concreto das relações entre países, classes e camadas sociais, são, simplesmente, inoperantes.

Uma *segunda conclusão* se impõe: se a comunidade internacional quer levar a sério o conteúdo da Declaração assinada por seus representantes, ela tem que criar *mecanismos técnicos de aplicação* dos seus princípios, e *mecanismos jurídicos de sanção*, no caso de transgressões constatadas – e sabemos que estas são a regra. Em determinadas áreas, tais mecanismos estão sendo criados através de convenções internacionais particulares, notadamente no que diz respeito à *preservação do meio ambiente*, em função do crescimento da *consciência ecológica* no mundo ocidental.

Mas tais iniciativas continuam tímidas e encontram resistências tenazes da parte dos poderes estabelecidos, sejam estes econômicos ou governamentais. O caso da depredação da região amazônica é um exemplo muito claro disto. Não obstante, esforços permanentes são necessários para disseminar mais esta consciência e para obrigar os detentores dos instrumentos de po-

der a levar em conta as grandes questões da sobrevivência da humanidade, mesmo se esta preservação entra em choque com interesses imediatistas de exploração e lucro. Aqui também, a ganância não é boa conselheira quanto ao respeito do humano e de valores outros do que aqueles negociados na bolsa...

Em outras palavras, trata-se de tomar posição em favor de determinados valores, o que implica uma determinada *concepção do ser humano* – aquela, p. ex., dele merecer ter direito à vida, à liberdade e à segurança, como declara o texto de 1948. Como já frisamos, a visão político-jurídica que fundamenta esta concepção, é de ordem ética. Para que um protocolo de intenções possa ser assinado, é mister que haja consenso quanto a esta *fundamentação* – não necessariamente atingida pelas mudanças da sociedade e, portanto, não necessariamente sujeita à revisão. Esta deve se referir mais aos mecanismos de *aplicação* dos princípios pautados, mecanismos estes que visam a implantação de medidas concretas e eficazes de *proteção* dos cidadãos, para que sejam assegurados os seus direitos fundamentais.

Assim, no caso dos problemas ecológicos, a sua importância ressalta da fundamentação ética dos direitos humanos, mas a proteção do meio ambiente – e, por extensão, dos homens que se integram neste ou naquele ecossistema – é uma questão política e jurídica, dependente da época, da região, das dificuldades concretas encontradas.

Qualquer revisão deverá operar esta contextualização para poder propor medidas adequadas, passíveis de surtirem os efeitos desejados. Entretanto, mesmo as questões que tocam à fundamentação destes direitos, podem necessitar uma revisão, ou, pelo menos, uma definição mais rigorosa; basta lembrar expressões tais como “dignidade humana” ou “espírito de fraternidade” que constam da Declaração de 1948, mas que, para serem implementadas com alguma chance de efetuação, devem sair do registro das boas intenções e ingressar no coro de conceitos que não sejam somente consensuais, mas também operacionalizáveis e aplicáveis com a maior pungência possível.

Existe uma outra área, além da proteção do meio ambiente, onde os direitos humanos encontram aplicações mais do que problemáticas: o *consumo de drogas*. Sabemos que este consumo se alastra, vertiginosamente, nos países do chamado “primeiro mundo” e os assola a tal ponto que alguns falam em *flagelo epidêmico*. No Brasil, ele (ainda) não atinge proporções tão dramáticas, embora cabe avaliar a sua presença e o seu impacto operando diferenciações segundo as camadas sociais. É possível distinguir, a grosso modo, entre drogas de opulência e drogas de miséria, conforme a classe social onde são consumidas, e a função que revestem, à procura de prazer ou de esquecimento... Assim, o uso de cocaína é freqüente em algumas classes profissionais socialmente bem

situadas; os menores de rua consomem inalantes, com grande regularidade, enquanto “tapa-fome”; na maioria dos complexos escolares circula o cheirinho da “loló”, além da maconha etc.

Mas não queremos nos ater à epidemiologia do uso de drogas no Brasil ou às suas diferentes prevalências segundo classe social ou idade (v. BUCHER & TOTUGUI, 1988); o que nos interessa aqui é analisar os problemas que este consumo coloca para os direitos do homem, e isto nos dois níveis mencionados acima: aquele da fundamentação destes direitos, tal como contido na declaração de 1948; em seguida, aquele da aplicação de medidas de proteção, aí onde a presença de drogas ameaça os direitos do indivíduo.

Encontramos de chofre uma grande dificuldade, devido às *contradições* que marcam o consumo de drogas no mundo moderno. Com efeito, não é possível tratar da questão das drogas e dos seus efeitos perniciosos de dependência, loucura e morte, limitando-se somente às drogas ilegais. Uma tal limitação envieja por demais a problemática e a encerra em bitolas onde a repressão se apresenta, logicamente, como a única resposta possível à disposição da sociedade e dos seus poderes constituídos (v. LUCCHINI & BUCHER, 1989).

Para entender o alcance verdadeiro da “problemática da droga”, cabe situá-la histórica e antropológicamente; somente desta forma será possível entender a sua signifi-

cação humana e será possível escapar à simplificação artificial entre drogas legais e ilegais – que, aliás, é relativa, dependendo muito do contexto cultural. Basta pensar no exemplo do álcool, legalizado nas sociedades ocidentais, mas declarado ilegal nos países muçulmanos, onde, ao contrário, a maconha é amplamente tolerada... Ademais, esta distinção oculta o poder maléfico de muitas drogas “legais”, como os medicamentos psicotrópicos, cujo abuso, nos países do “primeiro mundo”, é tão freqüente e tão patogênico quanto aquele das drogas “ilegais” – com a diferença que as primeiras são produzidas pela indústria farmacêutica destes mesmos países, e não importadas (ou contrabandeadas) do “terceiro mundo”...

De fato, desde os primórdios da humanidade, drogas foram ingeridas para provocar alterações dos estados de consciência, à procura de experiências inéditas, que, a grosso modo, são experiências de *prazer*. Contudo, o seu uso nunca se limitou a uma mera procura de prazer, mas implica uma *série de funções*, relacionadas com as diversas dimensões da existência. Em primeiro lugar, ela tem uma *função tranquilizadora*, ansiolítica – devidamente explorada e comercializada pelos produtores dos nossos ansiolíticos modernos (barbitúricos, benzodiazepínicos e outros). O seu uso permite escapar à consciência da transitoriedade da existência e à angústia que esta provoca, tornando a nossa “angústia existencial” mais tolerável.

Uma segunda função diz respeito à procura de determinadas formas de *transcendências*, na ânsia de entrar em contato com forças sobrenaturais. Esta função, *religiosa* no sentido amplo, vincula-se com a tentativa de alargar os limites da existência, para assegurar-se sobrevivência além da morte e para construir sentidos para a vida. Lançando mão de substâncias entorpecentes (em particular alucinógenos), o homem, desde sempre, conseguiu assim preencher uma “falta”, através de experiências místicas individuais (em particular iniciáticas) ou coletivas. O uso de certas drogas facilita tais experiências, aproxima do “além”, desanuvia as angústias terrestres e ajuda a transformar os demônios imaginários em divindades benevolentes, cujo amparo vem suprir o desamparo humano...

Colocamos somente em terceiro lugar a *busca de prazer* – a função mais conhecida do uso de drogas e que com certeza domina nas toxicomanias, mas ela também é antiga, embora tradicionalmente sempre conexas com as outras funções, e integrada em projetos compartilhados pela comunidade inteira. De fato, a segregação entre as esferas sagradas e prazerosas é relativamente recente, fruto de uma concepção axiológica e maniqueísta da “natureza humana”, intimamente ligada à evolução do cristianismo e de sua noção de “pecado”.

As três funções do uso de drogas destacadas se combinam de diversas maneiras, para alcançar as alte-

rações desejadas dos estados de consciência. Elas produzem, de fato, alterações em três registros sensoriais e proprioceptivos particulares, a saber: as *sensações*, o *humor* e a *percepção*. Ora, estes três registros vinculam-se com dimensões essenciais da existência, dimensões essas que nenhum ser humano “normal” está disposto a menosprezar: o *prazer*, a *felicidade* e a *beleza*. Sentir-se feliz em contatos prazerosos com coisas belas não é somente de alta relevância, objeto de uma procura humana constante e universal, mas deve ser considerado também como um *direito humano*.

Eis que reencontramos a contradição que toca o uso de drogas – transformado hoje, em nossas sociedades consumistas, em “consumo de drogas”: se almejar prazer, felicidade e beleza é um direito humano, e se as drogas oferecem subsídios para atingir estes objetivos, seja de modo mais rápido, mais tranqüilo ou mais seguro, então, recorrer a drogas também deve ser considerado como um direito humano. No entanto, sabemos, quase que instintivamente, que esta equiparação não se deixa equacionar de maneira tão simples, vez que não é o fim em si que justifica todos os meios...

Não obstante, há uma série de argumentos que se deixam invocar em defesa do direito de usar drogas – e um autor como Timothy Leary, arauto da geração hippie, não se privou em citá-los abundantemente...

Vejamos a própria Declaração de 1948: no artigo II, ela proclama: “Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração...”; no artigo XII: “Ninguém está sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar... Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”; no artigo XIX: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar receber e transmitir infor-

mações e idéias por quaisquer meios...”; artigo XXII: “Todo homem, como membro da sociedade, tem direito... ao livre desenvolvimento de sua personalidade”.

Tomados ao pé da letra, estes artigos não oferecem base para interditar o uso de drogas na vida privada ou no lar, para quem queira usá-las como meios para receber informações sobre a vida ou a transcendência, para o livre desenvolvimento da personalidade etc. Em seus princípios, a Declaração aceita, pois, que cada homem faça uso de sua consciência e de sua liberdade para atingir os seus objetivos na vida, à condição de que estes não firam os direitos do vizinho...

Aparentemente, nada se opõe, pois, a que um determinado indivíduo faça uso de drogas em sua vida privada, para atingir o pleno desenvolvimento de sua personalidade ou para se propiciar experiências místicas – a não ser que este direito entre em choque com outros dispositivos da mesma Declaração, ou com dispositivos da legislação ordinária de um determinado país.

Visto a grande *relatividade cultural* do uso de drogas e das diferentes estipulações legais, não entramos na discussão desta segunda modalidade. Basta que nos situemos a nível da Declaração de 1948, que nos oferece subsídios suficientes para que ten-

temos responder às contradições constatadas. Estas, no entanto, não são apenas aparentes: elas fazem parte da vida de cada um, dentro dos seus dilemas existenciais e fazem parte da convivência com os outros. Não podemos, pois, querer resolvê-las; trata-se de buscar respostas que permitam melhor atuá-las, encontrando um certo equilíbrio entre elas – equilíbrio, antecipamos, que será sempre o equilíbrio de um determinado sujeito, isto é, corresponderá sempre a uma equação *subjetiva*, embora balizada pelos princípios éticos de convivência em democracia cujas regras as autoridades nacionais e internacionais têm que definir e resgatar.

A nível da fundamentação dos direitos do homem, contida na Declaração de 1948, basta invocar – e levar a sério – a sua idéia básica, já citada, do direito à vida, à liberdade e à segurança. Nenhum destes três direitos pode funcionar isoladamente. Assim, o uso indiscriminado de drogas se coaduna com a liberdade que cada pessoa detém de fazê-lo, mas *fere* o seu direito à vida e o seu direito à segurança. Com efeito, não há dúvida que o uso maciço de drogas implica um atentado contra a vida da pessoa, implica uma autodestruição, seja esta latente e inconsciente ou proclamada de viva voz, com rebeldia, desprezo ou desafio. Logo, a sua segurança – ou seja, o seu direito à segurança – está comprometida.

A questão fundamental, é de saber se estes direitos, à vida e à segurança, são direitos meramente subjetivos, dependendo da “boa vontade” do indivíduo, ou se estes direitos podem – ou devem – ser garantidos e controlados de fora, pela coletividade ou por determinadas autoridades incumbidas desta tarefa. Em outras palavras, trata-se de saber se estes direitos fundamentais do homem implicam *deveres* para cada um, deveres pelos quais tem que se responsabilizar para desfrutar os direitos que lhes são inerentes.

Uma situação semelhante se apresenta no caso do *suicídio*: será que a pessoa tem o direito de se suicidar? Faz o direito ao suicídio

parte dos direitos do homem? A questão é paradoxal, inclui uma profunda aporia, pois os direitos do homem defendem a vida e não a morte, se aplicam enquanto a vida é possível e se deixa proteger ou prolongar. Eis que se aponta um outro dilema, aquele da eutanásia...

A resposta da sociedade é clara: atentar contra a vida, mesmo contra a própria vida, é um ato criminoso – o que não impede que haja milhares de suicídios todo ano, em todas as partes do mundo.

De fato, o suicídio corresponde a uma possibilidade humana universal, aquela de dizer “não” à vida, em determinadas circunstâncias. Ele faz parte da história humana, está presente na literatura mundial e se inscreve em nosso cotidiano, como um daqueles “não-ditos” que sempre afloram, mas que raramente são explicitados. Instintivamente, porém, nós o condenamos, ele nos escandaliza, como bem o demonstram as reações a um livro que se apresentou, na França, como guia para um suicídio feliz (GUILLON & LE BONNIEC, 1982).

O paradoxo se deixa, pois, resumir da seguinte maneira: o indivíduo tem direito a pôr fim à sua vida, ou pelo menos pode reivindicar este direito para si mesmo, mas os outros e a sociedade tem o dever de protegê-lo contra este direito que ele pode, num momento de desespero ou de orgulho supremo, querer se outorgar. Paradoxo que suscitou discussões filosóficas, éticas e jurídicas intermináveis, como testemunham as milhares de obras publicadas sobre o tema. Não se trata, no entanto, de uma questão abstrata, como aquela do “livre arbítrio”, mas de uma questão existencialmente crucial, tocando o âmago da presença do homem no mundo, do sentido de sua vida, de suas angústias, do seu sofrimento – e para a qual não há resposta, a não ser a resposta que cada um consegue se formular em foro íntimo...

Aparentemente, afastamo-nos do tema do consumo de drogas, mas

não é o caso: os suicídios de adolescentes, p. ex., testemunham a relação íntima que existe entre auto-exterminação e abuso de drogas; as mortes por “overdose” correspondem, muitas vezes, a suicídios camuflados. A questão do *dever* da sociedade em *proteger* o direito à vida de cada um se coloca de maneira semelhante em ambos os casos, enquanto aplicação dos direitos humanos. Estes, apesar de toda a paradoxalidade, atêm-se a valores relativamente unânimes, codificados precisamente na Declaração de 1948; eles precisam de uma interpretação em conjunto, se não querem perder a sua coerência interna e o seu sentido.

Ousamos fazer uma analogia: como a defesa do meio ambiente se baseia em direitos humanos universais, denunciando a poluição ambiental de todas as espécies, assim a luta contra o consumo de drogas e as suas consequências se deixa entender como reação contra a poluição mental que este acarreta e que ameaça a sociedade, em particular os seus membros mais indefesos, os jovens.

Esta luta se deixa, pois, entender como ecológica em um sentido amplo, considerando em seu ecossistema também a vertente interna, endopsíquica. Levar em conta o mundo endopsíquico do homem, a sua procura de prazer, as suas angústias, o seu desejo de se destruir, nos parece fundamental para a consti-

tuição de uma verdadeira ecologia humana. É aí que a aplicação dos direitos do homem, fundamentados na Declaração em vigor, encontra um amplo campo de batalha, incluindo um novo e imenso desafio – daí a necessidade de uma revisão desta Declaração se mostrar particularmente premente.

Até que ponto uma declaração dos direitos do homem pode referir-se aos problemas de droga? Se estes fossem unicamente resultantes da atuação de traficantes no mercado internacional – como o insinua Di Gennaro, p. ex. (1988) – eles seriam da alçada do direito comum; no caso, porém, deles terem a ver com o funcionamento íntimo da sociedade moderna, como a sua “parte maldita” (Baudrillard, 1988), bem como com a evolução desta sociedade no que tange a um eventual desrespeito fundamental dos direitos humanos, então estes problemas exigem uma reflexão mais ampla, mais ética do que jurídica ou econômica.

De fato, se a questão das drogas suscita hoje tanta discussão, envolve tantos posicionamentos radicais ou extremos, pregando a repressão total ou a liberação incondicional do consumo, levanta tantas paixões e, às vezes, fanatismo, então nos parece, ela toca dimensões fundamentais da convivência moderna e não se deixa reduzir a meros acidentes de mercado.

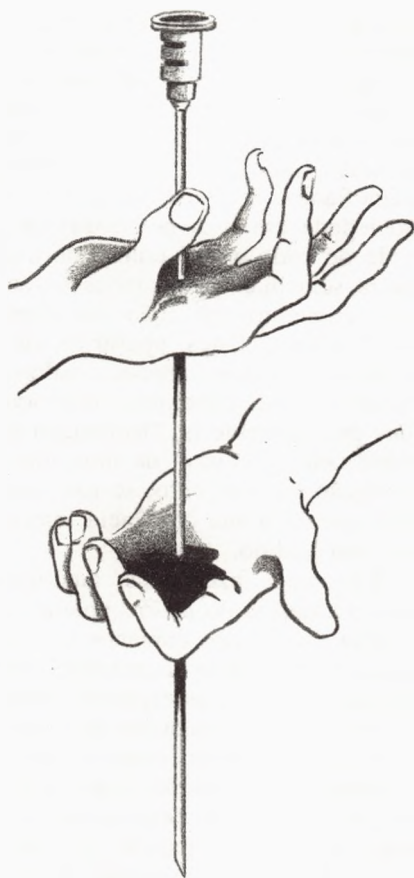
Todavia, *aspectos mercadológicos* são relevantes e participam do “problema droga”, como o demonstra o fluxo extraordinário de “narco-dolares” que, com uma lógica implacável e cínica, se inspira nos princípios do capitalismo “selvagem”, nos seus lobbys, cartéis, transações financeiras, especulações, tráfico de influência e manipulações micro ou macropolíticas. Por outro lado, considerando o aspecto mercadológico sob o ângulo da oferta e da *demand*a, ressalta que o crescimento vertiginoso do consumo de drogas, em particular nos Estados Unidos e, em seguida, em seus “satélites”, se deve não somente à oferta produzida, diabolicamente, pelos traficantes, mas antes – ou, pelo menos, concomitan-

temente – à procura de produtos entorpecentes.

Aqui ainda, podemos perceber uma lógica implacável inerente ao próprio sistema, enquanto que se baseia no princípio do *consumismo*: incentivar o consumo sob todas as espécies possíveis, a tal ponto que o ideal do bom cidadão é de consumir muito e calado, sem aspirações demais – o que inclui o incentivo ao consumo de drogas... Este incentivo atinge em cheio duas populações: os jovens, à procura de alternativas ao sistema proposto, e todos aqueles, já de mais idade, que se sentem intranquilos no meio do consumo preconizado, e que precisam de tranqüilizantes para não afundar de vez no barco da alienação consumista.

Quanto aos jovens que dentro da opulência do “primeiro mundo”, se entregam em massa ao consumo de drogas, podemos formular, figurativamente, que o fazem porque estão cansados de comer hamburgers e outras rações balanceadas para gado humano – ou seja, porque estão cansados de ter que mergulhar de cabeça no anonimato da alimentação industrial e na idolatria dos “rambos” de todos os matizes e azimutes. A experiência com drogas permite fugir desta padronização cultural, corriqueira na civilização “unidimensional” da era pós-industrial; os jovens preferem introduzir aquelas alterações dos estados de consciência, que mencionamos acima, e que, pelo menos fugazmente, personificam e subtraem ao impacto massificante da pressão do sistema.

Que se trata aí de uma ilusão, para a grande maioria destes jovens usuários, está fora de dúvida – mas não é uma razão para não se questionar sobre os motivos que os levam a se entregar a este consumo. Se o caminho que encontram é duvidoso, a legitimidade dos motivos que os mobilizam não o é. Contudo, trata-se aí de uma constatação embaraçosa para os adultos que conseguiram situar-se, razoavelmente, neste sistema, apesar de todas as suas configurações desumanas; de fato, as drogas, com a sua



irrupção violenta na atualidade, colocam em questão a ordem bem ordenada da sociedade e das regras da convivência; elas incomodam quando usadas para veicular a insatisfação de gerações inteiras ou para contestar valores, demasiadamente, materialistas; elas exercem um *efeito subversivo* sobre as certezas, aparentemente tranqüilas, acerca dos valores em vigor; pelo prazer passional que proporcionam na vida pulsional do usuário, introduzem caos e anarquia, deslocando os limites da experiência, do entendimento, da dominação sábia do corpo pelo intelecto, do selvagem pelo civilizado.

A sua subversão toca, pois, as esferas sexual, familiar, econômica, política, ameaça o sistema em seu conjunto – e a única resposta que este sistema sabe formular, é a *resposta repressiva*, baseada na velha política do canhão e dos seus efeitos avassala-

dores. Esta resposta suscita alguns efeitos, mas passa, no essencial, fora da questão que as drogas, que a procura maciça das drogas pelos jovens de hoje, coloca – passa, em suma, fora da questão ideológica que as envolve, valoriza e sustenta.

Negligenciando a dimensão dos valores humanos, do sentido da existência, do direito à felicidade, ao prazer e à beleza, esta resposta não poderá entender o “problema das drogas” em nossa sociedade, considerado então como um mal extremo e não como um efeito intrínseco do próprio funcionamento perverso desta. Ela até poderá basear-se em argumentos sanitaristas, além dos jurídicos e políticos – argumentos de peso, e favorecidos hoje pela ameaça da SIDA entre os toxicômanos – para justificar a postura repressiva, mas não consegue propor, deste feito, alternativas positivas à procura dos jovens, não consegue contribuir para a sua auto-realização, para a libertação que procuram, os sentidos de vida que se esforçam a encontrar ou a criar... Não basta entronizar campanhas de “dizer não às drogas”, por estas serem negativas demais: além de dizer não, tem que se dizer “sim” a alguma coisa, tem que ser possível aderir a certos ideais, acreditar em certas idéias, engajar-se em algo significativo, criando valores, sentidos, caminhos novos e diferentes...

Se a nossa sociedade, as nossas autoridades educacionais e políticas não perceberem isto, a onda das drogas continuará a se alastrar, por falta de total credibilidade das campanhas repressivas da gerontocracia internacional, inaptas então a atingir a população-alvo primordial, os jovens, com a sua ousadia de esperar e exigir mudanças.

Será que tudo isto tem a ver com direitos humanos? Acreditamos que sim, e de maneira clara: os direitos do homem têm que defender os valores fundamentais da vida humana, que é sempre uma vida em comunidade. Na complexa situação que envolve as drogas, hoje em dia, estes valores são lesados ou ameaçados de múltiplas maneiras e exigem atitudes e intervenções, ética-

mente, responsáveis. Estas, no entanto, não podem basear-se em ideologias simplórias, tipo “consumismo X comunismo”, querendo combater determinadas alienações criando outras, às vezes piores... Por esta razão, finalizamos propondo alguns delineamentos, elementares sem dúvida, mas indispensáveis, ao nosso ver, para não perder o fumo do humano no combate às drogas.

1. A população tem *direito* a ser protegida não somente contra as drogas ilegais – através dos mecanismos tradicionais de repressão da produção, do tráfico, da venda etc. – mas também *contra as drogas legais*, em particular os psicotrópicos. Sua divulgação indiscriminada, sua publicidade e prescrição abusivas ameaçam pessoas, tanto jovens quanto adultas, com igual periculosidade. Para eles, como também para o álcool e o fumo, as autoridades responsáveis têm que criar mecanismos de controle eficazes, além de advertências inequívocas quanto a seu potencial criador de dependência química.

2. A população tem *direito* a *saber a verdade* sobre as drogas, através de campanhas de informação objetiva e científica, não deformada por sensacionalismo, sentimentalismo ou moralismo. A prevenção contra as drogas não é somente um dever do Estado, mas também um direito do cidadão, em particular do jovem. No entanto, nos programas de prevenção, a informação é indispensável, mas insuficiente e tem que ser completada pela discussão, a mais livre possível, das questões da ideologia e dos valores que participam do “problema droga”, se não é que elas o constituem – mais, provavelmente, que os aspectos farmacológicos, bioquímicos ou policiais, tão frequentemente colocados no primeiro plano. Trata-se, pois, de discutir o amplo leque dos problemas que condicionam a presença das drogas na sociedade, de maneira mais filosófica e ética do que técnica, tentando *capacitar* os jovens, deste modo, a *realizar opções* em sua vida com base em reflexões pessoais,

bem como a *se responsabilizar* pelas opções afetadas, no que diz respeito ao próprio corpo, à saúde, à sexualidade, à vida.

3. As pessoas que, por infelicidade ou por escolha, aparentemente livre, se tornam dependentes de drogas, têm *direito ao tratamento*. Sem denegrir a sua responsabilidade pessoal, cabe vê-las, também, como vítimas, como bodes expiatórios de um sistema social profundamente desumano, nivelador e massacrante em muitos aspectos do seu funcionamento. O dependente de drogas não precisa de repressão, mas de uma ajuda terapêutica gratuita e que leve em conta as particularidades de sua pessoa e do percurso que a levou à beira do abismo, da decadência física ou psíquica, da loucura, da morte. Redes terapêuticas devem ser organizadas com vistas à reinserção social daquele que chegou a se marginalizar sob o efeito das drogas que a sociedade oferece, quer abertamente, quer no mercado paralelo – e cuja presença ela tem que encarar sem hipocrisia e sem apelar a uma condenação que de fato é fácil, mas que, muitas vezes, é desumana e injusta, em particular quando se aplica aos elementos mais fracos, aqueles que se tornaram dependentes. Eles, apesar disto, continuam humanos e merecem respeito e ajuda.

Poderíamos citar outros aspectos, também relevantes. Porém, achamos que estes três são essenciais, são direitos inalienáveis do homem e deveriam fazer parte de uma futura declaração dos direitos humanos – embora possa se conceituar que eles decorrem dos princípios éticos fundamentados na Declaração de 1948, que cabe tão somente aplicar... Sem dúvida é hora de se atrelar a esta tarefa onde quer que seja, no “primeiro mundo” ou no Brasil. □

Richard Bucher é psicanalista, professor do Departamento de Psicologia Clínica e Coordenador do Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos – CORDATO – da Universidade de Brasília.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, J. A parte maldita. *Correio da UNESCO*, Julho 1987, 7-9.
- BUCHER, R. & TOTUGUI, M. L. Conocimiento y uso de drogas entre alumnos de Brasília. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*. (Buenos Aires), 34/2, 113-126, 1988.
- BUCHER, R. & TOTUGUI, M. L. Influência de sexo e idade em consumidores de drogas em Brasília. *Psicologia: Teoria e Pesquisas* (UnB), 4/1, 12-21, 1988.
- DI GENNARO, G. Contra a cultura da droga. *Correio da UNESCO*, julho 1987, 10-13.
- GUILLON, C. & LE BONNIEC, Y. *Suicide, mode d'emploi – histoire, technique, actualité*. Paris, Ed. Alain Moreau, 1982.
- LEARY, T. *The Psychedelic Experience*. New York, Aron-Pross, 1968.
- LUCCHINI, R. & BUCHER, R.: À procura de uma abordagem interdisciplinar da toxicomania. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 1989, nº 1.
- SOUZA, J. G. de Jr. (coord.). *O Direito achado na Rua*. Tema 5: Dialética dos direitos humanos: direitos individuais e sociais. Curso de Extensão Universitária à Distância. Editora da Universidade de Brasília, 1987.

Resumen

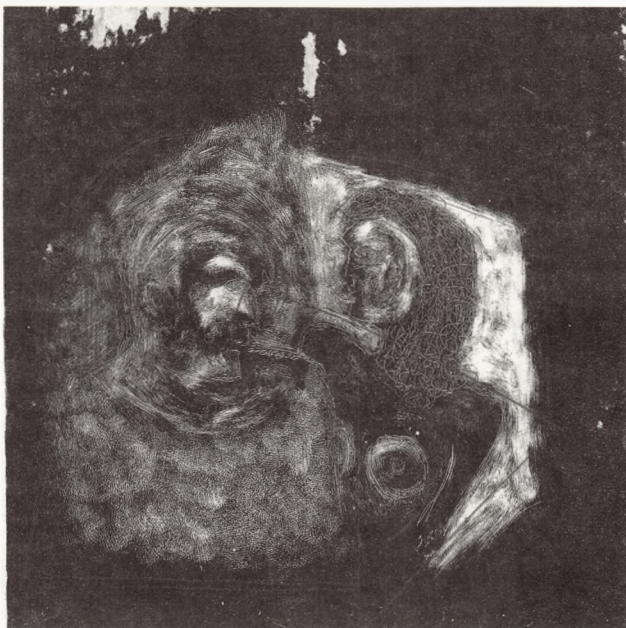
Consumo de drogas y derechos humanos

Este artículo hace referencia a la Declaración de los Derechos del Hombre de 1948, un instrumento más ético que jurídico, y que fundamenta el derecho a la vida, a la libertad y a la seguridad de cada uno, pero que no dispone de mecanismos de sanción para aplicar esos principios. El consumo de drogas, flagelo epidémico de occidente, expone cuestiones parecidas relacionadas con los derechos humanos. La presencia de las drogas en la sociedad suscita numerosas contradicciones que no se eliminan por la simple represión. Se suele comparar el derecho a usar drogas con el derecho al suicidio, dos formas de atentado contra la vida que las leyes pretenden proteger.

Abstract

Drug Taking and Human Rights

The 1948 Universal Declaration of Human Rights – a document that has a more ethical than legal bent – is a constant point of reference. It affirms the individual right to life, freedom and security but it fails to establish mechanisms for enforcing the principles it enshrines. Drug taking, epidemic scourge of the western world, raises questions similar to those posed by human rights. The presence of drugs in society gives rise to numerous contradictions which will not be driven away merely by repression. The right to take drugs is compared with the right to commit suicide – both forms of attempting against life, which the laws are designed to protect.



Junito de Sousa Brandão

DEMÔNIO

uma etimologia

A palavra grega *daĩmōn*, -ōnos, através do latim eclesiástico *daemoniu(m)*, nos deu *demônio*, procede do verbo *daíesthai*, “repartir, dividir”. Em sentido estrito, *daĩmon* significa “uma força, uma potestade que exerce algo”, donde “divindade, destino”, como atesta o sânscrito *bhāga*, “parte, destino, senhor”. Em Homero, *demônio* é um poder que não se quer ou não se pode nomear: daí seu duplo sentido de *divindade e destino*, sem nenhum direito a sacrifícios. Em Hesíodo, “*daĩmōn*” designa um “semideus, um demônio”.¹ Já na literatura grega se fazia distinção entre *kakodaimonía*, “posse ou perseguição desencadeada por um mau demônio” e *eudaimonía*, “felicidade, isto é, posse de um bom demônio”. Só a partir do latim cristão é que *daemonium*, “demônio”, mero decalque do derivado grego *daimónion*, passou a significar “espírito maligno, diabo, satanás”.² A crença em espíritos sobrenaturais um pouco menos antropomorfizados do que os olímpicos é uma característica muito antiga da religião popular grega; um certo *daĩmon* está ligado a uma pessoa ao nascer e determina, para o bem ou para o mal, o seu destino”.³ Para Empédocles, *daĩmon* é um outro nome com que se designa *psiqué*, e que, provavelmente, reflete a origem divina e os

poderes de que eram dotados os “demônios”. Sócrates atesta a antiga tradição religiosa, quando fala na *Apologia*, de um *certo demônio*, de algo divino, *daimónion ti*, que o aconselha a evitar certas ações. Segundo ainda o autor supracitado, talvez seja um engano pensar que Sócrates ou seus contemporâneos fizessem uma distinção muito acentuada entre *daĩmon e theïon*, entre “demônio e divino”, uma vez que “a defesa socrática contra o ateísmo na *Apologia*, assenta num argumento de que acreditar nos *daimones* é acreditar nos deuses”.

Na *República*, o *daĩmon* aparece como uma espécie de anjo-da-guarda, mas se aquele está ou não dentro de nós foi algo que muito se discutiu na filosofia posterior. No “Banquete”, Platão, pelos lábios de Diótima, identifica Eros como um *daĩmon*, que funciona como intermediário entre os deuses e os homens. Os neopitagóricos e neoplatônicos agasalharam esta noção: os deuses olímpicos habitavam o *éter*, enquanto os *daĩmones*, divindades menores, ocupavam o *ar* inferior e exerciam influência e providência diretas sobre as ações dos mortais.

Victor Goldschmidt,⁴ vai um pouco mais longe na busca da origem e da conceituação desses intermediários. Ao comentar as cinco idades

*A palavra **demônio** possui uma grande carga negativa, para nós, ocidentais contemporâneos. Não foi sempre assim. Como podemos verificar neste texto, para Hesíodo, esta palavra não guardava as conotações atuais.*

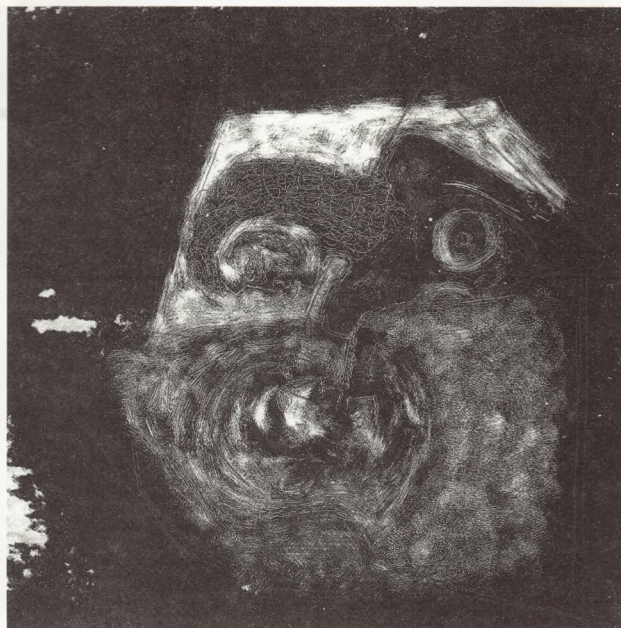


Ilustração de RENATA AZAMBUJA

hesiódicas, de que falamos amplamente,⁵ o autor define e traça dois destinos diferentes para os seres humanos que viveram na *idade de ouro* e para os que dcaíram e formaram a *idade de prata*. Os que nasceram sob a égide do ouro e da prata têm realmente uma promoção *post-mortem*: convertem-se em *daĩmones*, mas agem diferentemente sobre os mortais, tanto quanto se diversificaram na vida terrestre. Os da idade de ouro são os *daĩmones epictônios*, quer dizer, *continuam a viver e agir na terra*; os segundos (da idade de prata) são os *daĩmones hipoctônios*, isto é, *vivem e agem sob a terra*, na outra vida, mas sempre como mediadores e intermediários entre os deuses e os homens.

Para E. R. Dodds,⁶ a “intervenção psíquica” na época de Homero era atribuída a uma psiqué oculta, vale dizer, a um *daĩmon* que desencadeava uma transformação repentina no padrão de comportamento. O *daĩmon*, segundo a crença da época de Homero, estava localizado ou agia no *thymós*, situado no peito ou diafragma, sede da *consciência emocional*. □

Junito de Sousa Brandão é professor de línguas e literatura grega e de língua e literatura latina da PUC/RJ e de língua e literatura latina na Universidade do Rio de Janeiro.

Possui cerca de vinte obras publicadas sobre mitologia grega, teatro grego, língua latina e literatura grega.

Este texto faz parte do Dicionário *Mítico-Etimológico* do prof. Junito Brandão, cujo primeiro volume deverá ser lançado pela Editora Vozes, no fim do presente ano. O dicionário dá continuidade à obra *Mitologia Grega*, volumes I, II, III, publicados pela mesma editora durante os anos de 1986 e 1987.

Notas

1. DELG, p. 246sqq.
2. DILAC, p. 237.
3. F. E. Peters, *TERG*, p. 47sq.
4. *Theologia* (Réveu des Études Grecques, Paris, Les Belles Lettres, 1950, t. LXIII, p. 33sqq.
5. *Mitologia Grega*, vol. I, p. 169-178.
6. *The Greeks and the Irrational*, Boston, Beacon Paperbacks, 1957, p. 2sqq.

Resumen

Demonio: su etimología

Para nosotros, occidentales contemporáneos, la palabra demonio posee una carga negativa. Pero no fue siempre así, como podemos verificar en este texto. Para Hesíodo, por ejemplo, el demonio no tiene las connotaciones actuales.

Abstract

Demon – An Etymology

The word Demon is very negatively charged for us modern Westerners. This was not always the case. As this text shows, for Hesiod the word had none of its present-day connotations.

Antonio L. Furtado

Uma Fonte da História do Graal

“UMA DONZELA... LINDAMENTE ADORNADA TINHA NAS MÃOS UM GRAAL. AO ENTRAR COM O GRAAL, SURTIU UMA TAL RADIÂNCIA QUE AS VELAS PERDERAM SEU BRILHO ASSIM COMO ACONTECE COM AS ESTRELAS AO NASCER DO SOL OU DA LUA.”

*CHRETIEN DE TROYES: PERCEVAL,
LI CONTES DEL GRAAL*

Ilustração de RESA



A história do Graal é uma das mais importantes dentro da chamada “Matéria da Bretanha”, por sua vez um conjunto de obras literárias medievais centradas na figura histórica ou pseudo-histórica do rei Artur.

A versão mais influente da história, e também a que pela primeira vez nela introduziu a palavra “gral” (tipo de travessa), é o “Perceval – o Conto do Graal” de Chretien de Troyes. Chretien morreu antes de concluir a história, e, até hoje, apenas se pode conjecturar como desejaria que fosse seu desfecho. Também não teve a oportunidade de rever o que havia escrito, de modo a eliminar inconsistências. Para tornar o assunto ainda mais controverso, indicou no início da história:

“... Esta é a história do Graal, encontrada no livro que o conde (Filipe da Alsacia, conde de Flandres) lhe deu”.¹ (1, p. 375).

Não se sabe que livro foi esse. Uma das hipóteses seria a história galesa denominada “Peredur”, parte da coletânea conhecida como “Mabinogion”,² sendo então Perceval uma forma de Peredur livremente adaptada para a dicção francesa. Mas o Perceval é do século XII enquanto o Peredur só foi colocado em forma escrita no século XIII. Vários autores, embora concordem com a ligação das duas obras, acham que houve uma influência também em sentido inverso, contendo o Peredur elementos extraídos do Perceval. A opinião dominante é que ambos poderiam provir de uma fonte anterior comum, um “proto-Peredur”.

A hipótese que exploramos aqui é a de que esse proto-Peredur seria (ou estaria relacionado com) um episódio que se encontra no livro História dos Reis da Bretanha, escrito em latim no século XII, antes do Perceval, por Geoffrey de Monmouth.

A hipótese parece bastante natural, já que Geoffrey foi provavelmente o autor que, se não iniciou, pelo menos deu ímpeto à “Matéria da Bretanha”. A viabilidade da hipótese aumenta quando se considera que um personagem de nome Peredurus participa do episódio, o qual teria ocorrido antes da invasão romana. A transposição para o período arturiano teria sido facilitada pelo fato de que tanto Peredurus como diversos outros personagens do mesmo episódio são de certa forma “ressuscitados” por Geoffrey, com nomes alterados em maior ou menor grau, para participar de uma corte plenária convocada pelo rei Artur. Lembremos ainda que Chretien sabia latim, pois, nos diz no início do “Cligès” que traduzia obras de Ovídio.

Ao invés de repetir em detalhes as narrativas de Chretien e do Peredur galês, preferimos caracterizar, na seção 2, o esquema básico da cena mais importante da história do Graal. Na seção 3 narraremos o episódio contido no livro de Geoffrey, mostrando sua coincidência com o esquema básico. O desfecho da história em Geoffrey e nos autores do Graal é o objeto da seção 4. A seção 5 frisa, brevemente, que,

mesmo sendo verdadeira a hipótese, ela não encerraria os debates sobre a gênese e evolução do Graal e, muito menos, excluiria a contínua importância da história, que reside em seu valor simbólico. A seção 6 contém a conclusão.

ESQUEMA BÁSICO DA CENA DO CASTELO

A cena fundamental da história do Graal, considerando os elementos comuns às duas versões, isto é a de Chretien e a do Peredur galês, pode ser assim resumida:

Um cavaleiro é convidado, por um rei, a visitar o castelo deste. Ao entrar, é atendido pelos servos e depois conduzido ao rei. O rei se mostra enfermo. Há um mistério no castelo que se manifesta por dois objetos que desfilam diante do hóspede, sendo levados para um quarto: uma lança da qual escorre sangue e uma travessa (gral).

Corresponde a esse mistério uma pergunta da qual depende a sorte do reino: “a quem serve o gral?”. Outra pergunta associada é “por que sagra a lança?”.

O hóspede não faz as perguntas.

Em cada uma das duas versões está presente um elemento que falta na outra. Em Chretien, a primeira pergunta é respondida mais adiante: *o gral serve a um outro rei, que se mantém oculto no quarto para onde os objetos são levados*. No mesmo trecho ficamos sabendo que o conteúdo da travessa seria uma hóstia consagrada. No Peredur galês, o conteúdo da travessa é uma cabeça cortada, o que responde de forma óbvia à segunda pergunta: *a lança sangra por ter sido usada para matar o cavaleiro cuja cabeça é levada na travessa*.

Entretanto, o tema da cabeça cortada não está, inteiramente, ausente da versão de Chretien. Perceval ao sair do castelo se encontra com uma jovem que segura o corpo decapitado de um cavaleiro. Essa jovem repreende Perceval por não ter feito as perguntas, dizendo que, se as tivesse feito, o rei ficaria curado, o reino não sofreria uma série de calamidades e o próprio Perceval teria muito a lucrar. Uma outra jovem, de estranho aspecto, explica mais adiante quais seriam essas calamidades:

“... E sabe você o que acontecerá por causa do rei que não terá terras, nem será curado de suas feridas? Damas perderão seus maridos, terras serão devastadas, donzelas deixadas órfãs e indefesas, e muitos cavaleiros perecerão...” (1, p. 436).

Além disso, Chretien faz desfilar após o gral um prato de trinchar, que poderia ser entendido como o instrumento da decapitação conforme alguns autores sugeriram.

Parece-nos enfim que esses dois elementos – o rei oculto e a cabeça cortada – são também componentes essenciais do esquema básico da cena do castelo. Insistimos, finalmente, que estão presentes no castelo dois reis, que chamaremos de rei enfermo (“roi mehaigné”, “maimed King”) e rei oculto.

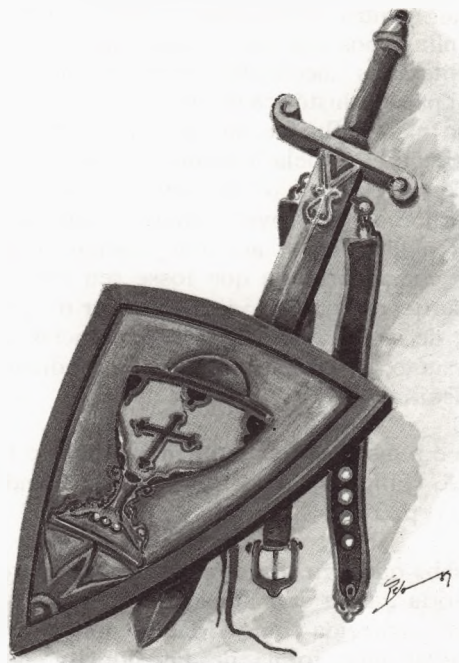
OCORRÊNCIA DO ESQUEMA NA HISTÓRIA DOS REIS DA BRETANHA

Geoffrey de Monmouth narra a seguinte história, anterior à invasão romana. Grifamos algumas passagens mais relevantes.

“Quando Elidurus tinha sido rei por cerca de cinco anos, encontrou-se um dia com seu irmão deposto, enquanto caçava na floresta de Calaterium. Archgallo (o irmão deposto, que reinara antes de Elidurus) tinha vagado pelos reinos vizinhos, procurando ajuda para que pudesse recuperar sua honra. Não achou qualquer auxílio e, chegando a um ponto em que não podia mais tolerar a pobreza que o atingira, voltara à Bretanha com uma escolta reduzida a dez cavaleiros. Estava viajando pela floresta, procurando aqueles que em outros tempos tinha chamado de amigos, quando Elidurus deu com ele, inesperadamente. No momento em que o viu, Elidurus correu para ele, abraçou-o e beijou-o muitas vezes.

Após passar algum tempo lamentando a miséria a que Archgallo estava reduzido, Elidurus levou-o a uma de suas cidades chamada Alclud e *lá o escondeu em seu próprio quarto de dormir*. Então fingiu estar *enfermo* e mandou mensageiros através do reino por um ano inteiro para pedir aos príncipes sob sua jurisdição que viessem visitá-lo. Eles se reuniram todos na cidade onde ele estava e ele lhes ordenou que viesse um de cada vez a seu quarto sem fazer ruído, dizendo que se entrassem todos juntos o ruído de tantas vozes faria doer sua cabeça. Todos acreditaram em sua história e lhe obedeceram as ordens, entretendo em sua casa um após o outro. Elidurus ordenou seus servos a *apossarem-se de cada homem assim que entrasse e a cortarem a cabeça daquele a que não renovasse o juramento de obediência a seu irmão Archgallo*. Elidurus submeteu cada um por sua vez a esse tratamento e, *mediante o temor deles*, reconciliou a todos com Archgallo. Quando esse juramento foi ratificado, Elidurus levou Archgallo a York e lá retirou a coroa de sua própria cabeça e colocou-a na de seu irmão. Foi por essa razão que foi cognominado o Pio (pius, no original em latim), por causa do amor fraterno que tinha demonstrado por Archgallo”. (3, p. 103-104 e 4, vol. 3, p. 122-123).

Pensamos que esse segundo parágrafo corresponde de perto ao esquema básico, além de oferecer uma explicação para o mistério. O que falta é a “dramatização” da cena, em que a lança sangrando e a cabeça cortada desfilam diante de um hóspede. É fácil imaginar que esse desfile seria um modo eficiente de explorar o temor de cada cavaleiro, mostrando-lhe o que acontecera com algum cavaleiro anterior. O chamado “cortejo do Graal” ocorre, de uma forma ou de outra, em todas as versões da história do Graal e qualquer leitor a consideraria indispensável para estabelecer a atmosfera de encantamento da narrativa. No entanto, não fez falta a Geoffrey, que procurava manter um estilo sóbrio de cronista.



Mais importante ainda é notar como se configura a pergunta fundamental de que depende a sorte do reino; não é mais “a quem serve o graal”? mas “a quem o hóspede jura servir?”, e, como no esquema básico, a resposta é o rei oculto no quarto.

Na história galesa o hóspede é Peredur, mais tarde revelado ser sobrinho do rei. Na história de Geoffrey, Peredurus é um dos irmãos de Elidurus e Archgallo. Embora à primeira vista a história de Geoffrey e a história galesa pareçam ter mais pontos de contato – o próprio nome do herói, a cabeça cortada – deve-se notar que alguns aspectos parecem ter sido absorvidos na história de Chretien sem passar pelo peredur galês, especialmente a existência do rei oculto que deve ser (de alguma forma) servido.

Mas há outro ponto de contato bastante curioso. Chretien não atribui nomes aos reis, mas nomeia um outro personagem com o qual Perceval se encontrara antes da visita ao castelo e que, atuando como uma espécie de tutor do herói, o tinha aconselhado a não fazer perguntas. Seu nome é *Gornemant de Gohort*. Por outro lado, em Geoffrey, Gorbionianus é o nome de um irmão já falecido de Peredurus; ainda em Geoffrey, é mencionado um *Gorboniam map Goit* como um dos cavaleiros que comparecem a uma corte plenária do rei Artur. A semelhança entre os nomes dados por Geoffrey e Chretien é evidente, sendo ainda mais significativo o fato de figurarem ambos como modelos de virtude e sabedoria.

Essa convocação do rei Artur atinge vários outros personagens envolvidos no mesmo episódio, o que, provavelmente, facilitou a transposição da história para o período arturiano. Além de Gorbionianus, outros nomes que aparecem, com alterações bem sim-

ples dos originais, são Peredur map Peridur (ou map Eridur, na edição de Faral), Artgualchar (Arthgal) de Gueirensis (hoje Warwick), Jugein de Leicester e Morvid de Gloucester. Jugein é provavelmente, Ingenius, outro irmão de Peredurus (são cinco irmãos ao todo). Morvid é Morvidus, pai dos cinco irmãos e descendente de Ebraucus (Evrawc, fundador de York, Alclud e do castelo de Monte Agned, também chamado Castelo das Donzelas e Monte Doloroso).

Na realidade, os nomes são ainda mais antigos do que o trabalho de Geoffrey, pois já aparecem numa parte atribuída ao século X da obra "História Britonum" (cf: Eugein, Arthgal, Garbaniaun, Peretur, juntamente com Eleuther, e Moriud em (4, vol. 3 p. 52-55), nas listas III, V, X, XII e XX). Entretanto, em sua maioria, estes personagens pertencem a genealogias separadas e o próprio episódio não aparece em parte alguma do livro, o que sugere que Geoffrey pode tê-lo fabricado.

Além disso, esses nomes aparecem novamente em histórias do Graal posteriores a Chretien, com maiores ou menores alterações. Entre essas versões podemos mencionar, além das "continuações" ao Perceval de Chretien, o ciclo de Robert de Boron, a vasta compilação do "Lancelote em Prosa" que inclui uma "Busca do Santo Graal", o "Perlesvaus", o "Parzival" de Wolfram von Eschenbach e a "Morte de Artur" de Thomas Malory (ver em (5), especialmente no apêndice, os resumos bem apresentados das partes relevantes). Em algumas versões, Mordrain (Morvid?) é um dos envolvidos numa luta contra um ogre a beira do mar da Irlanda. Garlon (Archgallo?), permanecendo "invisível" (oculto), mata vários cavaleiros; Garlon é irmão de Pelles ou Pellam (Pius Elidurus?), o rei enfermo. O nome Eliezer, filho de Pelles em uma história, pode estar também relacionado com Elidurus. Em todas as versões o personagem correspondente a Perceval tem algum tipo de parentesco com quase todos os demais, os quais também se relacionam entre si de forma diferente e, muitas vezes, confusa.

É provável que um conjunto adicional de nomes tenha-se introduzido nessas histórias posteriores a Chretien, talvez tomadas da narrativa de Geoffrey sobre o reino de Cadwallo. A principal contribuição é o nome Pellitus, um mago espanhol. Pellitus é morto por Brian, sobrinho de Cadwallo, com "um bastão de ferro... com uma ponta na extremidade" (3, p. 275), objeto este bastante semelhante a uma lança. Além disso, nessa cena de morte um objeto semelhante a uma travessa também desfila, a saber uma bacia ("pelvis", em latim) em que a irmã de Brian leva água para uma rainha. Tudo isso é reproduzido muito de perto pelo episódio, encontrado em Malory e em suas fontes francesas, no qual Balin fere Pellam com um "golpe doloroso", sendo que Balin é acompanhado por uma donzela que oferece seu sangue em um prato de prata para curar a dama de um castelo. Aos personagens Brian e Pellitus corresponderiam então Balin e Pellam. A genealogia de Cadwallo e do rei da

Bretanha, Salomão, pode ser também significativa, incluindo por exemplo Belin (ainda mais próximo do nome Balin) e Alan, que lembra Alain, o pai do herói no "Perlesvaus". A presença de um "Salomão" pode ser por si mesma significativa, se lembrarmos que o herói da "Busca do Santo Graal", Galahad, era considerado descendente do rei bíblico Salomão.

Tanto Chretien como vários autores que se seguiram usam a denominação "rei pescador"; que, em Chretien, claramente se refere ao rei enfermo, ao qual, como dissemos antes, ele jamais atribui um nome próprio. Mas o que ele conta para justificar porque o chama de pescador parece forçado. Em Geoffrey somos informados de que Morvidus tentara matar um monstro proveniente do mar da Irlanda mas, após utilizar em vão armas contra o monstro, este o devorara como se fosse um pequeno peixe – "velut pisciculum devoravit" (4, vol. 3, p. 121). Estaria o episódio relacionado, de forma bem irônica aliás, com a estranha denominação passada para seu filho? Uma explicação que parece mais aceitável nos é sugerida por uma das muitas formas do nome do rei enfermo usada em outras obras: *Pellinor* (5 e 6, p. 288, nota 209). Por um lado Pellinor lembra Pius Elidurus (ou *Peridur*); por outro lado Pellinor lembra "pescador" que significa pescador em francês antigo. Se isso é verdade, a denominação de "rei pescador" inventada por Chretien pode ser um equívoco causado por uma grafia variante; acrescenta-se que, se atribuirmos sua origem ao nome Pellitus, deveremos admitir que Chretien também tirou elementos do episódio de Cadwallo para compor sua história.

Antes de passar à próxima seção vamos lembrar que, segundo Geoffrey, os cinco irmãos, filhos de Morvidus, são Gorbonianus, Archgallo, Elidurus Peredurus e Ingenius. Dentre eles só não demos ainda atenção a Ingenius, que desempenha papel importante no que é narrado a seguir.

O DESFECHO DA HISTÓRIA

Deixando nossa imaginação complementar a narrativa de Geoffrey, Peredurus teria sido um dos hóspedes dos dois reis do castelo do Graal. Talvez por não ter feito as perguntas esperadas, teria sido poupado tanto de ser sacrificado como de jurar obediência a Archgallo. Com essa interpretação, o conselho de se manter em silêncio, dado por Gornemant, teria a finalidade de proteger o herói, cuja mãe, até então, o havia mantido ignorante não só dos riscos da cavalaria mas, principalmente, de sua condição de candidato a um trono tão perigoso. Retomemos agora a Geoffrey:

"Depois de algum tempo ele (Archgallo) caiu em coma; e quando morreu foi enterrado na cidade de Leicester. Nesse momento Elidurus teve suas antigas honrarias restauradas e foi feito rei novamente, mas enquanto *seguia, virtuosamente, os passos de seu irmão mais velho Gorbonianus*, seus dois irmãos restantes, Ingenius e Peredurus, *reuniram um exército*

de todas as regiões e marcharam para lhe dar combate. Os dois foram vitoriosos; eles capturaram Elidurus e o encerraram em uma torre na cidade de Trinovantum (a futura Londres), colocando uma guarda para vigiá-lo. Então *dividiram o reino em duas partes*” (3, p. 104).

Ou seja: depois da primeira visita ao castelo do Graal, feita quando ainda não estava, suficientemente, preparado, Peredur retorna mais uma vez. E agora volta em companhia de um irmão – Ingenius – trazendo com eles um exército.

Olhando para o Peredur galês e para o Perceval, vemos que esse irmão foi substituído por um dos principais cavaleiros de Artur: Gawain (Gwalchmei, no Peredur galês). A história ganha com isso em interesse, embora se perca o motivo óbvio para a participação desse segundo personagem na luta – a disposição dos dois irmãos de partilhar o reino, a que tem direito por pertencerem ambos à família real. Voltando a considerar esse motivo, compreendemos a existência dos dois heróis na história, e podemos abandonar a suposição de vários autores de que a longa parte reservada por Chretien a Gawain seria uma história à parte que haveria sido, inevitavelmente, incorporada mais tarde. A maior importância de Peredur/Perceval talvez se explique por ter Peredur assumido a totalidade do reino com a morte de Ingenius.

No Peredur galês, o exército convocado por Peredur e Gwalchmei consiste do rei Artur e de seus homens, e a luta é contra as bruxas de Gloucester, que seriam responsáveis pela enfermidade do rei e pela morte de um de seus filhos (cuja cabeça teria sido a que fora mostrada na travessa). A história termina bruscamente com a derrota das bruxas.

Chretien morreu deixando o Perceval sem desfecho. Mas quase ao final de seus versos incluiu uma convocação a um exército, igualmente constituído por Artur e seus cavaleiros, feita por Gawain, supostamente, para assistir a seu combate singular contra o cavaleiro Guiromelant. Os continuadores de Chretien apresentaram um desfecho em que Perceval mata quem ferira o rei enfermo (causando sua enfermidade, que só poderia ser curada através da vingança), e assume o reinado após sua morte. O inimigo morto – Partinal – pode ter sido inspirado pelo Partholomim mencionado em Geoffrey como tendo iniciado a povoação da Irlanda a mando de um antepassado de Morvidus.

Em versões posteriores a Chretien, o rei enfermo não morre mas sim se encerra em um mosteiro, lembrando o destino de Elidurus que é confinado após sua derrota.

O momento culminante da evolução da história do Graal foi a decisão de Chretien de não colocar na travessa (graal) a cabeça decepada. No graal vazio foi então possível introduzir coisas diversas, satisfazendo a interpretações diferentes. O conteúdo pode ser uma hóstia destinada ao rei oculto, como indicado

por um eremita mais adiante na própria narrativa de Chretien. Ou pode ser o sangue de Cristo, nas versões em que se acentua a orientação cristã. Em vez de uma travessa ou de um cálice, o graal pode ser uma pedra, como no Parsifal de von Eschenbach, ou um dos famosos caldeirões celtas, que, alimentam, magicamente, os convivas ou ressuscitam os mortos.

A omissão da cabeça decepada deve ter sido motivada pelo maior refinamento de gostos e costumes do local e da época em que Chretien escreveu. Também lhe devem ter parecido “bárbaras” as atitudes do Pius Elidurus em sua sangrenta armadilha para convencer os príncipes, assim como a tomada do poder por Peredur e Ingenius com o aprisionamento do mesmo Elidurus, irmão de ambos. A doença fingida de Elidurus assim passou a ser considerada verdadeira (embora o ardil de simular enfermidade curiosamente emergja no confronto de Gawain com Greoreas) e uma das missões de Perceval passou a ser aliviar os sofrimentos do rei enfermo, não só através da cura das feridas mas, até mesmo, por assumir o poder em seu lugar...

O que persistiu de nobre na história de Geoffrey e deixou um eco nas demais, foi a lealdade generosa entre os irmãos, que surge como uma solidariedade silenciosa entre o rei enfermo e o rei oculto. Esse sentimento contrasta com o tema da ingratidão que caracteriza o episódio do rei Leir no mesmo livro de Geoffrey. Os dois episódios reaparecem, aliás, na literatura posterior, com o “Rei Lear”, em Shakespeare, e o “Artegall e Elidure”, em Wordsworth.

A HISTÓRIA COMO SÍMBOLO

Colocando de lado a tentativa de explicar – ou racionalizar – a história do Graal pela comparação com o episódio de Geoffrey, podemos ver pelo menos, dois polos entre os quais se dividem as interpretações:

- a. magia de renovação;
- b. busca cavaleiresca.

A magia de renovação é o tema que predomina quando os elementos primitivos, pagãos, de origem celta são acentuados. O Peredur galês é talvez o melhor exemplo. É uma história em que a energia viril do rei e a fertilidade da terra estão ligadas e o rei deve ser substituído logo que sua força decline. A enfermidade do rei é por sua vez atribuída às bruxas. Mas observa Frazer que a mentalidade primitiva costuma ver as bruxas como espíritos maléficos capazes de obstruir o poder reprodutor das plantas e animais (7, p. 753), e é para afastá-las e liberar esse poder que Peredur deve combatê-las.

A busca cavaleiresca – “quest” – conserva um componente pagão quando sua finalidade é obter um objeto mágico, um talismã. A partir da época de Chretien, com a ênfase nos ideais da cavalaria e com a crescente insistência nos valores espirituais, a finalidade da busca foi-se tornando cada vez mais o auto-

aperfeiçoamento. É sintomático que uma versão da história tenha o título "A Busca do Santo Graal" e que nela o herói passe a ser Galahad, o cavaleiro sem mácula. Nessa versão, a vida de Galahad termina praticamente com a visão do Graal, deixando a conquista do reino de ser um objetivo. Na ópera de Wagner (baseada na versão de von Eschenbach), o herói é um Parsifal bem diferente do Perceval e do Peredur: começando como um "tolo inocente" ele finalmente se torna digno ("sabendo através da paixão") de substituir o rei; e a função de seu reino de Monsalvat é a de servir, como é expresso com maior desenvolvimento no "Lohengrin".

A idéia da busca como auto-aperfeiçoamento ultrapassa a Idade Média e permanece atual. Notemos, de passagem, que as versões em que essa idéia predomina se prestam à aplicação da teoria de Jung do chamado "processo de individuação",⁸ permitindo estabelecer uma correspondência entre arquétipos jungianos e alguns dos personagens.

A visão sumária da história, representada pelo esquema básico e o desfecho que descrevemos, foram-se agregando, dependendo da versão, diversas outras "aventuras" que acentuam ora um ora outro dos dois pólos interpretativos. Várias aventuras são lutas em favor de donzelas deixadas indefesas pela misteriosa calamidade que devasta o país, levando muitos cavaleiros à morte. Apesar de dar mais vida à narrativa, essas aventuras nem sempre parecem integrar-se bem com a linha mestra da história. Em geral, representam a preparação (ou iniciação ou purificação) dos dois heróis – Perceval e Gawain – para que sejam bem sucedidos em sua segunda visita ao castelo.

CONCLUSÃO

Nosso objetivo foi mostrar como os ingredientes básicos da história do Graal correspondem a episódio descrito na pseudo-história bretã de Geoffrey de Monmouth. Pensamos que os autores das diversas versões ou se basearam diretamente nesse episódio ou tiveram acesso à tradição oral ou documento ligado a ele, quer de origem anterior ou posterior à obra de Geoffrey.

O argumento mais forte para associar o episódio ao Graal é, evidentemente, a presença de protagonista com o mesmo nome – Peredur (us) – que ocorre na história galesa. Acreditamos que a comparação do episódio com o que denominamos de esquema básico, e ainda a discussão do desfecho, tenham reforçado a associação.

Entretanto, mesmo que essa constatação seja verdadeira, muitos problemas sobre a gênese e a transformação da história permanecem em aberto. Em especial, qual seria por sua vez a origem do episódio narrado por Geoffrey? Se o episódio foi inventado por ele, então a inspiração pode ter vindo do que acontecia na Inglaterra nos tempos de anarquia em que o livro foi escrito. Cabe lembrar que Geoffrey

dedicou seu trabalho, principalmente, a Robert de Gloucester que, como Elidurus, preferiu apoiar outros pretendentes (de infício Stephen e depois Matilda) à sucessão de Henrique I ao invés de lutar por suas próprias pretensões. Outro evento vital, ocorrido tarde demais para influir no livro de Geoffrey, mas a tempo de inspirar os autores posteriores, foi a vitória final de Henrique II, pondo fim à anarquia; como o herói do Graal, Henrique II tentou duas vezes, na primeira com apenas 14 anos de idade.

A continuação da pesquisa poderia aprofundar tais paralelos históricos. Poderia ainda investigar a possibilidade de que Chretien tenha tido acesso ao trabalho de Geoffrey, indiretamente, em especial através da tradução poética efetuada por Robert Wace.⁹

Finalmente, o tipo de discussão que empreendemos visa apenas a contribuir para a compreensão da história, sem pretender esgotar seu significado simbólico. □

Antonio L. Furtado é PhD em Ciência da Comunicação pela Universidade de Toronto e professor titular no departamento de informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Bibliografia

1. TROYES, Chretien de. *Arthurian Romances*, traduzido por D. D. R. Owen, J. M. & Sons, 1987.
2. GANTZ, Jeffrey. *The Mabinogion*, Penguin, 1987.
3. GEOFFREY OF MONMOUTH. *The History of the Kings of Britain*. Traduzido por Lewis Thorpe, Penguin, 1984.
4. FARAL, Edmond. *La Légende Arthurienne: les plus Anciens Textes*. Librairie Ancienne Honoré Champion, 1929.
5. MARX, Jean. *La Légende Arthurienne et le Graal*. Presses Universitaires de France, 1952.
6. PAUPHILET, Albert. *La Queste del Saint Graal*. Librairie Ancienne Honoré Champion, 1923.
7. FRAZER, James G. *The Golden Bough*. The Macmillan Company, 1956.
8. JUNG, Carl G. *Man and his Symbols*. Aldus Books, 1964.
9. WACE, Robert. *Roman de Brut*, Société des Anciens Textes Français, 1940.

Resumen

Una fuente de la historia de Graal

"Una doncella... adomada lindamente tenía en las manos un recipiente. Al entrar con el recipiente surgió un resplandor tal que las velas perdieron su brillo como sucede con las estrellas al nacer el sol o la luna".

Chrétien de Troyes: *Percival, Cuentos del Graal*.

Abstract

A Source for the Story of the Graal

"A maiden... beautifully bedecked bore a graal in her hands. As she entered with the graal, there shone forth a radiance so bright that the candles grew dim, like unto the stars that pale when the sun or the moon do rise".

CHRETIEN DE TROYES: *Perceval, li Contes del Graal*.



ASSIM CAMINHA

Quinze de novembro de 1889. Quinze de novembro de 1989.

No dia do Centenário da República, fazemos a primeira eleição direta para Presidente, nos últimos 30 anos. Completamos a transição para a Democra-



A DEMOCRACIA.

cia. A República é uma realidade, com o seu voto. Voto de cada um e de todos.
E que a voz da igualdade seja sempre a nossa voz.
Viva a República! Viva o povo brasileiro!



BRASIL.TUDO PELA DEMOCRACIA.

VILLA LOBOS

E O DILEMA DA CULTURA BRASILEIRA

Maria Célia Machado

Através de uma perspectiva abrangente da política cultural nos países do Terceiro Mundo, pode-se constatar a validade da importante contribuição de Villa-Lobos às artes no Brasil, sintetizada em sua máxima:

"A consciência artística é o pré-requisito da liberdade artística".



O dilema da cultura brasileira frente ao atual mercado de consumo, contou, na primeira metade do século, com um original e entusiasta batalhador em estudá-lo e solucioná-lo: Villa-Lobos.

Diante do pensamento, da ação e criação deste mestre, que recebe as homenagens pelo transcurso dos 30 anos de sua morte, neste ano de 1989, dia 17 de novembro, constata-se suas posições, avançadas no tempo, absolutamente coerentes com a dinâmica do processo na comunicação contemporânea.

O problema preservação/renovação da cultura para nós, neste momento, a partir de uma efetiva conscientização coletiva, assume

NO BRASIL, ENTRE OS GRANDES RENOVADORES, SITUA-SE EM POSIÇÃO PRIVILEGIADA, O MÚSICO, COMPOSITOR, PESQUISADOR E EDUCADOR HEITOR VILLA-LOBOS

sua verdadeira dimensão. No Brasil, como para a maioria dos países do terceiro mundo, mercado certo para os produtos industriais, científicos, tecnológicos e culturais exportados, em larga escala, pelo “donos da comunicação”, a descaracterização da identidade cultural vem sendo, comprovadamente, relacionada ao desequilíbrio sócio-econômico. Isto porque cultura se vende, e se vende caro...

De uma forma ampla, os modernos estudiosos do problema, tais como Michel Dufrenne, Ferdinand Agblemagnon, entre outros, definem a posição destas comunidades. “Nestes países, a cultura nacional não é mais vivida como antes, numa espécie de inocência feliz. Tendo sido ameaçada, depreciada, muitas vezes semidestruída, ela agora é pensada e desejada, como um meio de auto-afirmação intransigente e apaixonado.”

Mas, como agem essas comuni-

dades, em busca de independência cultural e econômica?

Assinala Dufrenne¹ que, frente às confrontações de cultura são propostas três soluções:

1^o – A mais passiva, consiste em aceitar, ou mesmo consagrar uma divisão que tende a se impor por si mesma. Exemplo: O Japão, ao emergir da 2^a Grande Guerra, quando o país adotou, através da Reforma Meiji, uma dicotomia social e cultural. A Academia Nacional de Música se constituiu em dois departamentos distintos e independentes – um exclusivamente dedicado à música tradicional e o outro à música ocidental. A divisão se revelou, também, no próprio dia-a-dia japonês. Durante o horário de trabalho, atividades urbanas dentro do modelo ocidental; à tarde, em casa, já com suas vestes tradicionais, o cumprimento dos rituais cotidianos do chá.

Esta situação, a mesma dos países que, ao mesmo tempo que alcançam a independência procuram se modernizar, é muito difícil de se prolongar por ser uma solução artificial, que vai entrar em choque com a própria dinâmica do cotidiano da vida.

2^o – Exaltação e defesa da cultura autóctone frente às tentações da cultura importada, principalmente nos países onde ela foi, completa ou parcialmente, destruída no processo da colonização, ou por interesse de governos autoritários. Há engajamento político de participantes e artistas, como é o caso de Violeta Parra, na Argentina, e Milton Nascimento – em defesa da Amazônia – no Brasil. Em Marrocos, Allal-Al-Fassi lançou um memorável apelo aos escritores de seu país, no sentido de evitarem a análise dos problemas humanos à luz da produção estrangeira. O problema é que, ao repelir-se a ciência e a técnica, repele-se, também, o desenvolvimento.

3^o – Uma síntese, para onde se orientam, atualmente, as ideologias

nacionais. Assim, o estudo dos importantes problemas da expressão cultural nas sociedades tradicionais que sofrem o impacto das culturas industriais modernas, só será útil se o choque entre a tradição e a renovação for considerado parte integrante de uma nova síntese que começa a se produzir e não como aprofundamento de duas atitudes fundamentalmente opostas. Acontece, às vezes, que é o pensamento importado que vai valorizar a cultura autóctone, através da aprovação e do reconhecimento. Uma chave, encontrada pelos estudiosos que se ocupam do problema é a palavra “universal”. Resolver o antagonismo e a contradição é promover o universal, valorizando a identidade nacional.

Uma expressiva definição desta atitude é proposta pelos poetas egípcios Al-Aqqad e Al-Mazini:

“Nosso objetivo é a criação de uma literatura que seja árabe pela língua e pela tradição, egípcia pelo caráter, e universal pelo alcance”.

VILLA-LOBOS – UMA VISÃO PROSPECTIVA NA CULTURA

No Brasil, entre os grandes renovadores que criaram obras de arte dentro da linguagem e da tradição, brasileiras pelo caráter, universais pelo alcance, situa-se, em posição privilegiada, o músico, compositor, pesquisador e educador Heitor Villa-Lobos. A preocupação pela nossa sobrevivência cultural, a antevisão do papel da arte na moderna comunicação e a caracterização da função do artista neste processo, foram por ele, exaustivamente, estudados, como o comprovam seus preciosos manuscritos. Seu pensamento e sua ação, direcionados, objetivamente, para a educação do povo, assunção da individualidade cultural e o intercâmbio resultante desta auto-afirmação, se fazem patentes em todas suas manifestações, como nesta jóia de improviso, extraída de um dis-

curso proferido por ocasião da entrega do título de “cidadão paulista”, na Câmara Municipal de São Paulo:

...“porque é neste princípio do homem que nasce numa terra,
que se embeleza dela mesma,
para se enfeitar dela mesma,
e se mirar nela mesma,
é que sinto o que pode ser de universal,
porque, para mim, quanto mais somos da terra que nascemos,
mais somos universais.”.

Neste discurso, o compositor faz, ainda, um apelo aos edís no sentido de que idêntico título seja concedido ao Padre José de Anchieta, “guia de sua vida de homem e de artista”, para que S. Paulo “dê este exemplo ao resto do País.”

Sua obra manteve-se, assim, fiel a esta inspiração de catequese, através da sublimação dos valores autóctones e da renovação na linguagem de expressão musical. Executada além das nossas fronteiras, ela apresenta evidências de haver exercido influência sobre compositores europeus, como, por exemplo, o francês Olivier Messiaen que, em entrevista declarou o quanto as criações de Villa-Lobos o haviam influenciado. Esta entrevista, citada por José Maria Neves,² representa um importante documento para desenvolvermos nossas idéias frente ao dilema cultural brasileiro.

Ainda quanto ao julgamento de seu contemporâneos, depõe Mário de Andrade:³

“Que Villa-Lobos tenha enfim no Brasil uma consagração digna dele é o que desejo. Nós ainda não presenciamos, com clareza, o que ele representa para o Brasil. Por mais que as transcrições de artigos sobre ele publicados no estrangeiro, provem a importância dele, essas transcrições não bastam para mostrar a formidável propaganda do Brasil que Villa-Lobos faz lá fora. Ele não fixa cartazes nas paredes do mun-

do, mostrando que o café é gostoso, enquanto a Colômbia planta mais café, valorizado pela nossa estupidez. Mas, em compensação, ele tornou o Brasil uma coisa humana de permanência viva na consciência de milhares de estrangeiros. Ele humaniza o Brasil lá fora. Às vezes uma revista musical estrangeira repete nas páginas de um só número, em artigos, notícias, programas, quatro, cinco e até mais vezes o nome dele. E não são apenas elogios de uma consagração acarneirada e pacífica. Deus te livre! São irritações, ataques, discussões, procuras de compreensão, notícias cuja importância os diários aproveitam em títulos e subtítulos com grandes letras (...). Porque se deu essa coisa benéfica e importante: Villa-Lobos e Brasil tornaram-se uma coisa só na compreensão do mundo. Se é certo que essa espécie de juízo crítico é por muitas partes falso, pois há na obra do grande compositor um número enorme de invenções exclusivamente pessoais, que são dele e não do Brasil, ou por outra: que são do Brasil apenas porque são, exclusivamente, de Villa-Lobos e ele é nosso – não tem dúvida que essa unificação absoluta da obra de Villa-Lobos e do Brasil veio nos beneficiar imenso como propaganda. Propaganda que, incontestavelmente, jamais nenhum outro artista brasileiro realizou com tanta eficácia a favor do Brasil”.

Coerente com sua atividade internacional, que o projetou de forma definitiva, está a infatigável dedicação de educador, possibilitando a consolidação dos compromissos assumidos como o único compositor brasileiro a participar na Semana de Arte Moderna, em 1922, na cidade de São Paulo (Box 1).

CIÊNCIA X CULTURA

Será que agora, cem anos após o seu nascimento nos posicionamos melhor diante deste dilema?

Em nossos “tempos modernos”, tão bem retratados pelo grande Chaplin, vê-se o pragmatismo e o

BOX. 1

1. SEMA – Superintendência de Educação Musical e Artística (1932).
 2. 1º Curso especializado em canto orfeônico: 1ª vez – folclore disciplina curricular (1932).
 3. Concertos p/ a juventude e concertos sinfônicos – culturais (1934).
 4. 1º curso especializado na formação de músico de banda (1934).
 5. Criação do “orfeão dos professores”: 1ªs audições de importantes obras do repertório nacional e internacional.
 6. Conservatório nacional de canto orfeônico (1942).
 7. Concentrações corais de escolares (até 40.000 vozes), audições p/ operários, 1ªs colônias de férias no Brasil.
 8. Concentrações de sociedades camavalescas e escolas de samba.
 9. Conferências sobre o Brasil e sua cultura, concertos c/ obras de compositores brasileiros – Europa, Américas do Norte e do Sul.
 10. Idealização do Instituto de Educação Popular Musical.
 11. Importante trabalho de valorização da ecologia e do folclore brasileiros.
 12. Obra musical ciclópica, em gênero e número.
-

cientificismo se colocarem em primeiro plano. Em sua esteira aflora o consumismo, neste momento em que, como já afirmamos, cultura se vende, e, quando importada, se vende caro. Está, assim, irreversivelmente ligado ao destino sócio-econômico do país, à sua posição frente aos mecanismos que controlam as trocas no mercado da “cultura de consumo.”

Vivemos sob o domínio da ciência. Ninguém pode negar ou, muito menos, desprezar esta evidência. Nossas fronteiras se alargam pelo universo afora, dos extremos das partículas intranucleares às imensas dimensões do cosmo-galáxias e quazares, há bilhões de anos-luz do nosso pequeno mundo. O sistema de comunicações, altamente elaborado e sofisticado, transformou o planeta Terra naquela “aldeia global” profetizada por McLuhan, há cerca de duas décadas.⁴ É o “Admirável Mundo Novo” de Huxley, objetivando o planejamento integral

das atividades humanas, num processo aparentemente irreversível, de minimização das diferenças entre o homem e a máquina: a máquina se “humanizando”, o homem se automatizando.

Desta forma os meios e os processos da ciência vêm se infiltrando e dominando as diversas manifestações da criação e do pensamento humanos. Não só por uma questão de organização das atividades, da utilização de modernos recursos tecnológicos, mas, também, por um dissimulado sentido de inferioridade, as ciências humanas, a filosofia e as artes vêm, cada vez mais, se utilizando dos métodos da ciência. E “os meios empregados, definem os fins obtidos”, segundo o já citado Huxley.⁵

Aí está um impasse, pelo menos aparente.

A ciência tradicional tem por objetivo estudar e estabelecer leis em relação às espécies, não ao indivíduo. Ela analisa e codifica os fenômenos que se repetem e formula, a partir desta repetição, suas teorias e possíveis aplicações práticas. A linguagem da ciência é codificada pela observação e pelo raciocínio. Fica, assim, caracterizada sua finalidade em estabelecer “regras gerais”, calcadas no princípio aristotélico de que “não existe ciência senão no universal e no necessário”

A filosofia, em sua busca da essência e da origem do ser, através de uma síntese do pensamento, usa o método especulativo. Esta linguagem propicia a ampliação da visão do filósofo, que, segundo Monteiro Lobato,⁶ “conhece menos e menos a respeito de mais e mais”, em oposição ao cientista que, armado de viseiras, “conhece mais e mais a respeito de menos e menos”. A sua busca de uma síntese fundamental se expressa nas palavras de Soren Kierkegaard: “A verdade é subjetiva. A subjetividade é a verdade”.⁷

DINÂMICA E OBJETIVO NAS ARTES

Realmente as artes definem uma outra perspectiva, projetada através de um método próprio: a intuição. Seu objetivo precípuo é o ser, em suas infinitas gamas de expressão individual e coletiva. Nas artes, a originalidade é a condição primeira, embora sempre condicionada pela arte antecedente. O poder criador, a marca da autenticidade, são características próprias do verdadeiro artista. O respeito às matrizes culturais, a valorização da experiência existencial, a projeção da individualidade, propiciam um veemente e produtivo antagonismo entre a cultura herdada – a tradição – e o impulso intrínseco de renovação – a vanguarda. Deste diálogo, onde se complementam e se realimentam duas forças, aparentemente, antagônicas, depende a sobrevivência das culturas vivas. Na maioria das manifestações da arte ocidental e em sua música, em particular, a técnica e a estética orientam suas principais metas e conseqüentes vertentes, a saber:

- a) Reprodução do belo (escola clássica)
- b) Exteriorização de um estado íntimo (escola romântica)
- c) Busca de uma lógica no processo criativo (escola moderna)
- d) Utilização de meios eletrônicos e de modelos matemático-estatísticos na atividade da criação e da produção (escola de vanguarda)

Claro está que, de um modo geral, estas posições podem se inteli-gar, o que não chega a interferir nas distâncias que separam as diversas escolas. A busca da originalidade permanece, entretanto, latente ou expressa em todas as vertentes. A utilização da cibernética, por exemplo, objetiva de forma clara, a busca de novos meios para alargar as possibilidades da criação, enriquecer a liberdade de expressão do artista. Até o momento,

em virtude da não decodificação de alguns símbolos utilizados, este caminho ainda vem restringindo a comunicabilidade do compositor.

Quanto a este aspecto, afirmou Pierre Shaeffer, um dos maiores líderes do movimento da música de vanguarda na França, em recente conferência no Conservatório de Música do Rio de Janeiro:

“O objetivo fundamental da música é o ser. Embora tenhamos mudado o instrumental produtor do som, *não mudamos os nossos ouvidos!*”

Assim, o grande Shaeffer, questionando suas antigas convicções, definiu, magistralmente, o problema de meios e fins na música. Pode, realmente, haver interferência entre a comunicação e a percepção da mensagem.

Chegamos, então, a fundamental questão ética. Rudolf Zaripov, professor de Matemática da Universidade de Moscou, em seu livro “Música com a calculadora”,⁸ expõe um resumo dos estudos levados a efeito, em todo mundo, sobre composição e análise de música com a ajuda de cálculos matemático-probabilísticos. Ensina as regras para tornar o aparelho eletrônico capaz de realizar um modelo que simule a atividade do compositor.

O OBJETIVO FUNDAMENTAL DA MÚSICA É O SER. EMBORA TENHAMOS MUDADO O INSTRUMENTAL PRODUTOR DO SOM, NÃO MUDAMOS OS NOSSOS OUVIDOS.

Zaripov afirma que a máquina não pretende substituir o criador. Termina, entretanto, reconhecendo esta possibilidade, quando assevera que a máquina pode, não só imitar o estilo de obras já escritas como também construir novas estruturas musicais, capazes de antecipar o estilo dos futuros compositores!

Até o momento, as sociedades de compositores ainda não se posicionaram a respeito. Entretanto, quanto à reprodução musical, entidades sindicais norte-americanas e

uruguaias, entre outras, estão formulando legislação protegendo os instrumentistas substituídos por sintetizadores em suas atuações.

Todavia, a interligação de métodos e de linguagem é patente, também, em sentido contrário: arte influenciando ciência. Exemplos: Albert Einstein asseverando, em frase memorável, – “Primeiro eu encontro. Depois procuro” (enfoque intuitivo, característico das artes);⁹ filosofia interferindo na ciência: Stephen Hawking – Teoria da Grande Unificação – que busca juntar, numa mesma estrutura lógica as duas maiores conquistas do pensamento do século XX: a Teoria da Relatividade e a Mecânica Quântica, afirmando que seu maior horror é ver suas abstrações, rigidamente matemáticas, serem confundidas com o pensamento filosófico-metafísico oriental, que usa métodos especulativos e introspectivos, caracteristicamente não científicos.¹⁰

A interação é, portanto, inevitável e, até certo ponto, enriquecedora, uma vez que amplia os horizontes e as perspectivas em todas as áreas da produção cultural. É uma dinâmica própria a todos os sistemas vivos.

CULTURA & MUTAÇÕES

Cultura é vida. É o eixo das atividades humanas, em torno do qual os seres constroem seu próprio universo, na linguagem, na religião, nas artes, na filosofia, na ciência – um universo simbólico (Cassirer).¹¹ Estes símbolos característicos permitem a compreensão, a interpretação, a organização, a sintetização e a universalização de toda a nossa experiência. São sistemas de valores que, entretanto, não podem ser transmitidos por hereditariedade.

Esta é sua força e sua fraqueza.

Força porque, quando plenamente realizada, a conscientização do seu poder é transmitida através das gerações. A identidade é enri-

quecida pelo intercâmbio e as raízes permanecem preservadas.

Sua fraqueza quando a identidade é vivida numa espécie de inocência feliz, ou quando pressões externas interferem no sistema. Há, então, o risco da perda da “célula mater”, deste segredo que se manifesta no ritmo da vida cotidiana, onde estão as raízes mesmas da cultura. As mutações, nestes casos, podem causar a perda da identidade.

Mas como se dão essas mutações?

a) Método “fisiológico”

Neste caso, diretamente vinculado ao fator tempo, a mensagem cultural alienígena é “digerida” e metabolizada antes da captação da nova mensagem. A integridade do universo cultural, bem como de seus valores e princípios, permanece estável. Os códigos e símbolos realizam, normalmente, sua função na renovação do inconsciente cultural. Um bom exemplo, para nós, é a maravilhosa “valsinha brasileira”, imigrante de Viena, despojada de suas vestes sofisticadas para renascer na simplicidade e no eterno sentido de improvisação, tão nosso. Outro exemplo seriam as interpenetrações de populismo na vida musical do Rio de Janeiro no final do século passado, quando o samba é admitido – com escândalo – no Palácio do Catete, com D. Nair de Teffé, e, na Escola de Música, Catulo da Paixão Cearense faz suas primeiras apresentações. Enquanto isso, nas ruas, os sambistas caíam nas malhas da polícia e os “cho-rões” sofriam idêntica perseguição. Cita a grande antropóloga Maria Augusta Machado,¹² que este foi um dos motivos pelos quais Villa-Lobos, em 1908, deslocou-se para Paranaguá. Interessante notar-se que, enquanto o nosso Villa trava conhecimento com as peculiaridades do folclore paranaense, como o fandango, por exemplo, parece ter

sido sua presença um fator de influência para a introdução do cordão carioca no carnaval de Antonina.

Nos dias de hoje, vemos a aplicação do método fisiológico, na inteligente forma de penetração cultural dos países voltados, conscientemente, para o problema. Eles sabem que estes fatores pesam, e muito, na sua balança comercial!

Uma interessante ilustração do método na atualidade, é a forma envolvente com que o ICBA (Instituto Cultural Brasil-Alemanha) comemorou, em 1986, os 30 anos da morte do notável teatrólogo Bertold Brecht, um dos maiores expoentes do expressionismo alemão. Além dos eventos habituais, como lançamento de livros, apresentação de peças etc, o ICBA promoveu um simpósio sobre “Brecht no Brasil”, com um “debate sobre a cultura brasileira e sua possibilidade de se posicionar frente aos elementos culturais importados”. Neste debate foram discutidos, entre outros temas: “O brasileiro de Brecht”, “A devoração de Brecht – uma busca da identidade brasileira”, “A malandragem em três tempos: John Gary, Bertold Brecht, Chico Buarque”, etc etc... Realmente para nos posicionarmos diante desta pérola do método fisiológico, só mesmo o conselho de Mário de Andrade: “A reação contra o que é estrangeiro deve ser feita espertalhonamente, pela deformação e adaptação dele. Não pela repulsa!”¹³

b) Método da eliminação

Como o nome objetiva, implica na destruição sumária de todos os seus componentes humanos. Esta forma de ação, largamente empregada no curso da história, nas guerras principalmente, representa um fator de irremediável empobrecimento do patrimônio cultural da humanidade. Um impressionante depoimento do historiador Monto-

ya, citado por Capistrano de Abreu, em sua obra “Capítulos da História Colonial”, conta a ação do despoamento, da depredação, levado a efeito pelos bandeirantes no século XVI. É de tal ordem a amplitude de massacre efetuada contra os índios, que o historiador faz a seguinte observação: “Compensarão tais horrores a consideração de que, a favor dos bandeirantes, pertencem, agora, ao Brasil, as terras devastadas?”

Outro fato histórico que ilustra o método da eliminação, é a destruição da cultura dos filisteus, um povo que se estabeleceu no norte da África, entre o Egito e as Tribus Israelitas, por volta de 1200 a. C., aparentemente oriundo da Ilha de Creta, no Mar Egeu. Segundo foi descoberto, recentemente, por cientistas do Instituto de Pesquisas Arqueológicas William Albright, U. S. A., os filisteus, desenvolveram um método próprio de industrialização do azeite, chegando a produzir e exportar mais de 1000 toneladas do produto. Além disso, desenvolveram o trabalho do ferro, e, possivelmente, até do aço, construindo armas aprimoradas para a época. Ricos e fortes desenvolveram, então, uma cultura singular e sofisticada em cidades artisticamente planejadas.

Durante a sua decadência, no século VII a. C., foram inteiramente dizimados pelos babilônios.

E o que aconteceu?

Os filisteus entraram para a História com uma conotação, no mínimo, contraditória. Segundo o Dicionário Aurélio, são eles um sinônimo de “burguês de espírito vulgar e estreito”. Nada sobrou da grande cultura dos filisteus, nem mesmo o seu nome!

c) Método da substituição de valores

Neste caso, as mutações culturais são impostas por motivos ideológicos, sejam religiosos, polí-

ticos ou econômicos. O ritmo das mensagens é acelerado, de forma agressiva, e o novo modelo, apresentado de formas sugestivas, altera as células estruturais, as raízes dos códigos simbólicos, mantendo-se a aparência, a roupagem primitiva. Desta forma, subliminarmente, processa-se a “lavagem cerebral” na cultura. É o método normalmente usado pelo mercado de consumo. Não é, entretanto, um método moderno. Já no período da colonização brasileira, segundo documenta Luiz Baeta Neves,¹⁴ está objetivado o seu emprego na descaracterização da cultura indígena pelos jesuítas: “Ao indígena cabe aprender, eles nada tem a ensinar”, ou “a cultura indígena pode existir, desde que a enquadremos temporariamente – em dia determinado, com prazo de encerramento marcado – e estabeleçamos um intervalo do efeito de tal cultura: a noite alta, o sono”, ou ainda: “a criança está menos contaminada pela cultura indígena”. E assim, através principalmente das crianças, conquistadas pela arte do teatro e da música, eram subliminarmente substituídos os valores tradicionais indígenas.

Em música, atualmente, o método da substituição empregado com o objetivo comercial se evidencia, de modo marcante, nas alterações rítmicas, harmônicas e na instrumentação, importante elemento tímbrico. Propicia-se, assim, uma identificação ao modelo a ser consumido. Um bom exemplo: o prefixo e o sufixo da “Voz do Brasil”, com suas alterações impostas às obras de Carlos Gomes e do Hino à Bandeira de Francisco Braga. Neste caso, as modificações foram realizadas sobre o ritmo e a instrumentação, descaracterizando-as. Em virtude da veemente reação das entidades representativas, o erro foi corrigido. Voltaram, a ser transmitidas as versões originais.

Com referência ao mercado de consumo, são utilizadas todas as modernas técnicas produzidas pelos

pesquisadores da subliminarietà. O objetivo do lucro ignora as ponderações éticas. Sua ação se faz sentir, principalmente, sobre o cotidiano da vida, que é, em última análise, o reflexo mais patente do inconsciente coletivo nas tradições culturais. Importa, somente, eliminar e aplainar as diferenças. Igualar ao mais baixo nível de exigências.

Mantem-se o estado de “inocência feliz”?

Cabe à universidade um sonoro NÃO!

Pautados na afirmação de Villa-Lobos: “A consciência artística é o pré-requisito da liberdade artística”,¹⁵ apresentamos a proposta da criação de uma disciplina obrigatória nas escolas universitárias de artes. Esta disciplina, que poderia se chamar “Teoria e Prática na Cultura”, estudaria, sob uma visão sistêmica, os aspectos éticos, artísticos, políticos, econômicos, ecológicos e, principalmente, educacionais deste tema fundamental. Uma visão clara e abrangente da definição de objetivos e dos meios empregados para atingi-los caracterizaria, de forma definitiva, a ação dos futuros professores e profissionais, voltada para a importância do valor ético-social da atividade artística.

E não é por outro motivo que a comunidade internacional vem se manifestando e se posicionando em defesa de um patrimônio formado, seguramente, pelo somatório real das experiências, perspectivas e contribuições de todos os seus elementos.

Porque, na realidade, toda a humanidade se empobrece quando morre uma cultura.

Maria Célia Machado é professora adjunta e vice diretora da Escola de Música do Centro de Letras e Artes – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bibliografia

1. DUFRENNE, Mikel. Vanguarda e tradição na Ásia, África e América Latina. In: Cirici, Alexandre. *As três faces da Arte*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975.
2. NEVES, José Maria. *O Choro e os Choros*. São Paulo, Ricordi, 1977.
3. ANDRADE, Mário de. *Diário Nacional de São Paulo*. S. Paulo, 02 de julho de 1930.
4. McLuhan, Marshall. *War and Peace in the Global Village*. Bantan, 1967.
5. HUXLEY, Aldous. *O Despertar do Mundo Novo*. São Paulo, Hemus, 1987.
6. LOBATO, Monteiro. *Prefácio*. In: Durant, Will. *História da Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
7. KIERKEGAARD, Soren. *O Desespero Humano*. Lisboa, Tavares Martins, 1979.
8. ZARIPOV, Rudolf. *Música con le calculatore*. Padova, Franco Muzzio, 1979.
9. DUKAS, Helen & HOFFMANN, Banesh. *Albert Einstein, o Lado Humano*. Tradução: Lucy de Lima Coimbra. Brasília, Universidade de Brasília, 1984.
10. HAWKING, Stephen. *Uma Breve História do Tempo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1988.
11. CASSIRER, Ernest. *Antropologia Filosófica*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.
12. MACHADO, Maria Augusta. *Um Homem Chamado Villa-Lobos*. Revista do Brasil, Ano 4, nº 1, Rio de Janeiro, Rio Arte, 1988.
13. ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo, Martins, 1972.
14. NEVES, L. F. Baeta. *A Visita do Padre Vieira – Instituição e Pedagogia Jesuítica no Brasil do Século XVII*. Revista Forum Educacional. Rio de Janeiro, 1983, nº 7.
15. MACHADO, Maria Célia. *Heitor Villa-Lobos – Tradição e Renovação na Música Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves/UFRRJ, 1987.

Resumen

Villa Lobos y el dilema de la cultura brasileña

A través de una perspectiva amplia de la política cultural en los países del Tercer Mundo, se puede constatar la validez de la importante contribución de Villa Lobos al arte del Brasil, sintetizada en la siguiente máxima: “la conciencia artística es requisito de la libertad artística”.

Abstract

Villa Lobos and the Dilemma of Brazilian Culture

A broad view of the cultural policy of Third World countries confirms the validity of Villa Lobos' important contribution to the arts in Brazil, which can be summed up by his maxim: “Artistic conscience is the precondition of artistic freedom”.

A TEORIA e o crítico sensível

Luiz Costa Lima



Ilustração de EVANDRO SALLES

A caracterização da crítica como mediação entre a obra criadora e o público se torna cada vez menos satisfatória — isso para não falar da própria designação de “crítico”. A problematização da literatura (e das artes em geral) põe na ordem do dia questões que obrigam o crítico-mediador a rever suas funções tradicionais.

Dentre os tipos

de conhecimento desenvolvidos desde o século passado, há campos que não se legitimam senão por meio de uma formação profissional. É o caso, por excelência, do campo científico: forçosamente ele é então coberto por *disciplinas*. Há outros, ao contrário, cuja via de acesso não é necessariamente, o da formação profissional: onde, por conseguinte, passa a haver uma tensão latente entre amadores — no duplo sentido do termo — e profissionais. A literatura e as artes são seus casos típicos. Assim, ao passo que diante de um físico, “naturalmente”, nos perguntamos onde se formou e a que escola pertence, no caso das artes e da literatura a pergunta só é natural ou cabível quanto aos que as estudam. Daí a pergunta, expressão imediata da tensão há pouco referida, referente ao direito que têm os *legitimados* por alguma escola em julgar a produção de artistas e escritores. A resposta tradicional tem sido a de afastar a perigosa incidência da própria pergunta, afirmando-se (implícita ou mesmo explicitamente) que a reflexão sobre a literatura (e as artes) tem um estatuto diverso e inferior ao reservado ao escritor: estatuto que, usualmente, se traduz na idéia de que o critério é um mediador entre a obra criadora e o público. Em termos do Habermas da *Strukturwandel*, haveria de se distinguir seu instante de mediação nobre, exclusivo ao século XVIII e começos do século seguinte — quando a mediação concerne a cidadãos privados e responsáveis que vêem na cultura um instrumento de emancipação política — e seu instante degenerado posterior, quando a cultura se converte em mercadoria destinada ao entretenimento. Qualquer que seja a diferença ético-política dos dois momentos e a consequente mudança na conduta do “mediador”, o fato é que, ao menos sociologicamente, não se negaria sua relevância. Mas, se o ponto de vista sociológico não pretende esgotar a questão, que mais sugere o reco-

nhecimento do crítico-mediador senão que ele parte do princípio de a obra criadora possuir tão alta voltagem ou tamanha polissemia que se impusesse, entre ela e o público, uma espécie de estação retransmissora que a diluísse e então favorecesse sua recepção? Ora, ainda que essa concepção da crítica pudesse ser questionada, o fato é que, até há poucas décadas, ela era congruente com a prática dos críticos: atividade basicamente pragmática, enquanto destinada a divulgar, tratar e julgar certa(s) obra(s) particular(es), a crítica não lançava mão de argumentos teóricos senão de modo oblíquo e parcial. O que vale dizer, não pretendia *problematizar* a totalidade do objeto literário, pois não lhe importava senão o que pudesse melhor iluminar certas obras pontuais. Como mediador, o crítico ocupava (e ocupa) um lugar delimitado, de maior ou menor densidade, de acordo com as demandas do público a que se dirige. Basta-lhe indicar de forma não exaustiva sua filiação a uma certa corrente intelectual e/ou ideológica, já excedendo de sua estrita função a *defesa argumentativa* de sua escolha. E mesmo aquela não exaustiva indicação se mostra menos importante do que outro traço: a semelhança que de fato manifeste com o próprio artista, isto é, com a capacidade deste de ser sensível, intuitivo e inovador da língua que usa.

Não é preciso exame acurado para compreender-se como essa concepção da crítica era tributária de uma cena histórica em que a própria idéia de arte parecia indiscutível, constituindo um legado, se não da própria humanidade, ao menos do homem culto. Perguntar-se pela diferença constitutiva da arte (e da literatura) ou era encarado como uma espécie de *hors d'oeuvre* a ser praticado com parcimônia ou, mais sistematicamente, era tarefa reservada aos filósofos da arte, gente, em princípio, mais complicada do que os críticos sensíveis. Acontece contudo que, a partir de meados do século XIX, a literatura (como as artes em geral) passou cada vez mais a questionar-se a si mesma, sobre seus limites e suas relações com a sociedade e com as outras práticas discursivas; isto é, a ser cada vez mais crítica. Como então poderia a críti-

ca manter aquele seu bem marcado limite? Por certo, as mudanças não se manifestam de imediato. Nas primeiras décadas do século atual, ainda eram poucos os críticos que aliavam uma clara insatisfação com sua forma usual de trabalho com uma inequívoca preocupação teórica. Eles se chamavam Lukacs, Benjamin, Mukarovsky e outros poucos mais. (Valéry, de sua parte, era um *amador* que, por muitos aspectos, se ligava àqueles *professionais* problematizantes.) A situação hoje se inverte, daí que a caracterização do crítico como mediador se torne cada vez menos satisfatória – isso para não falar da própria designação de “crítico”. A problematização da literatura põe na ordem do dia questões que o crítico-mediador podia desprezar ou abordar de maneira apenas pragmática. Em consequência, a teoria da literatura, entendida como lugar da problematização sistemática de seu objeto, adquire saliência. Ainda em consequência, torna-se então mais viva a tensão entre os *amadores* qualificados das artes – desde logo, o próprio artista – e seus analistas. Agora, mais do que antes, torna-se necessário entender que o artista e o analista não estão naturalmente fadados a se entender, pois o discurso *pelo qual* fala o analista não é o mesmo discurso *de que* fala; e isso sem que tenha de ser menos criador que o próprio artista. Necessariamente sim suas formas de criar serão distintas. A *poiesis* (criação) não depende de certo campo discursivo senão que da capacidade de inovação fundada, passível de ser exercida em qualquer forma de discurso. Escrever bem não é uma licença poética; nem muito menos sinônimo de obediência à gramática; é sim a capacidade de tornar a argumentação eficaz; o que não sucede se a argumentação não for também expressiva. Do contrário, como se entenderia a concessão do prêmio Goethe a Freud e, mais recentemente, ao linguista H. Weinrich? A questão do prazer do texto é mal posta por Barthes, porquanto confundida com um valor exclusivo à literatura. Daí parte o equívoco de confundir-se excelência da *écriture* e prática ficcional. Em suma, a figura “teoria da literatura” e seu representante, o analista, se relacio-

nam a um instante histórico em que a função tradicional da literatura –divertir, concretizar uma visão de mundo, atualizar uma forma que, “particular” e não só “singular”, fosse capaz de representar um estado da sociedade – já não basta, assim como tampouco bastam as funções tradicionais que eram asseguradas à filosofia e à ciência. O transtorno das funções tradicionais passa, necessariamente, por uma reflexão sobre *o papel constitutivo da linguagem nas mais diversas práticas discursivas*.

Se concedermos algum fundamento à reflexão acima, será admissível que agora nos perguntemos como ela se traduz em nossa formação dos futuros estudiosos (professores, analistas e críticos) da literatura. A resposta seria: simplesmente não se traduz. Se, de acordo com a argumentação anterior, a reflexão teórica af deveria ter um papel capital, na realidade dos currículos de Letras, ela, no máximo, é uma disciplina a mais; algo que se enxertou aos cursos de gramática, de história da literatura e de leitura de textos; pior do que isso, disciplina normalmente confundida como o lugar onde se ensinariam esquemas e modelos a serem aplicados! Seu papel problematizador se desnatura e ela passa a se confundir com pobre caixa de ferramentas, que serve de irrisão aos críticos “sensíveis”, nisso irmanados aos poetas também –“sensíveis”. Seria, pois, de interesse que alguém algum dia se desse ao trabalho de examinar concretamente o que entre nós se publica, ensina e apresenta como teoria. Talvez assim se ajudasse a entender por que os estudos literários estão em desprestígio entre nós. Como deixariam de estar – não falo do ponto de vista dos *media* porque af a razão é simplesmente mercadológica – se, geralmente, o nosso teórico limita-se a fazer das obras ilustrações de suas próprias opções ou, quando reage a essa linha, concentra-se em sua “sensibilidade”? Na falta desse necessário exame, limito-me a observar que, àqueles insatisfeitos com os “aplicadores” e “sensíveis”, não parece plausível senão um caminho: não o de mais uma vez *recalcar as questões* com que se enfrenta a teorização contemporânea, senão que, previamente a dominando,

efetuar seu desdobramento pelo contato, contraste ou até mesmo atrito com as reflexões desenvolvidas noutras áreas. Ou será que o prazer do texto não passa pelo prazer de pensar? Desdobramento que será ainda estéril se guiado por um propósito interdisciplinar, que, no melhor dos casos, nos faria ver como problemas razoavelmente semelhantes são tratados noutras áreas. Desdobramento, ao contrário, guiado por um propósito de fato problematizante. O que vale dizer, filosófico. Apresso-me a acrescentar que não estou sugerindo que o teórico da literatura se converta em filósofo – o que ainda seria postular uma forma de *centrismo*, então a ser ocupado pela filosofia. Na verdade, a afirmação acima só tem sentido se aceitarmos em ver na filosofia menos uma disciplina com um objeto específico – e qual seria ele? – do que uma forma de atividade definida pela capacidade de tematizar o que se mostra problemático. Só assim parece possível responder-se afirmativamente à crise atual dos saberes positivos – isto é, das ciências – sem se contentar com o romantismo tardio dos que, contra a alegada tirania dos métodos, exaltam e exibem a sensibilidade própria. □

Luiz Costa Lima: professor de teoria da literatura (PUC e UERJ). Entre seus livros, os mais recentes são: *O controle do imaginário* (1984). *Sociedade e discurso ficcional* (1986) e *O fingidor e o censor* (1986).

Resumen

La teoría y el crítico sensible

La caracterización de la crítica como mediación entre la obra creadora y el público es cada vez menos satisfactoria, esopara no hablar de la propia denominación de “crítico”. La problemática de la literatura (y la del arte en general) obliga al crítico mediador a revisar su función tradicional.

Abstract

Theory and the sensitive critic

Defining criticism as mediation between the creative work of art and the reading public is proving increasingly unsatisfactory – the designation “critic” all the more so. The crisis of literature (and of the arts in general) makes questions that oblige the mediator-critic to rethink his traditional roles the order of the day.

PROFESSOR REGENTE DE BIBLIOTECA

A criação do Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares traz à tona um problema que necessita ser tratado com a maior urgência em função de prejuízos que vem acarretando ao desenvolvimento das bibliotecas escolares.

Na grande maioria das escolas brasileiras, o professor incapaz para o exercício do magistério, às vésperas de se aposentar ou que, por qualquer razão afasta-se da sala de aulas, é indicado para assumir a biblioteca. Isto por acreditar-se que a biblioteca é um lugar sossegado onde o esforço dispendido é menor e que não requer muito envolvimento com alunos e professores.

Terrível engano. A biblioteca escolar, bem como a sala de leitura, é um lugar vivo, dinâmico, espaço que se confunde com a sala de aulas, embora até o consideremos desescolarizado. A liberdade do aluno que busca, independentemente, suas leituras, a formação do leitor, atividades de animação de leitura, programas culturais, além de uma gama imensa de trabalhos, fazem da biblioteca escolar um "centro de recursos para a aprendizagem". Como se vê, este não é um lugar calmo, tranqüilo; antes, de muita atividade, muito trabalho. Isto é o que define o perfil do professor que deve atuar na biblioteca escolar.

A FAE, ao empenhar-se pelo desenvolvimento da biblioteca na escola, reconhece a necessidade desta ter a sua frente um profissional bibliotecário ou professor capacitado e que, nos planos de carreira do magistério, tenha o mesmo tratamento do professor regente de classe.

A seguir, transcrevemos o convênio que a FAE celebra com as prefeituras municipais e que trata destes assuntos:

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE-FAE E A PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ Estado _____ COM O OBJETIVO DE DESENVOLVER O PROGRAMA NACIONAL DE SALAS DE LEITURA/BIBLIOTECAS ESCOLARES.

Aos dias do mês de _____ de 198 ____ a, Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, com endereço no SCN Q. 02 – Projecção "C", em Brasília-DF, doravante denominada FAE, neste ato representada pelo seu Presidente abaixo assinado e a prefeitura Municipal acima identificada, neste ato representada pelo Sr. Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante denominada PREFEITURA, resolvem firmar o presente CONVÊNIO, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente instrumento tem por objeto assegurar a implantação e o desenvolvimento do PROGRAMA NACIONAL DE SALAS DE LEITURA/BIBLIOTECAS ESCOLARES – PNSL/BE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Para o alcance do objeto deste CONVÊNIO, as instituições que o firmam comprometem-se a desenvolver as seguintes ações:

1 - DA FAE

- A - Remeter, de acordo com a disponibilidade de recursos, os acervos de literatura infanto-juvenil e apoio ao desenvolvimento curricular, seguindo as diretrizes básicas do PROGRAMA DE SALAS DE LEITURA/BIBLIOTECAS ESCOLARES, destinados às escolas indicadas pelo proponente deste Convênio e cadastradas previamente na FAE;
- B - Prestar orientação técnica à coordenação local do Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, valendo-se para isto, de contatos pessoais ou dos meios de comunicação disponíveis;
- C - Criar um programa de desenvolvimento de recursos humanos com o objetivo de capacitar o professor nas formas alternativas de organização das salas de leitura/ bibliotecas escolares na escola, bem como na orientação do uso do livro pelo aluno, despertando-o para o prazer de ler e para a busca de informação;
- D - Acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, diretamente, através das representações da FAE-REFAE's, dos Grupos de Estudos da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares – CBBPE/FEBAB, bem como de outros meios e instrumentos indicados para tal fim.

2 - DA PREFEITURA

- A - Designar um bibliotecário ou, na falta deste, um professor para coordenar o Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, vinculado à Secretaria de Educação do Município;
- B - Garantir ao professor "regente de biblioteca" as mesmas vantagens e incentivos profissionais assegurados ao professor regente de classe no plano de carreira do magistério em vigor, tendo em vista a função docente do dirigente da biblioteca escolar/sala de leitura no contexto da escola e no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- C - Viabilizar contatos do coordenador supracitado com as escolas de toda a rede de ensino (zona rural, suburbana e urbana) de modo que os bibliotecários ou professores recebam orientações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos com as salas de leitura/bibliotecas Escolares;
- D - Responsabilizar-se pela criação da sala de leitura/biblioteca escolar em uma sala específica, podendo ser mesmo, a sala de aula, seguindo para isto, as orientações constantes do manual do Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares, enviado pela FAE, que passa a fazer parte integrante deste convênio;
- E - Divulgar amplamente o Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares através dos meios de comunicação existentes no Município, consignando sempre o nome da FAE/Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares;
- F - Enviar relatório semestral sobre o desenvolvimento do Programa, o qual será assinado conjuntamente pelo responsável pelo Programa na escola, pelo diretor e visado pelos signatários do presente Termo de Convênio;
- G - Facilitar aos técnicos das instituições envolvidas no Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares – FAE, ou a seus representantes, o acesso às escolas para acompanhamento e supervisão do trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA

Em decorrência deste Convênio, a FAE e a Prefeitura estudarão outras alternativas de ação conjunta, com o objetivo de desenvolver a leitura na escola e o acesso à informação pelo aluno e professor.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura por 05 (cinco) anos, e poderá ser modificado em qualquer das Cláusulas, através de termos aditivos.

CLÁUSULA QUINTA

Este instrumento poderá ser rescindido por denúncia das partes sem nenhum ônus para ambos, mediante prévio aviso ao final do ano letivo, ressalvando-se assim, as atividades em andamento.

CLÁUSULA SEXTA

Os casos omissos bem como as dúvidas surgidas na execução deste instrumento, serão resolvidos de comum acordo entre as partes. E, por estarem assim justos e acordes, o Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE e o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, assinam o presente Convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Brasília-DF,

Presidente da FAE

Prefeito Municipal
Nome:

Humanidades

SORMAN, Guy. **A Nova Riqueza das Nações**. (La Nouvelle Richesse des Nations). Trad. Célia Neves Dourado. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1987. 309 p.

O presente trabalho visa enforçar o pensamento de Guy Sorman no contexto da realidade sócio-econômica do terceiro mundo, abordado em seu livro "A Nova Riqueza das Nações", da Editora Nórdica. Na tentativa de se compreender porque, em conjunturas políticas distintas, alguns de seus conceitos foram elaborados de tal forma que continuam atualizados, mesmo em situações históricas diferentes.

Para melhor compreensão do autor, devemos, por exigência de critério metodológico, fazer o retrospecto do panorama histórico do período de sua maior atuação, a fim de apreendemos as causas de sua grande preocupação com os rumos percorridos pela política empreendida pelos homens que fizeram a nova riqueza das nações.

O texto foi traduzido de modo primoroso por Célia Neves Dourado.

O livro é de grande utilidade para quem deseja introduzir-se no campo dos debates em torno do terceiro mundo, pois, apresenta os enunciados básicos, inseridos na respectiva problemática da riqueza das nações.

Na primeira parte o autor apresenta um relato de seus estudos e conclusões de sua viagem, que se inicia na cidade do México, passando por Santiago do Chile, continuando por Buenos Aires, dando uma imagem do Brasil, — sendo mais precisamente em São Paulo —, chegando até a Índia, África e finalmente a Ásia. Em cada um desses pontos, Guy Sorman procura mostrar uma visão do terceiro mundo, no final de uma enquete de três anos em 18 países do Egito à Índia, da China ao Brasil, passando pela Coreia, por Cuba e pela África do Sul; deixando de lado, particularmente, os países em guerra, como a Etiópia e o Iraque, considerando que, por força das

circunstâncias, suas economias estavam completamente voltadas para o esforço militar, e não se tratava, pois, de política de desenvolvimento.

Guy Sorman estudou profundamente o Brasil e apresenta neste livro seus pontos de vista sobre o futuro de nosso país.

Quanto ao México o autor relata de mais importante seu encontro com Octavio Paz, no qual pôde constatar que o crítico do estado, tornou-se um liberal, agora achando que o desenvolvimento de seu país deve passar pela democracia política e pela livre empresa.

Chegando a Santiago do Chile verificou que o economista, de origem argentina, Raul Prebich, na década de 60, definiu o modelo teórico do crescimento pela industrialização e protecionismo. Prebich representa para a economia do terceiro mundo um papel equivalente ao de Keynes para as nações industrializadas, vindo a morrer em 1925.

Constata também que o Chile possui em Herman Bucchi, um ministro das Finanças, perfeitamente informado da má reputação de seu país no exterior, sendo também um liberal e considerando a idéia difundida a respeito do Chile como obra de propaganda de esquerda. Sendo assim o ministro apresenta o balanço, estritamente, técnico da tentativa chilena de retorno à economia de mercado.

Neste contexto, diz o autor que o Chile a respeito da preparação para a democracia, somente apresentou, a partir de 1985, a privatização das aposentadorias. Ainda neste capítulo aborda o modelo nacional-industrialismo, que dá legitimidade aos governos que o aplicam, mas provoca o fracasso econômico. Mostra também que a influência do modelo Prebich, não se limitou à América Latina, estendendo-se por todo terceiro mundo.

Em Buenos Aires o autor retrata a Argentina dos anos 30 e compara com a atual, de forma tanto econômica como financeira e também social. Discorre como não

poderia deixar de ser, sobre o peronismo e suas influências no país.

Aborda também a questão da dívida externa, não só a da Argentina, como a do México, Peru, Venezuela, dando grande destaque às formas como foram criadas e como estão sendo pagas.

Quando se reporta ao Brasil, trata com bastante realismo a situação sócio-econômica do país. Passando por São Paulo, faz breve comparação entre as classes sociais, condição que o estado de São Paulo oferece com bastante clareza. Logo após aborda Brasília — cidade faraônica, segundo seu relato — mostrando que a democracia até o presente momento modificou os circuitos de acesso ao poder, mas não mudou a sua natureza, mostrando que os homens no topo do poder são quase todos os mesmos e o estado continua a ser o que era.

Passa em seguida a analisar a Índia; neste país enfatiza, sobremaneira, o conselho econômico Montek Singh, primeiro ministro na década de 80, comparando com o que foi L. K. Jha nos anos 60, o inventor do novo modelo indiano chamado de "liberalização". Montek, lembra Sorman, pertence a uma nova geração de tecnocratas do Banco Mundial. Mostrar a estratégia de Montek que é liberalização, privatização, importações de técnicas estrangeiras e supressão progressiva das concessões. O autor também mostra, friamente, a situação sócio-econômica que se encontra a Índia. O esquema liberal tomado de empréstimos às sociedades mais ricas do mundo, suscita em Delhi, junto a intelectuais e altos funcionários a maior cólera, pois estes permanecem muito ligados ao socialismo indiano e desfecham contra o modelo de Montek um combate de uma agressividade, tipicamente, indiana. O autor pensa que um estado honesto, uma economia a serviço dos mais pobres, levaria, então, a Índia a um outro desenvolvimento, exatamente o desenvolvimento que Mahatma Gandhi sonhava.

Neste momento, seguindo via-

gem, Guy Sorman chega à África Negra e tem um encontro com o delegado permanente do Chama Cha Mapuiduzi, ou CCM, que se pode traduzir, aproximadamente, de "Partido da Revolução", que controla a Tanzânia e tem o domínio sobre o setor público bem como, o estado. A Tanzânia, afirma o autor, — que é considerada como o modelo, por excelência, ao socialismo africano — é o único país da África Negra que conseguiu estabelecer uma autêntica língua nacional.

Quanto à Costa do Marfim, Houphouët, "o velho", como é chamado pelos marfinenses, sonhou fazer de Yamoussoukro, sua aldeia natal, uma capital exemplar, que não ficaria nada a dever à herança colonial e testemunharia o sucesso da África nova, uma espécie de Brasília africana, diz o autor. Existem projetos suntuosos, como por exemplo a Basílica Católica de Yamoussoukro, que deverá ter uma cúpula duas vezes maior que a de São Pedro de Roma; os projetos irracionais dessa espécie — que Sorman chamou de elefantes brancos — foram semeados por toda a África.

Diz Sorman, que antes de descobrir esta Brasília africana, acreditava, como muitos, que a Costa do Marfim poderia servir de exemplo para o resto da África. Um grande engano.

Nosso autor completa a primeira parte do livro e de sua viagem aqui, chegando à conclusão que os países do terceiro mundo devem gastar menos do que recebem, reduzir ao mínimo os funcionários, privatizar as empresas públicas, restabelecer a economia de mercado, investir apenas em projetos financeiramente rentáveis e pagar as suas dívidas. Isto tudo pode trazer aos povos do terceiro mundo, um amanhã que canta.

Chegamos à segunda parte, que o autor chama de "O fracasso de Ideologias", onde começa a abordar Cuba na continuação da viagem. Relata todo o rigor socialista ali mantido, diz para quem espera, que lá seria a implantação superficial do regime comunista e

que o temperamento tropicalizou. Havana desfaz toda essa ilusão, espera-se a doçura caralva, mas é justamente ao contrário.

Nessa altura faz um belo relato de como Cuba vive e como conduz sua economia. Aborda a visão que europeus, latino-americanos e até mexicanos tem a respeito de Castro. Para os europeus ele é, nada mais nada menos, do que um caudilho latino-americano ou um simples mercenário soviético. Já um miserável da Cidade do México ou um intelectual de esquerda brasileira não vêem Cuba assim; para eles é sempre a Meca da esperança e será sempre assim, enquanto as elites latino-americanas continuarem a praticar políticas de pobreza e injustiça. Diz ainda que essa simpatia por Fidel Castro é amplificada pelo antiamericanismo.

Sorman faz importante análise sobre o modelo cubano, acha que o segredo de sua atração está na sua desestabilização pela modernização. As ideologias totalitárias invadem o espaço que ficou vazio com o desmoronamento das civilizações tradicionais do terceiro mundo.

Passa agora a analisar a China, onde também passou em sua grande viagem.

Guy Sorman procura mostrar, através de sua experiência vivida tanto em Pequim como em Shanghai, a revolução acontecida naquele país como os cinco princípios da reforma, que foram: o primeiro, é que a reforma não deve ser aplicada de imediato ao conjunto da China; o segundo é o da descentralização; o terceiro é a liberação progressiva dos preços; o quarto é a diversificação das formas de propriedade; e, finalmente, o quinto, o mais importante na opinião do autor e também o mais difícil de transpor para a realidade, é a criação, na escala de grandeza da China, de um mercado de trabalho.

Sorman procura mostrar que tantas precauções surpreenderam os ocidentais, que acreditaram na China retornando ao capitalismo. Na realidade ela passa, hipótese

mais otimista, por um estágio de transição teórica, para retornar à prática mais atrasada, como tenta comprovar no restante de seu relato.

O autor diz que uma das razões que o fizeram ir à Bolívia, foi o que Simon Bolívar descreveu em seu tempo: "um mendigo sentado num trono de ouro", a Bolívia é um dos países mais pobres do mundo; e a segunda era que o presidente deste país havia se tornado um liberal.

Sorman procura justificar a passividade do povo, que ignorava todos os problemas que o rodeava e vivia cego à realidade, não formando idéias políticas, desconhecendo leis econômicas, à sua conjuntura e de outras nações. Ao mesmo tempo que se apercebe dessa triste realidade: 18000% de inflação. Sorman também isenta o povo de qualquer responsabilidade, pois esse povo não tem meios de prever o perigo que a expansão do papel-moeda acarreta a uma nação. Jamais o povo boliviano cogitou um perigo nacional. Como a Bolívia não tem impressora equipada para seguir o ritmo de inflação, o papel-moeda é comprado no Brasil, e esse passou a ser a terceira importação boliviana. Chama a atenção para esse problema, que considera vital para a soberania nacional e, principalmente, para o governo Siles, que precedeu o de Paz. Siles mandou imprimir notas de um a dez milhões de pesos para facilitar as transações, mas, eis que, Paz Estensoro, em três meses, freia de forma definitiva a alta dos preços, aplicando, estritamente, as técnicas recomendadas pelo FMI. Paz libera os preços, o que nem Alfonsín na Argentina, nem Sarney no Brasil, ousaram fazer.

Diz Sorman, que a política de Estensoro, na realidade, nada tem de liberal, ela é totalmente reacionária. Muitas vezes, no continente latino-americano, a nova canção liberal é, paradoxalmente, entoada pelos grandes senhores feudais do estado decididos a não deixar que nada possa ser subtraído ao seu poder absoluto.

Um outro aspecto bastante relevante no pensamento social do autor, refere-se ao Egito, que ele apresenta em duas partes distintas: primeira, a "porta aberta de Sadat", cujas palavras-chaves são liberalização e privatização. Diz Sorman que gostaria de acreditar que o Egito se liberaliza e se desenvolve. Gostaria também de estar convencido de que as eleições de 1987 foram limpidas e que 80% do povo egípcio aprovou essa política da porta aberta, que marginaliza os socialistas e conservadores. Segunda, a "porta fechada", o autor afirma que Ismail Abdala não acredita em nada disso e concorda com este pensamento mostrando que estas duas visões do desenvolvimento, Zahiwi, o liberal realista, contra Abdala, o sonhador progressista, não exclusivos do Egito, ilustram bem o debate que o retorno das idéias liberais suscitou no terceiro mundo. Aqui o autor diz que as encontrou, quase ponto por ponto, em outro país muçulmano, o Paquistão, exatamente como no Egito depois da socialização do país, um general em nome da livre empresa, permitiu às feudalidades tradicionais, reconstituir sua fortuna, tal como no Egito.

Assim, vai o terceiro mundo, diz o autor, oscilando entre um liberalismo de intenção, discurso ideológico sem conteúdo ou sem relação com a sociedade real, e mitos revolucionários.

Com algum otimismo, Sorman revela que até examinou todos os impasses, expondo a risco de desesperar o leitor. Sendo que agora será recompensado pela abordagem da terceira parte denominada "soluções".

Uma dessas soluções foi a "revolução verde", assim chamada pelo autor que em 20 anos tiraria a Ásia das Monções da fome crônica; afirma que a Índia dispõe hoje de estoque de trigo equivalente ao do Canadá ou ao da Comunidade Européia. Sorman conclui que o tema é muito complexo ainda pelo fato de que a revolução verde começou e prosseguiu com grande sucesso, numa região

muito particular da Índia, o Pendjab, por um povo com uma religião singular. O autor mostra que a história da revolução verde, começa no século XIX, no Japão, e daí começa a se alastrar em alguns países do terceiro mundo, com grande sucesso.

Qual foi o fator determinante da revolução verde? Afirma Guy, que foi a civilização Sikl.

O grão mexicano, a água, a pequena propriedade, os preços garantidos, diz ainda que pode-se estender a revolução a outros lugares, em outras circunstâncias.

Ele revela, certamente, que os únicos problemas reais de fome que persistem no mundo não estão vinculados à superpopulação, mas à guerra. Diz Sorman que será preciso, portanto, fazer uma revisão dos lugares comuns, sobre a relação entre povoamento, fome e pobreza. Afirma que o superpovoamento, não cria fome, pode sim, solucioná-la, permitindo a passagem de uma agricultura extensiva a técnicas intensivas.

Aliado a essa situação cita como exemplos a Índia e a China, que graças à revolução verde, podem alimentar uma população crescente. Indaga se não substituíram situações complexas a que a hipótese de Malthus se aplica? Diz que as políticas de limitação dos nascimentos são, no fundo, confissões de fracasso, elas nunca eliminaram, em parte alguma, nem a fome nem a pobreza. Alega que somente pelo desenvolvimento da economia e da educação é que as famílias do terceiro mundo reduzirão, voluntariamente, o número de filhos.

Voltando ao Egito o autor aborda a reforma agrária ali aplicada, o que é mais importante é que a propriedade, como observa Guy, não obedece ao Direito Humano, tem uma função social exercida em proveito da coletividade, ou seja, o grande proprietário foi substituído pelo funcionário do Ministério da Agricultura. É ele quem obriga o camponês a plantar, não o que lhe renderá mais, mas o que o governo julga útil para o país. Este foi o sistema im-

plantado pelo governo Nasser.

De forma enfática Sorman critica os critérios dessa reforma agrária, que para ele caracteriza a impossibilidade de ser criada uma classe de camponeses independentes. Torna a criticar agora os governos do terceiro mundo, por ignorarem a lógica e aplicarem esses tipos de reformas, que vão manter a fome.

Nesta altura da obra, o autor mostra como foi implantada a reforma agrária na China, através de Chang Kai Chek e seu sucesso alcançou o continente africano, derrubando 50 anos de socialização agrária, segundo Sorman.

Continuando, em uma breve análise, mostra as três vidas de Mahmoud Faye, camponês do Senegal, que tem a sensação de que viveu três vidas: colonizado no tempo de juventude, coletivizado na idade adulta e, finalmente, empresário depois dos 50 anos, a partir de 1985, graças à nova política agrícola do governo Abdou Diouf.

Em seguida aborda a ajuda dos países ricos aos do terceiro mundo, citando exemplos: a Etiópia, Moçambique e Angola no continente africano, pois nos outros graças às novas políticas agrícolas, o camponês africano já está alimentando seu povo, como a Índia e a China já tinham conseguido. Fala também sobre certas formas de ajuda externa, que classifica de inqualificáveis, não trazendo nenhum benefício. Cita como exemplo um hospital desmontável que a França remeteu para Madagascar — as caixas contendo sofisticado equipamento, fabricado na Alemanha, foram depositadas em aldeias sem água, sem eletricidade e, naturalmente, sem médicos; este material está se transformando num cemitério abandonado. Este é um exemplo entre tantos outros, em que a ajuda ocidental vem apoiar, diz o autor, por cortesia, políticas de pobreza.

Neste contexto, afirma Sorman, devemos constatar que, ao término de um quarto de século dessas políticas, nenhum país do

terceiro mundo se desenvolveu graças à ajuda. Cita como exemplo a Tanzânia, que foi o país da África que recebeu mais doações e foi o que empobreceu mais depressa.

Com ceticismo, Sorman afirma que nos últimos 25 anos apenas Coreia, Taiwan, Cingapura e Hong-Kong escapam, verdadeiramente, da pobreza em massa. Ressalte-se que todos adotaram um modelo de crescimento que reside na sua própria força.

Aliado a essa situação analisa o crescimento de Taiwan; mostra que a produtividade de um trabalhador de Taiwan é a mais elevada do mundo. Diz que em parte alguma do mundo, encontra uma pertinência comparada à que reina no hangar de Tape, subúrbio de Taiwan, nem mesmo no Japão ou na Coreia. Mostra, com ironia, que em Taiwan, o capitalismo selvagem, não é mais o que foi, depois que o governo instaurou um salário mínimo obrigatório; diz que a indústria vence todos os seus concorrentes pela qualidade de seus produtos e pela capacidade de se adaptar a todos os caprichos do mercado internacional da moda.

Prossegue dissecando a Coreia, mostra passo a passo como ficou após a guerra e sua ressurreição até os anos 80.

As idéias de Sorman, quanto aos novos conquistadores, são de que os Estados Unidos vão acelerar a transição para um autoritarismo mais moderado. O modelo político mais provável, ao qual poderia se aproximar a Coreia, como Taiwan, deveria ser o do Japão, mais do que os das democracias ocidentais. É de se esperar que um partido dominante monopolize o governo, sob o controle da oposição, embora sem alternância.

Afirma, que de Hong-Kong e Cingapura podemos traçar um retrato aproximado, juntamente com Taiwan e Coreia do Sul; essas nações conseguiram o que nenhuma outra conseguiu, em nenhum momento da humanidade: sair da pobreza em massa em 25 anos. O autor chama atenção para essa conquista, mostrando as

profundas diferenças entre as civilizações dessas quatro nações e os caminhos que cada uma delas seguiu, chama de "quatro dragões" e diz que a unidade é determinada muito mais pela profunda afinidade do destino, do que pela sua economia.

Nesta altura da obra, passa a analisar, com profundidade, o que chama de "milagre de Taiwan", ou melhor, "o desenvolvimento dos quatro dragões"; mostra, inclusive, que em nenhum momento o desenvolvimento empobreceu quem quer que seja. Pelo contrário, desde o início enriqueceu os mais modestos com maior rapidez que os mais ricos.

Apresenta uma série de explicações no que tange às circunstâncias próprias a Taiwan, que lhe parecem suscetíveis de generalização. Em primeiro lugar, a reforma agrária; a seguir, a reforma monetária; e, em terceiro lugar, o apelo à vantagem comparativa, fundamentada mais na mão-de-obra que no capital; o último fator prende-se à generalização da educação e o seu papel na sociedade; enfatiza também que parte desse desenvolvimento está no financiamento com o endividamento externo, que substitui a poupança nacional insuficiente. Mas, ao contrário da América Latina, as quantias emprestadas foram no essencial, investidas no país e, escrupulosamente, pagas.

Sorman diz que a experiência dos "quatro dragões" pode ser reproduzida em outras nações do terceiro mundo, desde que sejam absorvidas lições contidas no modelo, que são hoje válidas para o conjunto do terceiro mundo.

A primeira e a mais decisiva é acertar o fato de que o homem nem sempre e em toda parte é um "animal econômico" motivado pelos estímulos materiais; a segunda é reconhecer o papel determinante do aparelho estatal, como fator de desenvolvimento, desde que destine o essencial de seus recursos àquilo que sabe fazer e que o setor privado não pode fazer. A última lição é a continuidade da política econômica.

CONCLUSÃO

Julgar que uma nação possa tornar-se, independente e soberana através de um sólido sistema de organização administrativa, poderia parecer, à primeira vista, a concepção de um estado forte, mas este não é o sentido das idéias de Guy Sorman.

Ele se revela, certamente, um nacionalista até radical, mas a partir de uma concepção elitista da formação da sociedade. Em sua opinião, desde que houvesse elites bem estruturadas, conscientes e bem intencionadas, nelas o povo poderia confiar para o progresso do país e seu fortalecimento econômico, social e político. Ele defende, prioritariamente, a idéia democrática de representação popular através do voto. Um estado bem organizado administrativamente, com a máquina burocrática funcionando sem dificuldades, constituindo a base do progresso da sociedade, tiraria os países do terceiro mundo do subdesenvolvimento.

PAULO DI TOMMASO LUGARINHO, é Diretor do Departamento de Economia da UGF e Titular da Cadeira de Moeda e Bancos.

Kleines Woerterbuch der "Falschen Freunde Deutsch-Portugiesisch, Portugiesisch-Deutsch"

Acaba de sair, com data de 1988, o *Pequeno Dicionário dos "Falsos Cognatos"*, cujo título original alemão é o que se vê acima. Como o título já deixa entrever, trata-se de um dicionário prático, especializado, pois se destina, exclusivamente, a ajudar os estudiosos de alemão nos países lusófonos e os estudiosos de português nos países germanófonos a resolver dúvidas lexicais, a escolher a palavra correta, a evitar o erro de se traduzir um termo por outro que apresenta com ele alguma semelhança formal. Em suma, trata-se de uma contribuição à romanística na Alemanha e à germanística no Brasil e países lusófonos.

O estudo de línguas românticas em Leipzig tem já uma longa tradição, embora com algumas interrupções. Desde, pelo menos, 1870, quando o famoso lingüista-romanista Hugo Schuchardt aí iniciou sua proífica carreira de docente e de pesquisador, têm sido feitas muitas investigações não só sobre as línguas românticas em geral, mas também sobre o português em especial.

Nos últimos anos, os estudos de língua portuguesa têm se dedicado até mesmo às suas variedades ultramarinas. Recentemente foi criada a disciplina "Afro-Lusitanistik", em colaboração com os africanistas locais. Segundo fui informado, pessoalmente, pretende-se implantar um projeto de estudo do português popular brasileiro. A internacionalmente conhecida publicação *Linguistische Arbeitsberichte* (Relatórios de Pesquisas Lingüísticas) já dedicou dois números ao assunto em questão. Ela é publicada pela Sektion Theoretische und Angewandte Sprachwissenschaft (TAS), da Karl - Marx - Universität, Leipzig.

O número 53 (1986), em francês, tem por subtítulo *Le Portugais en Afrique*, sendo coordenado por Matthias Perl.

O nº 172 (1987) da mesma série de publicações, subintitulado "Beiträge zur Afrolusitanistik und Kreolistik", reúne trabalhos do colóquio "100 anos de Lusitanística em Leipzig" que reuniu, nesta cidade, romanistas de Cuba, Alemanha Oriental e Ocidental e Suíça.

A revista *Lusorama* 9 (1989), de Frankfurt, traz mais um apanhado geral da afro-lusitanística com ricas informações sobre publicações, centros de pesquisa em diversas partes do mundo, bem como pesquisas já feitas ou em andamento. Trata-se de "Einige Bemerkungen zur Afrolusitanistik", de A. Endrutschat, C. Hundt, D. Leiste e M. Perl.

Como se vê, quase toda essa intensa atividade tem sido coordenada pelo dinâmico Matthias Perl. Devo salientar ainda que, além

destes pesquisadores seniores, temos também alguns juniores como Sybille Grosse e Ines Ziegenbein que garantem a continuidade desses estudos em Leipzig. Petra Thiele, que também pertence ao grupo de Leipzig, é da Academia de Ciências de Berlim Oriental. Na área de literatura podemos citar Bernd Dyrba.

O surgimento do presente dicionário de falsos cognatos está, portanto, inserido no contexto de uma atividade muito ampla de pesquisa sobre a língua portuguesa. É sobre ele que falarei doravante. Mas, antes vejamos o que vem a ser "falsos cognatos" ("falsche Freunde", do francês "faux amis"). Tratam-se de palavras cuja forma material é total ou parcialmente idêntica, mas cujo significado é inteiramente diferente, como "entendre" em francês que quer dizer "ouvir", ou "exquisito" em espanhol que significa "saboroso". Mas, o dicionário em questão contém mais informações, como veremos em seguida.

O livro contém 208 páginas em formato 14 X 10 cm. Consta de uma parte introdutória em que se define "falsos cognatos" e se explicam os critérios que orientaram a sua organização (até p. 23). Finalmente vem a parte principal, com a lista dos falsos cognatos e seus equivalentes na outra língua. Da pág. 25 à 107 vêm as equivalências alemão-português. Da pág. 109 à 208, as equivalências português-alemão. Cada uma delas se subdivide em cinco seções. Vejamos um apanhado geral das seções da primeira parte (alemão-português).

Na primeira seção, alistam-se os falsos cognatos propriamente ditos, chamando-se a atenção para a verdadeira equivalência, em português do termo alemão. Eis alguns exemplos:

Affekt = excitação profunda, não afeto
abonnieren = fazer assinatura (jornal etc), não abonar
artist = acrobata, não artista
bon = bônus, não bom
camp = acampamento, não campo

deputat = porção, não deputado

fee = fada, não fé

folge = consequência, sequência, não folga

fuge = junta, fenda, não fuga

kalk = cal, não calco, calque

saal = salão, não sal

transparent = dístico, não transparente

Além dos falsos cognatos, há os verdadeiros cognatos (wirkliche Freunde), que também são contemplados, quando é o caso. Por exemplo, *form* (forma), *konstatieren* (constatar), *kontur* (contorno) etc.

A segunda seção (p.78-89) alinha palavras que apresentam discrepâncias morfológicas. Vejamos alguns exemplos: *absurdaet* (absurdo), *barbarei* (barbaridade), *chirurg* (cirurgião), *diktatorisch* (ditatorial), *fiktiv* (fictício), *zivilist* (civil) etc.

A terceira seção (p. 89-99) contém palavras com discrepâncias fonó-ortográficas. Eis alguns exemplos: *achat* (ágata), *anker* (âncora), *barrett* (barrete), *barock* (barroco), *flotte* (frota), *harfe* (harpá), *zyresse* (cipreste) etc.

A quarta seção (p. 99-104) é dedicada às palavras que apresentam diferença de gênero: *ambra* f (âmbar m), *bar* f (bar m), *barren* m (barra f), *salat* m (salada f), *patent* m (patente f), *synode* f (sínodo m), *zeder* f (cedro m) etc.

A quinta seção (104-107), finalmente, alinha palavras que apresentam acentuação diferente nas duas línguas. É o caso de *agil* (ágil), *autopsie* (autópsia), *emphase* (ênfase), *idol* (ídolo), *polyp* (pólipo), *termite* (térmita) e *zenit* (zênite), entre outros.

Da página 109 em diante temos as mesmas questões vistas até aqui, mas na direção oposta, ou seja, português-alemão. Assim sendo, não é necessário passá-la toda em revista. Em princípio basta inverter os exemplos da primeira parte. Mas, há especificidades em cada uma delas. Por exemplo, chama-se a atenção para indicações sobre significações parcialmente idênticas sobretudo na parte português-ale-

mão.

Como os próprios autores confessam na introdução, não tiveram a pretensão de exaurir o assunto. Por isso convidam àqueles que se dedicam às duas línguas a lhes enviar sugestões, acréscimos, correções etc.

O *Kleines Woerterbuch der "falschen Freunde" Deutsch-Portugiesisch Portugiesisch Deutsch* é, assim, instrumento de trabalho indispensável não só àqueles que trabalham com as duas línguas na área de letras. Ele é útil também para os tradutores e intérpretes, em ambas as direções, inclusive das áreas técnicas e científicas. Estão de parabéns os lusitanistas de Leipzig e a editora VEB.

HILDO HONÓRIO DO COUTO é professor de lingüística do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula, da UnB

SUGESTÃO AOS EDITORES

ATIENZA, Manuel. *Marx y los Derechos Humanos*. Madrid - Editorial Mezquita, 1983. 280 pp.

Sabemos todos desde sempre que as relações entre Marx e os direitos humanos - ou o direito simplesmente - nunca foram as mais amistosas. Que para Marx o direito, quer tenha sido percebido como mera fumaça superestrutural, quer tenha sido denunciado como instrumento de opressão, passava por ser apenas mais um dos sintomas da alienação social que se vive sob o capitalismo, fadado, assim - tanto quanto o estado, seu suporte armado -, a uma natural extinção na futura sociedade comunista. Essa é a versão marxista tradicional sobre os fenômenos superestruturais de um modo geral, responsável pela conhecida teoria do desaparecimento do estado e do direito, cuja versão mais acabada está em *O Estado e a Revolução*, de Lênin, e no clássico do jurista soviético Eugeny Pashukanis, *Teoria Geral do Direito e Marxismo* - este último, aliás, recentemente publicado no Brasil pela editora Acadêmica.

Desde alguns anos, entretanto, essa teoria tem sido implacavelmente submetida às "duras réplicas da história", como diria Bobbio. Até os anos 70, a crítica apontava o fato de que os países socialistas, ao contrário do que predissera a teoria, fizeram surgir estados francamente policiais cuja perpetuidade no tempo desmentiam as boas intenções dos seus fundadores. Nos anos 80, são os próprios países do "socialismo real", que afetados por uma profunda crise econômica e social, revêem os seus próprios dogmas político-institucionais, e neste contexto o pensamento de esquerda descobre que nem tudo do chamado "estado de direito" era uma ilusão burguesa destinada à lixeira da História. Era necessário, assim, no mínimo, reler Marx.

Entre nós essa já não é uma tarefa inteiramente inédita. Para só citar o exemplo mais evidente, mencionemos o nome de Roberto Lyra Filho, cuja obra dos últimos anos de vida foi dedicada a fundar uma filosofia e uma sociologia jurídicas a partir da obra de Marx, em quem ele vê o portador de um "jusnaturalismo implícito". O direito que Marx condena, diz Lyra, é o direito burguês simplesmente, conclusão a que ele chega depois de uma minudente leitura da obra de Marx, como fica claro em seus livros *O que é Direito*, publicado pela Brasiliense, e *Karl, meu Amigo: Diálogo com Marx sobre o Direito*, publicado por Sérgio Fabris.

Mas os livros de Lyra, mais preocupados em sustentar uma tese própria do que em organizar e expor, de forma clara e sistemática, as inúmeras observações de Marx sobre o direito, quase não facilitam ao leitor o acesso a uma visão mais objetiva sobre o que Marx realmente disse a propósito do fenômeno jurídico. Ora, essa é a tarefa que empreende Manuel Atienza no seu *Marx e os Direitos Humanos*, livro onde o "reco" em relação à obra de Marx é bem mais visível do que em Lyra, e no qual o autor espanhol se dedica a uma leitura quase cronológica dos diferentes encaminhamentos que,

ao longo de sua carreira intelectual e política, Marx dá ao tema dos direitos humanos — na verdade, diríamos nós, do direito simplesmente.

O Marx que aparece ao fim desse percurso já não é o monobloco que a tradição leninista nos acostumou a ver, mas um autor-presa de ambigüidades que o amadurecimento, ao invés de resolver, aguça. Vemos assim, inicialmente, um Marx juvenil escrevendo artigos políticos de inspiração nitidamente liberal, defendendo a tese — perfeitamente dentro da tradição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 — de que o "fundamento do Direito e do estado 'racional' são a liberdade e a igualdade": é o Marx dos tempos da *Gazeta Renana*. Em seguida há o Marx radicalmente crítico da noção de direitos humanos, que são interpretados apenas como um aspecto a mais da alienação humana: é sobretudo o Marx de *A Questão Judaica*. Vem em seguida a fase do *Manifesto Comunista*, onde sua postura é "essencialmente ambígua: por um lado, outorga uma grande importância prática à conquista de certos direitos por parte do proletariado, mas, por outro lado, os reduz à categoria de meios, não de fins". E, finalmente, há o Marx, sobretudo da *Crítica ao Programa de Gotha*, o derradeiro Marx: "nesse escrito", diz Atienza, "Marx mostrava em relação aos direitos humanos e em relação ao estado uma atitude mais positiva do que havia tido em qualquer de suas obras anteriores". E completa: "Marx parecia inclinar-se aqui (ainda que não de maneira totalmente clara) em favor da tese de que o direito e o estado sofreriam uma profunda transformação na sociedade comunista, mas não se extinguiriam. Para dizê-lo com uma expressão chamativa, o que desaparece neste escrito de Marx é a tese do desaparecimento do estado".

Dir-se-ia que, nesse ponto, Atienza termina por juntar-se à posição de um Lyra. Mas essa é uma outra discussão. A nossa in-

tenção aqui era apenas a de chamar atenção para uma obra que, pela formidável pesquisa bibliográfica, que lhe serve de suporte, e pela clareza expositiva que ostenta de uma ponta a outra, parece-nos ser um desses livros que recuperam o valor positivo do adjetivo didático.

LUCIANO OLIVEIRA, é pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e doutorando em sociologia, pela E. H. E. S. S., Paris.

História Geral da Medicina Brasileira

Da combinação entre o passado e o presente surge, com todo esplendor, a grandeza da medicina. Toda a dimensão desta ciência, no tempo, encontra-se agora representada na irreparável obra de Lycurgo de Castro Santos Filho intitulada "História Geral da Medicina Brasileira" (Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia Ltda e Editora da Universidade de São Paulo, 1977).

Santos Filho, um bisneto, neto, filho e pai de médicos, é considerado, hoje, o mais importante tratadista da história médica brasileira. Nascido no Rio de Janeiro em 1910 e formado em 1934 pela, atualmente, denominada Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dedicou-se intensamente nas últimas décadas a pesquisas históricas, campo no qual publicou, aproximadamente, setenta títulos. No seu substancial currículo destacam-se as atuações como docente da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas e como membro das Academia Nacional de Medicina e Paulista de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros e de São Paulo.

A presente edição da "História Geral da Medicina Brasileira" resultou da fusão dos dois volumes da já, inteiramente, esgotada "História da Medicina no Brasil" e surge no mercado livreiro como a mais bem documentada pesquisa

sobre a medicina no Brasil, do século XVI aos dias atuais.

A ausência de periodização, uma falha da primeira edição, foi agora, impecavelmente, reparada. Todo o imenso trabalho que representou este aprimoramento, foi compensado ao surgir uma obra inserida numa perfeita e didática delimitação de épocas que marcam o desenvolvimento da medicina no país.

O autor destacou, com maestria, três fases bem distintas da história, indo a primeira do começo do povoamento do Brasil até a criação do ensino médico; a segunda compreendendo o período pré-científico; e a terceira abrangendo o período científico dos tempos modernos.

No capítulo concernente ao primeiro período da história da medicina brasileira chama atenção a medicina exercida pelos cirurgiões, curiosos e feiticeiros, englobando a velha arte praticada pelos indígenas, pelos povoadores portugueses, pelos padres jesuítas colonizadores e pelos negros escravos importados. É a época da evocação da clínica rudimentar exercida pelos profissionais então intitulados cirurgiões barbeiros, boticários, curandeiros, pagés, sangradores, feiticeiros e curiosos, os quais eram auxiliados na terapêutica pelas virtudes medicinais da flora nativa.

Apreciando-se os escritos sobre a medicina africana, verifica-se que sua mais importante contribuição para o Brasil consistiu, segundo o autor, no aumento das doenças até então somente reinantes no continente de origem. Quanto às noções sobre a arte de curar dos africanos, impregnadas de magia e feitiçaria, apenas restou, entre a nossa população inculta, o lado sobrenatural.

Já a medicina jesuítica, exercida pelos religiosos da Companhia de Jesus quando da assistência aos índios, negros e colonizadores brancos, marcou presença menos pelo misticismo e mais pela experiência médica adquirida na Europa.

No capítulo referente à medi-

na pré-científica observa-se que esta fase é caracterizada pela criação das escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro. Paulatinamente, vão desaparecendo os doutores de formação ibérica, enquanto vão surgindo os médicos oriundos das faculdades brasileiras formados segundo a influência francesa. Os estudos sobre anelostomíase, filariose e ofidismo, dentre outros temas bem regionais, projetam-se como fronteira indecisa entre as eras pré-científica e científica.

A medicina científica, nascida em Salvador, é retratada como uma fase recente que marcou, fortemente, a nossa história através dos nomes de Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Carlos Chagas, Vital Brasil e Emílio Ribas, dentre muitos outros e dos feitos levados a cabo nos institutos de pesquisas como Manguinhos e Butantã.

Ao analisar esse período o autor expõe que a evolução progressiva da medicina brasileira, lamentavelmente, não atingiu ao mesmo tempo todas as regiões do País. As disparidades de hoje, não ocorriam há dois ou três séculos quando de norte a sul o estado da medicina brasileira apresentava-se geralmente uniforme, tanto na ideologia quanto na sua prática.

A "História Geral da Medicina Brasileira" é um livro que não pode faltar na biblioteca do médico brasileiro, hoje um ser, progressivamente, carente de conhecimentos humanísticos.

ARMANDO BEZERRA, é professor da Faculdade de Ciências da Saúde na Universidade de Brasília, e leciona a disciplina História da Medicina.

TESE

O Autor Implícito em Dom Quixote

(Tese de mestrado em Teoria Literária defendida na UnB, em dezembro de 1988, por Luz Maria M. Pires da Silva).

A autora avalia em *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605-1615), de Miguel de Cervantes y Saavedra, a utilidade do conceito do autor implícito, que Wayne C. Booth propõe em "A retórica da ficção" – (1961).

A primeira parte da tese resume o percurso crítico de Booth e a formulação da proposta do conceito do autor implícito, sugerido como categoria e apoio crítico para avaliação e compreensão da narrativa.

Na segunda parte, coloca em prática uma leitura de *Dom Quixote*, utilizando a hipotética presença do autor implícito. Booth o define como ente ficcional, ou segundo "eu" do autor, que manipula a percepção do leitor usando as distâncias narrativas na voz dos narradores, criadores do universo ficcional.

Ainda dentro do campo teórico, o trabalho relata o interesse de Booth em avaliar os problemas da crítica anglo-saxônica dos anos cinquenta. Explica, a seguir, o surgimento da proposta do autor implícito, um ser criado pelo autor, escondido nos bastidores da ficção e intuído pelo leitor. Resume, finalmente, os conceitos que, segundo Booth, induziram a crítica literária americana a assumir tendências dogmáticas, conflitivas e, sobretudo, redutoras e ineficazes para avaliar os efeitos retóricos dentro da narrativa.

A prática da leitura, orientada pela teoria que Booth propõe, deixa perceber a genialidade de Cervantes ao criar os seus narradores. Ele, dentro da história da literatura é, provavelmente, o primeiro autor a experimentar, com criatividade, a dinâmica da comunicação ficcional, apoiada na manipulação das distâncias das vozes narrativas.

A teoria do autor implícito, aplicada à leitura de *Dom Quixote*, evidencia como um "eu", pela voz de um dos narradores, vai construindo uma genealogia de pseudo-historiadores, tradutores, cronistas, enfim, narradores, aparentemente fidedignos, que foram ou são, por sua vez, leitores e in-

térpretes de uma mesma estória. No contraponto de suas versões, dúvidas e certezas, aprofundando silêncios, suspenses, contradições, o autor implícito quebra a univocidade do discurso. Ele amplia, desta forma, a multiplicidade de pontos de vista ou distâncias narrativas. O leitor é chamado, insistentemente, a colaborar na identificação dos enunciados que se apresentam ambíguos e para a compreensão de realidades e critérios ambivalentes.

A tese identifica e analisa, em detalhe, a engenhosidade cervantina que transfere para seu autor implícito, entre outras funções, toda a sua necessidade de experimentar as fronteiras ou possibilidades da ficção que, como narração, se constrói e reconstrói em constante processo de busca. Quem conta o que se conta é a primeira grande pergunta que o leitor de *Dom Quixote* faz, provocado pelas aparências dispersas e fragmentadas de diferentes narradores.

Em seguida, a tese descreve a atitude do leitor virtual envolvido e desafiado a captar a identidade e atitudes de cada narrador, as nuances dos conflitos que surgem entre eles e o que é contado em relação ao compromisso com a verdade e fidedignidade. Analisando o conjunto de estratégias retóricas, a autora insinua que o narrador cervantino seja, talvez, a primeira concretização real do ficcionista moderno, já que o leitor percebe-o como autor que, servindo-se das muitas versões parodiadas por ele mesmo, faz, finalmente, a sua própria versão. O leitor, identifica-o como indivíduo contador de ficção e não de história, como manipulador ambivalente do jogo da verdade e da mentira, do real e do imaginado.

LUZ MARIA PIRES DA SILVA, é mestre em teoria literária e licenciada em língua portuguesa e literatura pela Universidade de Brasília. Tem curso de Letras na Pontifícia Universidade Católica de Lima/Peru, e de Tradução na Universidade do Sarre, Alemanha Federal. Trabalha como tradutora e foi aprovada, em concurso público, para professora de língua espanhola na UnB.

ISR - 47-580/85
UP CT/GOP
DR/BSB

CARTÃO RESPOSTA COMERCIAL
NÃO É NECESSÁRIO SELAR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

70099 — BRASÍLIA — DF

--	--	--	--	--

ENDEREÇO

REMETENTE

COLE AQUI

OBRAS PUBLICADAS
...os Brasileir
...Roberto

[illegible]

TEXTOS UNIVERSITÁRIOS: para o ensino
para Brasileiros - Herbert Andre
Lopes da Silva • Cader
de Mineralogia
como Instru - Gil

Entre os expressivos
títulos de seu catálogo, a Editora
Universidade de Brasília apresenta mais
de 100 obras de autoria dos docentes da UnB.

PERIÓDICOS APOIADOS
Antropológico - Avançado

Anuário Antropológico
Centro de Estudos Avançados
Religião e Sociedade — Departamento
Sociedade e Estado — Departamento

A EDITORA PUBLICA

Entre os ex-
títulos de seu catálogo, a E
Universidade de Brasília apresenta
de 100 obras de autoria dos docentes da
Produtos do vigor intelectual da universidade
rigor do Conselho Editorial. São pesquisas e
didáticos das mais diferentes áreas do conheci-
Conheça o que a UnB produz. E p

ORA Entre os expressivos
títulos de seu catálogo, a Editora
Universidade de Brasília apresenta mais
de 100 obras de autoria dos docentes da UnB.
Produtos do vigor intelectual da universidade e do
rigor do Conselho Editorial. São pesquisas e textos
didáticos das mais diferentes áreas do conhecimento.
Conheça o que a UnB produz. E publica.

FAÇA SEU PEDIDO OU PROCURE NAS MELHORES LIVRARIAS.



CX. Postal 15-3001 – CEP 70910 – Tel. (061)274-3182

Concha acústica.



Música, teatro, dança, cinema e pintura: a Shell está sempre atenta aos sons, às cenas, aos movimentos, às imagens e às cores da cultura brasileira. Sempre se emocionando.

E a cada forma de expressão corresponde uma ação da Shell, que vai do apoio a eventos à premiação de artistas, do patrocínio de atividades à aquisição de obras de arte. Isso é envolvimento. Assim a Shell reconhece os mais genuínos talentos da nossa terra e incentiva um grande número de manifestações artísticas Brasil afora.

Isso é sensibilidade. Valorizando palcos, salas e espetáculos, a Shell se destaca por sua permanente receptividade aos que produzem e promovem a cultura nacional.

Shell. Uma verdadeira concha acústica.

Nosso melhor negócio é acreditar no Brasil.

